



2
0
1
4

**PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS
- RELATÓRIO DE GESTÃO**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Domingos Silva Tiago

VEREADOR

Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga

VEREADORA

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR

Jorge Luís Ferreira Catarino

VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR

Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADORA

Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADORA

Ana Virgínia da Costa Pereira

VEREADOR

Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

2

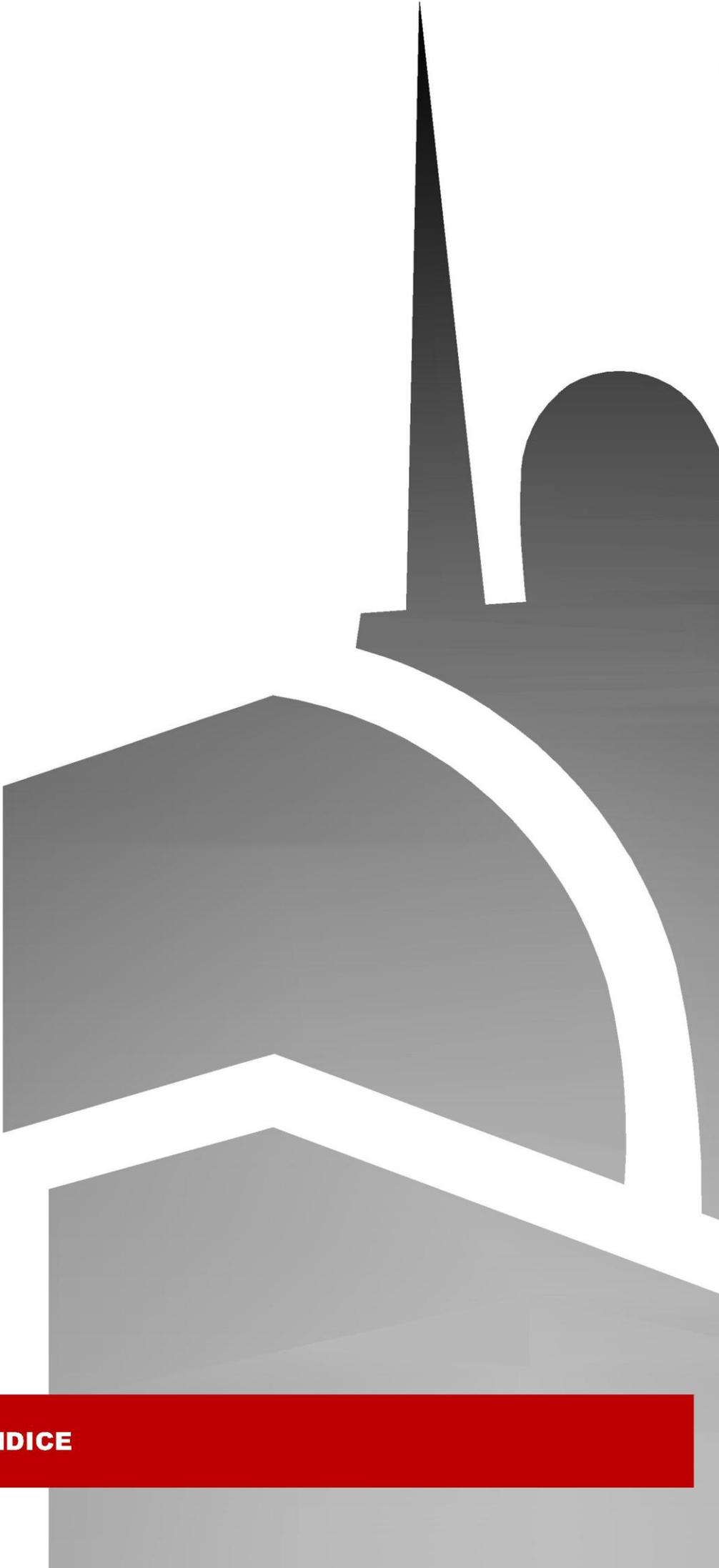
0

1

4

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

maia
CÂMARA MUNICIPAL



2
0
1
4

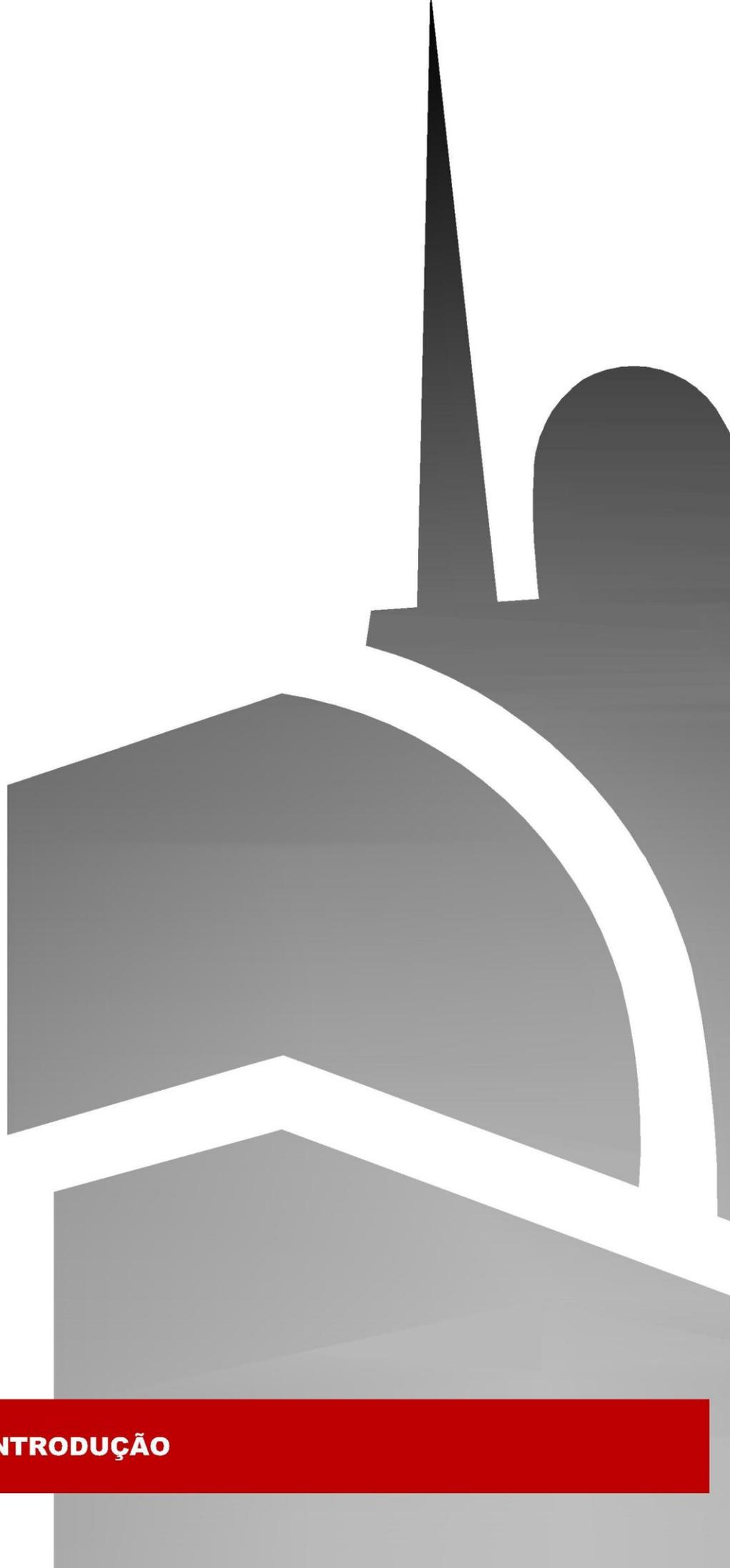
ÍNDICE

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO	11
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	17
EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO	19
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO	21
ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO	23
RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA	27
Evolução dos Fluxos Monetários	27
Poupança Corrente.....	29
Equilíbrio Orçamental em sentido substancial	30
Fontes de Financiamento do Investimento	31
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM.....	33
Fluxos de Caixa	33
Contas de Ordem	36
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	39
ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA	41
RECEITAS PRÓPRIAS	42
Impostos Diretos	44
Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades	46
Venda de bens e Prestações de serviços Correntes	48
RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS	49
TRANSFERÊNCIAS	51
Fundos Municipais	56
Resumo das Transferências de Contratos Programa e Projetos Co-financiados	58
PASSIVOS FINANCEIROS	62
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	63
ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA.....	65
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	68
Despesas com Pessoal	70
Limitações às despesas com pessoal	74
Estrutura Orgânica.....	75
Aquisição de Serviços a Particulares.....	76
Despesas com Aquisição de Bens e Serviços.....	77
Aquisição de Bens	78
Aquisição de Serviços por Económica	79
Aquisição de Serviços por Orgânica	81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	82
INVESTIMENTO GLOBAL	85
Investimento Direto.....	88
Transferências de Capital.....	98
Ativos Financeiros	100

GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	100
Funções Gerais	104
Funções Sociais	105
Funções Económicas	109
Outras Funções	111
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO	113
ENQUADRAMENTO	115
ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU.....	117
DÍVIDA TOTAL	117
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO.....	118
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	127
ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU	130
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL	131
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS	132
APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL	135
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	141
BALANÇO	143
ATIVO.....	146
Imobilizado.....	146
Circulante.....	150
Acréscimos e Diferimentos Ativos.....	151
PASSIVO.....	153
Dívidas a Terceiros	153
Acréscimos e Diferimentos Passivos	155
FUNDOS PRÓPRIOS.....	156
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	157
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	165
INDICADORES DE GESTÃO	169
INDICADORES ORÇAMENTAIS	171
INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS	174
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	177
INTRODUÇÃO	179
8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	179
8.1.1. Identificação.....	179
8.1.2. Legislação.....	180
8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva.....	180
8.1.4. Descrição Sumária das Atividades.....	180
8.1.5. Recursos Humanos.....	180
8.1.6. Organização Contabilística	181
8.1.7. Outras informações relevantes	182

NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	183
8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	185
Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL	185
Nota 8.2.2 – Valores Comparativos	185
Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos	185
Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento».....	186
Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e nas respetivas amortizações e provisões	186
Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes	186
Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.....	187
Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões	187
Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas	187
Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras».....	188
Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.....	190
Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respetivo.	190
Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas	191
Nota 8.2.28 – Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial.....	193
Nota 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	194
Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros.....	195
Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários	196
Nota 8.2.33 – Outra Informação Relevante.....	196
NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO	197
8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO.....	199
Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento.....	199
Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos.....	199
Nota 8.3.6 – Endividamento.....	199
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS.....	201



2

0

1

4

INTRODUÇÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

Conhecer, avaliar e reportar para melhor gerir os recursos públicos

Nos últimos anos, o Município da Maia reforçou fortemente o seu processo de consolidação das finanças públicas, posicionando-se hoje como uma instituição de referência, porventura das mais expressivas dentre os municípios portugueses de maior dimensão, em termos de gestão financeira.

Fê-lo num período em que ocorreram enormes transformações no mundo e numa época complexa, marcada por profundas crises mundiais, tanto a nível político quanto económico e social, que impuseram redobrados desafios de competitividade e de eficiente rentabilização dos escassos recursos públicos.

Basta avaliar os dados constantes do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2013, e o posicionamento do Município da Maia em 6.º lugar do *ranking* global dos 10 melhores municípios de maior dimensão em termos de eficiência financeira. Para o efeito foram considerados os resultados obtidos nas gerências dos últimos quatro anos, período compreendido entre 2010 e 2013, no que toca a um conjunto de 15 indicadores que medem a eficiência na utilização dos recursos financeiros, designadamente os que melhor permitem avaliar a gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental dos municípios.

Ocorre assim o reconhecimento externo dos resultados obtidos, por parte de uma entidade independente de indubitável qualidade técnica.

Este é sem dúvida o resultado de um longo caminho percorrido em matéria económica financeira, que se iniciou há cerca de uma década, para o qual convergiram os esforços de toda a organização, mas em que, sem nunca descurar a melhoria da qualidade de vida e dos serviços prestados aos seus munícipes, a qualidade da gestão financeira foi determinante.

Neste exercício de 2014 confirma-se a tendência de forma ainda mais expressiva do que em período homólogo, designadamente no âmbito do controlo do endividamento autárquico, uma vez que o valor global da dívida do município, ao totalizar 33.777.155 €, evidencia menos (-) 12.168.336 € que no final da gerência de 2013, ampliando assim os notáveis resultados que têm vindo a ser registados. Para além de que, não houve em 2014 qualquer redução do investimento efetuado, bem pelo contrário, na medida em que o mesmo aumentou na ordem dos 3.400.000 €, o que só foi possível por via de uma eficiente e eficaz gestão financeira dos recursos disponíveis.

No domínio da dívida de curto prazo, também em 2014, para além da melhoria significativa do seu valor, que ao totalizar 4.060.692 €, espelha uma redução da dívida que ultrapassa os (-) 4,7 M€ face ao ano anterior, apraz de igual modo registar o facto de o município permanecer fora das entidades com pagamentos em atraso, bem como praticar um excelente prazo médio de pagamento, que no final da gerência se fixou em apenas 17 dias. Trata-se de mais um indicador que bem testemunha a ação do município ao nível da boa gestão financeira do seu orçamento.

Acresce ainda uma menção particularizada ao endividamento do grupo municipal, uma vez que, não obstante a profunda mudança legislativa preconizada neste âmbito pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), que para além de não excepcionar qualquer natureza de dívida veio alargar de forma significativa o número de entidades

relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, o Município da Maia posiciona-se abaixo do limite legal em cerca de (-) 13, 4 M€.

Para esta temática – cálculo da dívida do grupo municipal –, não descuremos que, pela primeira vez, passaram a relevar para efeitos de apuramento do endividamento, os três Fundos de Investimento Imobiliário 100% detidos pelo Município da Maia, outrora não integrados no perímetro das entidades relevantes, pese embora o seu reflexo, ao justo valor, no balanço individual municipal; bem como, a dívida de médio e longo prazo à EDP refletida nas contas dos Serviços Municipalizados, e a dívida decorrente dos empréstimos de médio e longo prazo destinados à Habitação Social, oportunamente contratualizados pelo Município, estes últimos outrora excecionados.

O impacto financeiro da inclusão deste novo agregado é, no seu conjunto, na ordem dos 53,8 M€.

Por todas as razões expostas, e em linha com os principais desafios e compromissos que se colocam à administração pública, é importante a prossecução de uma estratégia de crescimento sustentada, isto é, criando valor para os nossos *stakeholders*, assegurando melhores serviços e melhor qualidade de vida à população maiata, mas sem nunca negligenciar a sustentabilidade das finanças públicas.

Impõe-se assim o reconhecimento de que o respeito pelas prioridades políticas, variáveis em democracia, não dispensa a disciplina orçamental necessária para impedir a acumulação de desequilíbrios que mais tarde se tornam em obstáculos intransponíveis à concretização dessas prioridades.

Para garantir a sustentabilidade das finanças públicas e, por consequência, a capacidade redistributiva do orçamento, ao proceder à atribuição dos recursos comuns, é importante considerar os efeitos – sociais e económicos, de curto, médio e longo prazos – dessas assimetrias. Isso implica que, em paralelo com os fins redistributivos, a política orçamental tenha em conta a economia, eficiência e eficácia na afetação dos recursos utilizados pelo orçamento. Destas dependem, com efeito, por um lado, o crescimento do acervo de recursos disponíveis e, por outro, a certeza de que eles efetivamente se destinam aos fins desejados, mediante o melhor uso dos recursos disponíveis.

Finalmente, a eficácia e eficiência na afetação dos recursos utilizados pelo orçamento levam a ter em conta que da eficiência depende a maximização dos resultados obtidos com o uso dos recursos disponíveis, enquanto a eficácia regula a certeza de que eles são de facto usados para os fins desejados. Elementos de ineficácia ou ineficiência equivalem à existência de desperdícios ou desvios no uso dos recursos comuns. Enquanto a estabilidade e a sustentabilidade se referem ao lado macro da política orçamental, a eficácia e eficiência ligam-se sobretudo à gestão financeira pública, instrumento essencial dos resultados a obter.

A obtenção de informação útil, fiável e oportuna, que possibilite a tomada de decisões é um requisito essencial desta nova gestão e bom governo, na medida em que atua como adjuvante da gestão de topo e do órgão de administração, na execução eficaz e eficiente das suas responsabilidades.

Neste âmbito, o Município da Maia iniciou em 2014 mais um desafio com a implementação da contabilidade analítica, cujo processo decorrerá de forma mais ativa no ano 2015. Pretende-se potenciar o reporte informativo com mais um subsistema de apoio à gestão, que evidencie de forma diferenciada e

mais detalhada, por funções, os custos das respetivas atividades, incorporando para além dos custos diretos, os indiretos. Com efeito, é na repartição dos custos indiretos que se centra a maior alavancagem da qualidade da informação financeira produzida para suporte à tomada de decisão, permitindo, designadamente, a otimização da utilização dos recursos públicos.

O desafio é fazer a informação útil chegar em tempo oportuno a quem dela efetivamente precisa para tomar decisões compatíveis com a previsibilidade e a sustentabilidade das finanças públicas. O desafio é atingir esse resultado minimizando o custo de produção, circulação e tratamento da informação.

Assumem, por isso, acrescida importância e especial enfoque no âmbito desta nova dinâmica organizacional no seio da administração pública, a obrigação de prestar contas como dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos, e a sua ampla divulgação.

Na prossecução deste fim, o regime contabilístico legalmente aplicável à atividade autárquica determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

Acudindo ao objetivo enunciado, apresenta-se o relato das contas individuais do Município da Maia do ano 2014, que se encontra disposto em cinco capítulos.

O primeiro recai sobre o processo orçamental, inicialmente centrado na análise na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal, finalizando com a respetiva articulação entre ambas, designadamente ao nível da evolução da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento.

O segundo capítulo incide sobre a temática do endividamento autárquico, questão de primordial importância no contexto global da administração pública.

No terceiro capítulo são explicadas as demonstrações financeiras, ao inserir-se a análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

O capítulo quarto é dedicado a um conjunto de indicadores de gestão, considerados mais relevantes no âmbito das finanças municipais, de natureza orçamental e patrimonial.

Do quinto capítulo, como suporte fundamental de toda a análise, constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

Conclui-se a apreciação das contas com a certificação legal das contas individuais.

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), regista-se que o reporte financeiro das contas consolidadas será efetuado em documento individualizado, intitulado “Prestação de Contas Consolidadas – Relatório de Gestão”, a submeter oportunamente à aprovação do órgão executivo, de modo a ser apreciado pelo órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho.



2
0
1
4

ANÁLISE ORÇAMENTAL

maia
CÂMARA MUNICIPAL



2
0
1
4

EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO

Sendo essencial para melhor compreender a dinâmica da execução orçamental, designadamente no que se refere às suas principais variações, promove-se uma análise comparativa entre o orçamento inicial, final e executado permitindo assim avaliar a capacidade da concretização dos projetos que foram propostos, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, fator fundamental para a realização do objetivo político, num panorama macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos.

A estrutura orçamental assenta em receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

À semelhança de anteriores gerências, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Quadro 1

ORÇAMENTO DO ANO DE 2014						
ANO DE 2014						
	Previsão			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	56.276.556	56.276.556	0	53.843.637	-2.432.919	95,68%
Receitas de Capital	14.181.829	7.505.004	-6.676.825	2.142.253	-5.362.751	28,54%
Outras Receitas	100	100	0	34.607	34.507	34607,34%
Saldo da gerência anterior	0	6.676.825	6.676.825	6.676.825	0	100,00%
Total	70.458.485	70.458.485	0	62.697.322	-7.761.163	88,98%
Despesas Correntes	43.441.385	44.116.856	675.471	39.706.547	-4.410.309	90,00%
Despesas de Capital	27.017.100	26.341.629	-675.471	19.755.884	-6.585.744	75,00%
Total	70.458.485	70.458.485	0	59.462.432	-10.996.053	84,39%

Un: Euros

Para o exercício económico de 2014 o orçamento inicial foi aprovado pelo valor de 70.458.485 €, permanecendo no final com a sua dotação global inalterável, uma vez que todas as modificações realizadas ao orçamento consubstanciaram-se em meros reajustamentos entre rubricas de classificação económica e não tiveram qualquer impacto na sua dotação final, assegurado que foi o respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental.

No âmbito das componentes de natureza corrente, se em matéria de receitas a previsão final permaneceu fixa nos 56.276.556 €, as despesas correntes, com uma previsão inicial de 43.441.385 €, comportaram uma variação positiva de (+) 675.471 € que determinou uma dotação final de 44.116.856 €.

Já quanto às rubricas de natureza de capital, a previsão inicial das suas duas componentes foi corrigida, sendo que as receitas de capital, inicialmente dotadas com 14.181.829 €, finalizaram com uma dotação de 7.505.004 €, e as despesas de capital originariamente dotadas com 27.017.100 €, terminaram com uma dotação de 26.341.629 €.

Considerando o exposto, na linha de orientação de anos anteriores mais uma vez se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de carácter corrente, previsão de financiamento que se veio a concretizar em sede de execução orçamental, como se atesta no presente documento de prestação de contas.

No que respeita à execução orçamental verifica-se que a taxa de execução das receitas correntes sofreu um ligeiro aumento face ao ano transato, permanecendo assim em níveis elevados, 95,68%, o que significa que do total de 56.276.556 € previstos arrecadar foram cobrados 53.843.637 €, originando um desvio de (-) 2.432.919 €.

Para esta diferença contribuiu sobretudo a diminuição mais expressiva dos impostos diretos e indiretos, do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, Derrama e Loteamento e Obras, respetivamente.

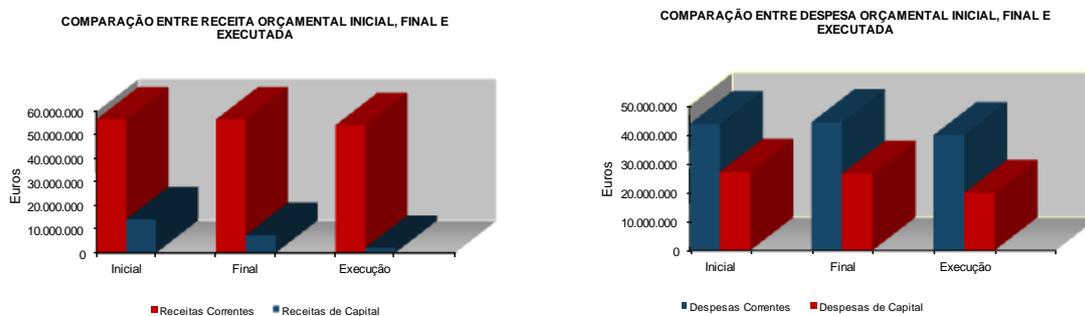
Quanto às receitas de capital, estas continuam a ficar muito aquém do previsto, uma vez que para uma previsão final de 7.505.004 € apenas se arrecadou 2.142.253 €, 28,54%, gerando um desvio de (-) 5.362.751 €. Resultado que é fundamentalmente explicado pela forte recessão económica que se tem vivido, inviabilizando assim a concretização de um conjunto de expectativas de venda de bens de investimento inicialmente previstas e que é um facto alheio à vontade dos Órgãos da Administração Municipal.

No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 84,39%, com as despesas correntes a anunciarem 90%, e as despesas de capital 75%, o que determina que sejam as despesas correntes que mais convergem para a execução orçamental.

Também neste âmbito o maior desvio da despesa está relacionada com a componente de capital, facto que não pode ser descontextualizado do período de forte recessão económica que se tem vivido bem como da natureza da própria operacionalização da *Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso*, fatores com grande impacto no planeamento dos investimentos levando em alguns casos à sua recalendarização ou a sua reavaliação para o ano seguinte.

O Gráfico 1 é ilustrativo dos desvios anotados.

Gráfico 1



ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO

Durante os exercícios económicos são por regra realizadas modificações orçamentais, que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço e/ou anulação das respetivas dotações. No que ao exercício de 2014 respeita ocorreram vinte e três modificações ao orçamento, nos termos a seguir identificados:

Quadro 2

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
ANO 2014		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	21	2
Plano Plurianual de Investimentos	21	0
Plano de Atividades Mais Relevantes	20	2
Orçamento da Receita	1	0

Un: Número

Organizando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos em que se agregam tanto as inscrições/reforços como as diminuições/anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da despesa e da receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano 2014, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

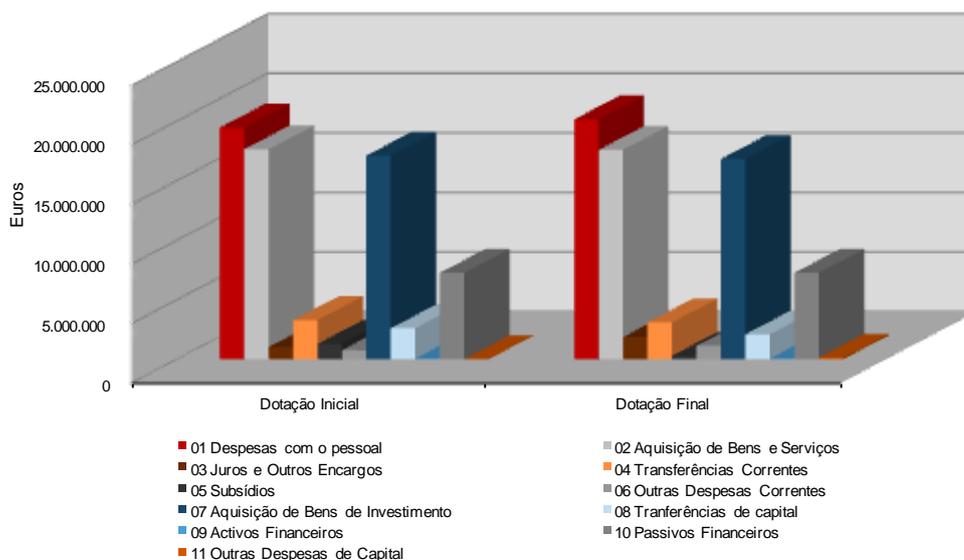
Quadro 3

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
ANO DE 2014								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	43.441.385	61,66%	5.983.154	5.307.682	44.116.856	62,61%	675.471	1,55%
01 Despesas com o pessoal	19.450.700	27,61%	1.451.494	755.742	20.146.452	28,59%	695.752	3,58%
02 Aquisição de Bens e Serviços	17.625.450	25,02%	2.343.160	2.384.839	17.583.771	24,96%	-41679	-0,24%
03 Juros e Outros Encargos	1.026.900	1,46%	1.451.907	610.900	1.867.907	2,65%	841.007	81,90%
04 Transferências Correntes	3.285.050	4,66%	35.093	506.085	3.094.058	4,39%	-190.992	-5,81%
05 Subsídios	1291685	1,83%	0	1.001.517	290.168	0,41%	-1.001.517	-77,54%
06 Outras Despesas Correntes	761600	1,08%	421.500	48.600	1.134.500	1,61%	372.900	48,96%
Despesas Capital	27.017.100	38,34%	5.719.219	6.394.690	26.341.629	37,39%	-675.471	-2,50%
07 Aquisição de Bens de Investimento	17.106.750	24,28%	5.539.329	5.828.947	16.817.132	23,87%	-289.618	-1,69%
08 Transferências de capital	2.602.400	3,69%	54.740	565.743	2.091.397	2,97%	-511.003	-19,64%
09 Ativos Financeiros	50.350	0,07%	0	0	50.350	0,07%	0	0,00%
10 Passivos Financeiros	7.253.050	10,29%	1.000	0	7.254.050	10,30%	1.000	0,01%
11 Outras Despesas de Capital	4.550	0,01%	124.150	0	128.700	0,18%	124.150	2728,57%
TOTAL	70.458.485	100,00%	11.702.373	11.702.373	70.458.485	100,00%	0	0,00%

Un: Euros

Gráfico 2

Modificações Orçamentais à Despesa



Da apreciação geral do Quadro 3 sobressai que em consequência das vinte e uma alterações realizadas ao orçamento da despesa em 2014, foram executados reforços no valor global de 11.702.373 € que tiveram como única contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Por outro lado, contrariamente ao que é a prática corrente do município, da leitura singela dos números conclui-se que foram financiadas despesas correntes, no valor global de 675.471 €, com recurso a despesas de capital, todavia regista-se que este reforço resultou sobretudo da influência das despesas de pessoal por força da necessidade de repor a redução salarial a todos os trabalhadores no curso do ano, atendendo que o Tribunal Constitucional, pelo Acórdão n.º 413/2014, considerou inconstitucional o art.º 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2013, que aprova o Orçamento do Estado para 2014.

- Com efeito, a modificação positiva de (+) 695.752 € registada no grupo das “Despesas com Pessoal” é inteiramente imputável à obrigatoriedade de reposição da referida redução salarial.
- Note-se porém que tal facto não invalida que tenha sido rigorosamente cumprido o princípio do equilíbrio orçamental, mesmo no sentido substancial. De facto, para além desta situação, nas demais alterações efetuadas os reforços das rubricas de natureza corrente foram integralmente assegurados por anulações da mesma espécie.

Ponderando reforços e anulações, a modificação positiva de maior significado foi no âmbito das Despesas Correntes na componente “Juros e Outros Encargos”, para satisfazer compromissos no âmbito de pagamento de juros, logo seguida pela variação das “Despesas com Pessoal” já referenciada.

- Por último, surge a variação positiva de (+) 372.900 € apurada nas “Outras Despesas Correntes”, tendo em vista o reforço das rubricas:
 - “ Impostos e Taxas (restituições) ”
 - “Outras”

Tais ajustamentos foram determinados na sua maioria por imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial.

Apreciação similar em matéria de modificação negativa remete para a anulação de (-) 1.001.517 € na rubrica de “Subsídios”, sobretudo devido ao ajustamento da dotação inicialmente prevista no projeto 54/A/2010, referente à “*Comparticipação à “Espaço Municipal, E.M.” em razão de Contratos - Programa celebrados com a Câmara Municipal*”, em resultado da reprogramação da participação referida. Releva-se ainda a variação negativa de (-) 190.992 € na dotação das “Transferências Correntes”.

Quanto às despesas de capital, para além das prováveis implicações que as diferentes inscrições/ reforços e as diminuições/anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

No cômputo destas despesas, destacam-se as modificações negativas das quantias de (-) 511.003 €, e de (-) 289.618 €, respetivamente assinaladas no grupo de “Transferências de Capital”, e “Aquisição de Bens de Investimento realizadas a título excecional, e que tiveram por finalidade reforçar parte do grupo dos “*Despesas com Pessoal*”, pelos motivos já invocados.

Nas restantes despesas de capital, à exceção dos ativos financeiros registaram-se modificações positivas, sendo a rubrica dos “Outras Despesas de Capital” – “Restituições”, a que demonstrou um aumento de maior significado, no montante de 124.150 €. Reforço este para permitir o reembolso da verba à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, no âmbito dos pagamentos por conta, do projeto “SIMA - Sistema Integrado de Modernização Autárquica”, cuja despesa realizada não absorveu todos os pagamentos efetuados, determinando assim o referido reembolso, após o apuramento da execução final do projeto.

Em matéria de Grandes Opções do Plano, na alçada do Plano das Atividades Mais Relevantes nenhuma das vinte alterações formalizadas implicou qualquer aumento da dotação global do orçamento, tendo como único objetivo reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a vários projetos.

No domínio do Plano Plurianual de Investimentos, as vinte e uma alterações executadas, não implicaram qualquer aumento da dotação global do orçamento da despesa, tendo como única finalidade reforçar e reajustar diferentes despesas relacionadas com diversos projetos.

No que respeita a Revisões, registaram-se duas, efetuadas ambas ao Plano das Atividades Mais Relevantes, que tiveram finalidades distintas. A primeira Revisão teve como finalidade a inclusão do projeto “Contrato de Prestação de Serviços a celebrar entre o Município da Maia e a “Fundação do Conservatório de Música da Maia”, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Artístico e Fomento da Cultura Musical, para o Concelho da Maia”. Com a segunda Revisão pretendeu-se incluir os dois projetos a seguir identificados, que apenas envolveram dotações em exercícios futuros:

- “Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia – Delegação de Competências “ – Projeto que traduz o resultado das negociações desenvolvidas entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia relativamente à delegação de competências a que se refere o artigo 132.º, n.º1, da Lei n.º 75/2013.
- “Realização do “Capital Social do Fundo de Apoio Municipal (FAM)” – Projeto que foi imperativo criar por força da Lei 53/2014, de 25 de Agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o “Fundo de Apoio Municipal (FAM), e que visou incluir em anos seguintes a responsabilidade financeira do município na realização do capital social deste fundo de apoio municipal.

No capítulo do Orçamento da Receita, foi efetivada uma alteração que totalizou o montante de 6.676.825 €, nos termos seguidamente sistematizados.

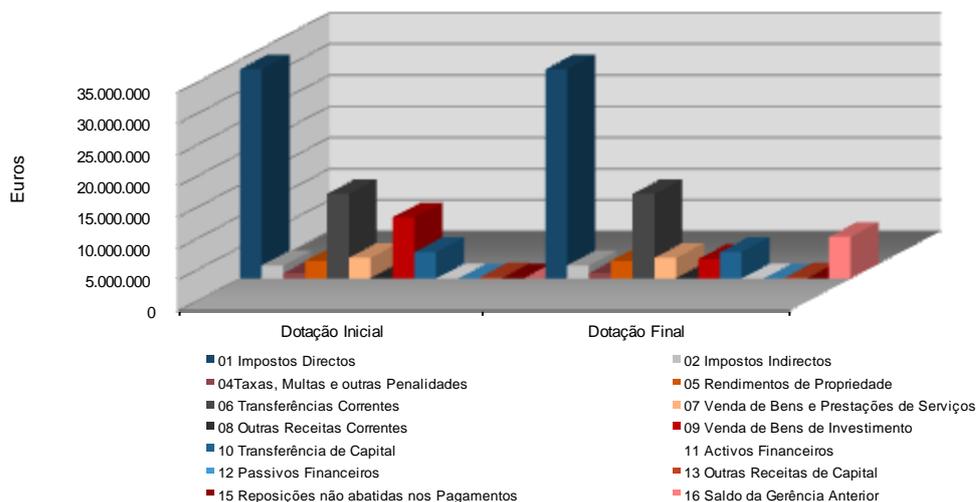
Quadro 4

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
ANO DE 2014								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	56.276.556	79,87%	0	0	56.276.556	79,87%	0	0,00%
01 Impostos Diretos	33.495.000	47,54%	0	0	33.495.000	47,54%	0	0,00%
02 Impostos Indiretos	2.107.300	2,99%	0	0	2.107.300	2,99%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	863.900	1,23%	0	0	863.900	1,23%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	2.828.000	4,01%	0	0	2.828.000	4,01%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	13.552.756	19,24%	0	0	13.552.756	19,24%	0	0,00%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3.320.200	4,71%	0	0	3.320.200	4,71%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	109.400	0,16%	0	0	109.400	0,16%	0	0,00%
Receitas Capital	14.181.829	20,13%	0	6.676.825	7.505.004	10,65%	-6.676.825	-47,08%
09 Venda de Bens de Investimento	9.775.843	13,87%	0	6.676.825	3.099.018	4,40%	-6.676.825	-68,30%
10 Transferência de Capital	4.215.486	5,98%	0	0	4.215.486	5,98%	0	0,00%
11 Ativos Financeiros	7.700	0,01%	0	0	7.700	0,01%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	-
13 Outras Receitas de Capital	182.800	0,26%	0	0	182.800	0,26%	0	0,00%
Outras Receitas	100	0,00%	6.676.825	0	6.676.925	9,48%	6.676.825	6676824,56%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	100	0,00%	0	0	100	0,00%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,00%	6.676.825	0	6.676.825	9,48%	6.676.825	-
TOTAL	70.458.485	100,00%	6.676.825	6.676.825	70.458.485	100,00%	0	0,00%

Un: Euros

Gráfico 3

Modificações Orçamentais à Receita



A única alteração formalizada ao Orçamento da Receita teve por finalidade a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 6.676.825 €, não tendo originado qualquer impacto na dotação global do orçamento uma vez que a mesma teve também como contrapartida a diminuição da rubrica “Venda de Bens de Investimento”, esta com dotação excedentária, perante a repetida impossibilidade de concretizar um conjunto de expectativas de arrecadação de receita por circunstâncias associadas à conjuntura económica desfavorável e alheias à vontade do executivo municipal.

RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS

Desenvolve-se neste capítulo uma análise numa ótica orçamental, tendo em vista avaliar as fontes de financiamento e a evolução da variação de ativos do último quadriénio com reflexos no saldo final da conta de gerência. Pretende-se relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

Quadro 5

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS												
	2011			2012			2013			2014		
	Receita Cobrada	Despesas Executadas	Diferença									
Saldo da gerência anterior	352.574		352.574	1.651.219		1.651.219	6.788.773		6.788.773	6.676.825		6.676.825
Corrente	57.431.770	43.763.710	13.668.060	57.254.287	40.477.164	16.777.124	54.380.650	39.900.136	14.480.514	53.843.637	39.706.547	14.137.090
Capital	5.968.641	18.339.026	-12.370.385	4.268.392	15.911.375	-11.642.983	1.764.133	16.366.347	-14.602.214	2.142.253	19.755.884	-17.613.631
Outras	970		970	3.413		3.413	9.752		9.752	34.607		34.607
TOTAL	63.753.955	62.102.736	1.651.219	63.177.311	56.388.539	6.788.773	62.943.307	56.266.483	6.676.825	62.697.322	59.462.432	3.234.891

Do quadro da Evolução dos Fluxos Monetários apresentado, é possível verificar que a execução orçamental tem permitido obter significativas poupanças correntes brutas, que oscilam entre os 13,6 M€ e 16,7 M€, em resultado das recorrentes cobranças de receita corrente acima das despesas correntes pagas.

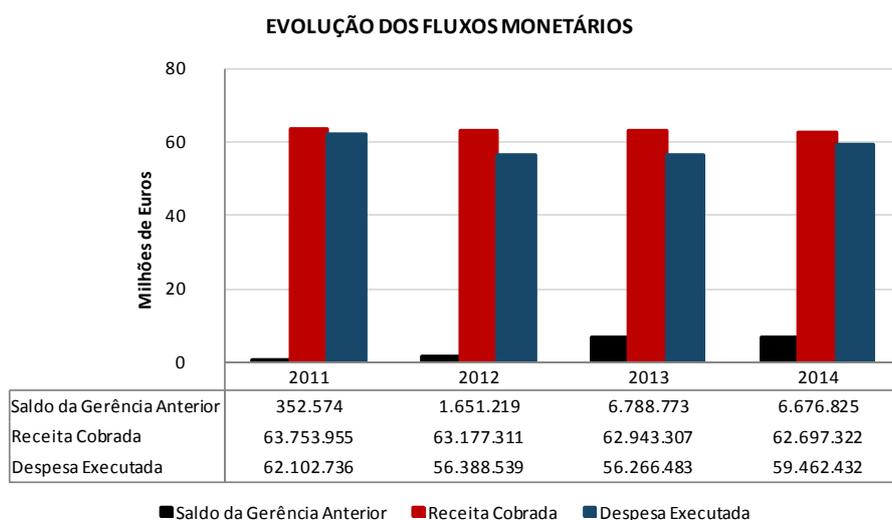
Em 2014, a receita corrente cobrada atingiu o montante de 53.843.637 € e a despesa paga situou-se nos 39.706.547 €, refletindo uma poupança corrente bruta de 14.137.090 €, sendo esta, uma das principais fontes de financiamento do investimento.

No que respeita à componente de capital, tal comportamento não se verifica, uma vez que a receita cobrada é sempre inferior à despesa paga, motivando consecutivos saldos negativos de capital, só superados através do recurso à poupança corrente bruta e ao saldo da gerência anterior.

No exercício findo, o total da receita cobrada bruta atingiu 62.697.322 € e a despesa total paga 59.462.432 € gerando um saldo para a gerência seguinte de 3.234.891 €.

O Gráfico 4 é bem ilustrativo da evolução dos fluxos monetários nos últimos quatro anos.

Gráfico 4



POUPANÇA CORRENTE

O Princípio do Equilíbrio Orçamental, na redação prevista no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Tais condições em termos de execução orçamental funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Para aferir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental insere-se o quadro seguinte:

Quadro 6

PRINCIPIO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL		
Ano 2014		
(1)	Receita Corrente Cobrada	53.843.637
(2)	Despesa Corrente Paga	39.706.547
(3)=(1)-(2)	Poupança corrente	14.137.090
(4)	Amortização média empréstimos de MLP	6.729.031
(5)=(3)-(4)		7.408.059

Un:Euros

Da análise do Quadro 6 é possível concluir que em matéria de execução orçamental o município respeitou integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, observando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, libertando-se 7.408.059 € para financiamento de investimento.

Contudo, uma análise centrada ao conceito de poupança corrente não pode descontextualizar nem as dívidas correntes transitadas, nem as receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, sendo por isso importante avaliar também a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que incorpora estas duas variáveis.

Quadro 7

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO				
	2011	2012	2013	2014
Receita Corrente Executada	57.431.770	57.254.287	54.380.650	53.843.637
Despesa Corrente Executada	43.763.710	40.477.164	39.900.136	39.706.547
Poupança Corrente Bruta (1)	13.668.060	16.777.124	14.480.514	14.137.090
Variação	-18,01%	22,75%	-13,69%	-2,37%
Dívida Corrente Transitada (2)	-1.381.811	-715.359	92.223	-44.130
Da Gerência Anterior	2.571.941	1.190.131	474.772	566.994
Para a Gerência Seguinte	1.190.131	474.772	566.994	522.864
Receita Corrente Liquidada e não cobrada do pp exercício (3)	661.784	-649.525	-379.239	727.431
Da Gerência Anterior	4.349.627	5.011.410	4.361.885	3.982.646
Para a Gerência Seguinte	5.011.410	4.361.885	3.982.646	4.710.078
Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)	15.711.654	16.842.957	14.009.053	14.908.652
Variação	-1,82%	7,20%	-16,83%	6,42%

Un:Euros

Nos termos atrás expostos e quando se incorpora na análise as dívidas transitadas e a receita liquidada e não cobrada, observam-se nos sucessivos exercícios económicos, poupanças correntes líquidas acima dos 14 M€, atingindo-se em 2014, 14.908.652 €, valor ligeiramente superior ao do exercício anterior, consequência quer da diminuição da dívida corrente transitada, quer do aumento da receita liquidada e não cobrada do próprio exercício, cujo incremento será oportunamente explicado em sede de análise da execução orçamental da receita.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL

O Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial pode ser avaliado numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, em que se afere a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano ou, pode ser avaliado numa ótica de *Execução Global* através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

Neste perspectiva, apresenta-se o Quadro 8 que pretende demonstrar o grau de execução daquele Princípio.

Quadro 8

CONTROLO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL				
	2011	2012	2013	2014
Receita Cobrada	63.401.380	61.526.092	56.154.535	56.020.498
Corrente	57.431.770	57.254.287	54.380.650	53.843.637
Capital	5.968.641	4.268.392	1.764.433	2.142.253
Outras Receitas	970	3.413	9.752	34.607
Despesa Paga	62.102.736	56.388.539	56.266.483	59.462.432
Corrente	43.763.710	40.477.164	39.900.136	39.706.547
Capital	18.339.026	15.911.375	16.366.347	19.755.884
Saldo Final de Operações Orçamentais	1.651.219	6.788.773	6.676.825	3.234.891
Dívida Transitada				
Da Gerência Anterior	8.472.399	4.181.021	533.995	688.981
Para a Gerência Seguinte	4.181.021	533.995	688.981	574.546
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	110,28%	119,79%	111,56%	105,64%
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	96,18%	110,99%	110,51%	104,43%

Un: Euros

No Quadro 8, é possível concluir que no ano de 2014 o Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial foi integralmente cumprido, quer no que toca à execução autónoma do ano (105,64%) quer no que toca à execução global do ano (104,43%), tendência que permanece desde o exercício de 2012.

Releva-se a evolução positiva verificada nos últimos anos, em especial o comportamento decrescente da dívida transitada que culminou numa redução de (-) 7.897.853 € face a 2010 e que tem vindo a influenciar deveras o comportamento dos rácios do equilíbrio orçamental em sentido substancial.

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

Com o objetivo de avaliar a forma como as diferentes receitas municipais arrecadadas financiaram o investimento autárquico em 2014 e, não deixando de salvaguardar que de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a comparticipação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica e financeira do Estado, apresenta-se no Quadro 9 as diversas fontes de financiamento do investimento.

Assim, agregaram-se as receitas municipais em função da sua relevância em dois grandes grupos, as de carácter corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida que seja das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, e as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, incluindo-se por último o contributo do saldo da gerência anterior.

Quadro 9

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO		
2014		
	Valor	FF / DI
Receitas Capital (1)	2.142.253	17,3%
Venda de Bens de Investimento	6.680	0,1%
FEF Capital	386.786	3,1%
Fundos comunitários	1.445.187	116%
Outras Trans Capital	295.909	2,4%
Passivos Financeiros	0	0,0%
Ativos Financeiros	7.691	0,1%
Outras receitas de Capital	0	0,0%
Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (2) = (3)-(4)-(5)	6.788.968	54,7%
Poupança Corrente (3)	14.137.090	113,9%
Amortizações de Capital (4)	7.253.041	58,5%
Outras Despesas Capital (5)	95.081	0,8%
Reposições não abatidas nos pagamentos (6)	34.607	0,3%
Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (7)=(1)+(2)+(6)	8.965.829	72,3%
Saldo gerência anterior (8)	6.676.825	53,8%
TOTAL (9) = (7)+(8)	15.642.653	126,1%
Despesas de Investimento pagas (10)	12.407.763	
Despesas de Investimento (10) / Fontes Financiamento (9)	79,32%	
Saldo para a Gerência Seguinte = (9)-(10)	3.234.891	

Un: Euros

Notas:
FF - Fonte de Financiamento
DI - Despesas de Investimento

No ano 2014, a receita gerada no exercício disponível para financiar investimento ascendeu a 8.965.829 € permitindo sustentar 72,3% do investimento pago sendo o remanescente suportado por parte do saldo da gerência anterior.

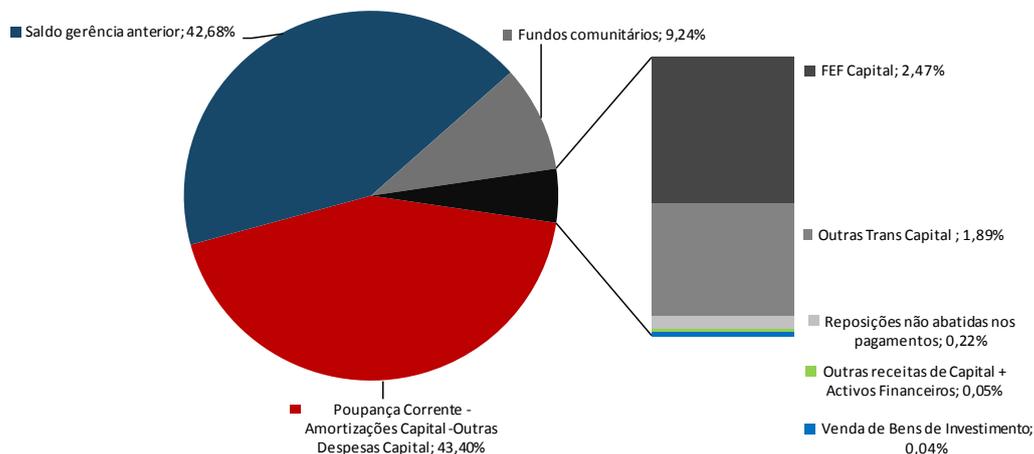
É notório que a “Poupança Corrente”, deduzidas que sejam as amortizações de capital e outras despesas de capital não reprodutivo, apresenta-se como principal fonte de financiamento de investimento, ao contribuir com 54,7%, logo seguida das receitas de capitais arrecadadas no período. Destaca-se neste agrupamento, pela sua relevância os Fundos Comunitários, o FEF capital e as Outras Transferências de Capital, que comportaram respetivamente, 1.445.187 €, 386.786 € e 295.909 €

Com menor representatividade, encontram-se as vendas de investimento com 6.880 € e os ativos financeiros com 7.691 €.

Por fim, importa também referir que face ao volume total das fontes de investimento, 15.642.653 €, concretizado que foi o pagamento das despesas de investimento no montante de 12.407.763 €, ainda foi possível gerar um saldo para a gerência seguinte no valor de 3.234.891 €.

Gráfico 5

FONTES FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO



FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Em conformidade com uma recomendação do Tribunal de Contas e não obstante o que está instituído no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro, está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa”, por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Assim, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma análoga titulada por um documento.

FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa espelha os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício estando associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são demonstrados os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria e as cauções em dinheiro são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços autárquicos efetuam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro 10 apresenta resumidamente, os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2014.

Quadro 10

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				
ANO 2014				
Recebimentos		Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		10.715.374	Despesas Orçamentais	59.462.432
Execução Orçamental	6.676.825		Correntes	39.706.547
Operações de Tesouraria	353.650		Capital	19.755.884
Cauções em dinheiro	3.684.899			
Receitas Orçamentais		56.020.498	Dotações não Orçamentais	4.077.824
Correntes	53.843.637		Operações de Tesouraria	3.730.135
Capital	2.142.253		Cauções em dinheiro	347.689
Outras	34.607			
Dotações não orçamentais		3.887.307	Saldo para a gerência seguinte	7.082.923
Operações de Tesouraria	3.692.846		Execução Orçamental	3.234.891
Cauções em dinheiro	194.461		Operações de Tesouraria	316.361
			Cauções em dinheiro	3.531.671
Total		70.623.178	Total	70.623.178

Unidade: Euros

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2014 pode-se concluir que:

- As entradas de fundos ascenderam a 59.907.805 €, sendo 56.020.498 € provenientes de receitas orçamentais e 3.887.307 € de dotações não orçamentais, dos quais 3.692.846 € respeitam a operações de tesouraria, e 194.461 € a cauções em dinheiro.
- Por sua vez, as saídas de fundos somaram 63.540.256 €, dos quais 59.462.432 € resultam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o remanescente de despesas não orçamentais: 3.730.135 € provenientes de operações de tesouraria e 347.689 € de cauções em dinheiro.

Como resultado dos movimentos ocorridos entre recebimentos e pagamentos, verifica-se que o saldo a transitar para 2015 fixou-se em 7.082.923 €, sendo 3.234.891 € decorrentes da execução orçamental, 316.361 € de operações de tesouraria e 3.531.671 € de cauções em dinheiro, refletindo uma diminuição de (-) 3.632.451 € face ao transitado da gerência anterior, em resultado da maior dinâmica em matéria de pagamentos.

Gráfico 6



No âmbito das Operações Não Orçamentais, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Maia realizaram para terceiros, ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, e as cauções em dinheiro resultam de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

O Quadro 11 reproduz e bem a repartição destes encargos segundo a sua natureza.

Quadro 11

RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS						
(Operações de tesouraria e cauções em dinheiro)						
ANO 2014						
Designação das contas	Saldo de gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
21 CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES	0	1.841.564	25.806	46.122	0	1.861.879
21.7 Clientes e Utentes com Cauções						
217.1 De Execução de Obras (Loteamentos,...)	0	1736.476	24.897	36.097	0	1747.675
217.3 Clientes e utentes c/ cauções LO até 31/12/2001	0	16.829			0	16.829
217.9 Outras	0	88.258	909	10.025	0	97.375
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0	239.690	3.354.628	3.362.804	0	247.866
24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos						
24.2.1 Trabalho dependente	0	10.295	1362.900	1370.512	0	117.907
24.2.2 Trabalho independente	0	9.208	99.207	99.081	0	9.083
24.2.4 Prediais	0	0	954	954	0	0
24.2.5 Pensões	0	165	1955	1050	0	250
24.2.6 Sobretaxa extraordinária s/ rendimentos sujeitos a IRS	0	7.907	93.121	92.706	0	7.492
24.2.7 Trabalho dependente - acertos	0	0			0	0
24.4 Restantes impostos						
24.4.1 Imposto de selo	0	0	9	9	0	0
24.5 Contribuições para a Segurança Social						
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações	0	80.457	1009.688	1011500	0	82.268
24.5.2 ADSE	0	31	370.313	370.283	0	2
24.5.3 Instituto Gestão Financeira Segurança Social	0	30.636	389.877	390.098	0	30.858
24.9 Outras Contribuições						
24.9.3 Direção Geral de Contribuições e Impostos	0		26.603	26.610	0	7
26 OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	0	1.957.296	697.390	478.381		1.738.287
26.1 Fornecedores de Imobilizado						
26.12.1 Fornecedores de Imobilizado c/ cauções - individual	0	968.108	317.117	148.339	0	799.330
26.2 Pessoal						
26.2.9 Outras operações com o pessoal	0	189	4.455	5.160	0	884
26.3 Sindicatos						
26.3.1 Sindicatos Trabalhadores Administração Local	0	398	4.578	4.552	0	372
26.3.2 Sindicato Trabalhadores Administração Pública	0	655	7.801	7.849	0	703
26.3.3 Sindicato Engenheiros do Norte	0	12	145	145	0	12
26.3.4 Sindicato Técnicos Adm. Auxiliares Educação	0	5	44	39	0	0
26.3.5 Sindicato Trabalhadores Função Pública Norte	0	72	691	682	0	63
26.3.7 Sindicato Nacional dos Polícias Municipais	0	67	872	906	0	100
26.8 Devedores e credores diversos						
26.8.8 Credores diversos de cauções até 31/12/2001	0	875.228	4.766		0	870.462
26.8.9 Credores diversos - outros	0	12.564	356.921	310.718	0	66.361
Totais	0	4.038.549	4.077.824	3.887.307	0	3.848.032

Unidade: Euros

No exercício de 2014 os fluxos financeiros de entradas em cofre para terceiros situaram-se nos 3.887.307 €, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante de 4.077.824 €. O maior volume de movimentos de entrada e saída de operações de não orçamentais, são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, designadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e

contribuições para a Segurança Social, assim, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

No final do exercício, das importâncias em cofre, cerca de 92% respeitam a cauções em dinheiro, consequência dos saldos transitados de gerências anteriores.

Apesar da sua natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

CONTAS DE ORDEM

As contas de ordem têm como objetivo contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, anotando-se, contudo, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão vertidas no mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

Atenta a sua natureza, a informação foi constituída em três quadros distintos, o Quadro 12 para “Garantias e Cauções Rececionadas”, o Quadro 13 para “Garantias a Favor de Terceiros”, e por último, o Quadro 14 para “Recibos para Cobrança”.

Quadro 12

GARANTIAS E CAUÇÕES RECECIONADAS						
Excluindo Cauções em Dinheiro						
Designação das contas	Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte	
		Prestadas	Devolvidas	Accionadas		
(A)		(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)	
09.2	Garantias					
09.2.1	De empreitadas e fornecimentos	4.204.816	853.288	753.824	0	4.304.279
09.2.2	Para execução de obras	14.541.540	78.000	194.032		14.425.508
09.2.3	Outras Garantias	263.928		255.000		8.928
09.2.4	Garantias até 31.12.2001	0				0
09.2.5	Hipotecas	5.719.130	126.619	780.000		5.065.749
09.2.6.01	Seguros-Caução - empreitadas e fornecimentos	169.163	42.544	98.952		112.756
09.2.6.02	Seguros-Caução - execução de obras	608.416				608.416
	Total	25.506.994	1.100.451	2.081.808	0	24.525.637

Un.: Euros

As garantias prestadas a favor da autarquia atingiram em 2014 o valor de 1.100.451 €, enquanto as garantias devolvidas ascenderam aos 2.081.808 €, o que resulta para a gerência seguinte, acrescido que seja o saldo transitado, um saldo de 24.525.637 €, valor este, ligeiramente inferior ao da gerência anterior.

A rubrica com maior relevância em matéria de garantias e cauções rececionadas respeita à componente “Para Execução de obras” ao assumir o valor de 14.425.508 €, não obstante no que toca a movimentos do período, o maior volume prestado e devolvido se registre nas garantias “De empreitadas e fornecimentos” e nas “Hipotecas” respetivamente.

Quadro 13

GARANTIAS E CAUÇÕES A FAVOR DE TERCEIROS					
Designação das contas	Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
		Prestadas	Devolvidas	Accionadas	
(A)		(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.4 Cauções a favor de terceiros	0				0
09.4.1 Vasilhames					
09.5 Garantias a favor de terceiros	5.437.928				
09.5.1 Empreitadas e fornecimentos	262.141				262.141
09.5.2 Hipoteca a favor de terceiros	5.175.787				5.175.787
Total	5.437.928			Total	5.437.928

Un.: Euros

No que se refere às garantias e cauções a favor de terceiros, conclui-se do Quadro 13 que no exercício de 2014 não foi prestada pela autarquia qualquer garantia ou caução desta tipologia, motivo que determina que o total das garantias prestadas tituladas em 5.437.928 €, resulta de responsabilidades assumidas em anteriores gerências, permanecendo, assim, inalterado o saldo para a gerência seguinte, que é constituído da seguinte forma:

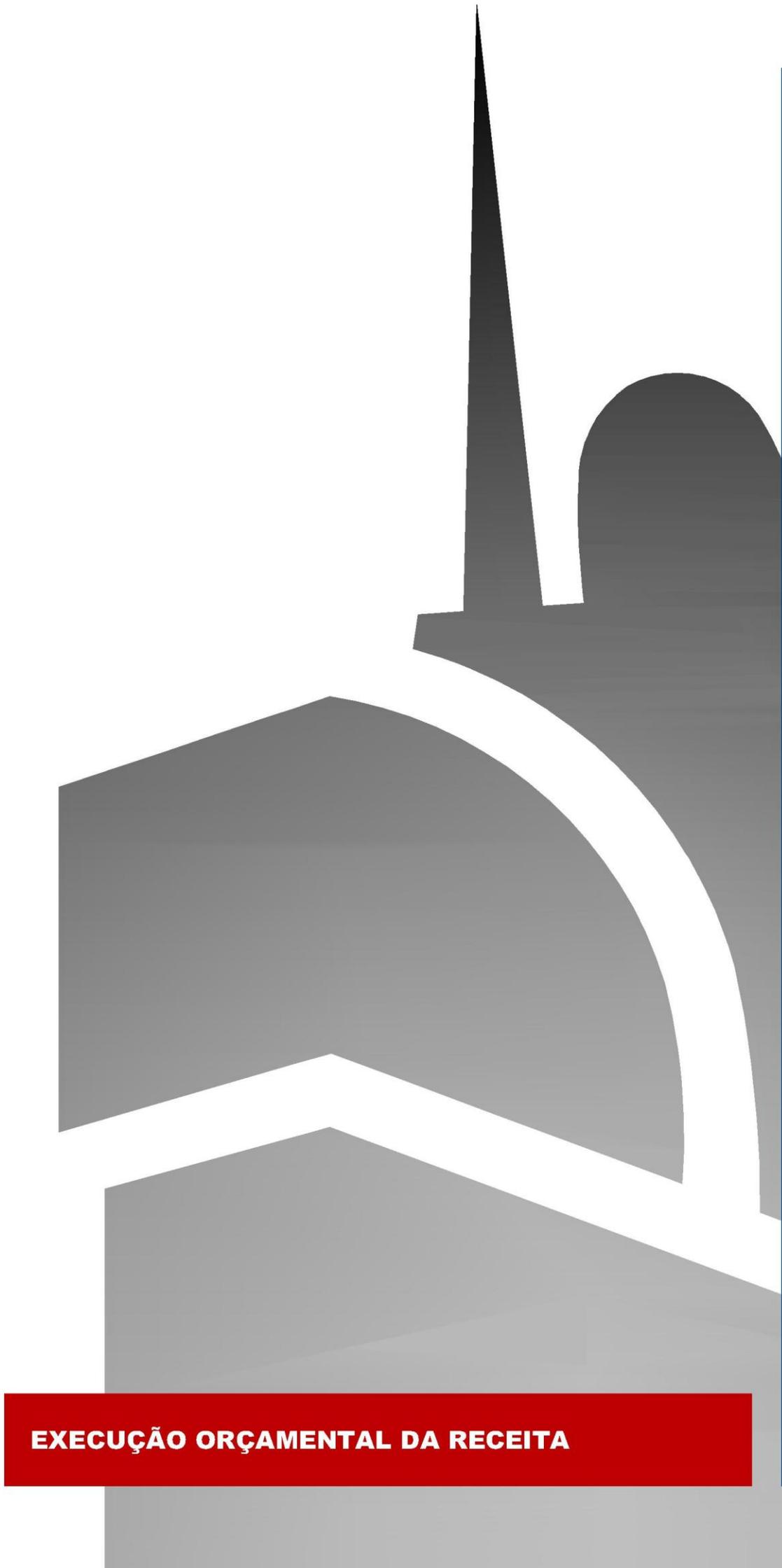
- A hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.
- Uma garantia prestada em 2007 pelo montante de 159.641 € a favor do IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura;
- Três garantias, prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €;
- Uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500 €.

Quadro 14

RECIBOS PARA COBRANÇA					
Designação das contas	Saldo de gerência anterior	Movimento anual			Saldo para a gerência seguinte
		Cobrança	Anulação	Emissão	
(A)		(B)		(C)	(D)=(A)-(B)+(C)
09.3 Receita Virtual	1.568.217				1.568.217
09.3.1 Receita Virtual de Anos Anteriores	1.568.217				1.568.217
09.3.2 Receita Virtual do Próprio Ano					0
Total	1.568.217			Total	1.568.217

Un.: Euros

Relativamente aos recibos para cobranças, uma vez que no ano de 2014 não existiu qualquer anulação, cobrança e emissão de documentos debitados ao tesoureiro, mantém-se, desta forma, inalterado o saldo para a gerência seguinte que é exatamente igual ao saldo da gerência anterior.



2
0
1
4

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

Quadro 15

Estrutura Geral da Receita									
	2012		2013		Previsão	2014			
	Execução	Variação 2011/2012	Execução	Variação 2012/2013		Execução	Peso	Variação 2013/2014	Taxa de Execução
Receitas Correntes	57.254.287	-0,3%	54.380.650	-5,0%	56.276.556	53.843.637	96,1%	-1,0%	95,7%
Impostos Diretos	34.198.424	4,7%	31.522.714	-7,8%	33.495.000	31.136.938	55,6%	-1,2%	93,0%
Impostos Indiretos, Tx Multas e Out.	4.163.668	-8,3%	3.019.869	-27,5%	2.971.200	2.605.635	4,7%	-13,7%	87,7%
Penalidades									
Rendimentos de Propriedade	2.473.829	-18,5%	2.655.955	7,4%	2.828.000	2.528.863	4,5%	-4,8%	89,4%
Transferências Correntes	13.216.760	-2,5%	13.917.346	5,3%	13.552.756	14.186.076	25,3%	1,9%	104,7%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.041.233	-12,4%	3.149.081	3,5%	3.320.200	3.207.266	5,7%	1,8%	96,6%
Outras Receitas Correntes	160.374	-3,0%	115.685	-27,9%	109.400	178.858	0,3%	54,6%	163,5%
Receitas de Capital	4.268.392	-28,5%	1.764.133	-58,7%	7.505.004	2.142.253	3,8%	21,4%	28,5%
Venda de Bens de Investimento	19.731	-86,7%	103.838	426,3%	3.099.018	6.680	0,0%	-93,6%	0,2%
Transferências de Capital	3.839.375	-32,3%	1.649.545	-57,0%	4.215.486	2.127.882	3,8%	29,0%	50,5%
Ativos Financeiros	9.286	52,1%	10.750	15,8%	7.700	7.691	0,0%	-28,5%	99,9%
Passivos Financeiros	0		0		0	0	0,0%		
Outras Receitas de Capital	400.000	179,5%	0	-100,0%	182.800	0	0,0%		0,0%
Outras Receitas	3.413	252,0%	9.752	185,8%	100	34.607	0,1%	254,9%	34607,3%
Total das Receitas	61.526.092	-3,0%	56.154.535	-8,7%	63.781.660	56.020.498	100,0%	-0,2%	87,8%
Integração do saldo da gerência	1.651.219		6.788.773			6.676.825			
Total	63.177.311		62.943.307			62.697.322			

Como se demonstra no quadro supra reproduzido, no triénio 2012-2014, a receita arrecadada pelo município, reflete uma tendência de crescimento negativa, pese embora no exercício de 2014, esse decréscimo ter tido menor expressividade (-) 0,2%. Tal comportamento encontra-se maioritariamente justificado pela variação da componente de natureza corrente, com os impostos e taxas a assumir primordial importância nesta prestação. Em sentido contrário, apresentam-se as *receitas de capital* e as *outras receitas*, ao exibirem uma variação conjunta positiva de (+) 22,7%. Com efeito, contabilizada a redução entre 2012 e 2014 a receita cobrada bruta diminuiu (-) 5.505.594 € o que, a manter-se esta orientação, poderá condicionar a gestão orçamental e a atuação do executivo nas suas diversas áreas de intervenção municipal.

Excluído que seja o saldo da gerência anterior, a receita cobrada bruta em 2014, atingiu o valor global de 56.020.498 €, reiterando-se, à semelhança de exercícios anteriores, a supremacia das receitas correntes em relação às receitas de capital e outras receitas, ao absorverem 96,1% daquele valor total. Em matéria de execução orçamental, esta situou-se nos 87,8%, destacando-se uma vez mais as excelentes taxas de execução das receitas correntes, que atingiram 95,7%.

Relativamente àquele aglomerado de receitas correntes que ascendeu a 53.843.637 €, importa destacar a relevância dos *impostos diretos* e das *transferências correntes* que concorrem com cerca de 81% da receita do município, não obstante se observarem comportamentos distintos em termos de taxas de crescimento, de (-) 1,2% e (+) 1,9% respetivamente.

Com uma representatividade menor, mas igualmente determinantes a assegurar cerca de 15% do montante global da receita, apresentam-se a “*venda de bens e serviços correntes*”, os “*impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades*”, os “*rendimentos de propriedade*”, e as “*outras receitas correntes*”,

responsáveis por 8.520.623 €, sendo que neste conjunto de rubricas apenas a *venda de bens e serviços correntes* e as *outras receitas correntes* evidenciam um acréscimo face ao ano transato.

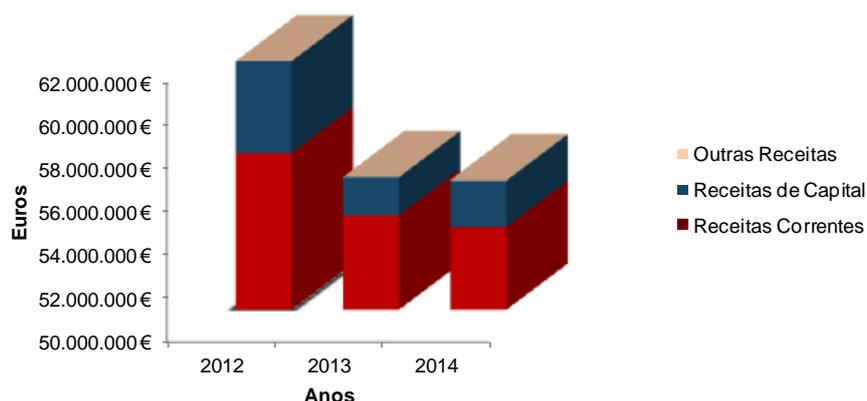
As *receitas de capital*, por sua vez, responsáveis por apenas 3,8% das receitas totais, ascenderam a 2.142.253 €, dos quais 2.127.882 € foram absorvidos pelas *transferências de capital*. Este agregado da receita caracteriza-se regularmente, por desvios consideráveis relativamente à previsão, apresentando no exercício em análise, uma taxa de execução de apenas 28,5%.

Quanto às *outras receitas*, a par de gerências anteriores, não influenciaram o total de receita e foram totalmente absorvidas pelas reposições não abatidas nos pagamentos, que em 2014 alcançaram 34.607 €.

Ilustra-se a evolução da receita no ano de 2014 com a apresentação do Gráfico 7.

Gráfico 7

EVOLUÇÃO DA RECEITA



Destacam-se, para analisar pormenorizadamente, os seguintes agregados de receita:

- Receitas Próprias
- Receita liquidada e não cobrada
- Transferências

RECEITAS PRÓPRIAS

Na alçada da autonomia financeira de que dispõe, o município tem a faculdade de gerar receita própria, que mais não são do que recursos financeiros localmente criados, sem qualquer influência das componentes da receita relativas a transferências ou empréstimos contraídos. Segue-se um quadro representativo deste tipo de receita, no qual se mantém a distinção entre receita corrente e receita de capital.

Quadro 16

RECEITAS PRÓPRIAS										
	2012	Variação 2011/2012	2013	Variação 2012/2013	2014		Variação 2013/2014	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
	Valor		Valor		Previsão	Execução				
Receitas Correntes										
Impostos Diretos	34.198.424	4,7%	31.522.714	-7,8%	33.495.000	31.136.938	-1,2%	78,5%	57,8%	55,6%
Impostos Indiretos, Tx Multas e Out Penalidades	4.163.668	-8,3%	3.019.869	-27,5%	2.971.200	2.605.635	-13,7%	6,6%	4,8%	4,7%
Rendimentos de Propriedade	2.473.829	-18,5%	2.655.955	7,4%	2.828.000	2.528.863	-4,8%	6,4%	4,7%	4,5%
Venda de Bens e Prestação de	3.041.233	-12,4%	3.149.081	3,5%	3.320.200	3.207.266	-1,8%	8,1%	6,0%	5,7%
Outras Receitas Correntes	160.374	-3,0%	115.685	-27,9%	109.400	178.858	54,6%	0,5%	0,3%	0,3%
Sub Total	44.037.527	0,4%	40.463.304	-8,1%	42.723.800	39.657.561	-2,0%	100,0%	73,7%	70,8%
Receitas Capital										
Venda de Bens de Investimento	19.731	-86,7%	103.838	426,3%	3.099.018	6.680	-93,6%	0,0%	0,0%	0,0%
Ativos Financeiros	9.286	52,1%	10.750	15,8%	7.700	7.691	-28,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras Receitas de Capital	0	-100,0%	0	-100,0%	182.800	0		0,0%	0,0%	0,0%
Sub Total	29.017	-90,3%	114.588	294,9%	3.289.518	14.371	-87,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Total das Receitas Próprias	44.066.544	-0,3%	40.577.892	-7,9%	46.013.318	39.671.932	-2,2%	100,0%	73,7%	70,8%
Total das Receitas Correntes	57.254.287	-0,3%	54.380.650	-5,0%	56.276.556	53.843.637	-1,0%		100,0%	96,1%
Total das Receitas	61.526.092	-3,0%	56.154.535	-8,7%	63.781.660	56.020.498	-0,2%			100,0%

Da análise do Quadro 16, é possível aferir que as receitas próprias reproduzem tendências idênticas às ocorridas na receita global. Observa-se no triénio 2012-2014 um inequívoco predomínio das receitas próprias correntes (39.657.561 €) sobre as de capital (14.371 €), atenta a quase inexistente representatividade das receitas de capital.

Em 2014, as receitas próprias, que representam 70,8% da receita total, ascenderam a 39.671.932 € espelhando uma propensão para perda de recursos próprios nos últimos três exercícios, apesar de em 2014 ter sido menos acentuada (-) 2,2%.

Gráfico 8



Com efeito, face a 2012, o município deixou de arrecadar cerca de 4,3 M€ de receitas próprias o que não é de todo de menosprezar. Tal resultado está claramente influenciado pela orientação negativa de duas das suas principais componentes, os *impostos diretos* e os *impostos indiretos, taxas multas e outras penalidades*, com especial relevo para o no impacto decorrente da evolução negativa da *Derrama*, do *Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas* e, da entrada em vigor do licenciamento zero que se traduziu numa perda substancial de receita própria.

A influenciar o desempenho das receitas próprias encontram-se também os *rendimentos de propriedade*, que face a 2013 refletem uma perda de (-) 4,8%, ou seja (-) 127.092 €, fruto essencialmente da diminuição dos juros bancários e dos dividendos provenientes da Águas do Douro e Paiva, S.A..

Com muito menor peso, também as *vendas de bens de investimento e ativos financeiros* relevam negativamente para aquele desempenho, tendo contribuído no seu conjunto com apenas 14.371 €.

Em sentido inverso e exercendo uma influência positiva, encontram-se as rubricas de *venda de bens e serviços correntes* (+ 1,8%) e as *outras receitas correntes* (+ 54,6%) que atenuaram ligeiramente a perda generalizada das remanescentes rubricas que constituem as receitas próprias, destacando-se para o efeito o desempenho da subrubrica de *serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos* que ao longo do triénio 2012-2014 tem apresentado consecutivos ligeiros aumentos na arrecadação de receita.

Para finalizar, regista-se que continua a existir um bom desempenho da receita própria no total da receita municipal ao representar 74% das receitas correntes e 71% das receitas totais, o que reflete o elevado potencial do município de gerar receita própria, traduzindo uma boa autonomia financeira por parte da edilidade.

De seguida, apresenta-se uma análise mais detalhada das principais componentes de receita.

IMPOSTOS DIRETOS

Quadro 17

IMPOSTOS DIRETOS						
	2012	2013	2014		Variação 2013/2014	
				Peso	Valor	%
Impostos diretos						
Imposto Municipal s/ Imóveis	21.170.899	19.056.421	21.046.465	67,6%	1.990.044	10,4%
Imposto Único de Circulação	2.722.986	3.382.433	3.194.594	10,3%	-187.839	-5,6%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	4.645.145	3.538.766	3.101.727	10,0%	-437.039	-12,4%
Derrama	5.604.062	5.315.095	3.752.412	12,1%	-1.562.683	-29,4%
Contribuição Autárquica	17.972	207.172	10.343	0,0%	-196.829	-95,0%
Imposto de Sisa	17.926	20.426	28.084	0,1%	7.658	37,5%
Contribuição Especial	19.434	2.402	3.313	0,0%	911	37,9%
Total	34.198.424	31.522.714	31.136.938	100,0%	-385.777	-1,2%

Un:Euros

Em consequência da grande representatividade desta tipologia de receita quer no cômputo global da receita (56%) quer no que concerne às receitas próprias (78,5%), esta rubrica merece pois uma análise mais detalhada.

Assim, por conta de impostos diretos foram cobrados 31.136.938 €, o que reflete uma redução de (-) 385.777 € face ao período transato.

A exemplo de anos anteriores, o *Imposto Municipal sobre Imóveis* (IMI) continua a posicionar-se como principal fonte de receita, destacando-se claramente das restantes componentes de impostos diretos, ao ser responsável por 21.046.465 €, ou seja 67,6% dos impostos diretos.

Não obstante a clara supremacia do IMI, não se pode menosprezar as remanescentes rubricas designadamente a *Derrama*, o *Imposto Único de Circulação* (IUC) e *Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis* (IMT) que apesar de neste exercício terem revelado decréscimos significativos de (-) 2.187.561 €, com especial relevância para a *Derrama* que isoladamente diminui (-) 29%, no seu conjunto contribuíram com 10.048.733 € representando cerca de 18 % da receita total.

Com efeito, por conta da *Derrama* arrecadou-se 3.752.412 €, o que face a 2013 representa uma diminuição de (-) 1.562.683 €, sobretudo devido à influência dos reembolsos realizados pela administração fiscal a favor das empresas abrangidas pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades que em anos anteriores a 2012 foram sujeitas a pagamento indevido de *derrama*, por força do entendimento do Supremo Tribunal Administrativo nessa matéria que é contrário ao da Autoridade Tributária

Refira-se que, para o ano em análise, o município aprovou em novembro de 2013 o lançamento da taxa de *derrama* de 1,5% para sujeitos passivos com volume de negócios, que no ano anterior ultrapassasse os 150.000 € e uma taxa reduzida de 1% para sujeitos passivos com volume de negócios, que no ano anterior não ultrapassasse os 150.000 €, de acordo com o artigo 14.º da Lei das Finanças Locais.

O IUC, responsável por 10,3% dos impostos diretos, contribui com 3.194.594 € refletindo também uma taxa de crescimento negativa, resultado que não deverá ser descontextualizado do facto de em 2013 a Autoridade Tributária ter empreendido um esforço adicional de recuperação de dívida atrasada.

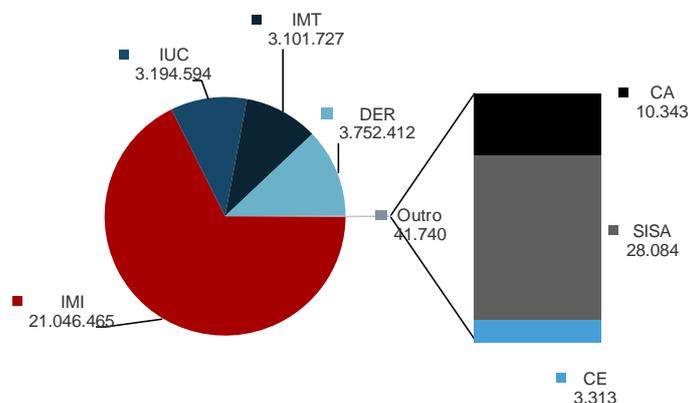
No que concerne ao IMT, e como seria expectável, protagoniza igualmente uma evolução negativa de (-) 12,4%, contudo não deixa de contribuir com 3.101.727 €, facto a que não será alheio a crise económica instalada no setor da construção e imobiliária.

Por conta dos impostos abolidos (contribuição autárquica e *sis*) e a contribuição especial apenas se arrecadaram 41.740 € para este agrupamento de receita.

Por último, importa registar que a receita fiscal é sem dúvida geradora de excelentes níveis de execução de receita, na qual o IMI exerce uma influência inequívoca no resultado, sendo sem margem para dúvida o alicerce das receitas próprias do município.

Gráfico 9

IMPOSTOS DIRETOS



IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Quadro 18

IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES									
	2012		2013		2014		Peso	Variação 2013/2014	Taxa de Execução
	Execução	Variação 2011/2012	Execução	Variação 2012/2013	Previsão	Execução			
Mercados e Feiras	29.134	-7,8%	25.832	-11,3%	32.600	25.070	1,0%	-3,0%	76,9%
Loteamentos e Obras	1.266.735	-37,5%	1.339.511	5,7%	2.014.100	943.516	36,2%	-29,6%	46,8%
Particulares	422.451	-11,5%	332.684	-21,2%	469.000	235.785	9,0%	-29,1%	50,3%
Empresas	844.284	-45,5%	1.006.828	19,3%	1.545.100	707.730	27,2%	-29,7%	45,8%
Ocupação da Via Pública	1.894.333	29,6%	1.002.098	-47,1%	1.604.000	919.239	35,3%	-8,3%	57,3%
Publicidade	313.770	-15,6%	150.660	-52,0%	360.300	121.073	4,6%	-19,6%	33,6%
Outros	255.747	0,2%	219.895	-14,0%	274.200	215.712	8,3%	-1,9%	78,7%
Caça, uso e porte de arma	3	0,0%	8	148,8%	100	0	0,0%	-100,0%	0,0%
Multas e Outras Penalidades	403.945	2,8%	281.865	-30,2%	390.300	381.026	14,6%	35,2%	97,6%
Total	4.163.668	-8,3%	3.019.869	-27,5%	4.675.600	2.605.635	100,0%	-13,7%	55,7%

Unid. Euros

Dos dados apresentados conclui-se que o conjunto *impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades*, finalizou o exercício de 2014, com um montante de receita cobrada bruta de 2.605.635 €, (-) 13,7% abaixo do registado em 2013, ou seja (-) 414.234 €, exibindo idêntica tendência à observada em exercícios anteriores. Tal comportamento encontra-se influenciado pelo facto de no ano 2014 quase todas as componentes que concorreram para a execução da receita deste conjunto, terem exibido uma

prestação negativa excepcionando-se apenas as *multas e outras penalidades* que contrariaram aquela orientação e apresentaram uma variação positiva de (+) 35,2%.

Destaca-se contudo, quer pela importância que ocupa neste conjunto de receita (36,2%) quer pela materialidade da variação negativa (-) 395.995 €, a rubrica *loteamentos e obras*, que espelha uma vez mais o impacto da crise económica instalada no setor da construção e imobiliária.

A *ocupação da via pública*, responsável por 919.239 € compreende maioritariamente a receita adveniente da Portgás e SMAS pela ocupação do subsolo com tubos subterrâneos. Decresceu no exercício de 2014, (-) 8,3%, ou seja, (-) 82.859 € em consequência da diminuição dos montantes devidos pelos SMAS.

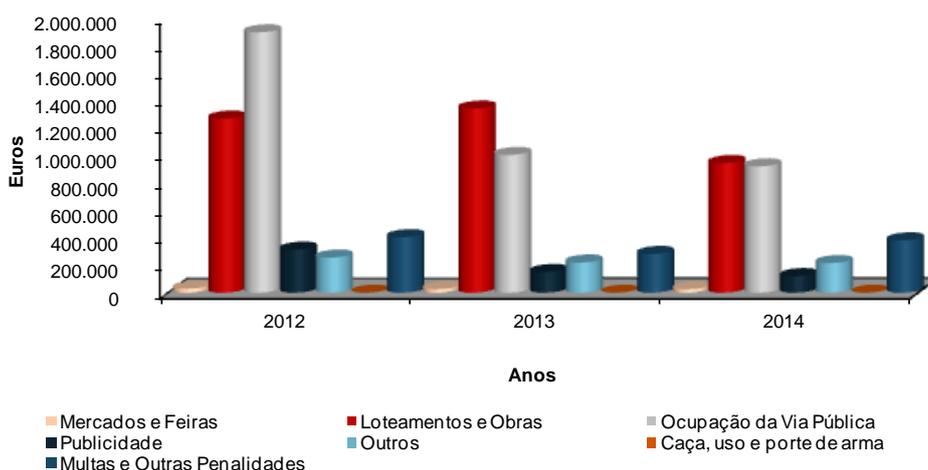
Como seria expectável, por força da entrada em vigor do licenciamento zero, a *publicidade* apresenta uma evolução negativa de (-) 19,6% contribuindo com 121.073 €.

Por conta de *mercados e feiras* arrecadou-se apenas 25.070 € refletindo uma pequena diminuição, (-) 762 € que não exerce grande influência no cômputo global do conjunto analisado, atenta a sua fraca representatividade (1%).

Em contraciclo, a rubrica de *multas e outras penalidades* regista um crescimento de (+) 35,2%, ou seja (+) 99.161 €, prestação que se encontra influenciada pelas subrubricas de *juros de mora* e *juros compensatórios*, advenientes essencialmente da cobrança de impostos diretos pela Administração Fiscal e pelas cobranças em sede execução fiscal.

Gráfico 10

IMPOSTOS INDIRECTOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES



VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CORRENTES

Quadro 19

VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES									
	2012		2013		2014		Peso	Variação 2013/2014	Taxa de Execução
	Execução	Variação 2011/2012	Execução	Variação 2012/2013	Previsão	Execução			
Venda de Bens	12.075	-23,1%	19.186	58,9%	25.300	33.790	1,1%	76,1%	133,6%
Prestação Serviços Diversos									
S. Sociais, recr., cult. desportivos	2.635.452	-0,7%	2.854.099	8,3%	2.766.500	2.926.115	91,2%	2,5%	105,8%
Serv. Específicos autarq. locais	293.782	-57,9%	178.154	-39,4%	429.200	148.059	4,6%	-16,9%	34,5%
Aluguer espaços e equip.	38.382	2,5%	39.757	3,6%	39.500	38.966	1,2%	-2,0%	98,6%
Vistorias e ensaios	12.152	-30,0%	9.904	-18,5%	12.100	13.006	0,4%	31,3%	107,5%
Outros	14	60,3%	8	-44,0%	100	91	0,0%	1098,8%	90,6%
Sub Total	2.991.857	-12,6%	3.101.107	3,7%	3.272.700	3.160.026	98,5%	1,9%	96,6%
Rendas e Alugueres									
Habituação e edifícios	49.375	-3,1%	47.975	-2,8%	47.400	47.240	1,5%	-1,5%	99,7%
Outros- Rendas e alugueres	0	-100,0%	0		100	0	0,0%		0,0%
Sub Total	49.375	-3,2%	47.975	-2,8%	47.500	47.240	1,5%	-1,5%	99,5%
Total	3.041.233	-12,4%	3.149.081	3,5%	3.320.200	3.207.266	100,0%	1,8%	96,6%

Un: Euros

No exercício de 2014, a *venda de bens e serviços correntes*, ascendeu a 3.207.266 € tendo originado uma variação de (+) 1,8% face ao ano transato. Destaca-se pela sua preponderância, os *serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos* que foram responsáveis por 91,2% do total da receita deste agrupamento, concretizando-se em 2.926.115 €.

À semelhança do que se tem verificado nos últimos exercícios económicos, continuam a ser os *serviços desportivos* e os *serviços sociais* que alavancam a boa prestação desta tipologia de receita, encontrando-se refletida respetivamente, a utilização dos complexos desportivos e a prestação de serviços no âmbito da educação, designadamente o fornecimento de refeições escolares e atividades de apoio à família no pré-escolar e EB1. Assim, por conta dos *serviços desportivos*, cobraram-se 1.567.591 € o que traduz um aumento de (+) 22.116 €, por sua vez os *serviços sociais*, arrecadaram 1.353.882 € que igualmente expôs um acréscimo de (+) 45.266 €.

Os *serviços específicos das autarquias*, que em 2014 suportaram 4,6% da *venda de bens e serviços correntes*, apresentaram uma variação negativa de (-) 16,9% que se encontra justificada pelo facto de em 2013 ainda ter sido contemplada faturação da prestação de serviços realizada em 2012 pelos trabalhadores autárquicos, deslocados a desempenhar funções na Maiambiente - Empresa Municipal Ambiente, E.M, no montante de 40.241 € e tal já não ter ocorrido em 2014, uma vez que esses trabalhadores regressaram à autarquia no ano de 2013.

A classificação económica de *aluguer de espaços e equipamentos* contempla a receita proveniente da cedência de equipamentos pertencentes ao património do município, para utilização de terceiros, estando aqui refletidos os diversos espaços, tais como o aeródromo, o complexo municipal da quinta da gruta e os stands da feira de artesanato. No ano em análise, arrecadou-se 38.966 € verificando-se uma ligeira diminuição de (-) 791 € face a 2013.

As vistorias e ensaios, não obstante a reduzida representatividade (0,4%), exibiram uma variação positiva de (+) 3.102 €.

A representar apenas 1,5%, as *rendas e alugueres* foram responsáveis por 47.240 €, e contemplam as rendas provenientes de edifícios de habitação e comerciais, tendo as primeiras contribuído com (-) 765 € para o resultado apurado nesta rubrica. A renda pela utilização das instalações do antigo matadouro municipal continua a ser o valor mais significativo, 45.000 €, pago pela empresa Maiambiente - Empresa Municipal Ambiente, E.M.

RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS

Quadro 20

MAPA DE CONTROLO DA RECEITA										
	Receitas por cobrar no início do período	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos/ Restituições		Receita Cobrada Líquida	Receitas por cobrar no final		Varição 2013/2014
					Emitidos	Pagos		2013	2014	
Receitas Correntes										
Impostos Diretos		31.144.865	7.928	31.136.938	455.679	455.679	30.681.259	0	0	
Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.990.475	5.708.121	2.422.102	2.605.635	528	528	2.605.108	2.990.475	3.670.859	22,8%
Rendimentos de Propriedade	177	2.528.868	5	2.528.863	0	0	2.528.863	177	177	0,0%
Transferências Correntes	225	14.185.961	0	14.186.076	0	0	14.186.076	225	110	-51,1%
Venda de Bens e Serviços Corrente	624.152	3.417.417	48.288	3.207.266	1.051	1.051	3.206.215	624.152	786.015	25,9%
Outras Receitas Correntes	277.617	198.513	44.356	178.858	0	0	178.858	277.617	252.917	-8,9%
							0	0	0	
Receitas de Capital										
Vendas de Bens de Investimento	270.598	2.000	0	6.680	0	0	6.680	270.598	265.918	-1,7%
Transferências de Capital	0	2.127.882	0	2.127.882	0	0	2.127.882	0	0	
Ativos Financeiros	0	7.691	0	7.691	0	0	7.691	0	0	
Outras Receitas de Capital	193.133	0	0	0	0	0	0	193.133	193.133	0,0%
Outras Receitas	30.515	57.329	32.692	34.607	0	0	34.607	30.515	20.544	-32,7%
Total	4.386.892	59.378.649	2.555.370	56.020.498	457.257	457.257	55.563.240	4.386.892	5.189.673	18,3%

Un: Euros

A receita liquidada e não cobrada no final de 2014 atingiu a importância de 5.189.673 €, o que traduz um aumento de 18,3%, justificado maioritariamente pela variação ocorrida na rubrica de *loteamentos e obras* (+) 647.115 €. Tal resultado é consequência do reflexo contabilístico das taxas decorrentes da concessão das licenças dos processos de legalização ou de processos cujas obras se iniciaram sem o pedido da respetiva licença.

Expurgado que fosse o acréscimo decorrente dos *loteamentos e obras*, obter-se-ia apenas um aumento 155.665 €, todo ele imputável à *venda de bens e serviços correntes* que no exercício em análise absorveu 786.015 €, cabendo-lhe 15% do total da receita liquidada e não cobrada, destacando-se contudo:

- *Serviços Sociais*, que compreendem os serviços prestados pela educação da Componente de Apoio à Família (CAF), do Serviço de Apoio à Família (SAF) e das refeições escolares que no final de 2014 ascenderam a 422.837 €, dos quais 85.621 € estão ainda dentro do prazo de pagamento voluntário ou com plano de pagamento em prestações.

- *Rendas de Edifícios* por conta da qual se encontram refletidas as dívidas das rendas do IAFE – Instituto da Empresa, pela utilização da “Casa da Quinta do Corim” que totalizam 252.249,52 €.

Gráfico 11



Com menor materialidade (14%) as rubricas remanescentes, não obstante absorverem 732.799 €, exibem no seu conjunto uma redução de apenas (-) 39.466 €.

Importa ainda referir que do total da receita liquidada e não cobrada, 2.629.547 € encontram-se em execução fiscal e aproximadamente 1.400.000 € respeitam à componente de loteamentos e obras cujos prazos para pagamento ainda estão a decorrer.

Relativamente às liquidações anuladas, a maior fatia cabe *aos impostos indiretos, taxas multas e outras penalidades*, em particular aos loteamentos e obras cuja explicação assenta fundamentalmente no facto de terem sido anuladas guias de receita indevidamente conferidas aquando da implementação informática do módulo de faturação de contribuintes, que veio a refletir contabilisticamente dívida de terceiros e receita liquidada e não cobrada, quando efetivamente a obrigação ainda não era exigível.

Por conta de *venda de bens e serviços* correntes foram anulados 48.288 € dos quais 32.753 € pertencem aos *serviços sociais*, destes, 28.899 € referem-se a meras retificações das guias de receita, que por imperativo da aplicação informática exigem a anulação do documento original e emissão de novo documento, empolando assim o valor real das anulações.

As *outras receitas correntes* absorveram 44.356 € dos quais 42.890 € também se resumem a anulações de regularização que espelham meros reajustamentos contabilísticos nos termos atrás referidos.

Quanto aos reembolsos e restituições resultam essencialmente das cobranças de impostos diretos, levadas a cabo pela Autoridade Tributária e que no ano em análise ascenderam a 455.679 €.

TRANSFERÊNCIAS

As receitas provenientes de transferências, numa perspetiva económica, subdividem-se em correntes e de capital, podendo as primeiras ser definidas como aquelas que se destinam ao financiamento de despesas correntes ou sem uma afetação conhecida *a priori*, e para financiamento de despesas de investimento no caso das segundas. Tais receitas encerram em si um determinado objetivo ou seja a produção de melhores serviços e bens públicos.

Também nesta matéria, o município da Maia tem procurado, dentro das suas atribuições e competências, que as suas opções estratégicas reflitam os interesses locais priorizando as necessidades identificadas nesse âmbito.

No domínio das transferências da administração central para a local importa fazer a distinção entre fundos municipais e outras transferências, sendo as primeiras comumente designadas de “Participação dos Municípios nos Impostos do Estado (PIE)” e é nesta aceção restrita que a Lei das Finanças Locais prioriza a sua abordagem, configurando estes fundos como propiciadores de eficiência e equidade.

Quanto às “outras transferências” visam da mesma forma reforçar a ideia de descentralização, proporcionando aos municípios no âmbito das suas atribuições e competências o necessário financiamento que permita a materialização da ideia de “descentralização”.

Contudo desde 2010 que o total de fundos municipais a transferir pelo orçamento do estado tem vindo a diminuir, com fundamento na Lei de Enquadramento Orçamental, como forma de assegurar os princípios da estabilidade orçamental e da solidariedade recíproca.

Em 2014 o cenário mantém-se, perspetivando-se para 2015, um acréscimo, muito por força da componente “Participação Variável do IRS”, que está indexada aos rendimentos obtidos por sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho e que por este facto pode assumir maior tendência a oscilações de valor.

Atentas as considerações anotadas, organiza-se a análise deste agrupamento da receita, promovendo primeiro uma abordagem global às transferências obtidas, e só depois analisando de forma detalhada determinados grupos de transferências que pela sua tipologia interessa avaliar conjuntamente, designadamente fundos municipais, transferências correntes e de capital, e por fim um resumo identificativo dos contratos programa e projetos cofinanciados.

No Quadro 21 sistematizam-se as transferências recebidas no último triénio que têm contribuído para a concretização do serviço público prestado, designadamente ao nível de cada subagrupamento económico.

Quadro 21

TRANSFERÊNCIAS									
	2012		2013		2014		Peso no total das transferências		
	Execução	Execução	Varição 2012/13	Execução	Varição 2013/14	2012	2013	2014	
Transferências Correntes	13.216.760	13.917.346	5,3%	14.186.076	1,9%	77,5%	89,4%	87,0%	
Estado	13.070.403	13.744.116	5,2%	14.043.192	2,2%	76,6%	88,3%	86,1%	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.333.070	3.110.760	33,3%	3.481.073	11,9%	13,7%	20,0%	21,3%	
Fundo Social Municipal	1.555.018	1.555.018	0,0%	1.555.018	0,0%	9,1%	10,0%	9,5%	
Participação Variável no IRS	6.266.549	6.266.549	0,0%	5.962.765	-4,8%	36,7%	40,3%	36,6%	
Outros	2.915.766	2.811.789	-3,6%	3.044.336	8,3%	17,1%	18,1%	18,7%	
Comparticipação em projetos comunitários	52.594	0	-100,0%	41.802	100,0%	0,3%	0,0%	0,3%	
Serviços e Fundos Autónomos	57.102	22.720	-60,2%	57.847	154,6%	0,3%	0,1%	0,4%	
Administração Local	0	123.968	S/Var.	17.818	100,0%	0,0%	0,8%	0,1%	
Segurança Social	35.661	24.942	-30,1%	25.017	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	
Instituições S/ Fins Lucrativos	1.000	1.600	100,0%	400	-75,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Transferências de Capital	3.839.375	1.649.545	-57,0%	2.127.882	29,0%	22,5%	10,6%	13,0%	
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	611.553	557.420	-8,9%	285.460	-48,8%	3,6%	3,6%	1,7%	
Estado	1.557.147	777.690	-50,1%	397.235	-48,9%	9,1%	5,0%	2,4%	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.555.380	777.690	-50,0%	386.786	-50,3%	9,1%	5,0%	2,4%	
Cooperação técnica e financeira	1.767	0	-100,0%	10.449	100,0%	0,0%	0,0%	0,1%	
Outros	0	0	S/Var.	0	S/Var.	0,0%	0,0%	0,0%	
Comparticipação em projetos comunitários	1.670.675	314.435	-81,2%	1.445.187	359,6%	9,8%	2,0%	8,9%	
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	S/Var.	0	S/Var.	0,0%	0,0%	0,0%	
Total	17.056.136	15.566.891	-8,7%	16.313.959	4,8%	100,0%	100,0%	100,0%	

Un: Euros

Da análise do Quadro 21, conclui-se que no exercício económico de 2014 as transferências atingiram 16.313.959 €, traduzindo uma variação positiva de (+) 4,8% ou seja, (+) 747.068 €, inculda sobretudo pelo comportamento do agrupamento de capital, quebrando assim a tendência decrescente que se vinha verificando em gerências anteriores.

Com efeito, no triénio 2012-2014 assiste-se a uma evolução diferenciada das componentes de natureza corrente e de capital, uma vez que a contrário das transferências correntes onde em 2014 é visível uma desaceleração do seu crescimento face ao acréscimo registado de (+) 1,9%, as transferências de capital crescem (+) 29 %, invertendo a cadência de decrescimento assinalada em 2012 e 2013

Assim, verifica-se que em anos anteriores ocorreu uma considerável quebra de receita proveniente das transferências, pautando-se o presente exercício por um aumento que não sendo preponderante tem o seu significado no contexto das receitas da autarquia.

A tendência verificada nesta componente de capital não pode ser descontextualizada das receitas provenientes de projetos de investimento financiados no âmbito do QREN, daí que nos exercícios 2012 e 2013, que coincidem com a sua fase final, o número de projetos e o volume de financiamento associado apareça diminuído, a contrário de 2014 em que a conclusão da execução dos vários projetos em curso, e respetiva libertação dos valores finais retidos, impulsionou o resultado final observado.

Em relação às transferências correntes a variação positiva não é muito significativa, sendo sobretudo explicada pela opção de um maior peso do FEF corrente face ao FEF capital. É no entanto de realçar a trajetória descendente dos fundos (PIE), que se tem feito sentir nos últimos anos, mas que se manteve estável entre os anos de 2012 e 2013, decrescendo no ano de 2014.

Analisada a representatividade de cada uma das rubricas, as transferências correntes são aquelas que assumem sempre maior relevância no total deste agregado da receita, sendo responsáveis no exercício económico em análise por 87% do total transferido, refletindo um acréscimo de (+) 268.730 € onde, como

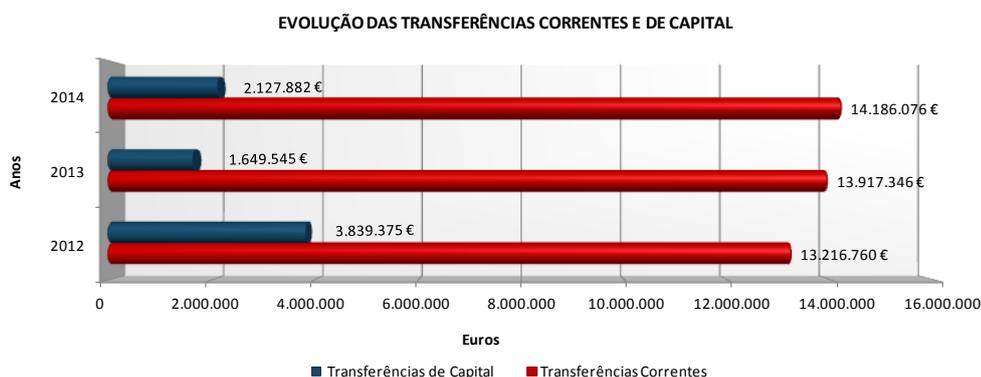
se referiu, os fundos municipais (PIE) assumem especial significado ao representarem no conjunto das correntes e capital, aproximadamente 70% do total das transferências para o ano de 2014.

Por observação do quadro anterior verifica-se que o peso relativo dos fundos municipais apresenta-se oscilante na sua apreciação trienal.

Salienta-se como informação adicional, que no contexto geral da receita as transferências representam cerca de 29% do total da receita municipal, valor ligeiramente superior ao verificado nos anos de 2012 e 2013 (28%). Do exposto resulta que em 2014, apesar do acréscimo do valor total das transferências, o seu contributo no cômputo global da receita permanece aproximadamente idêntico ao da gerência anterior.

O Gráfico 12 permite visualizar a evolução em termos absolutos de cada uma das componentes económicas da rubrica de transferências.

Gráfico 12



Avaliando de forma particular as transferências correntes é possível perceber que ao longo do triénio em análise as transferências provenientes do “Estado”, são aquelas que assumem maior preponderância no peso relativo do total das transferências correntes para o Município, assumindo sempre valores que rondam os 99% do total das transferências correntes, principalmente devido à influência da Participação Variável do IRS

As transferências do “Estado” apresentam uma variação positiva entre 2012 e 2013 que ascende a (+) 673.713 €, pautando-se por uma continuidade em 2014 ao apresentar um acréscimo de (+) 299.076 €, que decorre do anteriormente exposto no que se refere à opção de uma diferente repartição do FEF entre a classificação corrente e de capital, mas também de um incremento na rubrica “Outros” que em conjunto anulam o decréscimo verificado na rubrica “Participação Variável no IRS”. Esta componente “Outros”, que representa entre 20% a 22% da globalidade das transferências correntes”, agrega uma heterogeneidade de comparticipações, posteriormente objeto de análise, que pela sua natureza podem justificar a sua maior oscilação.

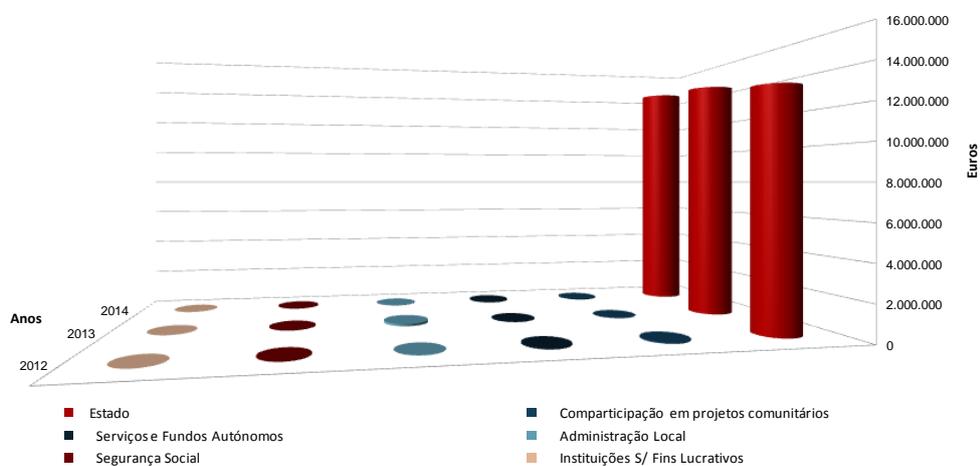
Em 2013, ao contrário das gerências anteriores em que nada foi arrecadado, temos as transferências provenientes do agregado da “Administração Local” com o montante de 123.968 €, para concretização do Programa Metropolitano de Emergência Social, da Área Metropolitana do Porto, pela primeira vez financiado e com caráter temporário. Este programa passou a ser assumido pelo município em 2014, através da criação do Programa Municipal de Emergência Social, que assume áreas como o apoio à habitação, cuidados de saúde, carência alimentar, e apoio na educação de crianças e jovens. As transferências associadas àquele projeto, provenientes da Área Metropolitana, terminaram em 31 de dezembro de 2013, justificando-se a receita obtida em 2014 como reembolsos de valores em atraso.

As rubricas correntes remanescentes designadamente a “Comparticipação em projetos comunitários”, os “Serviços e fundos autónomos”, a “Segurança social” e “Instituições S/fins lucrativos” assumem um valor residual cujo peso no seu conjunto em 2014 não chega a 1% do total das transferências correntes.

O gráfico 13 permite-nos avaliar preponderância de cada uma das componentes das transferências correntes em que é perfeitamente visível o lugar de destaque assumido pela transferências do estado, visualizando-se a inexpressividade das restantes componentes.

Gráfico 13

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



As transferências de capital, pela sua natureza e rubricas envolvidas, apresentam uma maior tendência a oscilações de valor. Contudo são exatamente as suas características que lhe atribuem um papel de relevo não só nos orçamentos municipais, mas essencialmente nas Grandes Opções do Plano, as quais materializam grande parte da estratégia municipal conferindo-lhe assim um papel muito importante no financiamento dessa mesma estratégia.

As transferências de capital, entre os anos de 2012 e 2013, apresentaram uma quebra que em montante absoluto atingiu os (-) 2.189.830 €. Conforme informação prestada em relatos anteriores, esta variação deveu-se essencialmente, à rubrica “Comparticipação em projetos comunitários”, que englobava todos os projetos inseridos no “Quadro de Referência Estratégica Nacional” que abrangia o período entre 2007 e 2013. Em 2013, a grande maioria dos projetos encontrava-se concluída, com reflexos ao nível dos fluxos financeiros associados que se resumiram a valores finais, faltando na maioria dos casos os 5% retidos até aprovação do relatório final. Contudo entre 2012 e 2013 também o FEF capital teve uma diminuição significativa, a qual decorreu da opção por uma menor percentagem de fundos de capital em detrimento de correntes. Esta variação ascendeu a (-) 50% de FEF capital, que foram compensados na parte corrente pelo mesmo valor.

No ano de 2014, aquela tendência inverteu-se em resultado da execução, em grande parte, de alguns projetos com financiamento comunitário, mas também devido à conclusão daqueles em que faltava a aprovação do relatório final com a consequente libertação dos 5% retidos.

Contudo a variação poderia ter sido maior caso a proporção de FEF capital em relação a 2013 tivesse sido mantida, o que não veio a acontecer, tendo-se reduzido este a cerca de metade daquele valor com a consequente afetação à parte corrente. De realçar que a variação do FEF capital teve uma diminuição significativa quando comparados os anos de 2012 e 2014 de (-) 1.168.594 €, por força da alteração introduzida pela Lei 73/2013, de 3 de setembro, (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), que permitiu uma afetação à receita corrente até 90% do montante a transferir em cada ano.

Das rubricas de natureza de capital, a que se apresenta com menor variação relativa é “Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras”, totalizando em 2014 a importância de 285.460 €. A variação desta componente apresenta uma quebra entre os anos de 2012 e 2014 que se traduz em termos absolutos pelo valor de (-) 326.093 €, explicado essencialmente pela execução e participação financeira do projeto denominado de Protocolo de Acordo com a BRISA Concessão Rodoviária, S.A., para alargamento e beneficiação da A4 Autoestrada Porto/Amarante, sublanço de Águas Santas-Ermesinde e construção do nó da escola da Granja com deslocalização de acampamento de pessoas de etnia cigana. Em 2015 dar-se-á por concluído o financiamento associado a este projeto. O peso desta rubrica no contexto das transferências de capital diminuiu para cerca de metade do peso dos anos anteriores, por um lado porque diminuiu o seu valor, mas também porque houve um aumento do valor das transferências de capital.

A “Cooperação técnica e financeira”, durante o exercício de 2014 apresenta pouca expressividade e os 10.449 € arrecadados respeitam integralmente à participação do projeto “Alargamento da rede pré-escolar – Escola Básica do Barroso”.

O Gráfico 14 permite avaliar por ano o peso em termos relativos de cada uma das componentes das transferências de capital, verificando-se a heterogeneidade das variações e acima de tudo confirmar a maior volatilidade deste tipo de receita, assumindo-se no entanto que a componente associada a transferências de capital com origem no estado possam agora passar a ter uma maior estabilidade.

Gráfico 14

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL



FUNDOS MUNICIPAIS

Tomando em consideração a sua relevância no cômputo global das transferências, justifica-se uma análise mais detalhada aos Fundos Municipais, principalmente no atual contexto de sistemática alteração da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, fruto das maiores exigências por parte dos governos centrais para com os municípios em matéria de finanças locais.

Quadro 22

TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO								
	2012		2013		2014		2015	
	Execução	Execução	Variação 2012/2013	Execução	Variação 2013/2014	Previsto OE	Variação 2014/2015	
Transferências Correntes - Estado	10.154.637	10.932.327	7,7%	10.998.856	0,6%	11.745.630	6,8%	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.333.070	3.110.760	33,3%	3.481.073	11,9%	2.788.151	-19,9%	
Fundo Social Municipal	1.555.018	1.555.018	0,0%	1.555.018	0,0%	1.655.519	6,5%	
Participação Variável no IRS	6.266.549	6.266.549	0,0%	5.962.765	-4,8%	7.301.960	22,5%	
Transferências Capital - Estado	1.555.380	777.690	-50,0%	386.786	-50,3%	309.795	-19,9%	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.555.380	777.690	-50,0%	386.786	-50,3%	309.795	-19,9%	
Total	11.710.017	11.710.017	0,0%	11.385.642	-2,8%	12.055.425	5,9%	
Un: Euros								
Total de Transferências	17.056.136	15.566.891		16.313.959				
Total da Receita	61.526.092	56.154.535		56.020.498				
Peso dos Fundos PIE no total das transferências	68,7%	75,2%		69,8%				
Peso dos Fundos PIE no total da receita	19,0%	20,9%		20,3%				

O Quadro 22 permite analisar a evolução dos fundos municipais (PIE) do último triénio, compará-los com os valores previstos em sede de Lei do Orçamento de Estado 2015 e simultaneamente avaliar o peso que têm na estrutura da receita do município, em particular no total das transferências, assumindo assim destaque no financiamento de atividades que estejam no âmbito das suas atribuições e competências

Em 2014, o total das transferências provenientes do Orçamento de Estado cifrou-se em 11.385.642 €, o que em termos absolutos evidencia uma quebra de (-) 324.375 €. Contudo, tendo em consideração os valores previstos no Orçamento do Estado para o ano de 2015, pode dizer-se que essa tendência decrescente se esbaterá, dado que o valor global previsto tem um acréscimo de (+) 669.783 €.

Ao observar o orçamento da autarquia e sua execução ao longo do triénio, verifica-se que o grau de influência dos fundos PIE tem assumido uma certa continuidade nos diferentes exercícios, ainda que com percentuais diferentes, sendo estes que adquirem maior expressividade no contexto global das transferências, ao representarem no período em análise entre 69% a 75% do seu total, enquanto no cômputo geral da receita cobrada, totalizam cerca de 19% a 20% do seu valor.

Se entre 2012 e 2013 os montantes globais dos fundos municipais permaneceram iguais, e em 2014 se assistiu a uma redução do seu valor, para o ano económico de 2015, a previsão é a de um acréscimo razoável, assumindo neste exercício particular importância o crescimento destas componentes nos orçamentos municipais, face ao nível de atribuições e competências que atualmente lhe estão incumbidas.

No que concerne ao *Fundo de Equilíbrio Financeiro* e apesar de nos anos 2012 e 2013, no seu conjunto os valores totais se terem mantido inalterados assiste-se nesses mesmos exercícios a uma deslocação de FEF capital para FEF corrente, em consequência das alterações de repartição introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado 2012.

Em 2014, além de sofrerem uma ligeira diminuição de (-) 20.591 € também a sua repartição volta a ser alterada por força da entrada em vigor do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que se traduziu numa afetação de 90% do montante a transferir à componente corrente e 10% à componente de capital.

Na previsão para 2015, observa-se um agravamento em termos totais de (-) 769.913 € compensado pelo aumento ocorrido na *Participação Variável no IRS*, atento o disposto relativamente às variações máximas e mínimas no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

O *Fundo Social Municipal* cuja verba tem sido recorrentemente consignada à função “Educação”, e que, desde logo assume grande importância estratégica para o município, compreende cerca de 9,5% das transferências. Nos anos de 2012 a 2014 assiste-se a uma manutenção do seu valor em 1.555.018 €, estimando-se para 2015 um acréscimo de (+) 100.501 euros, que se refere exclusivamente à integração das transferências destinadas aos transportes escolares, até então consideradas de forma autónoma.

Quanto à “*Participação Variável no IRS*” é de igual modo visível que em 2014 existe uma diminuição de (-) 4,8% nesta componente, (-) 303.784 €. Na projeção assumida para 2015 o orçamento de estado prevê um acréscimo de (+) 1.339.195 €, que é preponderante no resultado final obtido para o agrupamento.

Destacam-se com particular preponderância os valores assumidos nesta rubrica, não só no total das transferências mas também no contexto global da receita cobrada, não restando mais do que concluir que o nível de atividade e rendimentos obtidos pela população do concelho tem um significado considerável para o conjunto deste agregado.

Conclui-se, referindo que a estrutura da receita se apresenta com alguma dependência das transferências em geral e dos fundos (PIE) em particular, sofrendo a atividade municipal perda de influência, sempre que tal receita venha a ser diminuída, nos termos já abordados anteriormente em matéria de eficiência e equidade.

RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONTRATOS PROGRAMA E PROJETOS CO-FINANCIADOS

Por fim, inserem-se três mapas que traduzem com particular relevância determinada orientação estratégica:

- Um que permite avaliar a evolução das transferências para diversas atividades com particular incidência nas áreas da educação e ação social, bem como a evolução das transferências para projetos cofinanciados, diferenciando os de natureza corrente dos de capital e analisando a sua evolução entre 2012 e 2014;
- Um segundo que permite aferir os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação por ano letivo;
- O outro que possibilita analisar a execução dos projetos financiados no âmbito do QREN, com ênfase para o grau de execução de cada um destes e montantes envolvidos.

Quadro 23

TRANSFERÊNCIAS E COMPARTICIPAÇÕES						
	2012	2013	Variação 2012/2013	2014	Variação 2013/2014	Peso
	Execução	Execução		Execução		
Transferências Correntes	3.062.123	2.985.019	-2,5%	3.187.220	6,8%	64,7%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	52.594	0	-100,0%	41.802	100,0%	0,8%
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Qualificação dos Profissionais nas Administração Local	0	0	S/Var	1.368	100,0%	0,0%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Loja Interativa do Turismo	0	0	S/Var	40.434	100,0%	0,8%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Sistema Integrado de Modernização Autárquica	52.594	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Administração Local	0	123.968	100,0%	17.818	-85,6%	0,4%
Programa Metropolitano de Emergência Social	0	123.968	100,0%	17.818	-85,6%	0,4%
Serviços e Fundos Autónomos	57.102	22.720	-60,2%	57.847	154,6%	1,2%
Instituto Emprego Formação Profissional - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato	9.400	4.500	-52,1%	4.500	0,0%	0,1%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	45.627	17.235	-62,2%	38.269	22,0%	0,8%
Instituto Emprego Formação Profissional - MCEI	0	0	S/Var	14.488	100,0%	0,3%
Instituto Politécnico do Porto - Estágios Profissionais	2.075	985	-52,5%	590	-40,1%	0,0%
Segurança Social	35.661	24.942	-30,1%	25.017	0,3%	0,5%
Sistema de Solidariedade e Segurança Social - CPCJR	35.661	24.942	-30,1%	25.017	0,3%	0,5%
Instituições S/ Fins Lucrativos	1.000	1.600	100,0%	400	-75,0%	0,0%
Fundação Calouste Gulbenkian	1.000	1.600	60,0%	400	-75,0%	0,0%
Outros:	2.915.766	2.811.789	-3,6%	3.044.336	8,3%	61,8%
DGESTE - Programa de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo Ensino Básico	134.338	859.688	-34,6%	911.288	6,0%	18,5%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa	447.533	432.572	-3,3%	763.331	76,5%	15,5%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	885.804	1.222.236	38,0%	1.023.962	-16,2%	20,8%
DGESTE - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1º Ciclo	138.222	139.316	0,8%	139.020	-42,9%	4,0%
Direção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	100.501	100.501	0,0%	100.501	0,0%	2,0%
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	1.368	4.445	224,8%	1.025	-76,9%	0,0%
Ministério da Administração Interna - Comparticipação para Despesas com Actos Eleitorais	0	40.831	100,0%	28.389	-30,5%	0,6%
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal	28.000	12.200	-56,4%	16.821	37,9%	0,3%
Transferências de Capital	2.283.995	871.856	-61,8%	1.741.096	99,7%	35,3%
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	611.553	557.420	-8,9%	285.460	-48,8%	5,7%
Protocolo de Acordo no âmbito da Empreitada de Alargamento da A4 - Sublunção Águas Santas-Ermesinde	500.000	500.000	0,0%	285.460	-42,9%	5,7%
Protocolo com a Metro do Porto S.A. - Obras de Inserção Urbana	10.553	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
Fundação Calouste Gulbenkian	1.000	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
Protocolo com a Auchan - Repavimentação da Via Comendador Valentim dos Santos Dinis	0	50.000	100,0%	0	-100,0%	0,00%
Protocolo com a MaiaSul - Envolvente à Vareda Abílio José dos Santos	0	7.420	100,0%	0	-100,0%	0,00%
Estado - Cooperação Técnica e Financeira	1.767	0	-100,0%	10.449	100,0%	0,2%
Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar - Escola Básica do Barroso	1.767	0	-100,0%	10.449	100,0%	0,2%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	1.670.675	314.436	-81,2%	1.445.187	359,6%	29,32%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Requalificação da Rede Escolar	950.501	238.932	-74,9%	1.318.439	451,8%	26,75%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Aquisição e Apetrechamento de Biblioteca Itinerante	45.802	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Sistema Integrado de Modernização Autárquica	578.624	50.390	-91,3%	0	-100,0%	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	83.540	19.902	-76,2%	5.970	-70,0%	0,12%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo da Aldeia	0	0	S/Var	3.500	100,0%	0,07%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo de Santa Cristina	2.845	0	-100,0%	2.546	100,0%	0,05%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda	3.538	0	-100,0%	3.166	100,0%	0,06%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta	5.824	5.211	-10,5%	0	-100,0%	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Loja Interativa do Turismo	5.824	5.211	-10,5%	11.566	2040,9%	2,26%
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	S/Var.	0	S/Var.	0,00%
	5.346.119	3.856.875	-27,86%	4.928.317	27,78%	100,00%

Un: Euros

Em 2014, por conta do agrupamento das transferências e participações arrecadou-se 4.928.317 €, correspondendo-lhe um aumento de (+) 1.071.442 €. Neste conjunto, assume especial relevância a componente de natureza corrente, ao totalizar 3.187.220 €.

À semelhança de exercícios anteriores, a rubrica “Outros” assume a maior preponderância (95,5%) e a variação mais expressiva da componente corrente, concentrando-se nesta variável as participações provenientes da DGESTE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares com destino a financiamento de despesas de educação, que no seu conjunto ascendem a 2.897.601 €.

A variação global ocorrida neste período contraria a tendência verificada em exercícios anteriores ao apresentar um acréscimo de cerca de (+) 28% face a 2013. Tal resultado encontra-se essencialmente justificado pela participação comunitária em projetos cofinanciados, sobretudo das rubricas que financiam despesas de capital, assumindo especial destaque os projetos associados:

- À “Requalificação da Rede Escolar” que apresentou em 2014 uma evolução positiva de (+) 1.079.507 €. A variação ocorrida é consequência da existência de dois novos projetos (Centro Escolar de Mandim e Centro Escolar de Folgosa) cuja execução em matéria de financiamento se centrou em grande medida neste exercício económico. Por outro lado a aprovação de relatórios finais de projetos de requalificação da rede escolar, já concluídos, permitiu o influxo de verbas retidas de acordo com as regras de financiamento comunitário.
- À “Loja Interativa do Turismo” que passou dos 5.211 € em 2013 para 111.566 € em 2014, havendo assim um acréscimo de (+) 106.355 € na parte de receita de capital. Já na parte de receita corrente este projeto teve um acréscimo de 40.434 €.

No que se refere à rubrica das “Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras”, destaca-se o decréscimo de (-) 42,9% sendo de ressaltar que por conta desta rubrica apenas se arrecadou 285.460 € decorrente do protocolo de acordo no “Âmbito da Empreitada de Alargamento da A4 – Sublanço Águas Santas-Ermesinde.

- Nos “Serviços e Fundos Autónomos” destacam-se as verbas do Instituto do Emprego e Formação Profissional cujo acréscimo fica nos (+) 35.522 €, repartidos pelos Gabinetes de Inserção Profissional e o apoio aos trabalhadores em regime de contrato de emprego-inserção.
- A participação da Segurança Social para o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, apresenta em 2014 estabilidade em relação a 2013.
- Em consequência da sua relevância no âmbito das transferências realizadas sob a designação “Outros”, consignadas à área da educação, interessa destacar que estas refletem as variações ocorridas no exercício económico e não as variações ocorridas no ano letivo, e é sobre este último que o financiamento anual incide, cruzando-se assim num mesmo ano económico financiamento associado a dois anos letivos distintos. Desta forma, analisando os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação e comparando as transferências por ano económico, observadas no quadro anterior com as transferências por ano letivo observadas no quadro seguinte, podem tirar-se algumas conclusões que alguns casos podem ser divergentes.

Quadro 24

TRANSFERÊNCIAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO POR ANO LECTIVO				
	Execução por ano letivo			Variação dos dois últimos anos letivos
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Outros:	2.840.359	3.017.943	2.441.169	-19%
D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo Ensino Básico	1300.425	1310.925	651.805	-50%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa	505.904	497.939	610.656	23%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	866.195	898.374	879.187	-2%
D.R.E.N. - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1º Ciclo	67.334	210.204	199.020	-5%
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	100.501	100.501	100.501	0%

Un: Euros

Desenvolvendo uma análise aos valores executados por ano letivo e compatibilizando-a com a informação anterior é possível concluir que:

- Para o “Programa de Enriquecimento Curricular”, as verbas transferidas no ano letivo 2013/2014 apresentam-se reduzidas em 50%, fruto da alteração legislativa em matéria de financiamento para o programa. Permanece contudo uma divergência de valores entre a perspetiva económica e letiva, sendo tais discrepâncias normalmente imputáveis a desfaseamentos temporais entre o direito às transferências e o efetivo pagamento por parte da DGESTE.
- No “Acordo de Cooperação no Pré-Escolar – Auxiliares de Ação Educativa” as conclusões obtidas em sede de ano letivo genericamente são compatíveis com a execução, no que se reporta aos dois últimos anos, atento o aumento espelhado em ambos os cenários. A diferença de valores assenta igualmente nos pressupostos referidos no ponto anterior.
- No “Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social”, as tendências observadas nas diferentes perspetivas (ano económico e ano letivo) são idênticas, não obstante os desajustamentos de valores que se encontram fundamentados uma vez mais nos sistemáticos diferimentos do pagamento destas verbas por parte da DGESTE.
- No que se refere ao “Programa de Generalização de Refeições Escolares existiu uma ligeira quebra no ano letivo 2013/2014, derivando em larga medida da procura efetiva pelo serviço, que pode conduzir a ligeiras oscilações de valor.
- No que aos transportes escolares diz respeito, não são de assinalar alterações, nem qualquer divergência entre as perspetivas de análise.

O Quadro 25 identifica os projetos objeto de financiamento comunitário no âmbito do QREN, os montantes arrecadados por cada projeto, a despesa associada a esta receita e um indicador que permite aferir a eficácia, ou desempenho em cada projeto, comparando a despesa que foi submetida para aprovação e o financiamento máximo previsto para o projeto, objeto de contratualização. Destaca-se neste último quadro e face ao indicador referido, o elevado aproveitamento dos fundos disponibilizados.

De notar que alguns dos projetos ainda se encontram em fase de execução, pelo que, o referido indicador em termos parciais e gerais encontra-se afetado pela fase de execução dos projetos.

Quadro 25

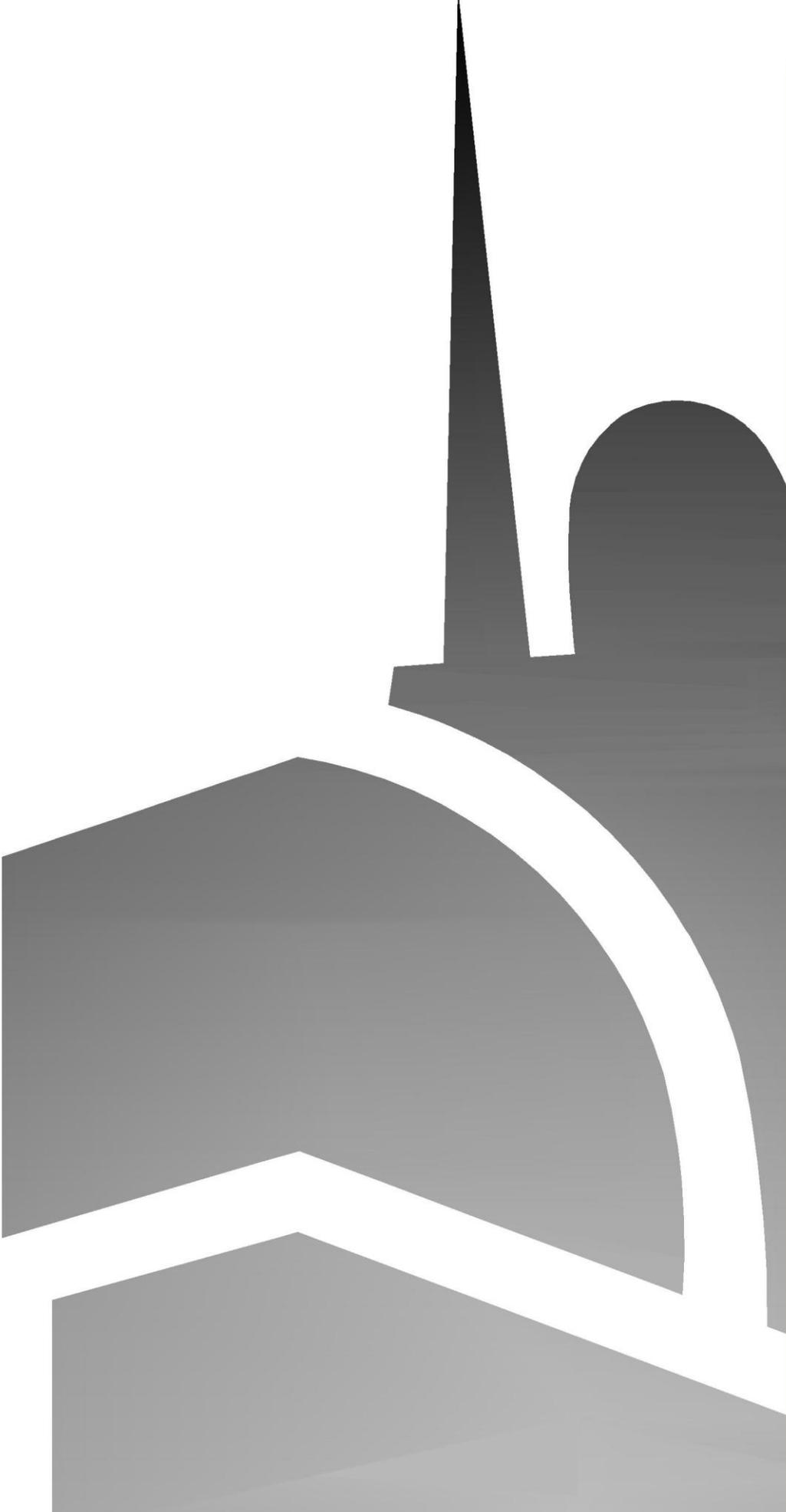
Designação do Projecto	Projectos		Investimento Elegível	Participação		Despesa Submetida	Recebimentos	Saldo	Eficácia da despesa submetida até final de 2014 face ao valor da participação prevista
	Tipologia	Referência	Previsto no Final do Projecto	Prevista no Final do Projecto	%	Valor	Valor	Valor	
Construção do Centro Escolar do Corim	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000228	935.329,14	795.029,77	85,00%	793.317,60	753.470,97	39.846,63	99,78%
Construção do Centro Escolar da Gandra	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000221	2.450.573,47	2.082.987,45	85,00%	2.082.987,45	2.082.987,45	0,00	100,00%
Construção do Centro Escolar da Guarda	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000224	918.311,01	780.564,36	85,00%	780.564,36	741.536,14	39.028,22	100,00%
Ampliação e Beneficiação do EBI/JI Paço	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000057	324.410,87	275.749,24	85,00%	275.749,24	261.961,78	13.787,46	100,00%
Ampliação e Beneficiação do EBI/JI Monte das Cruzes	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000044	301.840,48	256.564,41	85,00%	256.564,11	243.736,19	12.827,92	100,00%
Ampliação e Beneficiação do EBI/JI Pedras Rubras	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000055	140.143,92	119.122,33	85,00%	119.122,34	114.662,57	4.459,77	100,00%
Ampliação e Beneficiação do EBI/JI Crestins	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000041	105.000,00	89.250,00	85,00%	87.020,14	84.787,50	2.232,64	97,50%
Construção do Centro Escolar de Monte Calvário	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000241	360.998,59	306.848,80	85,00%	299.673,09	291.506,36	8.166,73	97,66%
Construção do Centro Escolar de Vermoim/Gueifilães	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000222	2.507.621,25	2.131.478,06	85,00%	2.131.478,06	2.024.904,14	106.573,92	100,00%
Construção do Centro Escolar D. Manuel	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000239	563.760,67	479.196,57	85,00%	479.196,57	479.196,57	0,00	100,00%
Construção do Centro Escolar da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000035	2.019.104,84	1.716.239,11	85,00%	1.716.239,11	1.716.239,11	0,00	100,00%
Ampliação e Beneficiação da EBI/JI Currais	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000058	170.649,44	145.052,02	85,00%	145.052,02	137.799,41	7.252,61	100,00%
Ampliação e Beneficiação da EBI/JI Parada	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000056	250.000,00	212.500,00	85,00%	199.415,57	199.415,57	0,00	93,84%
Construção do Centro Escolar da Giestá	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000229	772.957,09	657.013,53	85,00%	657.013,53	657.013,53	0,00	100,00%
Ampliação EBI/JI Arcos	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000326	575.583,52	489.245,99	85,00%	489.245,99	489.245,99	0,00	100,00%
Aquisição e Apeachmento da Biblioteca Itinerante	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0352-FEDER-000057	64.865,86	55.135,98	85,00%	48.294,76	48.294,76	0,00	87,59%
Plano Municipal de Acessibilidades para Todos	Programa Operacional Potencial Humano - Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas - Eixo 6 - Ação 6.5 - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	Projeto 011592/2008/65	90.221,00	64.643,35	71,65%	64.643,35	64.643,35	0,00	100,00%
Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 4 - Qualificação do Sistema Urbano - Mobilidade Territorial	PROJETO NORTE-10-0350-FEDER-000026	156.000,00	132.600,00	85,00%	119.408,86	119.408,86	0,00	90,05%
Sistema Integrado de Modernização Autárquica	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 5 - Governança e Capacitação Institucional	PROJETO NORTE-07-0826-FEDER-000187	1.839.488,85	1.563.565,52	85,00%	1.396.766,23	1.396.766,23	0,00	89,33%
Construção do Polidesportivo de Aldeia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 10-0156-FEDER-000066	89.744,43	70.000,00	78,00%	70.000,00	70.000,00	0,00	100,00%
Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 10-0156-FEDER-000128	122.618,16	104.225,44	85,00%	104.225,44	104.225,44	0,00	100,00%
Construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 10-0156-FEDER-000084	74.491,69	63.317,94	85,00%	63.317,94	63.317,94	0,00	100,00%
Construção do Polidesportivo de Santa Cristina	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 10-0156-FEDER-000070	59.899,80	50.914,83	85,00%	50.914,83	50.914,83	0,00	100,00%
Construção do Centro Escolar de Folgosa	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 10-0144-FEDER-000508	1.453.397,50	1.235.387,88	85,00%	667.598,58	634.218,65	33.379,93	54,04%
Construção do Centro Escolar de Mandim	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 10-0144-FEDER-000509	1.638.757,18	1.392.943,60	85,00%	436.849,75	415.007,26	21.842,49	31,36%
Áreas Complementares à Área de Acolhimento Empresarial Maia I	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 07-0363-FEDER-000038	3.219.173,14	2.736.297,17	85,00%	29.160,66	0,00	29.160,66	1,07%
Loja Interativa de Turismo da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 08-0169-FEDER-000116	203.734,75	159.992,90	78,53%	154.256,25	152.000,00	2.256,25	96,41%
Construção do Parque da Ponte Moreira	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 09-0230-FEDER-000136	103.854,75	88.276,54	85,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
Centro de Alto Rendimento da Maia - Complexo Desportivo da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 09-0230-FEDER-000119	1.008.837,58	857.511,94	85,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
Gestão por Excelência	POPH - Programa Operacional Potencial Humano	Projeto n.º 096418/2013/34	43.491,08	34.392,75	79,08%	1.367,89	1.367,89	0,00	3,98%
Totais			22.564.860,06	19.146.047,48		13.719.443,72	13.398.628,49	320.815,23	72%

Un: Euros

PASSIVOS FINANCEIROS

Considerando a existência de capítulo próprio em matéria de análise do endividamento municipal, neste item apenas se refere que no decurso do exercício de 2014 o município contratou um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco BPI, S.A., no montante de 9.200.000 €, para aquisição de dois lotes de terrenos que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAI), cujo mútuo de crédito não produziu quaisquer efeitos financeiros na gerência em análise, uma vez que a eficácia da contratação esteve condicionada à obtenção de visto do Tribunal de Contas, o que se veio a concretizar no primeiro trimestre de 2015.

Uma vez que a matéria da autonomia financeira é uma questão de fundamental importância em qualquer organização, grandemente influenciada pelas sucessivas medidas de contenção orçamental existente, de igual modo se reporta para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar a posição do município quanto a este âmbito.



2
0
1
4

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Atualmente os governos locais são responsáveis pela produção de variadíssimos serviços públicos da maior importância para as populações que vão desde a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento territorial, desenvolvimento regional, procurando que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência.

Atendendo a estes objetivos, nos últimos anos, os Municípios têm-se deparado com dificuldades financeiras, decorrentes da redução das transferências provenientes do orçamento do Estado e da forte quebra das receitas próprias, obrigando a um ajustamento que passou pela redução estrutural da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, quer ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos.

No âmbito deste capítulo, procede-se a uma avaliação da despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências etc. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa faturada, transitada e nova.

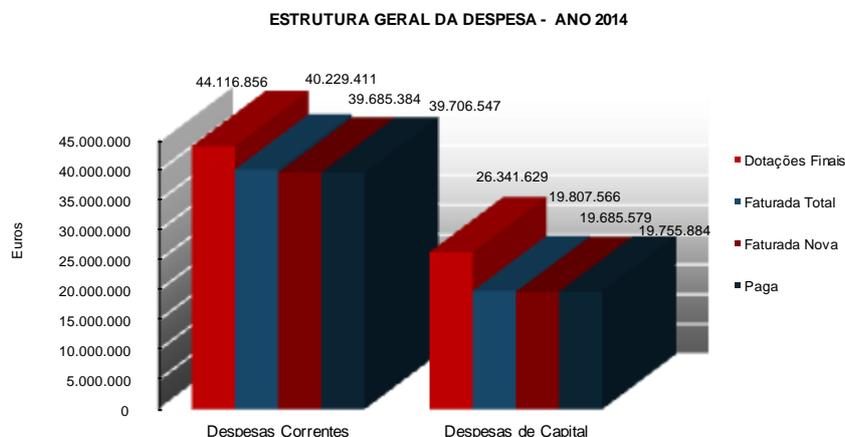
Quadro 26

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA											
	2013			2014				Despesa Paga		Taxa de Execução	
	Despesa Faturada	Despesa Faturada		Despesa Faturada		Peso Faturada Nova	Variação 2013/2014 Fact Nova	Total (f)	Peso	Desp Faturada (e)/(b)	Desp Paga (f)/(e)
	Nova (a)	Dotações Finais (b)	Transitada (c)	Nova (d)	Total (e)=(c)+(d)						
Despesas Correntes	39.995.336	44.116.856	544.027	39.685.384	40.229.411	66,84%	-0,77%	39.706.547	66,78%	91,19%	98,70%
Pessoal	19.042.240	20.146.452	837	18.606.244	18.607.081	31,34%	-2,29%	18.567.367	31,23%	92,36%	99,79%
Aquisição de Bens e Serviços	14.098.106	17.583.771	462.806	15.375.487	15.838.292	25,90%	9,06%	15.434.196	25,96%	90,07%	97,45%
Juros e Outros Encargos	1.054.313	1.867.907	0	1.723.484	1.723.484	2,90%	63,47%	1.723.484	2,90%	92,27%	100,00%
Transferências Correntes	2.615.609	3.094.058	4.865	2.896.358	2.901.222	4,88%	10,73%	2.899.632	4,88%	93,77%	99,95%
Subsídios	2.321.399	290.168	0	166.539	166.539	0,28%	-92,83%	166.539	0,28%	57,39%	100,00%
Outras Despesas Correntes	863.670	1.134.500	75.520	917.273	992.793	1,54%	6,21%	915.329	1,54%	87,51%	92,20%
Despesas de Capital	16.467.326	26.341.629	121.987	19.685.579	19.807.566	33,16%	19,54%	19.755.884	33,22%	75,19%	99,74%
Aquisição de Bens de Capital	7.015.694	16.817.132	121.987	10.786.405	10.908.392	18,17%	53,75%	10.856.710	18,26%	64,86%	99,53%
Transferências de Capital	1.943.049	2.091.397	0	1.530.077	1.530.077	2,58%	-21,25%	1.530.077	2,57%	73,16%	100,00%
Activos Financeiros	9.650	50.350	0	20.975	20.975	0,04%	117,36%	20.975	0,04%	41,66%	100,00%
Passivos Financeiros	7.494.849	7.254.050	0	7.253.041	7.253.041	12,22%	-3,23%	7.253.041	12,20%	99,99%	100,00%
Outras Despesas de Capital	4.084	128.700	0	95.081	95.081	0,16%	2227,88%	95.081	0,16%	73,88%	100,00%
Total Geral Despesas	56.462.662	70.458.485	666.014	59.370.963	60.036.977	100,00%	5,15%	59.462.432	100,00%	85,21%	99,04%

Un:Euros

(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2014, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 15



A despesa total faturada neste exercício económico ascendeu a 60.036.977 €, dos quais 666.014 € respeitam a faturação transitada do ano anterior, registando assim, face ao período homólogo, um acréscimo global de (+) 3.081.513 €, imputável ao agrupamento de capital considerando o ligeiro decréscimo da componente corrente.

Ao nível da despesa realizada, verificou-se uma taxa de execução de 85,21%, demonstrando um maior rigor da previsão orçamental, principalmente em matéria de despesas correntes, cuja execução rondou os 91,19%, em contraposição com os 75,19% das despesas de capital, sobressaindo também nesta análise, a prevalência da faturação das despesas correntes, que representam 66,84%, do montante global da nova despesa faturada.

Estabelecendo uma avaliação comparativa entre o ano de 2013 e 2014, e numa análise geral circunscrita à nova despesa faturada, alude-se ao acréscimo verificado de (+) 5,15%, que em termos absolutos se traduziu num aumento de (+) 2.908.301 €, igualmente justificado na íntegra pelo acréscimo das despesas de capital (+) 19,54%, sendo que as despesas de natureza corrente apresentam um decréscimo, embora residual, de (-) 0,77%.

Relativamente às despesas correntes, a diminuição constatada de (-) 309.952 €, encontra-se justificada principalmente pela quebra acentuada da rubrica dos Subsídios atribuídos às empresas municipais, que apresenta uma redução de mais de 2 milhões de euros, seguindo-se o decréscimo da rubrica de Despesas com Pessoal (-) 435.996 €, em consequência da redução do número de trabalhadores e da redução remuneratória constante da LOE para 2014, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade da norma aplicável só produziu efeitos a partir do mês de junho.

Com tendência inversa, verificou-se o acréscimo das rubricas de Aquisição de Bens e Serviços com um aumento da nova faturação de (+) 1.277.381 €, dos Juros e Outros Encargos com um incremento de (+) 669.171 €, seguindo-se com variações menos significativas as rubricas de Transferências Correntes com uma variação de (+) 280.749 €, e as Outras Despesas Correntes com um acréscimo de (+) 53.604,

que conjuntamente não chegam a anular o decréscimo constatado no agrupamento das despesas correntes.

Para o aumento da Aquisição de Bens e Serviços, muito contribuiu a realização do Projeto “Maia Cidade Europeia do Desporto” – “MCED 2014”, bem como, em menor monta, o fornecimento de refeições nas Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho da Maia.

Em matéria das despesas de capital, constatou-se um evidente acréscimo de (+) 3.218.252 €, evidenciando-se a variação positiva ocorrida na rubrica de, Aquisição de Bens de Capital, que isoladamente contribui com (+) 3.770.711 €, seguindo-se com menor materialidade as rubricas das Outras Despesas de Capital e os Ativos Financeiros que conjuntamente apresentam uma variação de (+) 102.322 €.

O acréscimo constatado na rubrica de “Aquisição de Bens de Capital”, de (+) 53,75%, concorre de forma decisiva para o desempenho global deste agrupamento de despesa.

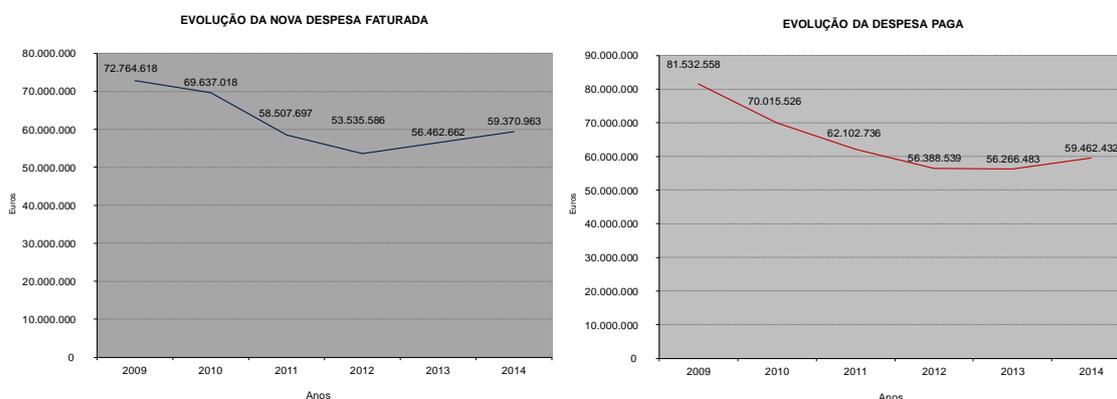
Em contraciclo, a contribuir de forma oposta, surge a rubrica das Transferências de Capital com uma diminuição de (-) 412.972 € e os Passivos Financeiros com um decréscimo de (-) 241.808 €.

Paralelamente em termos de despesa paga, o ano económico de 2014 exhibe o montante de 59.462.432 €, apresentando um acréscimo de (+) 5,68%, comparativamente com o ano anterior, revelando uma excelente taxa de execução obtida nos pagamentos, ao assumir no período em análise 99,04%, apurando-se que apenas 574.545 € do total faturado se encontra por pagar.

Anote-se que, sob o ponto de vista financeiro, o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas de carácter corrente, ao atingirem 66,78% do total geral da despesa paga, onde se destacam os pagamentos imputáveis às rubricas de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, enquanto o esforço de pagamento das despesas de capital, foi menor, ao assumir 33,22%.

Para uma melhor observação da evolução da nova despesa faturada e despesa paga desta edilidade, insere-se o Gráfico 16.

Gráfico 16



Seguidamente, considerando a sua importância no contexto geral da estrutura da despesa, afigura-se necessário proceder a uma análise circunstanciada às seguintes componentes, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Análise da Dívida

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

As despesas de funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade de um município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, agrupando as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja distribuição nos últimos dois anos está vertida no Quadro 27.

Quadro 27

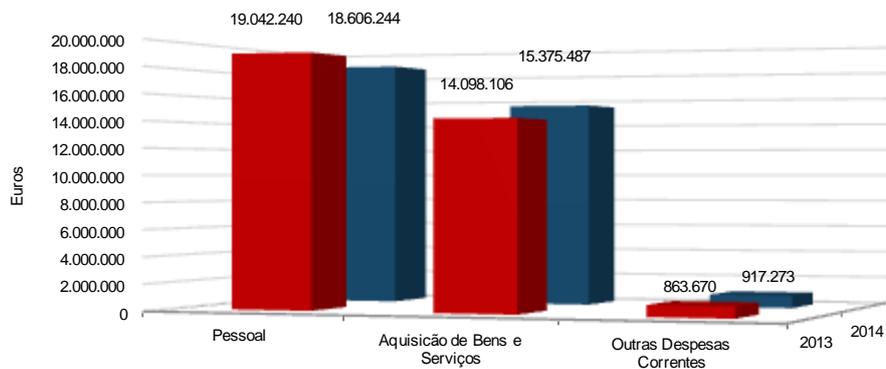
ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO													
	2013						2014						
	Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada Nova
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (c)=(a)+(b)	% Desp Func	% Desp corrente	% Desp Total	Transitada (d)	Nova (e)	Total (f)=(d)+(e)	% Desp Func	% Desp corrente	% Desp Total	
Pessoal	56.761	19.042.240	19.099.001	56,00%	47,61%	33,73%	837	18.606.244	18.607.081	53,31%	46,88%	31,34%	-2,29%
Aquisição de Bens e Serviços	329.821	14.098.106	14.427.926	41,46%	35,25%	24,97%	462.806	15.375.487	15.838.292	44,06%	38,74%	25,90%	9,06%
Outras Despesas Correntes	76.164	863.670	939.834	2,54%	2,16%	1,53%	75.520	917.273	992.793	2,63%	2,31%	1,54%	6,21%
Total Desp Funcionamento	462.746	34.004.016	34.466.761	100,00%	85,02%	60,22%	539.162	34.899.004	35.438.166	100,00%	87,94%	58,78%	2,63%
Total Despesas Correntes	471.794	39.995.336	40.467.130		100,00%	70,84%	544.027	39.685.384	40.229.411		100,00%	66,84%	-0,77%
Total Geral Despesas	492.802	56.462.662	56.955.464			100,00%	666.014	59.370.963	60.036.977			100,00%	5,15%

Un:Euros

(a) e (d) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2013 e 2014, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 17

DESpesas DE FUNCIONAMENTO - ANO 2013 / 2014



No ano de 2014 as despesas de funcionamento, no que respeita à nova despesa faturada, atingiram o montante de 34.899.004 €, verificando-se um acréscimo de (+) 2,63% em relação ao ano anterior, não obstante a redução de (-) 435.996 € registada na rubrica de despesas com Pessoal, em resultado sobretudo do aumento da Aquisição de Bens e Serviços, (+) 1.277.381 €, atento o ligeiro crescimento de (+) 53.604 € das Outras Despesas Correntes.

Para este incremento da Aquisição de Bens e Serviços concorreu de forma significativa a execução do emblemático Projeto “Maia Cidade Europeia do Desporto” – “MCED 2014”, bem como, com menor significância, o acréscimo do fornecimento de refeições às Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho da Maia.

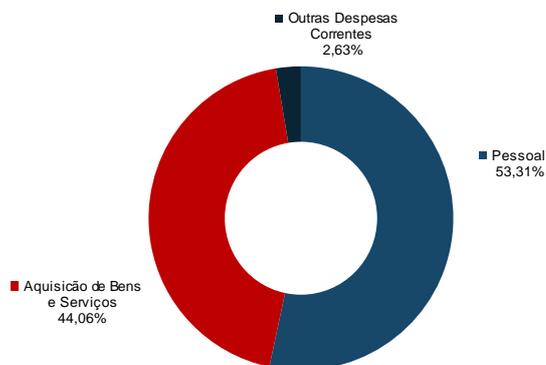
Avaliando as despesas de funcionamento no seu cômputo geral, afere-se que neste exercício económico, como já é expectável, a rubrica de despesas com Pessoal constitui a componente mais expressiva dos encargos de funcionamento, representando cerca de 53%, peso este inferior ao apurado em 2013 (56%), em resultado da descida do seu valor, afirmando-se com uma tendência inversa as rubricas de Aquisição de Bens e Serviços e outras despesas correntes, cujos pesos aumentaram em 2014, ao atingirem 44,06% e 2,63%, respetivamente, em consequência do aumento dos seus níveis de despesa nova faturada.

Saliente-se que as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, ao estarem associados às competências que lhe são intrínsecas, motivos que justificam o seu peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa, ao representarem 87,94% e 58,78% respetivamente.

No Gráfico 18, ilustra-se o peso destes encargos de funcionamento no exercício de 2014.

Gráfico 18

PESO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO - ANO 2014



Dada a importância que as despesas de funcionamento têm, na medida em que traduzem um indicador da dinâmica da atuação da Autarquia, procede-se a uma avaliação mais detalhada da área das despesas com “Pessoal” e da “Aquisição de Bens e Serviços”.

DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Seg. Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

Por força da abrangência do conceito de despesas com pessoal exigido em sede do controlo, superiormente instituído às mesmas, a este montante acresce ainda as despesas com aquisição de serviços a particulares, informação que o Município tem o dever de reportar trimestralmente à Direção Geral das Autarquias Locais, contudo perante a sua especificidade, tais valores serão objeto de tratamento autónomo no fim do presente capítulo, centrando-se numa primeira fase a análise no conceito formalmente mais restrito de despesas com pessoal.

No Quadro 28 apresenta-se a estrutura de encargos detalhada das despesas com pessoal da autarquia nos dois últimos exercícios.

Quadro 28

DESPESAS COM PESSOAL							
	2013		2014		Nova Despesa Faturada		
	Despesa Faturada		Despesa Faturada		Peso	Variação	
	Nova	Transitada	Nova	Total		Valor	Tx Cresc
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)			
Remunerações Certas e Permanentes							
Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	270.042		222.976	222.976	120%	-47.067	-17,43%
Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho	9.062.392		8.838.321	8.838.321	47,50%	-224.070	-2,47%
TPQ RCIT - Pessoal em funções	9.044.127		8.827.467	8.827.467	47,44%	-216.660	-2,40%
PQ RCIT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	0		0	0	0,00%	0	
PQ RCIT - Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	0		0	0	0,00%	0	
PQ RCIT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	18.265		10.855	10.855	0,06%	-7.410	-40,57%
Pessoal contratado a termo	987.077		780.350	780.350	4,19%	-206.728	-20,94%
PCT - Pessoal em funções	705.026		479.679	479.679	2,58%	-225.347	-31,96%
PCT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	0		0	0	0,00%	0	
PCT - Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	0		0	0	0,00%	0	
PCT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	282.051		300.671	300.671	1,62%	18.620	6,60%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	767.538		787.597	787.597	4,23%	20.058	2,6%
Pessoal aguardando aposentação	53.682		27.695	27.695	0,15%	-25.987	-48,41%
Pessoal em qualquer outra situação	347.786		244.163	244.163	1,3%	-103.623	-29,80%
Gratificações	0		0	0	0,00%	0	
Representação	102.860		96.799	96.799	0,52%	-6.061	-5,89%
Suplementos e prémios	0		0	0	0,00%	0	
Subsídio de refeição	920.043		857.376	857.376	4,6%	-62.667	-6,81%
Subsídios de férias e de Natal	1.852.327		1.748.813	1.748.813	9,40%	-103.514	-5,59%
Remunerações por doença (pessoal quadro CGA)	331.154		316.762	316.762	1,70%	-14.392	-4,35%
Subtotal	14.694.901	0	13.920.851	13.920.851	74,82%	-774.050	-5,27%
Abonos Variáveis ou Eventuais							
Gratificações variáveis ou eventuais	0		0	0	0,00%	0	
Horas extraordinárias	46.015		56.540	56.540	0,30%	10.525	22,87%
Alimentação e alojamento	0		0	0	0,00%	0	
Ajudas de custo	1453		1.560	1.560	0,01%	108	7,43%
Abono para falhas	3.098		3.067	3.067	0,02%	-31	-1,00%
Formação	0		0	0	0,00%	0	
Colaboração técnica e especializada	0		0	0	0,00%	0	
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	0		0	0	0,00%	0	
Subsídio de prevenção	0		0	0	0,00%	0	
Subsídio de trabalho nocturno	1214		1.162	1.162	0,01%	-53	-4,35%
Subsídio de turno	294.024		294.447	294.447	1,58%	423	0,14%
Indemnizações por cessação de funções	51009		74.686	74.686	0,40%	23.676	46,42%
Outros suplementos e prémios	40.700	837	48.093	48.930	0,26%	7.392	18,16%
Outros abonos em numerário ou espécie	0		0	0	0,00%	0	
Subtotal	437.513	837	479.555	480.392	2,58%	42.042	9,61%
Segurança Social							
Encargos com a saúde	693.323		840.534	840.534	4,52%	147.211	21,23%
Outros encargos com a saúde	209.043		176.151	176.151	0,95%	-32.891	-15,73%
Subsídio familiar a crianças e jovens	84.264		83.409	83.409	0,45%	-856	-1,02%
Outras prestações familiares	4.850		6.774	6.774	0,04%	1.924	39,67%
Contribuições para a segurança social	2.795.205		2.989.126	2.989.126	16,07%	193.921	6,94%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Caixa Geral de Aposentações	1.932.783		2.160.576	2.160.576	11,6%	227.793	11,79%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Segurança Social - Regime Geral	862.422		812.643	812.643	4,37%	-49.779	-5,77%
Outros	0		15.907	15.907	0,09%	15.907	
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0		0	0	0,00%	0	
Outras Pensões	0		0	0	0,00%	0	
Seguros	75.384		88.408	88.408	0,48%	13.024	17,28%
Outras despesas de segurança social	47.758		21.436	21.436	0,12%	-26.321	-55,11%
Subtotal	3.909.826	0	4.205.838	4.205.838	22,60%	296.012	7,57%
TOTAL	19.042.240	837	18.606.244	18.607.081	100,00%	-435.996	-2,29%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2014 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Da apreciação do quadro infra, conclui-se que as despesas com pessoal no exercício de 2014 totalizaram 18.606.244 €, assinalando assim um decréscimo de (-) 435.996 face a 2013, (-) 2,29%, fruto da influência da diminuição das despesas com remunerações certas e permanentes, componente de maior peso no cômputo geral das despesas com pessoal ao representar 74,82%, em parte atenuada pelo incremento das suas duas outras componentes, particularmente no que se refere às despesas com a Segurança Social.

Com efeito, as *Remunerações Certas e Permanentes* ao perfazerem 13.920.851 € e evidenciarem um decréscimo de (-) 774.050 € em relação ao ano anterior, (-) 5,27%, têm uma influência determinante na formação daquele resultado, em consequência da redução da generalidade das suas rubricas onde se destacam:

- A diminuição das Despesas com Pessoal dos Quadros em Regime Contrato Individual de Trabalho no valor de (-) 224.070 €, em resultado da cessação de funções de trabalhadores por falecimento e aposentação, a que não correspondeu igual número de novas contratações de pessoal, contribuindo também o agravamento das reduções remuneratórias constantes da LOE para 2014, em vigor apenas até maio, por força da declaração de inconstitucionalidade da respetiva norma pelo Tribunal Constitucional.

Importa todavia assinalar que esta redução está atenuada pela afetação de (+) 103.623 € resultantes das despesas com pessoal dos gabinetes de apoio à presidência e vereação, anteriormente imputadas à rubrica de “Pessoal em Qualquer Outra Situação”, que diminuem em igual montante, não tendo por isso qualquer impacto na variação global do agregado das remunerações certas e permanentes;

- O decréscimo das Despesas com Pessoal Contratado a Termo no montante de (-) 206.728 €, justificado pela redução dos tempos letivos associados ao desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Extra Curriculares, na sequência da entrada em vigor do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho;
- A redução dos encargos com Subsídio de Férias e de Natal e Subsídio de Refeição que conjuntamente perfazem (-) 166.181 €, fruto das circunstâncias atrás referenciadas;
- O decréscimo da rubrica de Titulares de Órgãos de Soberania e Membros dos Órgãos Autárquicos em (-) 47.067 €, explicado em parte, pela opção tomada pelo Presidente da Câmara, que sendo titular de um cargo político em exercício de funções, e encontrando-se na condição de aposentado, optou pela suspensão da remuneração correspondente ao cargo político que ocupava;
- As Remunerações por doença, com um abatimento de (-) 14.392 €, o que denota uma diminuição dos custos decorrentes de ausências ao serviço quanto a pessoal do quadro vinculado à CGA de (-) 4,35%.

Em contraciclo surge nesta rubrica apenas o “Pessoal em Regime de Tarefa e Avença” com um ligeiro incremento de 2,61%, cuja variação está indexada a prestações de serviços em regime de tarefa e avença, repartidas pelas áreas do desporto, ambiente e educação e ação social, incluindo não só efeitos fiscais em sede de tributação de IVA, que constitui para o Município custo suportado não dando lugar a qualquer dedução, como também diferenças de imputação de custos resultantes de procedimentos de aquisição que, ao serem efetuados no decurso de 2013, não geraram naquele exercício económico custos referentes aos 12 meses, ao contrário do que aconteceu em 2014.

Em matéria de *Abonos Variáveis ou Eventuais*, estes absorvem 2,58% do total das despesas com pessoal, correspondendo a um valor de 479.555 €, apresentando um acréscimo de (+) 42.042 € face ao ano transato, (+) 9,61%, justificado essencialmente pelo aumento verificado em algumas das suas componentes a saber:

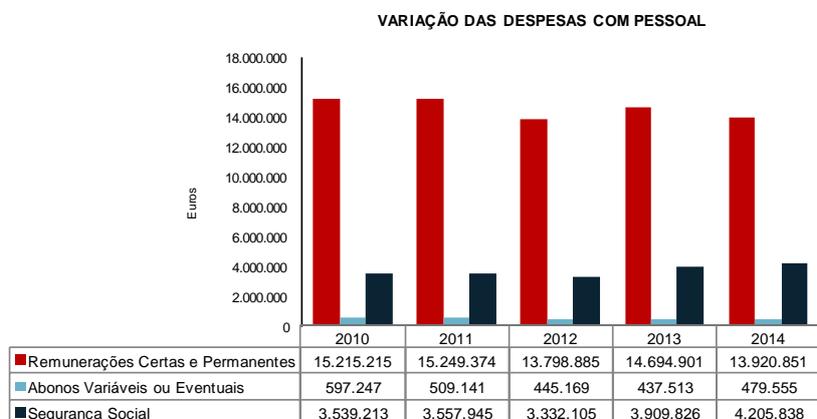
- Indemnizações por cessação de funções, com um acréscimo de (+) 23.676 €, que teve origem no pagamento no ano de 2014 das compensações por caducidade dos contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, aos técnicos das Atividades de Enriquecimento Extra Curriculares, em face das disposições legais existentes;
- Horas extraordinárias com um incremento de (+) 10.525 €, justificado pela necessidade de assegurar os trabalhos associados à realização das eleições para o Parlamento Europeu, que envolvem um conjunto de atos e procedimentos administrativos a cumprir, impossível de assegurar atempadamente, apenas durante o horário normal de expediente;
- Outros suplementos e prémios, com um aumento de (+) 7.392 €, reportando-se sobretudo ao valor pago em senhas de presença aos membros dos órgãos autárquicos devido a um maior número de reuniões e sessões realizadas.

A *Segurança Social* consome 22,60% do total das despesas com pessoal, atingindo o montante de 4.205.838 €, evidenciando um acréscimo de (+) 296.012 € em relação ao ano anterior, (+) 7,57%, explicado pelo aumento de (+) 193.921 € das contribuições para a segurança social, principalmente devido ao incremento da taxa da Caixa Geral de Aposentações suportada pelo Município, que passou de 20% para 23,75%, igualando assim a taxa paga à Segurança Social desde 2013, e do acréscimo dos encargos com a saúde em (+) 147.211 €.

Em matéria de representatividade nas despesas da Autarquia, as despesas com pessoal representam 53% das despesas de funcionamento, cerca de 47% das despesas correntes e 31% das despesas totais.

O Gráfico 19 ilustra a variação das rubricas despesas com pessoal do Município, no último quinquénio.

Gráfico 19



LIMITAÇÕES ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Neste domínio e atendendo à sua repercussão em matéria de gestão de recursos humanos, importa atender às fortes limitações legais à admissão de pessoal no setor público, no caso concreto nas Autarquias Locais, bem como a todas as disposições relativas a trabalhadores do setor público, aquisição de serviços, proteção social e aposentação ou reforma, impostas pelas Leis do Orçamento de Estado.

Promovendo uma pequena retrospectiva do que tem sido estabelecido neste âmbito nas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, bem como no próprio Programa de Estabilidade e Crescimento, relembre-se que desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 que estão impostas fortes limitações à admissão de pessoal, que vão desde a proibição e ou restrição de recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida pelos órgãos e serviços abrangidos pelo seu âmbito de aplicação onde se incluem as autarquias locais, bem como à imposição de reduções remuneratórias, proibição de valorizações remuneratórias, imposição de redução de cargos dirigentes e de número de trabalhadores, a que acresce a suspensão do pagamento de Subsídio de Férias e de Natal ou equivalentes, entretanto reposto em regime de duodécimos no ano de 2013.

Também no exercício em análise, face ao imposto pela Lei do Orçamento do Estado para 2014 - Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, persistem as fortes restrições neste âmbito, nomeadamente com a redução das remunerações totais ilíquidas mensais das pessoas com uma remuneração mensal superior a 675 € e inferiores a 2000 €, aplicando-se uma taxa progressiva que varia entre os 2,5% e os 12%, sobre o valor total das remunerações e os 12% sobre o valor total das remunerações superiores a 2000 €, constante no artigo 33.º, norma em vigor até maio, uma vez que, posteriormente foi considerada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional, invocando o “princípio da igualdade”.

Outras disposições relativas aos trabalhadores do setor público, já anteriormente impostas, e que continuam a vigorar no ano de 2014 são a proibição de valorizações remuneratórias, prevista no artigo 39.º, a redução do número de trabalhadores nas Autarquias Locais no mínimo em 2%, face aos existentes

em 31 de dezembro de 2013, constante no artigo 62.º e o controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, imposto pelo artigo 64.º da referida Lei.

Com o intuito de monitorizar estas restrições, os Municípios, de acordo com o Decreto-Lei n.º 52/2014 de 7 de abril de 2014 (Execução do Orçamento Estado para 2014), em conformidade com o artigo 60.º, têm de prestar obrigatoriamente informação à Direção Geral das Autarquias Locais, estabelecendo no ponto 2 desse mesmo artigo, que as autarquias locais prestam, através do SIAL, a informação relativa a pessoal ao serviço e despesas com pessoal, necessária à verificação do disposto nos artigos 62.º e 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, nos termos definidos pela DGAL.

ESTRUTURA ORGÂNICA

Conclui-se a apreciação do agrupamento despesas com pessoal, com a inserção do Quadro 29, demonstrativo da execução e do seu peso por capítulo orgânico no período em referência.

Quadro 29

DESPESAS COM PESSOAL								
2014								
	Despesa Faturada				Despesa Faturada Nova %	Despesa Paga (e)	Taxa de Execução	
	Dotações Finais (a)	Transitada (b)	Nova (c)	Total (d)=(b)+(c)			Desp Faturada (d)/(a)	Desp Paga (e)/(d)
Classes Inativas	29.051	0	29.024	29.024	0,1%	29.024	99,90%	100,00%
Órgãos de Autarquia	2.433.942	0	2.172.273	2.172.273	1167%	2.172.273	89,25%	100,00%
Assembleia Municipal	40.000	837	35.015	35.852	0,9%	35.483	89,63%	98,97%
Dept.º Administração Geral e Suporte à Atividade	2.221.899	0	2.112.474	2.112.474	1135%	2.112.474	95,08%	100,00%
Dept.º de Construção e Manutenção	2.778.528	0	2.592.974	2.592.974	13,94%	2.592.974	93,32%	100,00%
Dept.º Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana	2.847.623	0	2.632.003	2.632.003	14,5%	2.632.003	92,43%	100,00%
Dept.º Educação, Ação Social, Desporto e Cultura	8.945.208	0	8.191.947	8.191.947	44,03%	8.191.947	91,58%	100,00%
Sub Total (1)	19.296.252	837	17.765.710	17.766.547	95,48%	17.766.178	92,07%	100,00%
Encargo com a saúde (2)	850.200	0	840.534	840.534	4,52%	801.190	98,86%	95,32%
TOTAL (1) + (2)	20.146.452	837	18.606.244	18.607.081	100,00%	18.567.367	92,36%	99,79%

Un:Euros

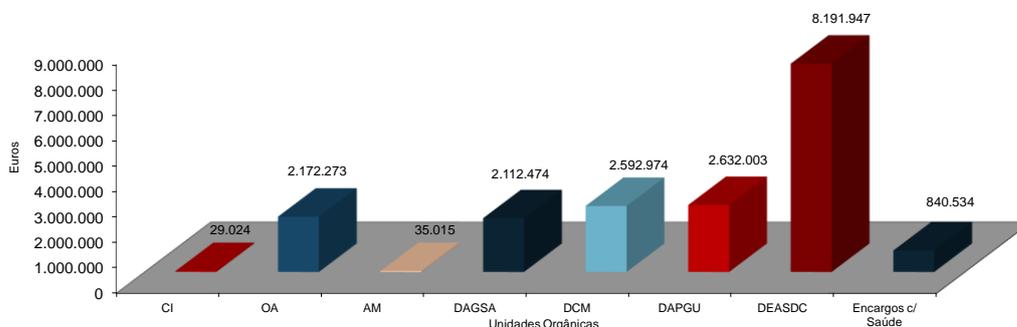
(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2014 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

Do exposto resulta que, a maior representatividade das despesas com pessoal está associada ao Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura, com (44,03%), seguida do Departamento do Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana, com (14,15%) e do Departamento de Construção e Manutenção, com (13,94%).

No âmbito da orçamentação das despesas com pessoal, destaca-se ainda, considerando o rigor e previsibilidade existentes, as elevadas taxas de execução das despesas realizadas, quase todas acima dos 90%, assim como da despesa paga cujos níveis de execução atingem os 100% em todas as orgânicas, exceto na orgânica da Assembleia Municipal.

Gráfico 20

DESPESAS COM PESSOAL POR ORGÂNICA - ANO 2014



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES

Por força da abrangência do conceito de despesas com pessoal, anteriormente analisado, a esta informação acresce ainda as despesas com a Aquisição de Serviços a Particulares.

Por conta desta rubrica são contabilizadas as aquisições de serviços que são faturadas aos contribuintes em nome individual, nomeadamente serviços de vistorias, limpeza, reparações, formação, deslocações e estadas, transportes, portagens, sendo esta informação, por imperativo legal, enviada trimestralmente pelo Município para a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) via SIAL, para efeitos de controlo das despesas com pessoal.

Quadro 30

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TAXA VARIACÃO 2013/2014
Despesa Paga								
Despesas com Aquisição de Serviços a Particulares	275.370	153.366	133.021	53.507	39.348	23.632	42.359	79,24%

Un: Euros

Da análise do Quadro 30, retira-se que as despesas com a Aquisição de Serviços a Particulares no ano de 2014 assumiram o montante de 42.359 €, que apesar de espelhar uma inversão da tendência decrescente verificada desde o ano de 2008, se situa em níveis sustentáveis muito aquém dos valores registados outrora.

Este acréscimo está sobremaneira influenciado, pelo aumento das despesas de transporte do pessoal em contrato de emprego de inserção, bem como, pela aquisição de serviços de execução de pintura mural da barreira acústica da A4 na freguesia de Pedrouços.

DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A aquisição de bens e serviços compreende os bens de consumo, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia. Face à estrutura apresentada por este agrupamento, primeiro é realizada uma apreciação geral, para posteriormente efetuar-se uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

Quadro 31

ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS												
	2013			2014			Taxa de Execução					
	Despesa Faturada		Despesa Faturada	Despesa Paga		Desp Paga		Desp Faturada	Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada Nova
	Nova	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	(f)	(f)/(e)	(e)/(b)	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Tx Variação
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)= (c)+(d)	(f)	(f)/(e)	(e)/(b)					
Aquisição de Bens	2.365.618	3.244.532	113.653	2.619.042	2.732.696	2.651.293	97,02%	84,22%	7,50%	6,60%	4,41%	10,71%
Aquisição de Serviços	11.732.488	14.339.239	349.152	12.756.445	13.105.597	12.782.903	97,54%	91,40%	36,55%	32,14%	21,49%	8,73%
TOTAL AQUIS.BENS E SERVIÇOS	14.098.106	17.583.771	462.806	15.375.487	15.838.292	15.434.196	97,45%	90,07%	44,06%	38,74%	25,90%	9,06%
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO	34.004.016	38.864.723	539.162	34.899.004	35.438.166	34.916.892	98,53%	91,18%	100,00%	87,94%	58,78%	2,63%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	39.995.336	44.116.856	544.027	39.685.384	40.229.411	39.706.547	98,70%	91,19%		100,00%	66,84%	-0,77%
TOTAL GERAL DESPESAS	56.462.662	70.458.485	666.014	59.370.963	60.036.977	59.462.432	99,04%	85,21%			100,00%	5,15%

U= Euros

(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2014, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

No ano de 2014, a nova despesa faturada em matéria de Aquisição de Bens e Serviços totalizou o montante de 15.375.487 €, assumindo um acréscimo de (+) 1.277.381 € em relação ao exercício anterior, (+) 9,06%, e uma taxa de execução da despesa realizada de 90,07% e de pagamentos de 97,45%.

O acréscimo constatado, neste agrupamento de despesa, não obstante a política de contenção na realização da despesa municipal adotada pela autarquia, resulta da variação ocorrida nas suas duas componentes, (+) 10,71% da aquisição de bens e (+) 8,73% da aquisição de serviços, sendo a rubrica dos serviços, com um aumento de (+) 1.023.957 €, que pela sua materialidade mais contribui para o resultado final deste agrupamento.

Para este acréscimo concorreu de forma significativa a aquisição de vários serviços de suporte à realização do emblemático Projeto “Maia Cidade Europeia do Desporto” – “MCED 2014”, bem como, no que toca à aquisição de bens e apesar da sua menor expressividade, o fornecimento de refeições escolares no âmbito do Ensino Básico e Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho da Maia.

Conforme se depreende da informação contida no Quadro 31, a aquisição de bens e serviços representa 44,06% das despesas de funcionamento e 38,74% do total das despesas correntes, destacando-se a rubrica dos serviços com a maior preponderância na totalidade das despesas de funcionamento, ao exibir um peso de 36,55%, contra os 7,50% da rubrica de bens.

Posteriormente apresenta-se uma apreciação individualizada da rubrica dos Bens e dos Serviços, dada a importância destas componentes no cômputo global da despesa faturada nova.

AQUISIÇÃO DE BENS

Este agrupamento compreende as despesas com a aquisição de bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, abrangendo designadamente as matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação-refeições confeccionadas, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio.

Quadro 32

AQUISIÇÃO DE BENS										
	2013		2014				Variação (c)-(a)	Tx de Cresc. [(c)-(a)]/(a)	% no Total Aq Bens (c)/Total (c)	Tx Execução (e)/(d)
	Despesa Faturada		Despesa Faturada		Despesa Paga (e)					
	Nova (a)	Transitada (b)	Nova (c)	Total (d)=(b)+(c)						
Aquisição de Bens										
Materias primas e subsidiárias	224.771	43.214	278.520	321.734	270.628	53.750	23,91%	10,63%	84,12%	
Combustíveis e lubrificantes	344.892	10.017	281.640	291.657	288.664	-63.252	-18,34%	10,75%	98,97%	
Munições, explosivos e artificios	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
Limpeza e higiene	42.607	4.314	47.530	51.844	49.519	4.923	11,56%	1,81%	95,52%	
Alimentação - refeições confeccionadas	1200.350	0	1490.555	1490.555	1490.555	290.205	24,18%	56,91%	100,00%	
Alimentação - géneros para confeccionar	2.111	0	3.310	3.310	3.310	1.199	56,81%	0,13%	100,00%	
Vestuário e artigos pessoais	17.735	668	40.103	40.771	40.771	22.368	126,12%	1,53%	100,00%	
Material de escritório	29.104	4.104	31.063	35.166	33.838	1.959	6,73%	1,19%	96,22%	
Produtos químicos e farmacêuticos	35.343	385	21.993	22.378	16.383	-13.349	-37,77%	0,84%	73,21%	
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
Material de consumo clínico	10.139	0	2.248	2.248	2.248	-7.891	-77,82%	0,09%	100,00%	
Material de transporte	35.980	3.814	26.231	30.045	26.558	-9.749	-27,10%	100%	88,39%	
Material de consumo hoteleiro	686	0	4.782	4.782	4.782	4.096	597,55%	0,18%	100,00%	
Outro material peças	15.767	7.255	16.077	23.332	22.962	310	1,96%	0,61%	98,41%	
Prémios condecorações e ofertas	167.477	199	107.540	107.739	107.607	-79.937	-42,64%	4,11%	99,88%	
Mercadorias para venda	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
Ferramentas e utensílios	7.086	2.063	12.163	14.226	13.801	5.077	71,65%	0,46%	97,02%	
Livros e documentação técnica	547	32	216	247	187	-331	-60,53%	0,01%	75,75%	
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
Material de educação cultura e recreio	43.868	14.834	88.205	103.038	99.898	44.337	101,07%	3,37%	96,95%	
Outros bens	167.157	22.756	166.866	189.622	179.582	-291	-0,17%	6,37%	94,71%	
Total Aquisição de Bens	2.365.618	113.653	2.619.042	2.732.696	2.651.293	253.425	10,71%	100,00%	97,02%	

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2014 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Em 2014 a nova despesa faturada com a aquisição de bens ao totalizar 2.619.042 €, não obstante a redução verificada em algumas das suas componentes, apresenta um aumento de (+) 253.425 € face a 2013, que corresponde a uma variação de (+) 10,71%, sendo este resultado principalmente instigado pelo comportamento da rubrica “Alimentação – refeições confeccionadas” que isoladamente apresentou um acréscimo de (+) 290.205 €, induzindo o resultado final para uma variação positiva.

Conforme já mencionado em reportes anteriores, esta rubrica engloba o fornecimento de refeições nas Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho da Maia, estando o aumento do seu volume de faturação explicado, principalmente, por desfasamentos temporais do registo de faturação relativo aos meses de dezembro.

A contribuir também para o cenário de acréscimo deste agrupamento de despesa, embora sem a mesma expressividade, emergem ainda as rubricas de “Matérias-primas e Subsidiárias”, com um acréscimo de (+) 53.750 €, o “Material de Educação, Cultura e Recreio”, com uma variação de (+) 44.337 € e a rubrica de “Vestuário e Artigos Pessoais” com um incremento de (+) 22.368 €.

Com tendência inversa e a refletir um decréscimo em algumas componentes deste agrupamento de despesa, sendo todavia insuficiente para compensar o aumento constatado neste agregado, destacam-se as rubricas de:

- “Prémios, Condecorações e Ofertas”, com uma diminuição de (-) 79.937 €;
- “Combustíveis e Lubrificantes”, com um decréscimo de (-) 63.252 €;
- “Produtos Químicos e Farmacêuticos”, com uma redução de (-) 13.349 €.

Em termos de preponderância destas rubricas, para além do peso das refeições que, ao assumirem 1.490.555 €, por si só representam 56,91%, do total da nova despesa faturada, destacam-se os combustíveis e lubrificantes com um peso de 10,75% e com o valor de 281.640 €, logo seguido das matérias-primas e subsidiárias responsáveis por 10,63%, atingindo o montante de 278.520 €.

Regista-se contudo que, constatada a redução em algumas das tipologias de aquisição de bens, excluído que fosse o aumento das refeições escolares, inverter-se-ia esta tendência crescente e a rubrica de bens apresentaria uma redução na ordem dos (-) 1,5%.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA

Este agrupamento respeita a despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, representação municipal, seguros, estudos pareceres e projetos, consultadoria, outros trabalhos especializados e encargos de cobrança de receitas.

Quadro 33

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA									
	2013		2014		Despesa Paga	Variação	Taxa de Cresc.	%Total Aq. Serviços	Tx Execução
	Despesa Faturada Nova	Transitada	Despesa Faturada Nova	Total					
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)					
Aquisição de Serviços									
Encargos de instalações	2.541.573	217.185	2.451.882	2.669.067	2.521.018	-89.691	-3,53%	19,22%	94,45%
Limpeza e higiene	115.13	1804	97.680	99.484	98.838	-43.834	-30,97%	0,77%	99,35%
Conservação de bens	299.311	18.373	303.968	322.341	289.237	4.657	1,56%	2,38%	89,73%
Locação de edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Locação material informática	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Locação de outros bens	436.703	13.933	486.979	500.912	500.912	50.276	11,51%	3,82%	100,00%
Comunicações	266.662	4.106	263.987	268.093	268.044	-2.675	-1,00%	2,07%	99,98%
Transportes	330.482	6.590	412.925	419.514	396.936	82.442	24,95%	3,24%	94,62%
Representação dos serviços	18.883	138	17.800	17.938	16.893	-1.083	-5,74%	0,14%	94,17%
Seguros	85.843	0	100.633	100.633	100.633	14.790	17,23%	0,79%	100,00%
Deslocações e estadas	20.057	2.119	19.456	21.575	20.790	-601	-3,00%	0,15%	96,36%
Estudos, pareceres, projectos	201.354	0	249.249	249.249	245.921	47.895	23,79%	1,95%	98,66%
Formação	5.895	0	31.102	31.102	17.057	25.207	427,62%	0,24%	54,84%
Seminários, exposições e similares	16.917	1.166	32.409	33.575	32.591	1.493	91,58%	0,25%	97,07%
Publicidade	76.427	6.15	141.372	141.988	139.473	64.945	84,98%	1,11%	98,23%
Vigilância e segurança	600.480	188	591.657	591.845	591.845	-8.823	-1,47%	4,64%	100,00%
Assistência técnica	487.000	51.391	525.446	576.838	530.956	38.447	7,89%	4,12%	92,05%
Outros trabalhos especializados	2.672.487	23.982	3.168.645	3.192.627	3.146.780	496.158	18,57%	24,84%	98,56%
Utilização de infra-estruturas	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Serviços de saúde	22.450	0	24.185	24.185	24.185	1.735	7,73%	0,19%	100,00%
Outros serviços especializados	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Encargos de cobrança de receitas	65.1805	0	679.915	679.915	679.915	28.111	4,31%	5,33%	100,00%
Iluminação pública	2.504.597	0	2.674.340	2.674.340	2.673.956	169.743	6,78%	20,96%	99,99%
Outros serviços	352.047	7.562	482.813	490.376	486.924	130.766	37,14%	3,78%	99,30%
Total Aquisição Serviços	11.732.488	349.152	12.756.445	13.105.597	12.782.903	1.023.957	8,73%	100,00%	97,54%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2014 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Também a nova despesa faturada com aquisição de serviços, ao completar o valor de 12.756.445 €, apesar da diminuição evidenciada por algumas componentes, apresenta no período em análise um acréscimo de (+) 8,73%, (+) 1.023.957 €, influenciado sobremaneira pelas variações ocorridas nas rubricas de “Outros Trabalhos Especializados”, com um aumento de (+) 496.158 €, seguida da “Iluminação Pública” com uma variação de (+) 169.743 € e dos “Outros Serviços”, com (+) 130.766 €. De salientar ainda as rubricas de Transportes, Publicidade e Locação de Outros Bens, que no seu conjunto apresentam uma variação positiva de (+) 197.663 €.

Uma vez excluída a variação da iluminação pública, concorreu de forma decisiva para este acréscimo, a aquisição de vários serviços subjacentes ao desafio que a Autarquia “abraçou” no ano de 2014, que passou pela realização do Projeto “Maia Cidade Europeia do Desporto” – “MCEd 2014”, que envolveu a produção de várias atividades desportivas, eventos, competições, torneios, espetáculos, conferências, tendo sido um projeto aliciante, superado em todas as suas vertentes, com qualidade e empenho por parte da Autarquia.

Já no que toca ao incremento assinalado na faturação da “Iluminação Pública”, decorre do aumento do custo da própria tarifa, apesar do esforço que já tem vindo a ser desenvolvido pelos serviços municipais, no sentido da redução dos consumos desta natureza.

A atenuar o crescimento das rubricas mencionadas anteriormente, destaca-se a diminuição da faturação dos itens, “Encargos de Instalações” (-) 3,53%, seguida da “Limpeza e Higiene” (-) 30,97%, que no seu conjunto, conferem uma diminuição de (-) 133.525 € nos níveis de despesa.

Na linha de tendência de anos anteriores, são as rubricas com os valores faturados entre os 2,4M€ e 3M€ que assumem o maior peso no total da aquisição de serviços, designadamente:

- os “Outros Trabalhos Especializados”, com um peso de 24,84%, assumindo o valor de 3.168.645 €, estando aqui interpostas atividades que se destacam como, o tratamento de resíduos sólidos urbanos pela Lipor, a manutenção de espaços verdes, a aquisição de serviços de organização e produção de eventos culturais, desportivos;
- a “Iluminação Pública”, que em termos absolutos atingiu a quantia de 2.674.340 €, revelando um peso de cerca de 21%;
- os “Encargos de Instalações”, com o valor de 2.451.882 € e um peso de 19,22%.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA

Quadro 34

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA										
	2014								Taxa de Execução	
	Despesa Faturada				Desp Paga				Desp Faturada	Desp Paga
	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	%	Desp Paga	%	(d)/(a)		
(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(c)/Total(c)	(e)	(e)/Total(e)				
Órgãos de Autarquia	5.904.346	115.545	5.383.622	5.499.167	42,20%	5.418.423	42,39%	93,14%	98,53%	
Assembleia Municipal	10.600	0	4.949	4.949	0,04%	4.949	0,04%	46,68%	100,00%	
Dept.º Administração Geral e Suporte à Atividade	251.575	3.063	190.586	193.648	1,49%	168.693	1,32%	76,97%	87,11%	
Dept.º Construção e Manutenção	1.102.066	38.374	890.032	928.405	6,98%	875.094	6,85%	84,24%	94,26%	
Dept.º Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana	3.042.819	12.089	2.797.240	2.809.329	21,93%	2.783.543	21,78%	92,33%	99,08%	
Dept.º Educação, Acção Social, Desporto e Cultura	4.027.834	180.082	3.490.016	3.670.098	27,36%	3.532.202	27,63%	91,12%	96,24%	
TOTAL	14.339.239	349.152	12.756.445	13.105.597	100,00%	12.782.903	100,00%	91,40%	97,54%	

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2014 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Em matéria de aquisição de serviços por unidade orgânica, constata-se que, em termos de nova despesa faturada, são os Órgãos de Autarquia que realizam o maior volume desta tipologia de despesa, ao serem responsáveis por 42,20% do seu valor global, seguindo-se o Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura e o Departamento do Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana, com um peso de 27,36% e 21,93% respetivamente.

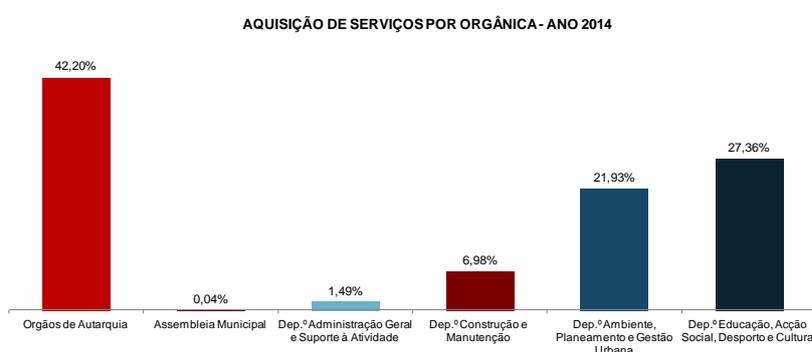
Note-se porém que nos 5.383.622 € atribuíveis aos Órgãos de Autarquia, estão refletidas parte das despesas comuns a todas as unidades orgânicas do município, como sejam os encargos de instalações, vigilância, segurança, assistência técnica e iluminação pública, o que origina a que o peso desta unidade orgânica, seja sempre o mais preponderante.

De igual modo se regista que dos 2.797.240 € de despesas com a aquisição de serviços sob alçada do Departamento do Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana, mais de metade se refere ao tratamento de resíduos sólidos cobrados pela Lipor (1.701.283 €), que em abono da verdade dada a sua natureza, enquadram-se na atividade da Empresa Municipal Maiambiente, fruto do seu objeto social.

Quanto às taxas de execução das despesas realizadas e pagas, são visíveis os elevados níveis de execução nas diferentes unidades orgânicas, que rondam globalmente os 91% e 97%.

Finaliza-se a apreciação da aquisição de serviços por orgânica, com a apresentação do gráfico imediato, que espelha a distribuição do peso deste tipo de despesa pelas diferentes unidades orgânicas.

Gráfico 21



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Ao abrigo das suas competências, que se reportam em vários domínios que vão desde a educação, ação social, desporto, património e cultura, o Município atribui ao longo do ano de 2014, determinados subsídios a organismos e entidades com vista ao financiamento das suas despesas correntes. Estes apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2014 por 5% do total da nova despesa realizada, revelando o acentuado intervencionismo do Município no processo de desenvolvimento urbano com o objetivo de propiciar condições de incremento aos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Por outro lado, de forma a garantir a transparência e objetividade, o processo de atribuição destes apoios tem sido objeto de enquadramento normativo interno, através de legislação específica de suporte, no sentido de dar mais justiça, equidade e rigor aos subsídios e transferências que são atribuídos.

O classificador económico desagrega as transferências efetuadas pelos Municípios em três rubricas: *Transferências Correntes*, *Transferências de Capital* e *Subsídios*.

No agrupamento das *Transferências Correntes* são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local. Nesta rubrica estão assim registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os

apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar, transferências para a Administração Local – Freguesias, que se designam a apoiar o funcionamento das suas atividades, transferências para a Administração Central – Serviços e Fundos Autónomos, transferências para Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras, transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas carenciadas, portadoras de deficiências, apoios a atletas na área desportiva e outras transferências.

Relativamente à rubrica dos *Subsídios*, tendo embora a natureza de transferências correntes, revestem-se contudo de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma classificação à parte daquelas. Entende-se como “Subsídios”, os fluxos financeiros não reembolsáveis transferidos para as empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas, e que se designam no auxílio das correspondentes despesas de funcionamento.

Finalmente em *Transferências de Capital* são registadas todas as transferências que tenham como objetivo o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias, incluindo as empresas municipais, cuja análise será desenvolvida posteriormente.

Seguidamente insere-se o Quadro 35, que espelha o montante e a natureza das transferências correntes e subsídios atribuídos pela Autarquia.

Quadro 35

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS													
	2013				2014				Desp Paga	Peso na nova Desp Faturada	Taxa Variação %	Taxa de Execução	
	Transitada	Nova	Total	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	(f)/Total(f)				Desp Paga	Desp Faturada
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)	(f)	(g)=(e)+(f)	(h)	(f)/Total(f)	[(f)-(b)]/(b)	(h)/(g)	(g)/(d)	
Transferências Correntes													
Soc. e quase sociedades não financeiras	0	0	0	100	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Administração Central	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Administração Local													
Municípios	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Freguesias	0	910.792	910.792	912.100	0	911.776	911.776	911.776	29,77%	0,11%	100,00%	99,96%	
Serviços Autónomos da Adm.Local	0	0	0	100	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Associações de Municípios	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Assembleia Distritais	0	0	0	6.800	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Outras	0	61.493	61.493	61.500	0	61.493	61.493	61.493	2,01%	0,00%	100,00%	99,99%	
Instituições sem Fins Lucrativos	9.049	1.389.471	1.398.520	1.719.020	4.865	1.595.722	1.600.587	1.600.587	52,10%	14,84%	100,00%	93,11%	
Famílias	0	253.853	253.853	394.288	0	327.367	327.367	325.777	10,69%	28,96%	99,51%	83,03%	
Subtotal	9.049	2.615.609	2.624.658	3.094.058	4.865	2.896.358	2.901.222	2.899.632	94,56%	10,73%	99,95%	93,77%	
Subsídios													
Soc. e quase sociedades não financeiras													
Empresas Públicas	0	2.321.399	2.321.399	290.118	0	166.539	166.539	166.539	5,44%	-92,83%	100,00%	57,40%	
Municipais/Intermunicipais													
Outras	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Subtotal	0	2.321.399	2.321.399	290.168	0	166.539	166.539	166.539	5,44%	-92,83%	100,00%	57,39%	
TOTAL	9.049	4.937.007	4.946.056	3.384.226	4.865	3.062.897	3.067.761	3.066.171	100,00%	-37,96%	99,95%	90,65%	

Un:Euros

(a) e (e) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2013 e 2014 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

Durante a gerência de 2014, os montantes dos apoios atribuídos ascenderam a 3.062.897 €, concretizando-se numa diminuição globalmente registada nesta área de (-) 37,96%, apesar de se distribuir de forma diferenciada pelos seus pares, consubstanciando-se num acréscimo na área das transferências correntes de (+) 10,73%, que em termos absolutos se traduziu num aumento de (+) 280.749 €, e numa diminuição muito acentuada de (-) 92,83%, na rubrica dos subsídios atribuídos às

empresas públicas municipais que perfeitamente (-) 2.154.860 €, ditando inequivocamente o decréscimo na globalidade destes agrupamentos da despesa corrente.

A diminuição constatada na rubrica dos subsídios, prende-se com o fato de no ano em curso apenas ter sido transferida para a empresa “Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M”, a última tranche do subsídio atribuído, no montante de 166.539 €, no âmbito do contrato programa aprovado em 2013, com vista à realização de obras de conservação de caráter extraordinário nos empreendimentos municipais de habitação social, contrariamente ao ano anterior, em que foram concedidos subsídios a outras empresas municipais, como seja a “Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M”, hoje financeiramente autossustentável.

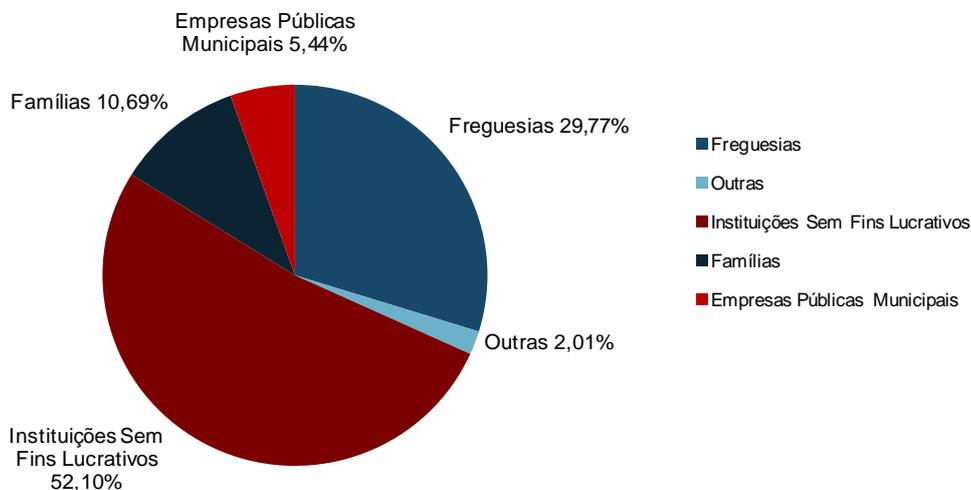
O aumento verificado no agrupamento das transferências correntes é principalmente imputável ao acréscimo constatado na rubrica das Instituições sem Fins Lucrativos (+) 206.251 €, que se prende com os apoios concedidos na âmbito das atividades desportivas, sociais, educacionais, seguindo-se o aumento registado na rubrica das famílias (+) 73.514 €, que tal como aconteceu no ano de 2013, passou pela concessão de apoios financeiros, excecionais e temporários a agregados familiares carenciados, residentes na área do respetivo Município, em situação de emergência social grave, nomeadamente, no âmbito da habitação, da carência alimentar e de cuidados de saúde.

Quanto á rubrica das transferências correntes e dos subsídios, é ainda de evidenciar as elevadas taxas de execução apuradas ao nível da despesa paga, que atingiram os 99,95%.

No contexto global deste agrupamento económico, como é dado a observar na representação gráfica que se insere, o maior peso centra-se nos apoios concedidos às Instituições Sem Fins Lucrativos ao assumir 52,10%, e um montante de 1.595.722 €, seguindo-se as verbas transferidas para as Juntas de Freguesia no valor de 911.776 € e com um peso de 29,77% e as transferências para as famílias que ao totalizarem 327.367 €, assumem cerca de 11% do total deste agregado.

Gráfico 22

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS - ANO 2014



Tendo em vista uma análise mais detalhada desta matéria, apresenta-se o Quadro 36, com a exposição da distribuição das Transferências e Subsídios Correntes atribuídos.

Quadro 36

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	
Ano 2014	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.899.632
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS	
Transferências Correntes - Despesas Correntes e de Funcionamento	910.792
Subsídio atribuído à Freguesia de Nogueira e Silva Escura, tendo em vista o apoio à realização de um evento no Hipódromo Municipal, aprovado na reunião de 20/02/2014	984
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - OUTRAS	
Comparticipação do Município com vista ao funcionamento ordinário da Área Metropolitana do Porto - quota de 2014	61493
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
Associações Desportivas / Clubes e Grupos Desportivos	1052.462
Associações Culturais, Recreativas e Dramáticas / Grupos Culturais e Recreativos / Bandas de Música e Ranchos / Associações de Moradores / Fábricas da Igreja Paroquial	134.853
Associações Humanitárias dos Bombeiros	161.000
Educação - Agrupamentos de Escolas	168.190
Associações de Carácter Social	7.085
Subsídio atribuído no âmbito do Programa Recriar - Centro de Apoio à Comunidade, através da Santa Casa da Misericórdia da Maia, para garantir a emergência alimentar e a distribuição de cabazes alimentares aos agregados socialmente mais vulneráveis.	74.977
Subsídios concedidos para a época desportiva 2013/2014, aprovados na reunião de 24/01/2014	2.021
FAMÍLIAS	
Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social a agregados familiares carenciados, residentes na área do respetivo concelho.	159.120
Valor pago aos MCEI (pessoal requisitado ao centro de emprego), para exercer funções na Autarquia e nas Escolas do Concelho.	163.217
Renovação da atribuição do subsídio a um município portador de deficiência intelectual - a exercer funções no horto municipal.	2.340
Atribuição de um subsídio a uma maiaita para despesas relacionadas com a frequência na Haute École de Musique de Genève	1.100
SUBSÍDIOS	166.539
SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M. - Transferência no âmbito do Contrato-Programa com vista à realização de obras de conservação de carácter extraordinário nos empreendimentos municipais de habitação social.	166.539
TOTAL	3.066.171

Un:Euros

INVESTIMENTO GLOBAL

O município da Maia tem como visão estratégica o lema “Um município à frente do seu tempo”, procurando estar na vanguarda do desenvolvimento humano, científico e tecnológico com vista a potenciar a qualidade de vida dos seus munícipes e desenvolvimento sustentável do concelho.

Com vista à prossecução desses objetivos é necessário investir, sem investimento não há crescimento, não há desenvolvimento. Contudo esse mesmo investimento tem de ser feito de forma racional, com critério sendo necessário tomar opções estratégicas, direcionando os montantes disponíveis para diversas áreas como a construção de infraestruturas como estradas, saneamento básico e escola, transportes ou em fatores produtivos, que visem atrair investimento privado.

Apesar de o nosso país ter-se libertado do programa de assistência financeira, a que esteve sujeito nos últimos anos, originando grandes constrangimentos financeiros, ainda se mantém a necessidade de manter o rigor e disciplina orçamental o que impossibilita por vezes a vontade e necessidade de efetuar o investimento desejado. Acresce a este facto os constrangimentos legais, quer por via da Lei dos Compromissos ou do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Intermunicipais, que limitam ou impedem o aumento do endividamento das autarquias. Deste modo apenas os municípios que possuam contas equilibradas e estejam dentro dos limites de endividamento imposto da lei reúnem condições para aumentar o investimento a realizar. Dentro deste grupo encontra-se o nosso município, que após uma descida nos montantes de investimento em 2011 e 2012 regista pelo segundo ano consecutivo um aumento nesses valores.

A análise ao Investimento Global, engloba três itens o Investimento Direto, que consiste na aquisição de bens de capital, as Transferências de Capital, que engloba o montantes atribuídos a entidades pública e/privadas com vista a aquisição de bens de capital, e os Ativos Financeiros.

De modo a compreender a sua composição, efetuar-se-á uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes demonstrando-se com uma serie de elementos quais as áreas onde incidiram as intervenções que contribuíram para o valor atingido em 2014, não descurando uma comparação com anos transatos.

Quadro 37

INVESTIMENTO GLOBAL													
	2011		2012		2013		2014		% Investimento global	% despesas capital	% despesa total	Taxa de variação %	
	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova					
Aquisição de bens de capital	4.243.491	5.541.511	1.007.128	4.469.346	21.008	7.015.694	121.987	10.786.405	87,4%	54,8%	18,2%	53,7%	
Transferências de capital	941.441	2.712.018	1.341.156	1.684.061	0	1.943.049	0	1.530.077	12,4%	7,8%	2,6%	-21,3%	
Activos financeiros	0	253.676	0	0	0	9.650	0	20.975	0,2%	0,1%	0,0%	117,4%	
Total	5.184.932	8.507.205	2.348.284	6.153.407	21.008	8.968.393	121.987	12.337.457	100,0%	62,7%	20,8%	37,6%	
Faturada Total	13.692.137		8.501.691		8.989.401		12.459.444						
Un.:Euro								Despesas de Capital (fat. nova)		19.685.579	100,0%	33,2%	
								Despesas Totais (fat. nova)		59.370.963		100,0%	

Nota: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2011, 2012, 2013 e 2014, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

O Investimento Global que em 2014 comportou 20,8% do total da despesa nova faturada atingiu um valor de 12.337.457 €, refletindo um aumento de (+) 37,6%, essencialmente influenciado pela variação registada na aquisição de bens de capital (+) 53,7%. Tal comportamento, não deve ser dissociado da influência exercida pelo pagamento integral da faturação da empreitada de Construção do "Parque Urbano de Avioso", que ascendeu a 4.725.000 € uma vez reunidas as condições que legitimaram o município a solver o referido débito, designadamente o desfecho do processo judicial que se encontrava em curso.

Simultaneamente observa-se que a segunda maior componente do investimento global, as transferências de capital, refletem oscilações de comportamento ao longo do quadriénio, apresentando no final de 2014 um decréscimo de (-) 21,3% face a 2013.

No que toca a rubrica ativos financeiros, que importa em apenas 20.975 €, não obstante ostentar um acréscimo de (+) 117,4%, conclui-se que atenta a sua fraca representatividade não exerce qualquer influência no resultado verificado.

Os gráficos seguintes apresentam a evolução destas componentes nos últimos 5 exercícios observando-se a partir de 2012 uma inversão do comportamento verificado entre 2010 e 2012. Acrescenta-se ainda que o investimento global é o fator mais decisivo no aumento da despesa global.

Gráfico 23

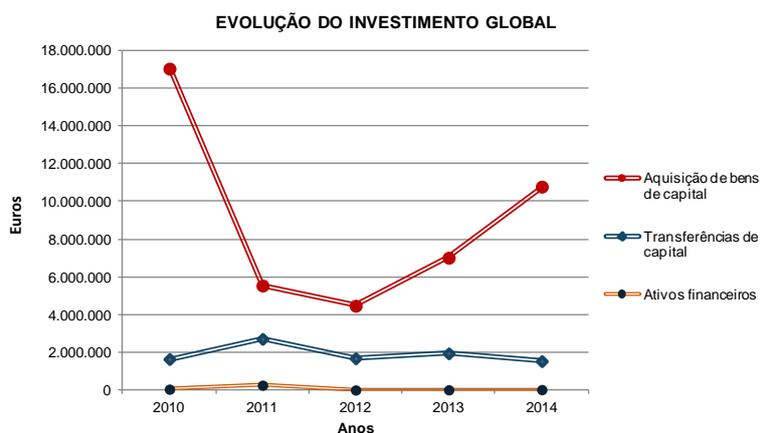


Gráfico 24



INVESTIMENTO DIRETO

O investimento direto consiste na aquisição de bens duráveis, englobando não só a aquisição de terrenos e edifícios, viaturas e equipamentos, mas também as modificações nesses mesmos bens que visem prolongar a sua vida útil.

No Quadro 38 efetua-se uma descrição das diversas componentes que integram esta rubrica, identificando as que mais contribuíram para o valor atingido bem como a sua evolução relativa face ao ano 2013.

Quadro 38

INVESTIMENTO DIRETO									
	2013			2014			Taxa de Execução		Taxa de variação % (d)/(a)
	Fat. Nova (a)	Dotações Finais (b)	Fat Transitada (c)	Fat. Nova (d)	% no Total PPI	Pago (e)	[[c)+(d)]/(b)	(e)/[[c)+(d)]	
Terrenos e Recursos Naturais	223.399	158.000	0	0	0,0%	0	0,0%		-100,0%
Habituação	11.988	353.350	0	273.871	2,5%	237.729	77,5%	86,8%	2184,5%
Construção	11.988	347.600	0	273.871	2,5%	237.729	78,8%	86,8%	2184,5%
Aquisição	0	0	0	0	0,0%	0			
Reparação e Beneficiação	0	0	0	0	0,0%	0			
Edifícios	2.730.066	4.025.690	14.788	3.092.592	28,7%	3.105.042	77,2%	99,9%	13,3%
Instalações de serviços	92.012	267.900	0	142.693	1,3%	142.693	53,3%	100,0%	55,1%
Instalações desport. e recreat.	350.211	210.140	0	182.233	1,7%	182.233	86,7%	100,0%	-48,0%
Escolas	623.349	3.430.950	14.788	2.722.904	25,2%	2.737.691	79,8%	100,0%	336,8%
Outros	1.664.494	116.700	0	44.763	0,4%	42.424	38,4%	94,8%	-97,3%
Construções Diversas	3.365.070	10.292.003	96.424	6.602.364	61,2%	6.698.788	65,1%	100,0%	96,2%
Domínio Privado	531.004	1.232.363	4.892	356.127	3,3%	361.019	29,3%	100,0%	-32,9%
Domínio. Público	2.834.066	9.059.640	91.532	6.246.237	57,9%	6.337.769	70,0%	100,0%	120,4%
Material de Transporte	0	249.500	0	184.550	1,7%	184.550	74,0%	100,0%	
Maq. e Equipamento	422.349	740.477	861	388.958	3,6%	378.592	52,6%	97,1%	-7,9%
Equipamento Informático	97.436	176.070	0	74.990	0,7%	74.990	42,6%	100,0%	-23,0%
Software Informático	19.033	223.800	0	182.000	1,7%	182.000	81,3%	100,0%	856,2%
Equipamento Administrativo	36.882	56.700	0	15.598	0,1%	14.798	27,5%	94,9%	-57,7%
Equipamento Básico	252.738	257.207	584	103.414	1,0%	94.370	40,4%	90,7%	-59,1%
Ferramentas e Utensílios	16.260	26.700	277	12.956	0,1%	12.434	49,6%	94,0%	-20,3%
Investimentos Incorpóreos	44.317	83.000	0	1.336	0,0%	1.336	1,6%	100,0%	-97,0%
Outros Investimentos	209.403	657.850	9.915	164.521	1,5%	172.461	26,5%	98,9%	-21,4%
Outros	9.102	257.262	0	78.212	0,7%	78.212	30,4%	100,0%	759,3%
Artigos e Objectos Valor	6.150	10.000	0	3.075	0,0%	3.075	30,8%	100,0%	-50,0%
Locação Financeira	0	0	0	0	0,0%	0			
Bens Património Histórico-Cultural	2.952	1.000	0	0	0,0%	0	0,0%		-100,0%
Outros Bens Domínio Público	0	246.262	0	75.137	0,7%	75.137	30,5%	100,0%	
Total	7.015.694	16.817.132	121.987	10.786.405	100,0%	10.856.710	64,9%	99,5%	53,7%

Un. Euros

a)

Notas:

(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2013 e 2014, que na sua génese respeitavam a faturação de anos anteriores

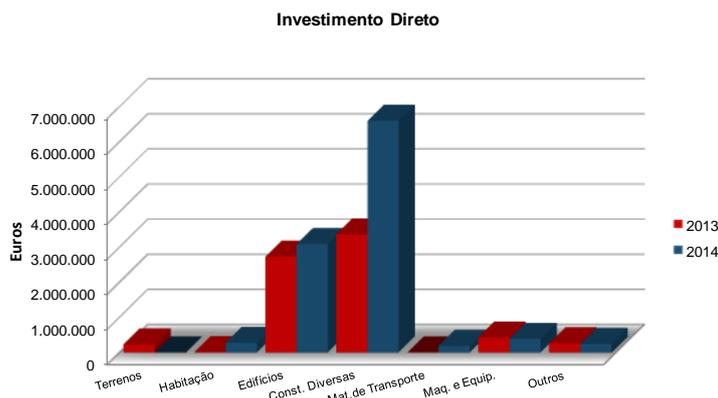
Ao totalizar em 2014, 10.786.405 €, o Investimento Direto regista à semelhança do ano transato, uma subida superior a 50%, para a qual muito contribuiu o investimento realizado nas Construções Diversas e Edifícios - Escolas que no seu conjunto absorvem cerca de 90% do seu total.

Nas Construções Diversas, destaca-se sobretudo, como foi mencionado anteriormente, a empreitada de Construção do "Parque Urbano de Avioso", na Freguesia do Castelo da Maia, que isoladamente

representa 4.725.000 € de faturação, em resultado da conclusão do processo judicial em curso que legitimou o município a solver o referido débito em 2014.

Na rubrica Edifícios - *Escolas*, cujo montante ascendeu a 2.722.904 € destacam-se, durante o exercício de 2014, a construção dos novos centros escolares de Mandim, Folgosa e Pícuca.

Gráfico 25



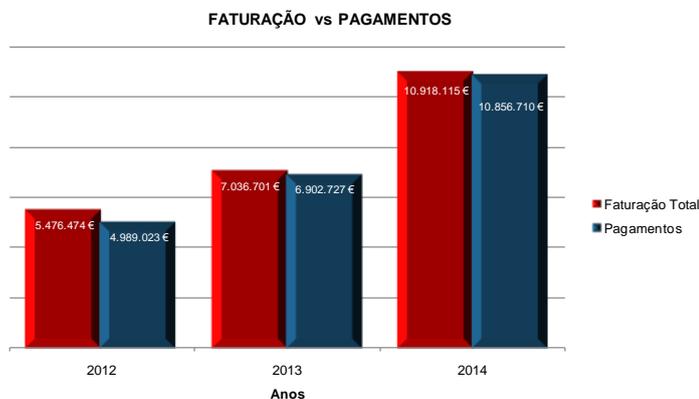
Não obstante a relevância anotada daquelas componentes de investimento direto, não pode ser ignorado o contributo positivo das componentes de *Habitação* (+) 261.883 €, *Material de Transporte* (+) 184.550 € e *Outros* (+) 69.110 €.

Em sentido oposto regista-se a diminuição em quatro agregados: *Terrenos e Recursos Naturais* com (-) 223.399 €, seguido de *Outros Investimentos*, *Investimentos incorpóreos* e *Maquinaria e Equipamento*, que no seu conjunto perfazem uma variação de (-) 344.653 €.

Embora 2013 se tenha apresentado com uma elevada taxa de execução em matéria de pagamentos, em 2014 esta foi melhorada atingindo 99,5%, anotando-se que apenas 51.682 € do investimento total faturado ficou por pagar.

Conforme se verifica no Gráfico 26, a faturação total encontra-se quase ao nível dos pagamentos.

Gráfico 26



De modo a compreender a proveniência dos valores obtidos em cada uma das rubricas mencionadas apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada, com indicação dos projetos que mais contribuíram para a faturação nova verificada.

Terrenos

Em 2014 não foi efetuado qualquer novo investimento na aquisição de terrenos.

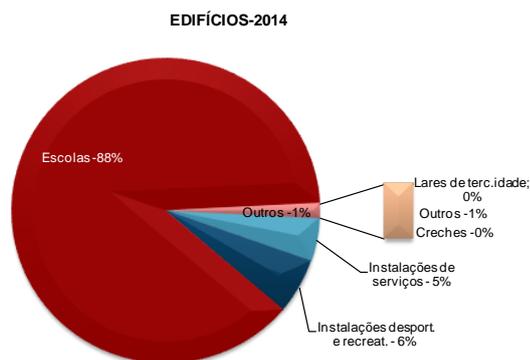
Habitação

O valor de 273.871 € de faturação nova registada nesta rubrica reporta-se exclusivamente à construção de habitação social com vista ao realojamento, no âmbito do alargamento da A4, no lugar da Granja, freguesia de Águas Santas – loteamento de iniciativa municipal e construção de 14 fogos de habitação, iniciada em 2013.

Edifícios

Por conta deste aglomerado de despesa, onde se enquadram os edifícios para instalações de serviços, instalações desportivas, escolas, creches, lares de terceira idade e outros edifícios, foi realizada nova faturação no valor total de 3.092.592 €, correspondendo-lhe 28,7% do total do investimento direto. Daquele montante, 88%, ou seja, 2.722.904 € respeitam à subrubrica *Escolas*, que face a 2013 exhibe um aumento de 13,3%.

Gráfico 27



Dos projetos que contribuíram para o novo investimento da subrubrica escolas destacam-se os seguintes:

- Construção do novo Centro Escolar de Mandim - EB1 e J.I. -, em Barca, na Freguesia do Castelo da Maia - 1.120.195 €;
- Construção do Centro Escolar de Folgosa - EB1 e J.I. -, Núcleo da Igreja, na Freguesia de Folgosa - 1.107.056 €;
- Construção do Centro Escolar da Pícuca - EB1 e J.I. -, na freguesia de Águas Santas - 397.926 €;

- Recuperação, adaptação e ampliação de edifícios escolares existentes - 40.711 €;
- Revisão de preços de empreitadas relativas à construção, remodelação ou adaptação de edifícios escolares, levadas a cabo em anos anteriores - 27.313 €.

Com menor expressividade, as instalações desportivas revelam um decréscimo de quase 50% face ao ano de 2013, sendo responsáveis por 182.233 €, cingindo-se o investimento a apenas dois projetos:

- Aquisição de edifícios de carácter sociocultural ou desportivos destinados a apoiar os empreendimentos levados ou a levar a efeito no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) – 179.308 €;
- Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Pedrouços, a levar a efeito no Complexo Desportivo de Pedrouços, incluindo a elaboração dos necessários projetos, na freguesia de Pedrouços – 2.924 €.

As obras de remodelação dos Paços do Concelho com vista à beneficiação dos espaços da Assembleia Municipal, piso 19º da torre do Lidador e bar, e conseqüente apetrechamento constituem os 142.693 €, despendidos com a subrubrica *Instalação dos serviços*.

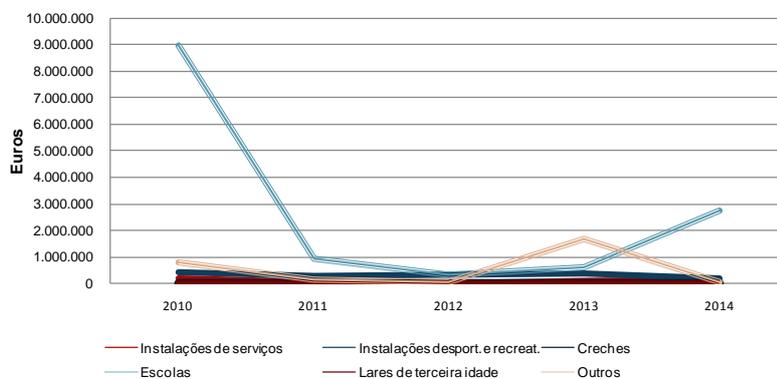
Os investimentos efetuados em *Outros edifícios* e que não se enquadram nas subrubricas anteriores atingiram a importância de 44.763 € e reporta-se a dois projetos;

- Beneficiação do Auditório do Palacete da Quinta da Gruta, na Freguesia de Santa Maria de Avioso – 40.058 €;
- Beneficiação do Edifício Municipal designado por Cantina Escolar "Ana da Fonte", em Gueifães - 4.704 €.

Pela análise do Gráfico 28, conclui-se que, com a exceção verificada em 2013, os edifícios escolares tem uma maior preponderância face aos outros tipos de edifícios.

Gráfico 28

EDIFÍCIOS - EVOLUÇÃO



Construções Diversas

A rubrica *Construções Diversas*, à semelhança do ano anterior, continua a ser a componente do *Investimento Direto* com maior peso, tendo inclusive em 2014 aumentado o seu contributo para os 61,2%. O facto de esta componente contemplar os investimentos com construções, grandes reparações e/ou a renovação de obras, onde se incluem viadutos, arruamentos, estradas e pontes, parques de estacionamento, parques desportivos e instalações de saneamento e água bem como parques e jardins entre outros justifica tal posicionamento.

Gráfico 29



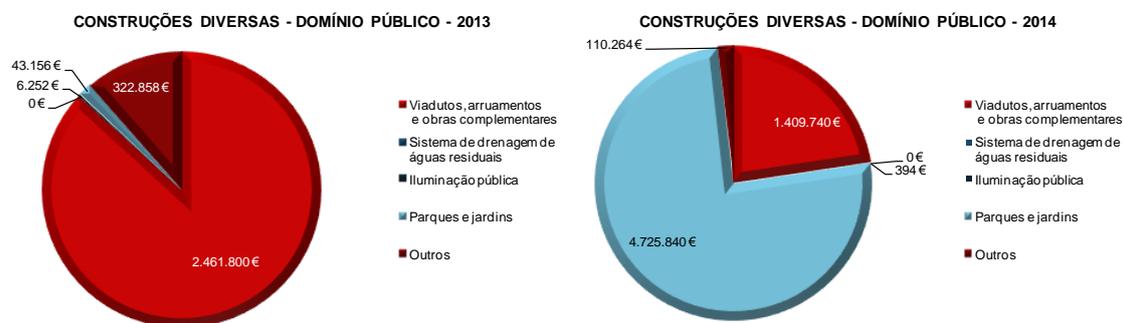
As construções diversas dividem-se em duas tipologias “domínio privado” e “domínio público”, sendo que a segunda possui um maior peso, por força da própria natureza das competências atribuídas ao município.

Construções Diversas para integrar em Bens Domínio Público

No âmbito das *Construções diversas – Domínio Público*, foi realizado investimento no valor de 6.246.237 €, o que representa um aumento de (+) 120,4% em relação a 2013 imputável exclusivamente à subrubrica *Parques e Jardins*, por onde se encontra registado o Parque Urbano de Avioso, que em conformidade com o atrás referido avoca 4.725.000 €.

Refira-se que por força desta regularização, assiste-se em 2014, a uma inversão do peso relativo das suas subrubricas conforme se poderá avaliar nos gráficos seguintes:

Gráfico 30



Os *Viadutos, arruamentos e obras complementares* responsáveis por 1.409.740 € ocupam a segunda posição nesta tipologia de despesa, destacando-se os seguintes projetos:

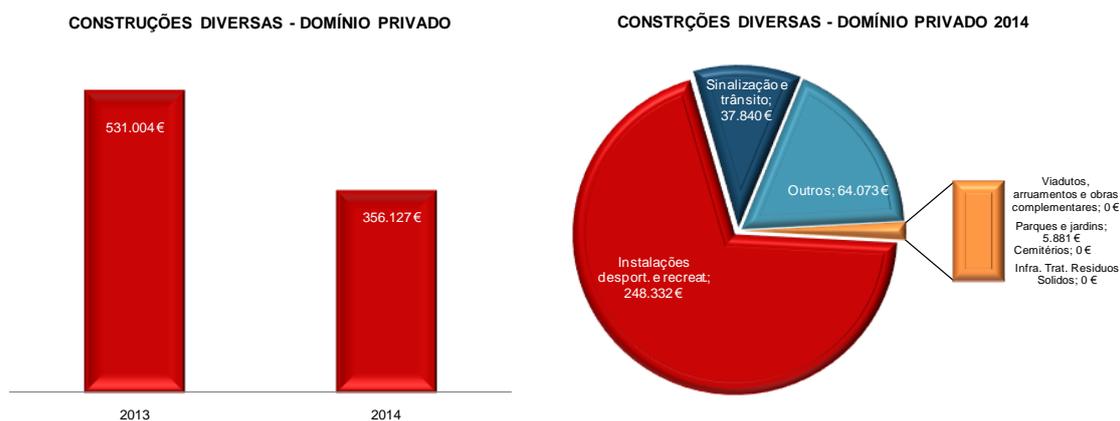
- Intervenções de carácter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas – 574.725 €;
- Arruamento de ligação entre a Via Central de Pedrouços e a Rua de Alves Redol, na freguesia de Pedrouços - 138.056 €;
- Desembaraçamento de águas pluviais provenientes da Rua Central de Ardegães e a Rua Nova da Gandra, na freguesia de Águas Santas - 121.416 €;
- Repavimentação e beneficiação de vias em várias zonas do Concelho – 118.344 €;
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana – 105.584 €;
- Arruamento de ligação entre a Rua Nova do Corim e a Rua do Monte, na freguesia de Águas Santas - 100.115 €;
- Recuperação e beneficiação de arruamentos diversos em várias zonas do Concelho, com especial incidência na construção de passeios e seu lancilamento - 74.810 €;
- Beneficiação ou construção de passeios - 46.362 €;
- Retificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do Concelho, incluindo a aquisição de betume asfáltico e a respetiva aplicação - 44.585 €;
- Remoção de raizeiros, recomposição de caldeiras de árvores e reconstrução de passeios - 33.375 €;
- Beneficiação e construção de passeios da Rua da Fábrica, na Freguesia de Vila Nova da Telha - 32.732 €.

As *Construções diversas* e que não se enquadram nas rubricas já mencionadas estão integradas na subrubrica “Outros”, que avocou 110.264 €. Este valor reporta-se a dois projetos;

- Requalificação e valorização urbana das Zonas Industriais - 105.350 €;
- Construção de Ramais de Baixa Tensão e de Média Tensão – 4.913 €.

Construções Diversas para integrar no Domínio Privado da Autarquia

Gráfico 31



As construções afetas ao domínio privado absorveram 356.127 €, sendo que na sua maioria destinaram-se á construção/conservação de instalações desportivas e recreativas. No âmbito destas instalações, que atingiram um volume de nova faturação de 248.332 €, destacam-se os seguintes projetos:

- Conservação de instalações desportivas - 144.950 €;
- Construção do Complexo Desportivo de Pedras Rubras, na Freguesia de Vila Nova da Telha, incluindo a aquisição de terrenos, as terraplenagens, a construção da bancada e o seu aproveitamento interior, a construção do recinto de jogo, a construção e infraestruturaração dos necessários projetos - 56.424 €;
- Campo de Treinos anexo ao Estádio do Prof. Dr. José Vieira de Carvalho - novo relvado sintético - 22.289 €;
- Beneficiação do Polidesportivo das Tulipas, na freguesia de Águas Santas - 17.577 €.

Por conta do agregado “Outros”, que é a segunda subrubrica mais representativa com 64.073 € de nova despesa nova, incluem-se os seguintes projetos:

- Construção do Aeródromo de Vilar de Luz - 31.176 €;
- Colocação ou beneficiação de sinalização horizontal em arruamentos vários - 25.007 €;
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana - 7.890 €.

Integram ainda nas construções diversas do domínio privado a diversa sinalização horizontal e semaforica que registou um volume de despesa nova de 37.840 €. Deste valor, 21.422 € reporta-se à semaforização

de vias, aquisição, instalação e conservação de equipamentos semafóricos, o restante, 16.418 €, à colocação ou beneficiação de sinalização horizontal em arruamentos vários.

Relativamente à subrubrica “Parques e Jardins” o investimento realizado foi meramente residual ao perfazer 5.881 € de nova despesa faturada.

Material de Transporte

Inserem-se nesta classificação económica as despesas com aquisição de veículos ligeiros, pesados e demais viaturas assim como as despesas com grandes reparações ou transformações que prolonguem a vida útil normal prevista dos bens. Ao contrário do verificado em 2013, em que não se registou qualquer investimento nesta área, em 2014, realizou-se investimentos no valor de 184.550 € destinados a:

- Aquisição de veículos e máquinas especiais - 104.500 €;
- Aquisição de 1 minibus para transporte de pessoas com mobilidade reduzida - 70.725 €;
- Grandes reparações de viaturas - 9.325 €.

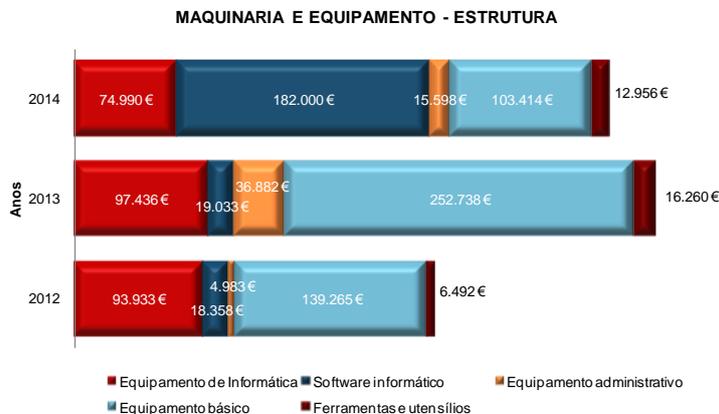
Maquinaria e Equipamento

Este agregado engloba investimentos efetuados em *Hardware, Software, Equipamento Básico, Administrativo, bem como Ferramentas e Utensílios*, incluindo as grandes reparações.

No ano de 2014, com a exceção do *Software informático* que teve um incremento significativo, todas as outras subrubricas registaram diminuição dos seus valores, determinando assim que o montante global assinalado de 388.958 €, espelhasse uma redução de (-) 7,9% face ao ano anterior.

De acordo com Gráfico 32 verifica-se que parte do investimento foi redirecionada do equipamento básico, para software informático.

Gráfico 32



· Equipamento informático

O equipamento informático que incorpora “*hardware*” e “*software*” absorve a maioria do investimento efetuado no agregado “*Maquinaria e Equipamento*”.

Ao contrário de 2013, a aquisição de programas informáticos, teve maior representatividade em 2014 totalizando 182.000 €. Este valor destinou-se aos seguintes fins:

- Aquisição de Programas Informáticos, - 137.356 €;
 - Software - subscrição e upgrade de Auto CAD Map 3D, Civil e Raster - 14 licenças, 92.129 €;
 - Aquisição de licenciamento Microsoft - 35.319 €.
- Maia Welcome Center - Infraestrutura Tecnológica de Apoio à Rede de Lojas Interativas de Turismo, 29.269 €;
- Programa de "Gestão de Documentos Eletrónicos" tendo em vista a desmaterialização e circulação documental, - 15 375 €.

No que concerne á parte equipamento propriamente dito (*hardware*), o investimento realizado totalizou 74.990 €. Uma parte considerável deste valor, 49.987 €, destinou-se à aquisição de computadores para as escolas do concelho.

· Equipamento básico

Apesar da diminuição assinalada a aquisição deste tipo de equipamento ainda mantém alguma relevância, tendo sido realizado novo investimento no total de 103.414 €.

O equipamento classificado nestes termos destina-se à prossecução de objetivos e de competências do município que são essenciais para a prestação dos serviços em diversas áreas tal como a educação, o desporto, a cultura, a sinalização e trânsito entre outros.

Neste âmbito discriminam-se em seguida as principais áreas intervencionadas:

- Parques Infantis - 28.885 €;
- Aquisição de mobiliário para o centro escolar da Pícuca, EB1 e J.I., na freguesia de Águas Santas - 21.164 €;
- Aquisição de equipamento para Parques Infantis e Geriátricos - 19.278 €;
- Ampliação e/ou beneficiação do "Parque Urbano de Moutidos", na Freguesia de Águas Santas - 12.723 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos - 10.115 €;
- Plano Tecnológico - Aquisição e instalação de meios e equipamentos tecnológicos nas áreas das Tecnologias de Informação e da Comunicação - 10.000 €.

· Equipamento administrativo

Também com uma diminuição superior a 50%, o novo investimento realizado em equipamento administrativo, atingiu um valor de apenas 15.598 €. Este valor destinou-se essencialmente à aquisição de mobiliário e equipamento diverso no âmbito da remodelação das instalações da assembleia municipal e do bar do edifício dos Paços do Concelho.

· Ferramentas e utensílios

A rubrica *Ferramentas e Utensílios* mantém a sua pouca expressividade fixando-se nos 12.956 €. Este investimento teve como principal destino a aquisição de utensílios para o serviço de metrologia e material necessário para a manutenção de jardins.

Investimentos incorpóreos

O investimento realizado em bens incorpóreos foi meramente residual, com 1.336 €, relativo à elaboração do projeto de loteamento urbano na Travessa e Vereda da estação na freguesia da Cidade da Maia.

Outros investimentos

Com uma diminuição de (-) 21,4% os “*Outros investimentos*” apenas foram responsáveis por 164.521 €. Englobam-se nesta rubrica os investimentos que pelas suas características não se enquadram nas rubricas anteriores. Descrevem-se de seguida algumas das intervenções efetuadas:

- Aquisição de mobiliário e equipamento diversos – 21.898 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos - 18.748€;
- Aquisição de equipamentos destinados à rede de Iluminação Pública – 16.924 €;
- Reformulação do mercado - Feira da Maia, na freguesia da Cidade da Maia – 15.867 €;
- Conservação de edifícios escolares - 14.763 €;
- Upgrade à central telefónica dos Paços do Concelho - 13.500 €;
- Aquisição de sinais de trânsito, de orientação e de outros materiais de equipamentos afins, com o objetivo de regular, de orientar e de disciplinar o trânsito e, bem assim, de o informar - 12.633 €;
- Instalação de sistemas de rega em jardins e espaços verdes municipais – 9.416 €.

Outros

· Outros Bens do Domínio Público

Os valores relativos à empreitada com a “rede de ciclovias urbanas - Ecocaminho - troço entre a via periférica e as vias paralelas numa extensão de 2,8 km”, no valor de 75.137 €, refere-se ao único investimento efetuado nesta rubrica.

· Artigos e Objetos de valor

O investimento de 3.075 € efetuado reporta-se à aquisição de cinco retratos a óleo de personalidades ilustres do concelho.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Com vista a apoiar determinadas entidades ou organismos na prossecução dos seus objetivos, o município concede um conjunto de valores a título não reembolsável, para as apoiar no financiamento das suas despesas de capital. No conjunto dessas entidades beneficiárias englobam-se as freguesias, empresas municipais e intermunicipais, bem como instituições sem fins lucrativos.

O Quadro 39 apresenta o quantitativo dos fluxos monetários efetuados durante o ano de 2014, em comparação com 2013, onde se reflete a distribuição das transferências de capital pelas suas componentes:

Quadro 39

	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
	2013			2014						
	Fat Transitada (a)	Fat Nova (b)	Dotações finais (c)	Fat Transitada (d)	Fat Nova (e)	% Total Transf	Pago (f)	Tx Execução [(d)+(e)]/(c)	Tx de Variação %	(f)/[(d)+(e)]
Sociedades e quase-sociedades não financeiras										
Empresas Publicas Municipais/Intermunicipais	0	643.754	700.100	0	681.198	44,5%	681.198	97,3%	100,0%	5,8%
Outras	0	0	50	0	0		0	0,0%		
Privadas	0	65.819	55.350	0	32.714	2,1%	32.714	59,1%	100,0%	-50,3%
Administração Central										
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	50	0	0	0,0%	0	0,0%		
Administração Local										
Municípios	0	286.745	50	0	0	0,0%	0	0,0%		-100,0%
Freguesias	0	174.708	382.200	0	175.688	11,5%	175.688	46,0%	100,0%	0,6%
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	50	0	0		0	0,0%		
Outras	0	0	50	0	0	0,0%	0	0,0%		
Instituições sem fins Lucrativos	0	772.024	950.847	0	640.477	41,9%	640.477	67,4%	100,0%	-17,0%
Famílias	0	0	2.600	0	0	0,0%	0	0,0%		
Resto do Mundo	0	0	50	0	0	0,0%	0	0,0%		
Total	0	1.943.049	2.091.397	0	1.530.077	100,0%	1.530.077	73,2%	100,0%	-21,3%
Faturada Total		1.943.049			1.530.077					

Uh: Euros

Nota: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2013 e 2014, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

Ao atingir um volume de faturação nova de 1.530.077 €, as transferências de capital registaram uma diminuição de (-) 21,3% face a 2013, induzida, essencialmente, pela inexistência, como é normal, de transferências para outros municípios, exceção feita ao exercício de 2013, em que o Município da Maia,

através de celebração de protocolo com o Município de Matosinhos, participou na conclusão da 2.^a fase da empreitada de obras públicas, com a designação: “Infraestruturas, passeios e pavimentos das Ruas de Catassol e Santana”, assim como a redução na rubrica de *instituições sem fins lucrativos*.

À semelhança do ano anterior as taxas de execução em matéria de pagamentos situaram-se nos 100%, refletindo a inexistência de faturação por pagar nesta tipologia.

No âmbito das transferências para as *instituições sem fins lucrativos*, que absorveram 640.477 €, destacam-se os apoios para os seguintes projetos:

- Apoio às obras de beneficiação do Pavilhão Desportivo da Associação Atlética de Águas Santas, nomeadamente da cobertura do edifício, - 196.874 €;
- Apoio à construção do Edifício-Sede e Centro de Acolhimento de Jovens - Construção que será levada a efeito pela "ASMAN - Associação de Solidariedade Social da Mouta - Azenha Nova" - 166.078 €;
- Apoio às obras de beneficiação do Pavilhão Desportivo do "Castêlo da Maia Ginásio Clube" - 85.000 €;
- Apoio à construção de um Lar Residencial a ser levado a efeito pela APPACDM, na Freguesia de Vila Nova da Telha, - 58.000 €;
- Apoio à construção de Lar para a Terceira Idade e Centro de Dia a ser levada a efeito pela Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" - 50.000 €;
- Apoio às obras de ampliação do Lar de Santo António a promover pela Conferência de S. Vicente de Paulo, em Gueifães, na Freguesia da Cidade da Maia - 41.926 €;
- Apoio às obras de racionalização energética a serem levadas a efeito pela Associação "A Causa da Criança", no seu CAT de Vila Nova da Telha - 19.367 €;
- Apoios a Associações e Coletividades Culturais ou Recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades - 14.289 €.

No que concerne á rubrica *Sociedades e quase sociedades não financeiras regista-se:*

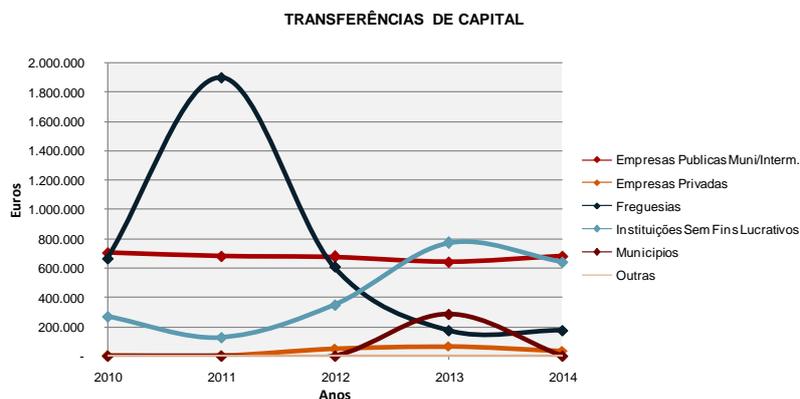
- Um aumento de 5,8% no montante das transferências efetuadas por conta de Empresas Publicas Municipais/Intermunicipais, cujo valor total se situou em 681.198 €, e que respeita na íntegra à Participação para investimentos na LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, conforme o deliberado pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios.
- Uma diminuição de (-) 50,3 % na componente de sociedades privadas, sendo o valor de 32.714 €, referente ao projeto de Apoio à Construção do Edifício-Sede da AEM - Associação Empresarial da Maia.

Com um valor de 175.688 €, o volume das transferências de capital para as *freguesias*, manteve-se ao mesmo nível de 2013, registando uma variação de apenas (+) 0,6 %. Dos projetos mais significativos que foram objeto de apoio por parte do município destacam-se:

- Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de Gueifães (Obra a levar a cabo pela respetiva junta de freguesia) - 132.043 €;
- Apoios a Juntas de Freguesia com vista a comparticipar intervenções ou obras que levam a efeito, (subsídio à junta de freguesia do Castelo da Maia, tendo em vista o apoio à realização de obras de conservação nos edifícios das ex-sedes de juntas de freguesia de Gondim e Barca) - 43.644 €.

De modo a ter-se uma noção da evolução das transferências no último quinquénio apresenta-se o Gráfico 33, discriminado por tipologia de entidades beneficiárias.

Gráfico 33



ATIVOS FINANCEIROS

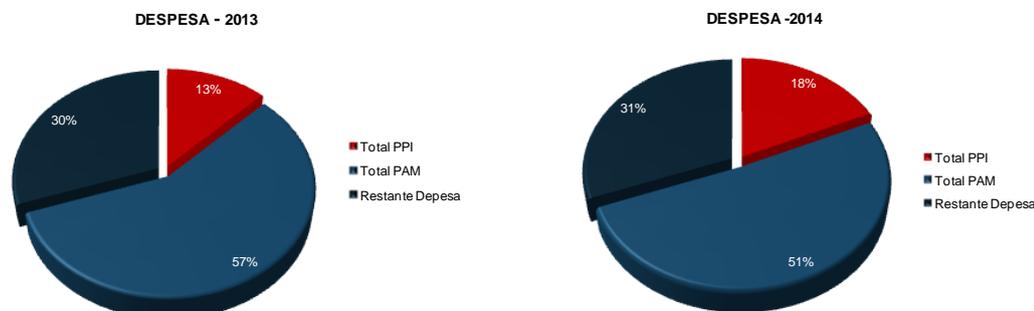
A rubrica *Ativos Financeiros*, que possui um carácter pouco expressivo no conjunto do investimento global, registou em 2014 um valor de 20.975 €. Este valor reporta-se unicamente à formalização de contratos de abertura de crédito a prazo fixo no âmbito do Programa Finicia.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano integram a estrutura do planeamento económico e social do município, e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social, suportada em dois documentos distintos, o *Plano Plurianual de Investimentos (PPI)*, e as *Atividades Mais Relevantes (PAM)*, mas complementares.

Considerando o valor total das GOP's no exercício de 2014, na ordem dos 41,6 milhões de euros, conclui-se que a sua representatividade se manteve praticamente similar à do ano anterior ao consumir 69% do total orçamento municipal.

Gráfico 34



No âmbito da análise das GOP's apresenta-se o Quadro 40 onde é demonstrada para além da execução em matéria de pagamentos, uma comparação da faturação nova registada relativamente ao ano anterior discriminado por funções.

Quadro 40

Classificação Funcional	GOPS									
	2013			2014						
	Fat Transitada (a)	Fat Nova (b)	Dotações finais (c)	Fat Transitada (d)	Fat Nova (e)	% Total GOPs	Pago (f)	Tx Execução [(d)+(e)]/(c) [(f)]/[(d)+(e)]		Tx de Variação %
Funções Gerais:	218.015	7.863.965	7.910.638	379.945	6.488.192	15,8%	6.559.424	86,8%	95,5%	-17,5%
Serviços Gerais de Administração Pública	218.015	5.965.411	7.641.153	379.945	6.301.161	15,3%	6.372.392	87,4%	95,4%	5,6%
Segurança e Ordens Públicas	0	1.898.554	269.485	0	187.031	0,5%	187.031	69,4%	100,0%	-90,1%
Funções Sociais:	90.198	16.233.829	26.587.174	67.846	21.592.318	52,5%	21.569.615	81,5%	99,6%	33,0%
Educação	36.012	5.791.191	9.522.728	31.437	8.126.275	19,8%	8.135.361	85,7%	99,7%	40,3%
Saúde	0	0	13.500	0	1.172	0,0%	1.172	8,7%	100,0%	0,0%
Segurança e Acção Sociais	1.945	1.129.649	1.295.061	3.612	1.015.612	2,5%	1.016.248	78,7%	99,7%	-10,1%
Habituação e Serviços Colectivos	42.064	6.364.358	11.319.611	20.925	9.094.406	22,1%	9.065.723	80,5%	99,5%	42,9%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos:	10.176	2.948.632	4.436.274	11.871	3.354.853	8,2%	3.351.112	75,9%	99,5%	13,8%
Funções Económicas:	14.558	5.864.645	6.995.879	91.113	4.375.527	10,6%	4.456.172	63,8%	99,8%	-25,4%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pe	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria e energia	6.345	2.632.551	2.855.700	0	2.709.122	6,6%	2.699.275	94,9%	99,6%	2,9%
Transportes e Comunicações	8.213	2.825.023	3.697.814	91.113	1.390.036	3,4%	1.480.527	40,1%	100,0%	-50,8%
Comércio e Turismo	0	331.799	383.065	0	243.656	0,6%	243.656	63,6%	100,0%	-26,6%
Outras Funções Económicas	0	75.272	59.300	0	32.714	0,1%	32.714	55,2%	100,0%	-56,5%
Outras Funções:	0	9.411.587	8.854.164	0	8.646.019	21,0%	8.646.019	97,6%	100,0%	-8,1%
Operações da Dívida Autárquica	0	8.500.795	7.837.164	0	7.734.243	18,8%	7.734.243	98,7%	100,0%	-9,0%
Transferências entre Administrações	0	910.792	912.000	0	911.776	2,2%	911.776	100,0%	100,0%	0,1%
Outras não especificadas	0	0	105.000	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	322.771	39.374.026	50.347.855	538.904	41.102.055	100,0%	41.231.229	82,7%	99,0%	4,4%
Facturada Total	39.696.797		41.640.959						4,9%	

Un:Euros

Nota: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2013 e 2014, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

Com um total de faturação nova de 41.102.055 €, as Grandes Opções do Plano, registaram um aumento de 4,4%, com as Funções Sociais a assumirem o seu predomínio ao abarcar 52% do montante global e ao refletir um incremento considerável de (+) 5.358.489 € face a 2013, (+) 33%.

À semelhança do verificado em anos anteriores, esta função mantém-se como a mais relevante totalizando em 2014 um valor de 21.592.318 €, destacando-se a grande influência exercida pelas

subfunções *Educação e Habitação e Serviços Coletivos* que representam 19,8% e 22,1% respetivamente e cujos aumentos situaram-se acima de (+) 40%.

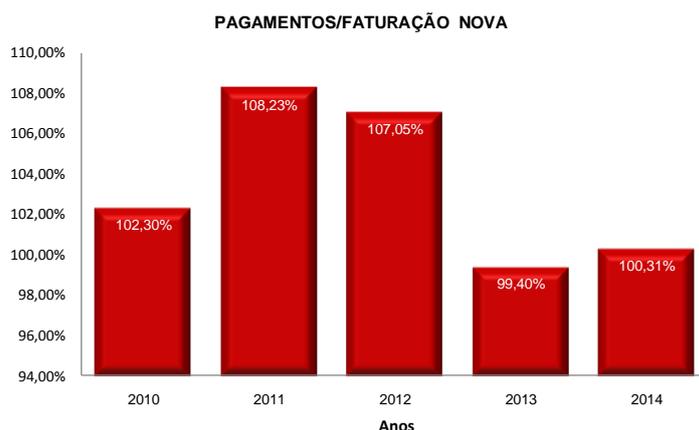
Nas restantes funções verificaram-se reduções generalizadas nos seus montantes, com particular incidência nas *Funções Gerais* com (-) 17,5%, e as *Funções Económicas* com (-) 25,4%. As *Outras Funções* apesar de espelharem uma redução de (-) 8,1% mantiveram-se como segunda função mais expressiva com um total de 8.646.019 €.

Apesar de 2013 já se ter atingido, uma elevada taxa de execução em matéria de pagamentos, em 2014 obteve-se uma ligeira melhoria com uma taxa de execução de 99,0%.

Desta melhoria, conclui-se que o volume de faturação a transitar para 2015 (409.730 €) será inferior à transitada em 2014, pese embora o aumento de (+) 4,4 % da faturação nova verificada em 2014.

O Gráfico 35 demonstra que nos últimos anos à exceção de 2013, que ainda assim esteve próximo dos 100%, os pagamentos tem suplantado o volume de faturação nova o que implica uma diminuição da faturação transitada para o ano seguinte, daí o seu posicionamento acima dos 100%.

Gráfico 35



Apresenta-se de seguida uma análise detalhada das funções e subfunções que constituem as GOP's, e dentro destas, quais os projetos e/ou ações que mais contribuíram para os valores atingidos em matéria de despesas de investimento (PPI) e atividades mais relevantes (PAM).

O Quadro 41 apresenta os valores totais das GOP's, repartidos pelo PPI e PAM, distinguindo a faturação transitada da faturação nova sobre a qual incidirá a análise. Adicionalmente é apresentado o peso de cada função bem como a execução em matéria de pagamentos.

Quadro 41

GRANDES OPÇÕES DO PLANO															
Classificação Funcional	PPI				PAM				GOPS				% Total GOPs	% Pago/Fat	
	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO			
1. Funções Gerais:	2.653	573.275	575.929	572.239	377.292	5.914.916	6.292.208	5.987.184	379.945	6.488.192	6.868.137	6.559.424	15,8%	95,4%	
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	2.653	573.275	575.929	572.239	377.292	5.727.885	6.105.177	5.800.153	379.945	6.301.161	6.681.106	6.372.392	15,3%	95,4%	
1.1.1. Administração Geral	2.653	573.275	575.929	572.239	377.292	5.727.885	6.105.177	5.800.153	379.945	6.301.161	6.681.106	6.372.392	15,3%	95,4%	
1.2. Segurança e Ordens Públicas	0	0	0	0	0	187.031	187.031	187.031	0	187.031	187.031	187.031	0,5%	100,0%	
1.2.1. Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	0	0	0	0	0	182.005	182.005	182.005	0	182.005	182.005	182.005	0,4%	100,0%	
1.2.2. Polícia Municipal	0	0	0	0	0	5.026	5.026	5.026	0	5.026	5.026	5.026	0,0%	100,0%	
2. Funções Sociais	28.221	8.754.175	8.782.396	8.735.026	39.624	12.838.143	12.877.767	12.834.590	67.846	21.592.318	21.660.163	21.569.615	52,5%	99,6%	
2.1. Educação	15.372	2.822.029	2.837.401	2.837.401	16.066	5.304.246	5.320.312	5.297.960	31.437	8.126.275	8.157.712	8.135.361	19,8%	99,7%	
2.1.1. Ensino não Superior	14.788	2.723.991	2.738.778	2.738.778	16.066	3.813.719	3.829.785	3.807.434	30.853	6.537.710	6.568.563	6.546.212	15,9%	99,7%	
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	584	98.038	98.622	98.622	0	1.490.527	1.490.527	1.490.527	584	1.588.565	1.589.149	1.589.149	3,9%	100,0%	
2.2. Saúde	0	0	0	0	0	1.172	1,172	1,172	0	1,172	1,172	1,172	0,0%	100,0%	
2.2.1. Serviços Individuais de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%	
2.2.2. Saúde Pública	0	0	0	0	0	1,172	1,172	1,172	0	1,172	1,172	1,172	0,0%	100,0%	
2.3. Segurança e Acção Sociais	0	0	0	0	3.612	1.015.612	1.019.224	1.016.248	3.612	1.015.612	1.019.224	1.016.248	2,5%	99,7%	
2.3.2. Acção Social	0	0	0	0	3.612	1.015.612	1.019.224	1.016.248	3.612	1.015.612	1.019.224	1.016.248	2,5%	99,7%	
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	8.262	5.638.210	5.646.472	5.608.574	12.664	3.456.196	3.468.859	3.457.150	20.925	9.094.406	9.115.331	9.065.723	22,1%	99,5%	
2.4.1. Habitação	0	453.179	417.038	417.038	0	166.539	166.539	166.539	0	619.718	583.577	583.577	1,5%	94,2%	
2.4.2. Ordenamento do Território	0	226.835	226.835	226.835	0	69.121	69.121	69.121	0	295.956	295.956	295.956	0,7%	100,0%	
2.4.5. Resíduos Sólidos	0	0	0	0	0	1.701.283	1.701.283	1.701.283	0	1.701.283	1.701.283	1.701.283	4,1%	100,0%	
2.4.6. Protecção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	8.262	4.958.196	4.966.457	4.964.701	12.664	1.519.252	1.531.916	1.520.206	20.925	6.477.448	6.488.373	6.484.907	15,8%	99,8%	
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	4.588	293.936	298.524	289.052	7.283	3.060.917	3.068.200	3.062.060	11.871	3.354.853	3.366.724	3.351.112	8,2%	99,5%	
2.5.1. Cultura	4.588	7.779	12.367	10.029	1.550	293.879	295.429	292.024	6.138	301.658	307.796	302.053	0,7%	98,1%	
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	0	286.157	286.157	279.023	5.733	2.744.219	2.749.062	2.747.216	5.733	3.030.375	3.036.108	3.026.239	7,4%	99,7%	
2.5.4. Juventude	0	0	0	0	0	22.820	22.820	22.820	0	22.820	22.820	22.820	0,1%	100,0%	
2.5.5. Relações Internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%	
3. Funções Económicas:	91.113	1.458.955	1.550.067	1.549.445	0	2.916.573	2.916.573	2.906.726	91.113	4.375.527	4.466.640	4.456.172	10,6%	99,8%	
3.1. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.1.2. Zonas Rurais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.2. Indústria e energia	0	23.782	23.782	23.782	0	2.685.339	2.685.339	2.675.493	0	2.709.122	2.709.122	2.699.275	6,6%	99,6%	
3.2.1. Iluminação	0	18.869	18.869	18.869	0	2.674.340	2.674.340	2.673.956	0	2.693.209	2.693.209	2.692.824	6,6%	100,0%	
3.2.2. Infraestruturas eléctricas	0	4.914	4.914	4.914	0	0	0	0	0	4.914	4.914	4.914	0,0%	100,0%	
3.2.3. Racionalização Energética	0	0	0	0	0	10.999	10.999	1.538	0	10.999	10.999	1.538	0,0%	14,0%	
3.3. Transportes e Comunicações	91.113	1.390.036	1.481.149	1.480.527	0	0	0	0	91.113	1.390.036	1.481.149	1.480.527	3,4%	100,0%	
3.3.1. Transportes rodoviários	91.113	1.358.860	1.449.973	1.449.351	0	0	0	0	91.113	1.358.860	1.449.973	1.449.351	3,3%	100,0%	
3.3.2. Transportes aéreos	0	31.176	31.176	31.176	0	0	0	0	0	31.176	31.176	31.176	0,1%	100,0%	
3.4. Comércio e Turismo	0	45.136	45.136	45.136	0	198.520	198.520	198.520	0	243.656	243.656	243.656	0,6%	100,0%	
3.4.1. Mercados e Feiras	0	15.867	15.867	15.867	0	0	0	0	0	15.867	15.867	15.867	0,0%	100,0%	
3.4.2. Turismo	0	29.269	29.269	29.269	0	198.520	198.520	198.520	0	227.789	227.789	227.789	0,6%	100,0%	
3.5. Outras Funções Económicas	0	0	0	0	0	32.714	32.714	32.714	0	32.714	32.714	32.714	0,1%	100,0%	
3.5.2. Defesa do Consumidor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.5.3. Novas Tecnologias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.5.4. Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.5.5. Atividades Económicas	0	0	0	0	0	32.714	32.714	32.714	0	32.714	32.714	32.714	0,1%	100,0%	
4. Outras Funções:	0	0	0	0	0	8.646.019	8.646.019	8.646.019	0	8.646.019	8.646.019	8.646.019	21,0%	100,0%	
4.1. Serviço da dívida autárquica.	0	0	0	0	0	7.734.243	7.734.243	7.734.243	0	7.734.243	7.734.243	7.734.243	18,8%	100,0%	
4.2. Transferências entre administrações	0	0	0	0	0	911.776	911.776	911.776	0	911.776	911.776	911.776	2,2%	100,0%	
4.3. Diversas não especificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
4.3.1. Aquisição de propriedades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
4.3.2. Propriedades diversas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
TOTAL	121.987	10.786.405	10.908.392	10.856.710	416.917	30.315.650	30.732.567	30.374.519	538.904	41.102.055	41.640.959	41.231.229	100,0%	99,0%	

Un-Euros

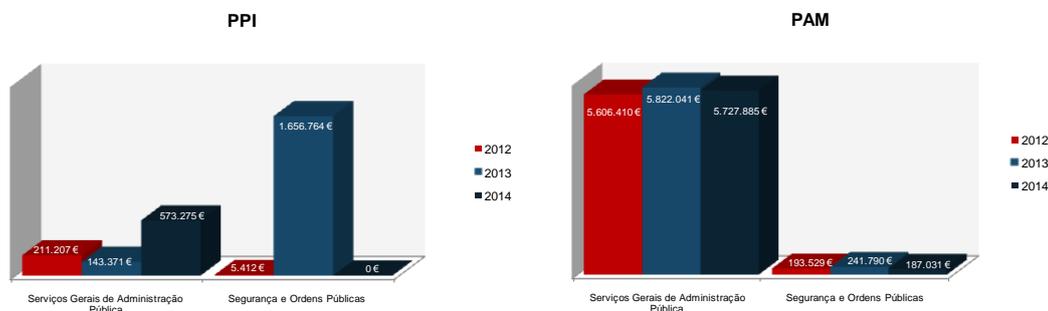
(a)

(a)

(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2014, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

FUNÇÕES GERAIS

Gráfico 36



Inserem-se nas *Funções Gerais* todas as atividades que são de apoio à gestão autárquica, de âmbito geral e que não têm um carácter específico e as atividades relacionadas com a segurança e ordens públicas, tais como, Polícia, Proteção Civil, Bombeiros.

Esta função ao totalizar 6.488.192 € de nova despesa faturada, representa em 2014 cerca de 15,8% do montante das GOP's, uma percentagem inferior ao ano transato por força da diminuição de (-) 17,5% na nova faturação.

Conforme se pode verificar no Gráfico 36, esta variação deve-se essencialmente à redução dos montantes alocados ao PPI, uma vez que ocorreu no ano 2013 a instalação do "Posto da GNR da Maia" e de uma "Secção Avançada dos Bombeiros Voluntários de Moreira", sendo que no que concerne às *Atividades Mais Relevantes* (PAM), se observam pequenas variações.

No domínio do Plano Plurianual de Investimentos, a despesa faturada ao somar 573.275 €, refere-se unicamente à subfunção *Serviços Gerais de Administração Pública*, destinando-se a fins diversos que vão desde à reparação e conservação de edifícios municipais, à aquisição de viaturas especiais, e à aquisição de equipamento e software informático, cuja descrição mais pormenorizada encontra-se vertida no capítulo próprio dedicado ao Investimento Global.

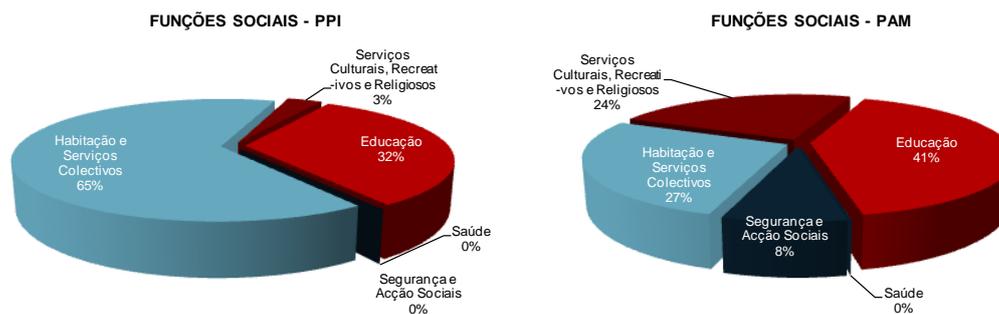
Nas *Atividades Mais Relevantes* onde se enquadram muitos dos gastos correntes, mas essenciais ao funcionamento da autarquia, o volume de faturação nova ascendeu a 5.914.916 €, ligeiramente inferior ao ano de 2013 (6.063.831 €). Discrimina-se de seguida por ordem de grandeza as atividades enquadráveis nesta função:

- Consumo de energia elétrica -1.618.027 €;
- Contratualização de serviços de vigilância e segurança – 629.117 €;
- Consumo de gás natural e GPL - 525.204 €;
- Contratos de "fornecimento contínuo" de bens e serviços diversos de carácter corrente - 389.020 €;
- Consumo de água – 327.641 €;
- Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos - 321.442 €;

- Serviços de assistência técnica, manutenção e inspeção - 272.506 €;
- Aquisição de combustíveis rodoviários – 244.353 €;
- Serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica -235.112 €;
- Contratualização de seguros – 183.489 €;
- Contrato de prestação de serviços de locação operacional para equipamentos de cópia e impressão – 171.543 €;
- Aquisição de serviços de telecomunicações – 167.701 €;
- Apoios financeiros concedidos à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços – 161.000 €;
- Contrato de aluguer operacional de viaturas – 165.798 €;
- Contratos de "fornecimento contínuo" de bens e serviços diversos para manutenção do parque de viaturas e máquinas especiais - 100.666 €;
- Contratualização de serviços de limpeza – 90.181 €;
- Comunicações postais - 86.153 €;
- Serviços de comunicações de dados, circuitos, banda larga e internet - 63.875 €;
- Plano de Formação e Qualificação dos Profissionais da Autarquia - 41.030 €.

FUNÇÕES SOCIAIS

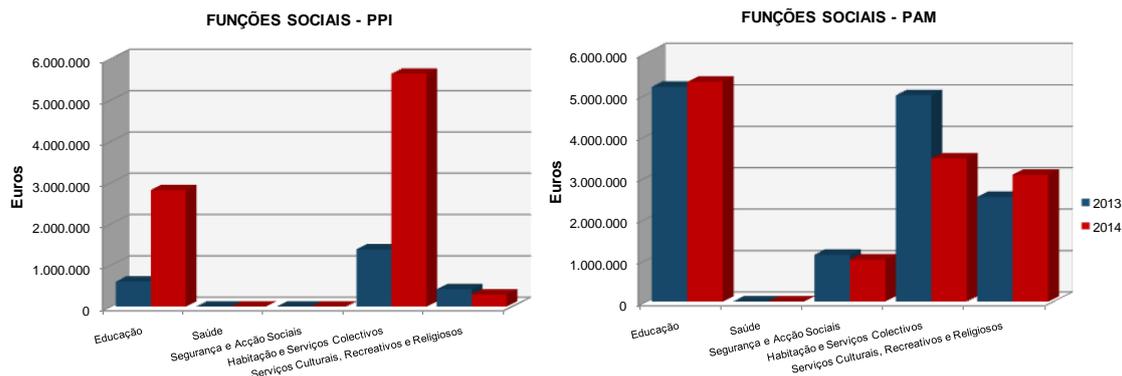
Gráfico 37



As *Funções Sociais* integram as despesas ou investimentos com a educação, saúde, segurança e ação social, habitação, ordenamento do território, saneamento básico, resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos. Esta função contém algumas das mais importantes competências das autarquias, daí que tenha uma grande representatividade nas GOP's. Em 2014 atingiu o valor de 21.592.318 € que refletiu um aumento de (+) 33,0%.

Esta variação encontra-se essencialmente fundamentada nas subfunções *Habituação e Serviços Coletivos* e *na Educação*, na sua componente de investimento, por força quer da empreitada de construção do Parque Urbano de Avioso, quer da construção de novos edifícios escolares identificados na componente *Edifícios* do capítulo do Investimento Global.

Gráfico 38



No que concerne às *Atividades mais Relevantes*, estas atingiram um volume de faturação nova de 12.838.143 €, ligeiramente inferior a 2013. Também aqui é notória a preponderância das subrubricas *Educação e Habituação e Serviços Coletivos* não obstante os *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos*, contrariamente ao verificado no PPI, assumirem uma maior expressividade.

A subrubrica *Educação*, a qual engloba os encargos com ensino pré-escolar, básico (EB1), artístico, os transportes escolares, e os serviços auxiliares de ensino, obteve um montante de nova faturada de 5.304.246 €, ligeiramente superior ao ano transato.

Das atividades mais relevantes associadas a esta subfunção destacam-se as seguintes:

- Programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – 1.877.104 €;
- Fornecimento de refeições aos alunos do EB1 e do ensino Pré-escolar – 1.490.527 €;
- Programa de Enriquecimento Curricular – 950.983 €;
- Serviço de Transportes Escolares – 260.351 €;
- Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audiovisual e comunicações com vista ao funcionamento da Componente Letiva do EB1 71.175 €;
- Programa de Ação Social Escolar no EB1, 71.081 €.

Em *Habituação e Serviços Coletivos* realizou-se nova despesa no âmbito do PAM no montante de 3.456.196 €, que se destinou à proteção do meio ambiente e resíduos sólidos, relevando-se os seguintes projetos:

- Tratamento de Resíduos Sólidos pela LIPOR – 1.701.283 €;

- Participação para investimentos na LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, conforme o deliberado pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios referida - 681.198 €
- Contratos celebrados ou a celebrar com Empresas da especialidade para a construção e/ou manutenção de diversos espaços ajardinados espalhados pelo Concelho – 631.640 €
- Participação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de Gueifães (Obra a levar a cabo pela respetiva junta de freguesia) - 132.044 €
- Participação à "Espaço Municipal, E.M." em razão de Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal- 166.538 €
- Contratos com empresas da especialidade para a realização de limpeza e desmatção de terrenos públicos ou privados – 43.871 €

Os *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos* representaram 8,2 % das GOP's, com um total de despesa nova faturada de 3.354.853 €. Deste valor, 3.060.917 € reporta-se a atividades mais relevantes (PAM), que justificaram o aumento verificado nesta subfunção, parcialmente amortecido por uma queda nos valores destinados a investimentos (PPI) que atingiram 293.936 €.

O acréscimo verificado nas Atividades Mais Relevantes deve-se essencialmente à sua vertente *Desporto, Recreio e Lazer*, muito por força da realização do projeto "Maia - A Cidade Europeia do Desporto" título atribuído pela Associação das Capitais Europeias do Desporto (ACES Europe). De referir que esta distinção tem como propósito reconhecer as autarquias locais europeias que se diferenciam pela qualidade e empenho da sua ação no desenvolvimento do desporto bem como promover na Europa as boas práticas neste setor, o que por si só é demonstrativo do empenho deste município nesta área. Aproximadamente um terço do valor total da faturação nova no valor de 3.060.917 €, foi destinado diretamente à organização deste evento.

Descreve-se de seguida os projetos inseridos nesta vertente:

- Apoios a associações e coletividades com vista ao financiamento das suas atividades – 972.135 €;
- Eventos, provas, torneios e outras atividades a serem levadas a efeito no âmbito da MCED - Maia Cidade Europeia do Desporto - 927.694 €;
- Maia Desporto para Todos - 561.011 €;
- Apoio às obras de beneficiação do Pavilhão Desportivo da Associação Atlética de Águas Santas, nomeadamente da cobertura do edifício - 196.874 €;
- Apoio às obras de beneficiação do Pavilhão Desportivo do "Castêlo da Maia Ginásio Clube". 85.000 €.

Na vertente "*Cultura*" destacam-se os seguintes eventos:

- Festival Internacional de Teatro Cómico: "Teatro Cómico Maia" - 128.592 €;
- Apoios a associações e coletividades com vista ao financiamento de suas atividades – 57.635 €;

-
- Festival de Música da Maia. 49.938 €;
 - World Press Photo - 32.409 €

No que concerne aos investimentos efetuados, estes destinaram-se quase na sua totalidade à construção beneficiação e conservação de instalações desportivas cujo valor ascendeu a 286.157 €. Os restantes 7.779 € foram destinados à Beneficiação do Edifício Municipal designado por Cantina Escolar "Ana da Fonte", em Gueifães, e na aquisição de obras de arte e outro repositório artístico com vista a ampliar o espólio dos Museus.

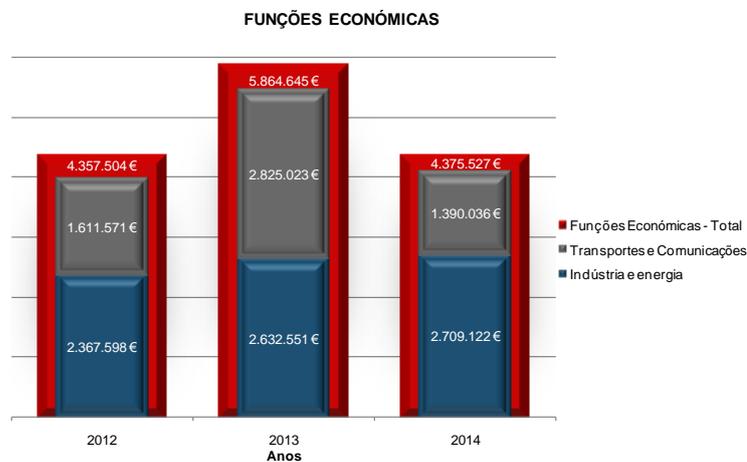
No âmbito da *Segurança e Ações Sociais* desenvolveram-se os seguintes apoios e atividades exclusivamente no âmbito das atividades mais relevantes.

- Apoio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco - 212.578 €;
- Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social – 160.710 €;
- Projeto de Intervenção Comunitária (Re)Criar - Centro de Apoio à Comunidade - 142.504 €;
- GAIL - Gabinetes de Atendimento Integrado Local - 113.834 €;
- Apoio à construção de um Lar Residencial a ser levado a efeito pela APPACDM, na Freguesia de Vila Nova da Telha – 58.000 €;
- Atribuição de Cabaz de Natal a Famílias carenciadas - 53.833 €;
- Apoio à construção de Lar para a Terceira Idade e Centro de Dia a ser levada a efeito pela Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" – 50.000 €;
- Apoio à realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho – 50.000 €;
- Apoio às obras de ampliação do Lar de Santo António a promover pela Conferência de S. Vicente de Paulo, em Gueifães, na Freguesia da Cidade da Maia – 41.926 €;
- GIP's - Gabinetes de Inserção Profissional – 38.634 €;
- Apoio à atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia – 30.000 €;
- Apoio às obras de racionalização energética a serem levadas a efeito pela Associação "A Causa da Criança", no seu CAT de Vila Nova da Telha – 19.367 €;
- Serviço de Apoio Domiciliário – 11.300 €.

Na vertente *Saúde* verificou-se um valor de nova faturada meramente residual de 1.172 €.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

Gráfico 39

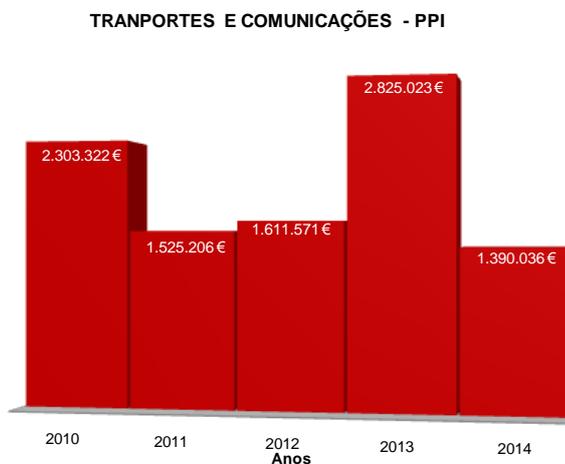


A despesa com as Funções Económicas ao totalizar a quantia 4.375.527 € é essencialmente constituída pelos valores relativos às subfunções *Indústria e Energia* e *Transportes e Comunicações*, com um impacto distinto em função da natureza dos documentos que integram.

Se no âmbito das Atividades Mais Relevantes a rubrica *Indústria e Energia*, que contempla o consumo de energia elétrica nas redes de iluminação pública e as ações de racionalização energética, é a mais preponderante, totalizando 2.685.339 €, montante que a contrário das demais rubricas desta função, espelha um aumento de nova faturação.

Na alçada do Plano Plurianual sobressai a componente *Transportes e Comunicações* que avocou um valor de 1.390.036 € de nova despesa, cerca de metade do realizado na gerência anterior.

Gráfico 40

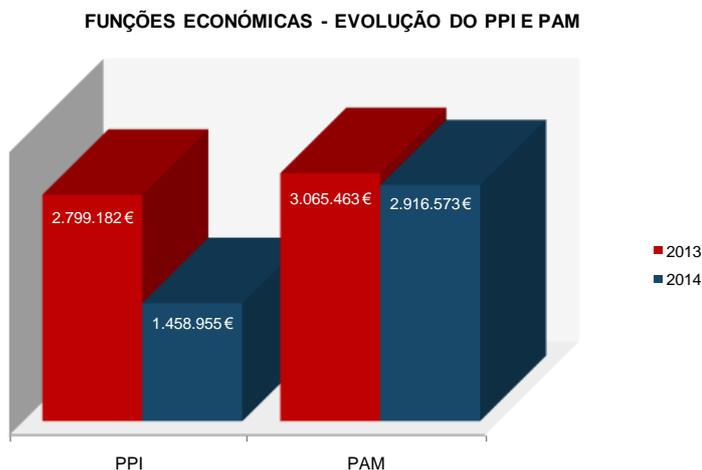


Englobam-se nesta rubrica os seguintes investimentos:

- A construção, recuperação, beneficiação de viadutos, arruamentos e obras complementares, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação, em vários locais do Concelho 1.270.402 €;
- Semaforização e aquisição de diversa sinalização rodoviária bem como a sua conservação e manutenção totalizaram 82.546 €;
- Melhoramentos efetuados no aeródromo Vilar de Luz – 31.176 €.

Deste modo é a redução de investimento refletida ao nível de PPI em matéria de *Transportes e Comunicações* que é a principal responsável pela diminuição verificada nesta função, atento o menor volume da quebra globalmente registada ao nível de atividades mais relevantes.

Gráfico 41



Já no que toca à rubrica *Comércio e Turismo*, destaca-se a faturação no PAM com um volume de 198.520 €, praticamente inalterável face a 2013, projetando-se neste âmbito como principais atividades:

- O Programa "Turismo Sénior": Realização de viagens de convívio dedicadas a pessoas pertencentes à faixa etária da Terceira Idade; viagens a locais nacionais com interesse turístico-cultural – 95.348 €;
- A Realização da "Feira de Artesanato da Maia" – 62.127 €;
- O projeto Maia Welcome Center - Infraestrutura Tecnológica de Apoio à Rede de Lojas Interativas de Turismo, sobretudo destinado à aquisição de conteúdos multimédia e divulgação – 29.477 €;

Em relação ao PPI, a reformulação do Mercado-Feira da Maia, na freguesia da Cidade da Maia e a aquisição de software informático para o projeto Maia Welcome Center - Infraestrutura Tecnológica de Apoio à Rede de Lojas Interativas de Turismo totalizaram os 45.136 € de investimento integrado na rubrica *Comércio e Turismo*.

Por outro lado, o Apoio à Construção do Edifício-Sede da AEM - Associação Empresarial da Maia no valor de 32.714 €, representa a totalidade da despesa que integra a rubrica de *Outras Funções Económicas*.

Na componente de *Indústria e Energia* alicerçada no PPI, a comparticipação, construção ou manutenção de Redes de Iluminação Pública, Ramais de Baixa Tensão e de Média Tensão e respetiva aquisição de equipamentos reportam-se ao valor 23.782 € de investimento realizado.

OUTRAS FUNÇÕES

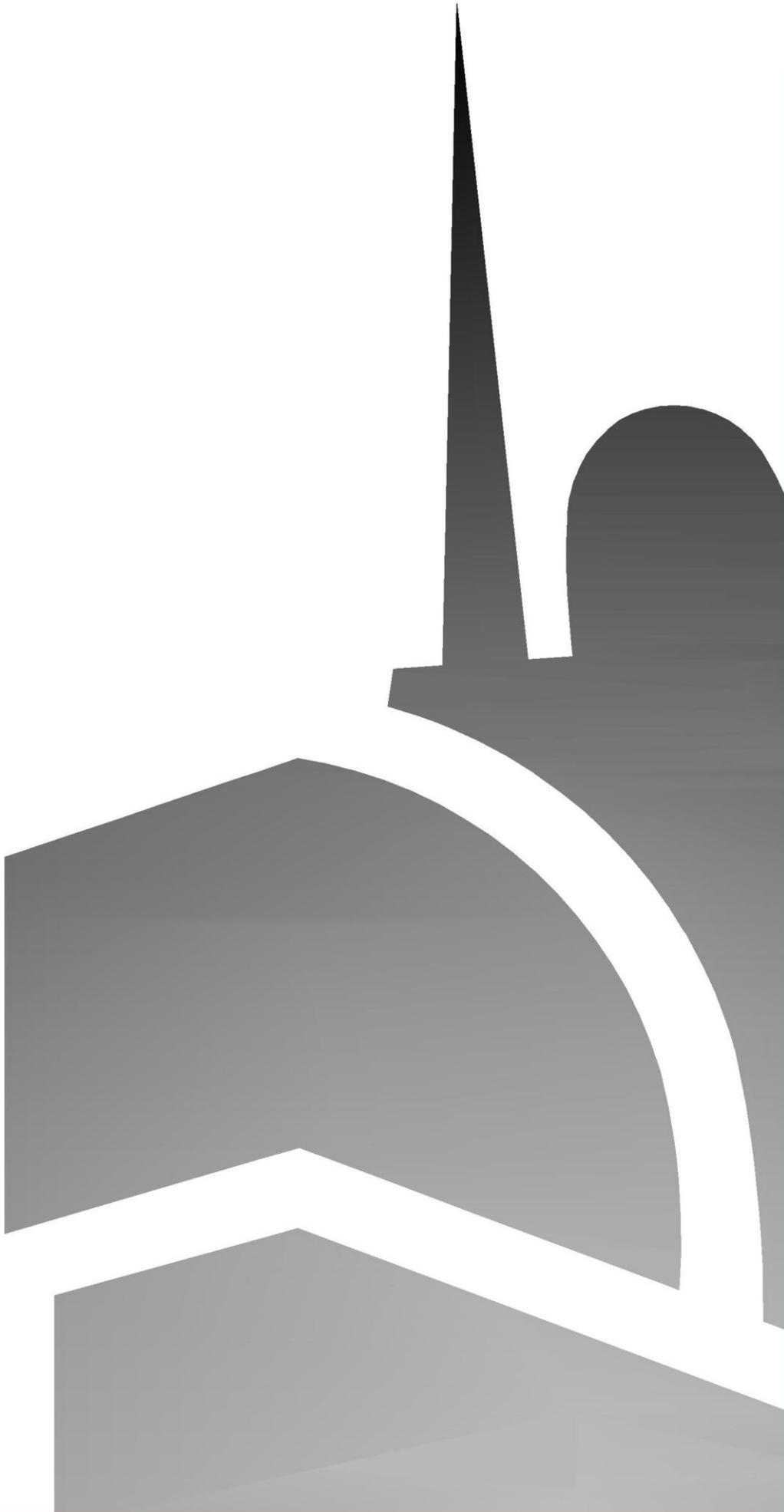
Gráfico 42



As *Outras Funções* são essencialmente constituídas pelo serviço de dívida e pelas transferências para as freguesias que estão enquadradas nas atividades mais relevantes. Em 2014 o serviço de dívida registou uma diminuição de 766.552 €, muito por força da redução do montante de juros a liquidar em matéria de endividamento de médio e longo prazo, consequência natural do abatimento do capital em dívida dos empréstimos contratados, cuja análise encontra-se mais pormenorizada no capítulo sobre o endividamento.

Em relação às transferências para as freguesias os valores mantêm-se praticamente similares a 2013, atingido um valor de 911.776 €.

Ao nível de investimentos (PPI) não se registou qualquer faturação.



2
0
1
4

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ENQUADRAMENTO

Uma das características da Nova Gestão Pública é a preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público e a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

A confirmação de todo um processo modificativo que se tem vindo a redesenhar em torno da gestão autárquica tem surgido através das sucessivas alterações que se têm verificado nas molduras legais que delimitam as esferas organizacional, financeira e contabilística da administração local, cujas repercussões ao nível do controlo do endividamento autárquico nos últimos anos têm sido notórias.

Neste exercício de 2014, mais uma vez se verificaram mudanças significativas neste domínio, por força da entrada em vigor do novo regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que veio revogar entre outras, a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e que contém alterações legislativas relevantes, entre as quais se destacam as respeitantes à execução e controlo orçamentais, ao regime de crédito e endividamento municipal, aos deveres de informação e transparência e à prestação de contas individuais e consolidadas.

No que se refere ao endividamento, alarga-se o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do município, passando a estar aqui abrangidas todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

É ainda alterada a forma de cálculo do limite de endividamento total de cada município, que passa a ter como limite 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Por outro lado, com as alterações legislativas impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município continuam a assumir particular relevância no contexto global da gestão da dívida.

Considerando o exposto, justifica-se uma análise do endividamento em duas partes distintas, mas complementares:

- Endividamento - Stricto Sensu

Na primeira parte desenvolve-se uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Refira-se que em primeira linha é feita uma abordagem generalizada à evolução da dívida global do município, a que se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível

de curto e de médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

- Endividamento - *Lato Sensu*

Na segunda parte procede-se ao apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o novo conceito previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, atentos determinados requisitos.

Por último, avalia-se o posicionamento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal, face aos limites legalmente impostos.

Neste domínio e pelas razões anteriormente expostas, não é de todo aplicável qualquer tipo de análise comparativa com as anteriores gerências.

ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU

A apreciação vertida neste capítulo atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço individual do município, excluída dos adiantamentos, por se entender que os respetivos valores, ao estarem indexados a atos definitivos futuros não fundam no período em referência efetivas obrigações.

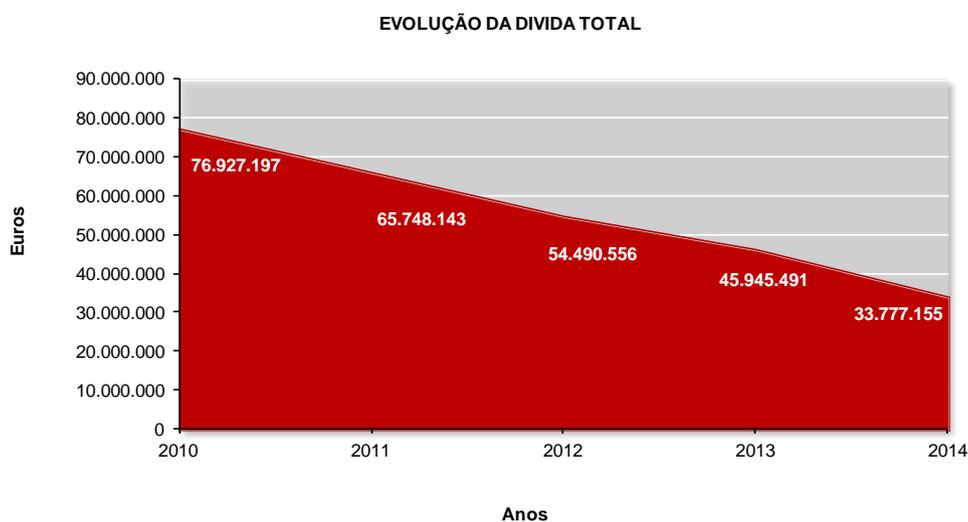
DÍVIDA TOTAL

Quadro 42

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL					VARIÇÃO	
	2010	2011	2012	2013	2014	2013/2014	2008/2014
Divida de Médio e Longo Prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463	-7.464.506	-32.471.175
Divida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	4.060.692	-4.703.830	-22.577.492
Divida Total	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	33.777.155	-12.168.336	-55.048.667
Taxa de crescimento da divida	-10,1%	-14,5%	-17,1%	-15,7%	-26,5%		-62,0%
Médio e longo prazo	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-20,1%		-52,2%
Curto prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-53,7%		-84,8%

Un:Euros

Gráfico 43



Tendo em conta a evolução dos dados retratados no quadro e gráfico antecedentes, os níveis de endividamento anual do município têm vindo a diminuir de forma sistemática e contínua ao longo do último quinquénio, sustentados num ritmo de reduções anuais a rondar, quase sempre, entre oito a doze milhões de euros, volumes consideráveis num contexto de apertada gestão de disponibilidades, principalmente, considerando a conjuntura macroeconómica dos últimos anos, que originou quebras de receita significativas.

Em 2014 confirma-se a tendência de forma ainda mais expressiva, uma vez que o valor global da dívida individual do município, ao totalizar 33.777.155 €, regista menos (-) 12.168.336 € que no final da gerência de 2013, evidenciando assim um decréscimo de (-) 26,5%, repartido pelas duas componentes da dívida, assumindo no entanto preponderância a redução percentual do agregado de curto prazo, não obstante a inequívoca maior representatividade do volume da dívida de médio e longo prazo.

Do total da dívida individual do município reportada a 31 de dezembro de 2014, 29.716.463 € são de natureza de médio e longo prazo, e apenas 4.060.692 € são de natureza de curto prazo, quantitativos que, face aos valores apurados no final do ano antecedente, traduzem reduções na ordem dos (-) 20% e (-) 54%, respetivamente.

Os resultados obtidos em matéria de controlo do endividamento são, assim, claramente satisfatórios. Com efeito, em forte contexto de crise económica, de profunda austeridade e de expressiva quebra de receita, o total da dívida individual municipal entre 2008 e 2014 sofreu uma diminuição superior a 55 milhões de euros (de 88.825.821 € para 33.777.155 €), o que é de facto um indicador de comprovado sucesso no alcance dos objetivos traçados, demonstrando, ainda, que em devido tempo o Município da Maia teve a capacidade de adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, designadamente, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Na ausência de qualquer novo empréstimo neste exercício, a análise feita neste âmbito é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratualizada em anteriores gerências, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza, apenas em função do fim a que se destinam, uma vez que ao abrigo do novo enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento autárquico, toda a tipologia de empréstimos de médio e longo prazo passa a relevar para efeitos do apuramento do valor global da dívida individual do município, contrariamente ao que era estabelecido pelas anteriores leis das finanças locais, o que determina que se dispense a terminologia até então aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

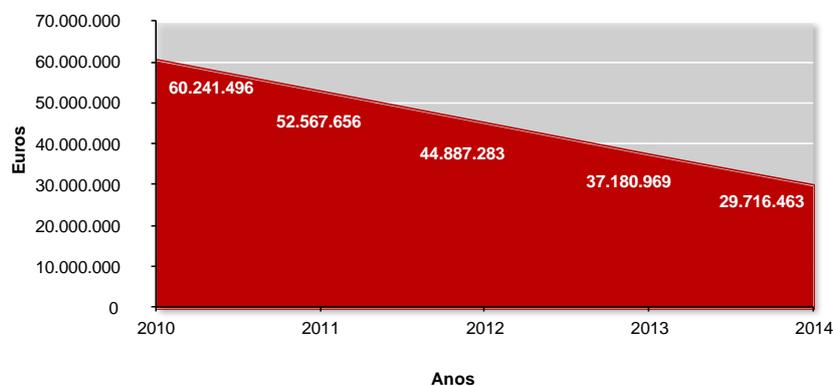
Quadro 43

ESTRUTURA DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2010	2011	2012	2013	2014
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	58.919.838	51.457.464	43.988.556	36.493.707	29.240.666
Empréstimos de MLP destinados a fins diversos	38.704.490	32.396.882	26.089.274	19.781.666	13.724.968
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	16.483.623	13.698.097	10.912.570	8.127.044	5.341.517
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	11.933.530	9.916.912	7.900.295	5.883.677	3.867.060
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	10.287.337	8.781.873	7.276.409	5.770.945	4.516.392
Banco Santander Totta	5.269.124	3.763.660	2.258.196	752.732	0
Estado	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	4.516.392
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	20.215.348	19.060.581	17.899.282	16.712.041	15.515.698
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26	6.179.270	5.890.383	5.595.764	5.295.123	4.989.368
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	3.974.635	3.707.701	3.439.863	3.166.447	2.892.148
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	10.061.443	9.462.497	8.863.654	8.250.471	7.634.182
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	475.797
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	475.797
Total da dívida de médio e longo prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463
Taxa de crescimento	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-20,1%

Un: Euros

Gráfico 44

EVOLUÇÃO DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO



Como se pode analisar no quadro anterior, em 2014 a dinâmica é no sentido da diminuição da dívida de médio e longo prazo, que ao totalizar 29.716.463 €, regista menos (-) 7.464.506 € que no final do exercício de 2013, o que representa um decréscimo na ordem dos (-) 20%.

Em termos de evolução do passivo desta natureza é perceptível uma tendência clara de abatimento da dívida, independentemente da finalidade dos empréstimos bancários contraídos, sendo notório que, ano após ano, aumentam os níveis de redução, recaindo o maior peso sobre os empréstimos destinados a finalidades diversas.

No cômputo global da redução obtida, em face do cumprimento do serviço de dívida negociado para os diferentes empréstimos, prevalece o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos contratualizados para finalidades diversas, em especial do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que originou uma redução de (-) 2.785.527 € no valor da dívida, logo seguida do empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, que determinou um corte adicional de (-) 2.016.617 €.

Converge também para aquela redução a amortização de (-) 1.254.553 € do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), (-) 752.732 € imputáveis à instituição de crédito Banco Santander Totta, sendo o diferencial de (-) 501.821 € a parcela correspondente ao financiamento do Estado que iniciou o seu período de amortização no segundo semestre do ano 2014, mais concretamente em 15 de dezembro.

Em matéria de empréstimos destinados à habitação social, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos contratualizados junto da CGD, ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 890.588 €, sendo os demais empréstimos denominados de “complemento PER”, presentemente contratados com o Banco Bilbao Vizcaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo”, levada a cabo em 2007, responsáveis por uma redução de (-) 305.755 €.

As outras dívidas de médio e longo prazo, apenas decorrentes da responsabilidade assumida pelo município na sequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de São Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, foram responsáveis pela redução do endividamento de médio e longo prazo em (-) 211.465 €.

SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Tendo por fim avaliar, numa ótica orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente com juros e respetivas amortizações, no total da despesa e receita municipal, inclui-se o Quadro 44 ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no período compreendido entre 2010 e 2014.

Quadro 44

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2010	2011	2012	2013	2014
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas (1)	7.758.500	7.542.077	7.322.947	7.020.496	6.388.307
Amortizações	6.307.608	6.307.608	6.307.608	6.307.608	6.056.698
Juros	1.450.892	1.234.469	1.015.338	712.888	331.610
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social (2)	1.471.700	1.470.008	1.469.237	1.480.299	1.345.936
Amortizações	1.149.173	1.154.766	1.161.299	1.187.241	1.196.344
Juros	322.527	315.242	307.938	293.058	149.592
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	223.316	226.765	224.251	217.596	213.634
Amortizações	211.465	211.465	211.465	211.465	211.465
Juros	11.851	15.299	12.786	6.131	2.169
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	9.453.516	9.238.850	9.016.434	8.718.391	7.947.877
Amortizações	7.668.246	7.673.840	7.680.373	7.706.314	7.464.506
Juros	1.785.270	1.565.010	1.336.062	1.012.077	483.370
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	3,7%	-2,3%	-2,4%	-3,3%	-8,8%
Amortizações	12,4%	0,1%	0,1%	0,3%	-3,1%
Juros	-22,2%	-12,3%	-14,6%	-24,2%	-52,2%
Juros / Receita Total Cobrada	2,6%	2,5%	2,2%	1,8%	0,9%
Juros / Despesa Total Paga	2,5%	2,5%	2,4%	1,8%	0,8%
Juros / Despesa de Capital Paga	6,5%	8,5%	8,4%	6,2%	2,4%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	13,6%	14,6%	14,7%	15,5%	14,2%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	13,5%	14,9%	16,0%	15,5%	13,4%

Un: Euros

Os indicadores do serviço da dívida refletem o comportamento cíclico identificado em sede de análise do endividamento de médio e longo prazo, beneficiando deste modo dos efeitos decorrentes do processo de consolidação da dívida desenvolvido pelo município

Se até ao final de 2010 sobressaiu o acréscimo dos encargos decorrentes do serviço de dívida municipal, sobretudo devido à componente das amortizações de capitais associadas aos dois empréstimos bancários de maior monta, o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta no montante de 29.927.873,82 € e o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento no montante de 20.000.000 €, concluídos que foram os respetivos períodos de deferimento, a partir de 2011 inverte-se tal tendência, em resultado da significativa diminuição dos encargos financeiros, face à redução do capital em dívida da generalidade dos empréstimos contratualizados.

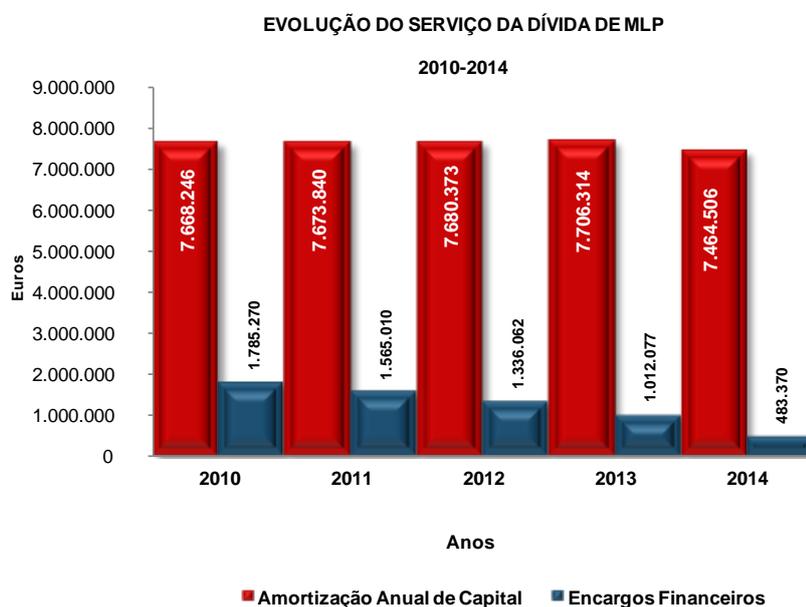
Com efeito, a partir de 2011 assiste-se a uma progressiva diminuição da taxa de crescimento do serviço de dívida municipal que culmina em 2014 com (-) 8,8%, demonstrando uma aceleração da tendência de redução observada nos últimos anos. Para este comportamento contribuiu principalmente a redução do peso dos juros da dívida pública municipal, já que o montante amortizado por conta dos empréstimos não

reduziu de forma tão significativa. Note-se porém que esta quebra, não obstante a redução das taxas de juro, decorre da reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos destinados a finalidades diversas, associado ao facto do município não ter contratado mais nenhum financiamento.

Mais uma vez, prevalece no peso do Serviço de Dívida o volume das amortizações que representa cerca de 94% do seu valor global.

No Gráfico 45 é visível esta cadência.

Gráfico 45



Em matéria de tributo do serviço de dívida para as diferentes componentes do orçamento municipal, ao longo destes anos verificam-se dois comportamentos distintos. Se por um lado o peso dos juros em ambas as componentes da receita e despesa municipais tem vindo sempre a reduzir, comportamento oposto apresenta, em regra, o peso destes encargos no total dessas variáveis, invertendo-se tal tendência no último ano.

Com efeito, os encargos financeiros para o município representam neste exercício de 2014, 14,2% da receita total cobrada, e 13,4% da despesa total paga, o que espelha uma redução face a período homólogo, o que não obsta que seja considerado um valor muito significativo num contexto de apertada gestão de disponibilidades, apesar do município ter vindo sempre a cumprir, de forma pontual e rigorosa, estas suas obrigações.

No Quadro 45 apresenta-se uma descrição pormenorizada do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo durante a gerência em análise, e, simultaneamente, a respetiva previsão para o próximo exercício de 2015.

Quadro 45

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	Realizado em 2014			Previsto em 2015		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	2.785.527	180.966	2.966.493	1.335.379	41.576	1.376.955
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	2.016.618	130.242	2.146.860	966.765	30.099	996.864
Empréstimo Bancário de M.L.P - FREDE	1.254.553	20.401	1.274.955	1.003.643	61.006	1.064.648
Empréstimo de MLP com o Banco Santander Totta, de 7.527.320,43 €	752.732	6.953	759.685	0	0	0
Empréstimo de MLP com o Estado (DGT), de 5.018.213,00 €	501.821	13.449	515.270	1.003.643	61.006	1.064.648
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 9.200.000,00 €	0	0	0	0	268.512	268.512
Sub Total	6.056.698	331.610	6.388.307	3.305.787	401.193	3.706.979
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	305.754	118.210	423.964	311.344	25.804	337.148
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado (PER 1) com a C G D - até 7.481.968,46 €	274.300	8.745	283.045	275.650	6.722	282.373
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado (PER 2) com a C G D - até 21.077.411,44 €	616.290	22.637	638.927	619.133	18.527	637.660
Sub Total	1.196.344	149.592	1.345.936	1.206.127	51.054	1.257.181
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	211.465	2.169	213.634	211.465	2.316	213.781
Sub Total	211.465	2.169	213.634	211.465	2.316	213.781
TOTAL	7.464.506	483.370	7.947.877	4.723.379	454.563	5.177.942

Un: Euros

Em conformidade com a própria estrutura da dívida, no cômputo geral das despesas realizadas com o serviço de dívida em 2014 predominam, pela sua materialidade, as correspondentes aos empréstimos destinados a finalidades diversas ao somarem 6.388.307 €, o que representa 80% do seu valor total. Tendência análoga perspetiva-se para o exercício de 2015 apesar do peso dos encargos desta tipologia de empréstimo reduzir na ordem dos oito pontos percentuais.

No que se reporta à previsão para o ano de 2015, importa assinalar que o serviço de dívida verá a sua estrutura alterada relativamente ao ano anterior, em resultado da recente contratação do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no montante de 9.200.000 €, para aquisição dos lotes números 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA). Note-se porém que no âmbito deste financiamento está previsto um período de diferimento de um ano, não determinando assim, ainda, qualquer impacto no serviço de dívida municipal em matéria de amortizações.

Neste pressuposto, em observância do que se encontra contratualmente estabelecido, e apesar de ainda não ter sido integralmente saldada nenhuma das dívidas de médio e longo prazo existentes, estima-se uma diminuição substantiva dos encargos decorrentes do serviço de dívida municipal, que resulta na sua maioria da redução das amortizações de capital decorrentes dos empréstimos bancários destinados a finalidades diversas, e em contrapartida da redução do montante de juros a liquidar nas dívidas desta natureza, consequência natural do abatimento do capital em dívida dos empréstimos contratados.

Gráfico 46



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

No Quadro 46 sistematizam-se os empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2014 e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua natureza e do seu grau de exigibilidade, com o objetivo de se obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo.

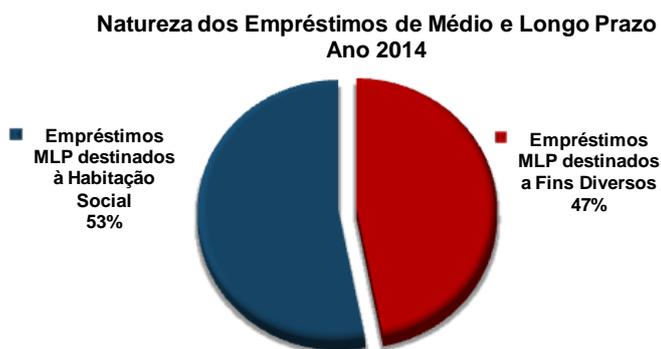
Quadro 46

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE		
	2014	
	Valor	Peso
EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO	24.993.084	84,11%
Empréstimos Bancários de MLP	24.728.752	83,22%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	10.419.182	35,06%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	4.006.138	13,48%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	2.900.295	9,76%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	3.512.749	11,82%
Estado	3.512.749	11,82%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	14.309.571	48,15%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.678.024	15,74%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2.616.497	8,80%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	7.015.049	23,61%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	264.332	0,89%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	264.332	0,89%
EXIGIVEL A CURTO PRAZO	4.723.379	15,89%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	4.511.914	15,18%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	3.305.787	11,12%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	1.335.379	4,49%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	966.765	3,25%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1.003.643	3,38%
Banco Santander Totta	0	0,00%
Estado	1.003.643	3,38%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	1.206.127	4,06%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	311.344	1,05%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	275.650	0,93%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	619.133	2,08%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	211.465	0,71%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	211.465	0,71%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	29.716.463	100,00%

Un: Euros

Considerando o atual enquadramento legal em matéria de endividamento municipal, atentos os valores apurados comprova-se que, do total dos empréstimos médio e longo prazo contraídos, cerca de 53% são empréstimos destinados à habitação social, ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, sendo a sua grande maioria com crédito bonificado, para um período de 25 anos.

Gráfico 47



Para finalizar, apresenta-se o Quadro 47, prospetivo da composição da dívida no final do exercício de 2015.

Quadro 47

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO 31-12-2015		
	Valor	Peso
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	33.928.752	99%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	19.619.182	57%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	4.006.138	12%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	2.900.295	8%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533 Estado	3.512.749	10%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000	3.512.749	10%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000	9.200.000	27%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	14.309.571	42%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.678.024	14%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2.616.497	8%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	7.015.049	21%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	264.332	1%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	264.332	1%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	34.193.084	100%

Un: Euros

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, dos credores por investimentos financeiros, do Estado e de Outros Credores diversos, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 48.

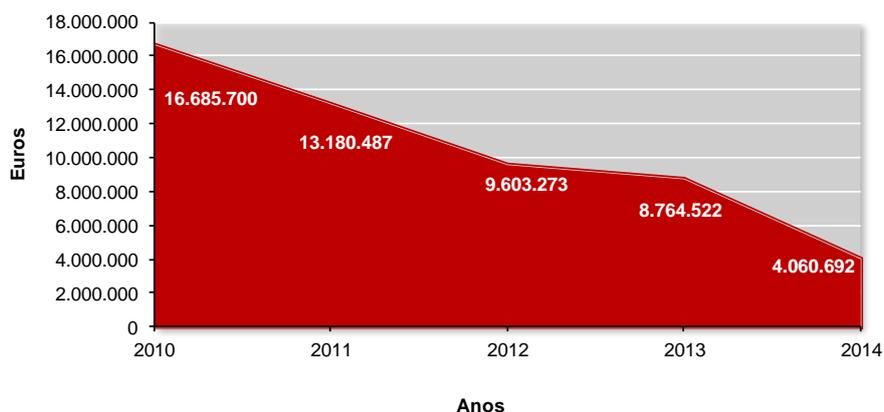
Quadro 48

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO						Variação	
	2010	2011	2012	2013	Dez-2014	Peso	2013/2014	2008/2014
Fornecedores c/c	2.500.544	1.257.001	420.347	507.238	610.903	15,0%	103.665	-3.124.380
Fornecedores imobilizado	9.469.913	6.567.481	673.670	4.857.836	53.481	1,3%	-4.804.355	-16.367.551
Outros credores	4.715.244	5.356.005	8.509.256	3.399.448	3.396.308	83,6%	-3.140	-3.085.560
Estado	12.684	0	0	0	0	0,0%	0	-14.195
Credores de transferências das autarquias	4.406.201	4.678.269	3.467.979	3.176.146	3.171.281	78,1%	-4.865	-2.676.801
Credores por Investimentos Financeiros	15.125	99.760	99.760	99.760	99.760	2,5%	0	99.760
Credores Diversos	281.233	577.977	4.941.518	123.543	125.268	3,1%	1.725	-494.323
Total da Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	4.060.692	100,0%	-4.703.830	-22.577.492
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-53,7%			-84,8%
Fornecedores c/c	39,9%	-49,7%	-66,6%	20,7%	20,4%			-83,6%
Fornecedores imobilizado	-8,9%	-30,6%	-89,7%	621,1%	-98,9%			-99,7%
Outros credores	-13,3%	13,6%	58,9%	-60,0%	-0,1%			-47,6%

Un: Euros

Gráfico 48

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO



No domínio da dívida de curto prazo, o ano de 2014 demonstrou uma clara aceleração da tendência decrescente observada nos últimos anos, fruto do resultado obtido de 4.060.692 €, que espelha uma redução da dívida que ultrapassa os (-) 4,7 milhões de euros face ao ano anterior. Para esta dinâmica

contribuiu especialmente a diminuição da dívida a fornecedores de imobilizado, que reduz (-) 4.804.355 €, ligeiramente atenuada pelo acréscimo de (+) 103.665 € dos débitos a fornecedores c/c.

No ciclo de 2008 a 2014 o endividamento de curto prazo evidencia uma redução superior a 22,5 milhões de euros, ao ver o seu valor diminuído de 26.638.183 € para os cerca de 4 milhões de euros anotados. No que reporta ao comportamento de cada uma das suas componentes, em regra, quer quanto a fornecedores - conta corrente e imobilizado -, quer quanto a outros credores, mantém-se a mesma orientação decrescente em patamares anuais de redução relevantes, onde se destaca com maior materialidade este último ano devido à influência da rubrica de “Fornecedores de Imobilizado”.

No final da gerência de 2014, é pois a dívida a “Fornecedores de Imobilizado”, ao totalizar o valor residual de 53.481 €, (-) 98,9%, que é determinante para o comportamento decrescente da rubrica mãe.

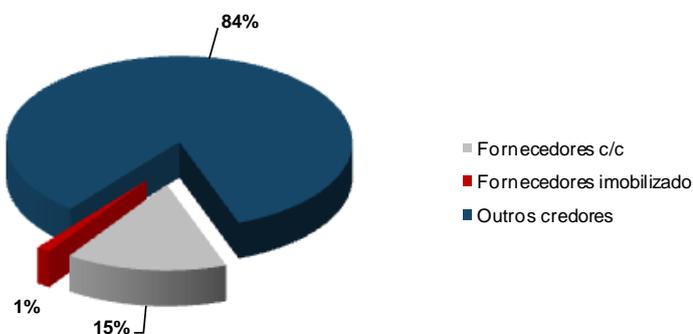
Com interferência inversa, surge a rubrica de “Fornecedores conta corrente”, cujo valor de 610.903 € traduz um acréscimo de (+) 20,4% face ao ano anterior. Note-se porém que esta importância se reporta a faturação emitida em finais do mês de dezembro, encontrando-se uma grande parte em conferência e, por maioria de razão, não vencida. Pelo que, a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado à cadência mensal de faturação do Município da Maia, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro do prazo médio atualmente estabelecido, de apenas 17 dias.

Para além de que, a administração central apresenta uma dívida total para com a Autarquia de 717.143 €, quantia que é superior à que é devida a fornecedores no curto de prazo, dos quais, 538.381 € respeitam a investimento realizado pelo município no âmbito de projetos cofinanciados, enquanto 178.762 € se referem a comparticipações de caráter corrente na área da educação, cuja despesa de ambas as naturezas – capital e corrente – já se encontra integralmente paga.

Quanto ao agregado de “Outros credores”, com o valor total de 3.396.308 €, muito próximo ao do ano anterior, assume-se no período, uma vez mais, como o mais relevante no cômputo geral da dívida de curto prazo, com um peso a rondar os 84%.

Gráfico 49

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO



Neste âmbito, assinala-se que a quase totalidade da dívida se refere a Credores de Transferências das Autarquias, em que o maior valor respeita a uma dívida de 3.171.289 € de participações à LIPOR, para investimento, a qual está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral, com a invocação que também são devidas ao município taxas de construção na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

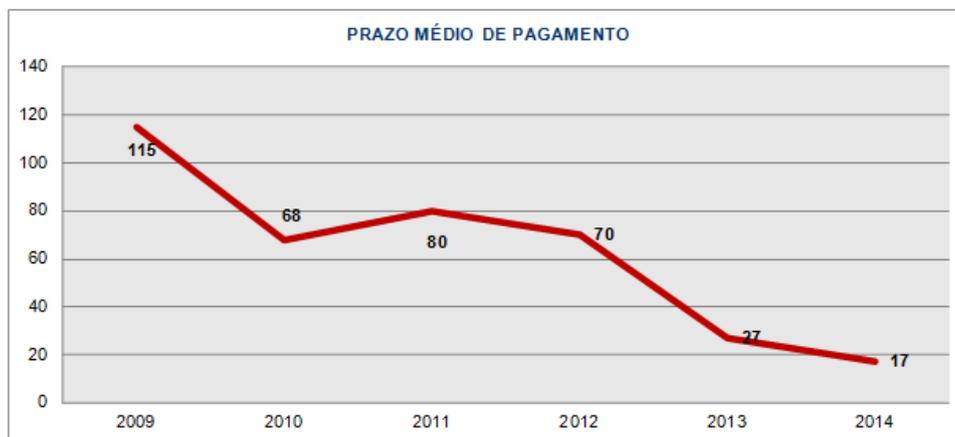
Sobre o cumprimento legal quanto à redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, realça-se o facto de o Município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso, desde maio de 2012, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações.

Em relação ao prazo médio de pagamento do município, que à data de 31 de dezembro de 2014 é de 17 dias, verifica-se que permanece em níveis francamente satisfatórios.

Quadro 49

RÁCIOS DE GESTÃO OU DEACTIVIDADE						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
PMP - Prazo Médio de pagamentos (Resolução do Conselho de Ministros 34/2008 de 22 de Fevereiro) $PMP = \frac{\sum_{i=1}^n DF}{\sum_{i=1}^n A} \times 365$	115	68	80	70	27	17

Gráfico 50



ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

Atentas as implicações em matéria de endividamento municipal numa lógica de grupo municipal, decorrentes do novo regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que vem revogar entre outras, a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, importa que se faça uma nota prévia às principais alterações introduzidas.

O novo regime financeiro das Autarquias Locais veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Com esta alteração do limite da dívida, passa-se a considerar que a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal –, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido. Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Outra das alterações significantes ao endividamento refere-se ao alargamento das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, na medida em que para efeitos do apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, anteriormente referido, passa a ter-se em consideração, como seria desejável, os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e associativas municipais, as empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, as cooperativas e fundações e, por fim, as entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Ou seja, este novo regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira. No que diz respeito ao saneamento financeiro, entende-se que o município deve contrair empréstimos para a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. No entanto, estes pedidos de empréstimos têm um prazo máximo de 14 anos e devem ser instruídos com um estudo fundamentado da situação financeira e um plano de saneamento financeiro, elaborados pela câmara municipal e propostos à assembleia municipal, que vigore no período de empréstimo.

Quanto ao mecanismo da recuperação financeira, este é obrigatório sempre que o município se encontre em rutura financeira, isto é, sempre que o limite da dívida referido seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Assim, para estes casos, foi criado um Fundo de Apoio Municipal que tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem nos casos supra referidos. As fontes de financiamento deste fundo, regulamentado em diploma próprio, incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os municípios.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

Quadro 50

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2011	2012	2013
Município (+)	56.020.745	56.928.774	53.881.244
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-631.582	-484.616	-427.474
SMAS (+)	16.364.851	15.531.132	15.269.867
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-629.741	-484.560	-427.416
Total da Receita Cobrada Líquida	71.124.273	71.490.731	68.296.221
Média dos últimos três anos		70.303.742	
Limite da Dívida Total <=		105.455.612	

O limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais. Em tal conformidade, o limite da dívida total para cada município em 2014, é apurado do seguinte modo:

«1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.».

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada do ano do Município, foi somada a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados da Maia, deduzida da receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados ao Município e da receita corrente líquida cobrada pelo Município aos Serviços Municipalizados, em cada um dos anos.

Note-se que o limite apresentado é o limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2013 seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

«b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.».

ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Nos termos das disposições legais constantes no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - estas entidades relevam sempre.
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.
- Estas entidades relevam sempre, designadamente as associações de municípios de direito privado, contrariamente ao que se verificava na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, para efeitos da contribuição para o endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei.
- Neste caso tais entidades apenas relevam em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas.
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, as quais relevam sempre;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. Estas entidades relevam sempre que se verificar a existência de controlo ou presunção do mesmo.
- Neste âmbito e atenta a sua materialidade assume particular relevância assinalar que neste exercício de 2014, a contrário de gerências anteriores, pela primeira vez passaram a relevar para efeitos de apuramento do endividamento municipal os três Fundos de Investimento Imobiliários 100% detidos, designadamente o FII Maia Golfe, FII Maia Imo e FII Praça Maior, não obstante estarem devidamente refletidos no Balanço Municipal desde a data da sua constituição ao justo valor.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – será o valor apurado multiplicado pela participação do município na mesma. Acresce, ainda, que a Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), estipula no n.º 2 do art.º 97.º que “*Em 2014, para efeitos da aplicação do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total a considerar é a existente em 31 de dezembro de 2013.*”.

No Quadro 51 sistematiza-se a informação sobre as entidades participadas pelo Município e respetivas parcelas detidas.

Quadro 51

ENTIDADES PARTICIPADAS	
2014	
Identificação	% Participação
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100,00%
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais	
Lipor	10,53%
Área Metropolitana Porto	5,58%
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,95%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,08%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%
MaiaInova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	12,50%
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	
Empresas Locais e Participadas	
Empresas Locais	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100,00%
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M. (1)	100,00%
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	100,00%
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.M.	100,00%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	51,00%
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,64%
Empresas Participadas	
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	0,22%
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,24%
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, E.M.T., S.A.	0,06%
Hospital do Lidador S.A.	10,00%
Águas do Douro e Paiva, S.A. (2)	2,71%
Águas do Noroeste, S.A. (2)	1,97%
Metro do Porto, S.A. (2)	0,001%
Cooperativas e Fundações	
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%
Fundação do Conservatório de Música	100,00%
Fundação do Desporto	3,86%
Fundação da Juventude	150%
Entidades de outras natureza	
FEI Maialmo	100,00%
FEI MaiaGolfe	100,00%
FII Praça Maior	100,00%

(1) Foi encetado o processo de dissolução (liquidação), a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, com aprovação dos órgãos executivo e deliberativo em 10 e 26 de dezembro 2012 respetivamente.

(2) Setor Empresarial do Estado

No cômputo geral das entidades acima identificadas e participadas pelo município, de acordo com o novo conceito, no final de 2014, com exceção das empresas abrangidas pelo Setor Empresarial do Estado, Águas do Douro e Paiva, S.A., Águas do Noroeste, S.A., e Metro do Porto, S.A, todas as demais são

suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal.

Note-se porém que, em face do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, porquanto o endividamento das empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apenas relevam para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos.

Da apreciação das contas anuais das entidades que reportaram a informação solicitada, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades a seguir mencionadas no Quadro 52.

Assinala-se, contudo, que não foi possível avaliar o contributo atualizado de todas essas entidades participadas, designadamente da Maianova, Associação Parque Ciência e Tecnologia do Porto, Fundação do Desporto, Cooperzoo, Hospital Lidador e Portgás, dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas, não obstante os reiterados pedidos formulados pelo Município nesse sentido. Todavia, regista-se que por força da pouca materialidade de tais participações do município, e por inerência dos respetivos efeitos no endividamento municipal, não se encontra prejudicada a fiabilidade da informação financeira produzida neste âmbito.

Quadro 52

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
EMPRESAS LOCAIS E PARTICIPADAS	
Identificação	%
Empresas locais:	
Academia das Artes	100,00%
Tecmaia	51,00%
Empresas participadas:	
Net	0,22%
Hospital Lidador	10,00%

Em relação à empresa municipal Academia das Artes, cujo processo de dissolução, a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, foi aprovado pelos órgãos executivo e deliberativo em 10 e 26 de Dezembro de 2012, respetivamente, assinala-se que ainda permanece registada patrimonialmente a sua participação, uma vez que no final de 2014 não estava integralmente concluído o processo de dissolução e a sua conseqüente extinção, de forma a legitimar tal atualização em termos de registo comercial, situação entretanto materializada no final do primeiro trimestre de 2015.

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL

No apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – estão incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades participadas, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetuam a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município.

Quadro 53

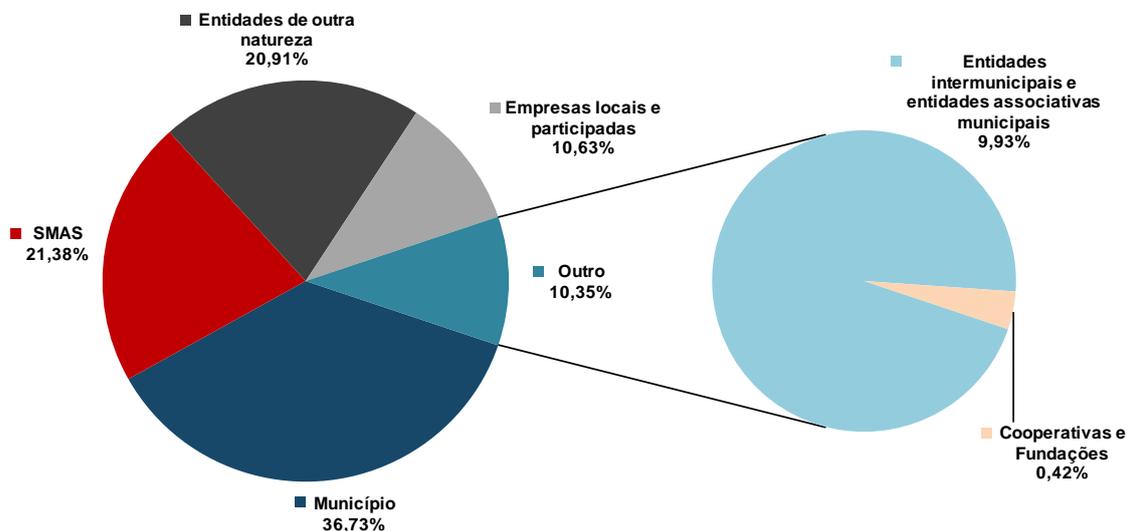
APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL	
2014	
Identificação	Contribuição
Município (1)	33.814.519
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)	19.683.986
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	19.683.986
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)	9.141.242
Lipor	9.020.111
Área Metropolitana Porto	0
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto (*)	114.064
AdePorto - Agência de Energia do Porto (*)	6.191
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	502
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia (*)	374
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	0
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)	9.789.256
Academia das Artes	251728
Tecmaia	9.411.009
Net	513
Hospital Lidador (*)	126.006
Cooperativas e Fundações (5)	388.085
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia (*)	905
Fundação do Conservatório de Música	325.806
Fundação do Desporto (*)	9.546
Fundação da Juventude	51828
Entidades de outra natureza (6)	19.249.953
FEI Maialmo	6.371.109
FEI Maiagolfe	9.094.551
FEI Praça Maior	3.784.293
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA A DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL (7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	92.067.041
LIMITE LEGAL (8)	105.455.612
MARGEM ABSOLUTA (9) = (7) - (8)	-13.388.571
MARGEM UTILIZÁVEL (alínea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = (8) * 20%	53.018
TOTAL DÍVIDA NÃO ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL A 31 DEZEMBRO 2013 (11)	105.190.520
MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (12) = (10) - [(7)-(11)]	13.176.498

Un: Euros

(*) Dados não atualizados à data de fecho de contas dada a ausência de reporte de informação definitiva

Gráfico 51

CONTRIBUTO POR NATUREZA DE ENTIDADE



Da análise dos resultados obtidos, verifica-se que no final da gerência de 2014 a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – ascende a 92.067.041 €, posicionando-se abaixo do limite legalmente imposto em (-) 13.388.571 €.

O ano de 2014 foi assim singular na etapa percorrida pelo Município da Maia em matéria de endividamento do grupo municipal, uma vez que, não obstante a profunda mudança legislativa preconizada neste âmbito pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), que para além de não excecionar qualquer natureza de dívida veio alargar de forma significativa o número de entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, o Município da Maia posiciona-se abaixo do limite legal em cerca de (-) 13,4 M€ .

Não esqueçamos que tais resultados incorporam pela primeira vez o endividamento associado, à dívida de médio e longo prazo à EDP, refletida nas contas dos Serviços Municipalizados, à dívida decorrente dos empréstimos de médio e longo prazo destinados à Habitação Social, oportunamente contratualizados pelo Município, outrora excecionadas, e, bem assim, toda a dívida dos três Fundos de Investimento Imobiliário 100% detidos pelo Município da Maia, outrora não integrados no perímetro das entidades relevantes, pese embora o seu reflexo, ao justo valor, no balanço individual municipal.

O impacto financeiro desta nova componente da dívida no total do endividamento do grupo municipal ascende a 53,8 M€.

O Município da Maia consolidou, assim, de forma planeada, mais um ciclo sucessório, não obstante todas as condicionantes externas pouco favoráveis, mormente o contexto de crise económica à escala global e de fortes restrição orçamental.

Com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento do município numa lógica de grupo municipal, insere-se o Quadro 54 demonstrativo da dívida total de operações orçamentais diferenciada em função do seu grau de exigibilidade.

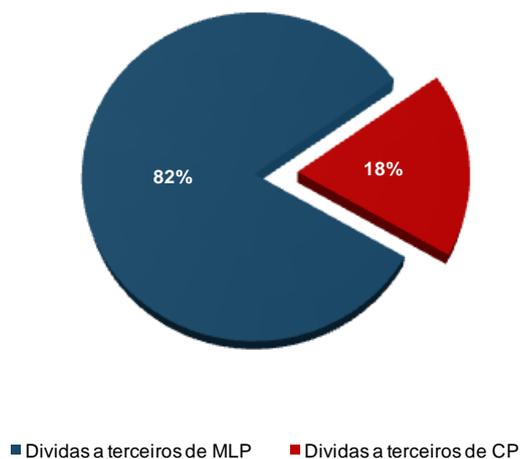
Quadro 54

NATUREZA DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL				
2014				
Identificação	%	Dívidas a terceiros de MLP	Dívidas a terceiros de CP	Contribuição
	(a)	(b)	(c)	(d) = (b)+(c)
Município (1)	100%	29.716.463	4.098.056	33.814.519
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)		19.041.303	642.683	19.683.986
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%	19.041.303	642.683	19.683.986
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)		7.684.832	1.456.409	9.141.242
Lipor	10,53%	7.608.208	1411.903	9.020.111
Área Metropolitana Porto	5,58%	0	0	0
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,95%	76.624	37.440	114.064
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,08%	0	6.191	6.191
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%	0	502	502
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	12,50%	0	374	374
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento			0	0
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)		1.758.358	8.030.898	9.789.256
Academia das Artes	100%	0	251.728	251.728
Tecmaia	5%	1.758.358	7.652.651	9.411.009
Net	0,22%	0	513	513
Hospital Lidador	10%	0	126.006	126.006
Cooperativas e Fundações (5)		28.291	359.794	388.085
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%	0	905	905
Fundação do Conservatório de Música	100%	0	325.806	325.806
Fundação do Desporto	3,86%	0	9.546	9.546
Fundação da Juventude	1,50%	28.291	23.537	51.828
Entidades de outra natureza (6)		17.094.933	2.155.021	19.249.953
FElI Maialmo	100%	6.252.729	118.380	6.371.109
FElI Maiagolfe	100%	8.345.160	749.391	9.094.551
FII Praça Maior	100%	2.497.043	1.287.250	3.784.293
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA A DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL		75.324.180	16.742.861	92.067.041
(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)				

Un: Euros

Gráfico 52

PESO DA DÍVIDA POR GRAU DE EXIGIBILIDADE



Os gráficos seguintes ilustram, não só o posicionamento da dívida total do município – grupo municipal – face ao limite legalmente imposto, mas também o contributo de cada uma das entidades participadas.

Gráfico 53

DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

Posicionamento face aos limites legais

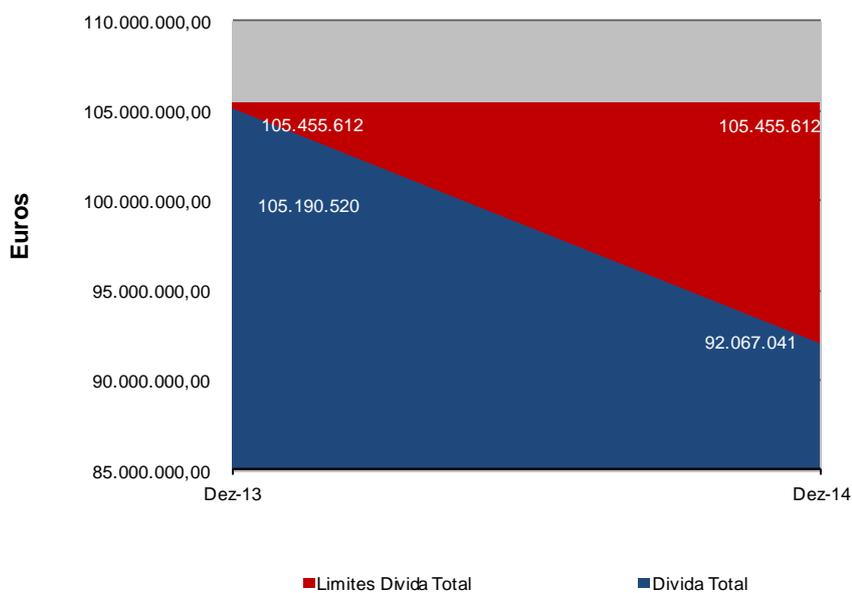
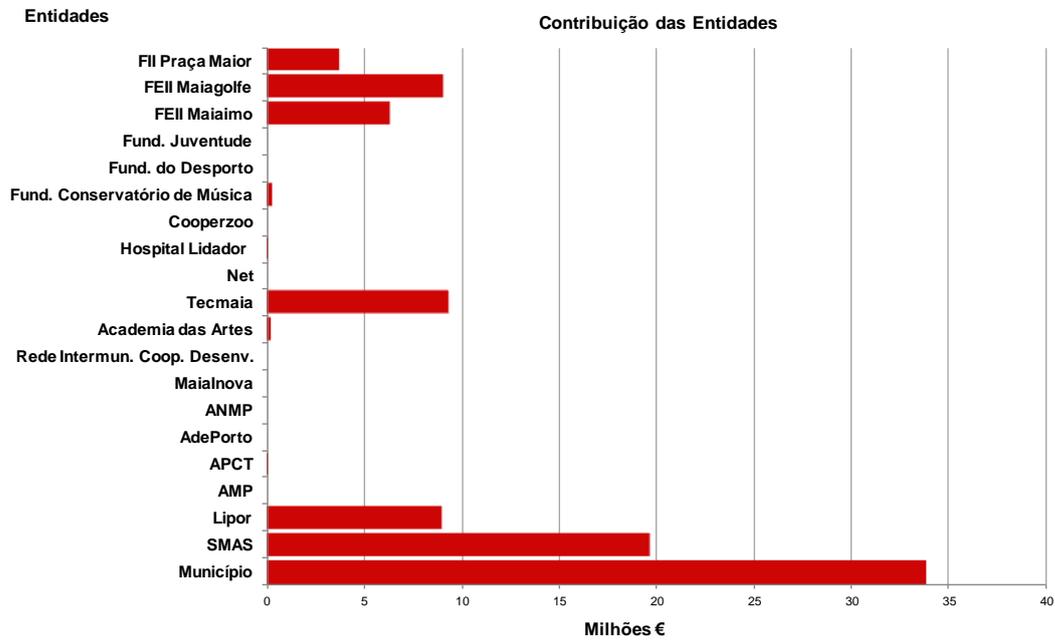


Gráfico 54

DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

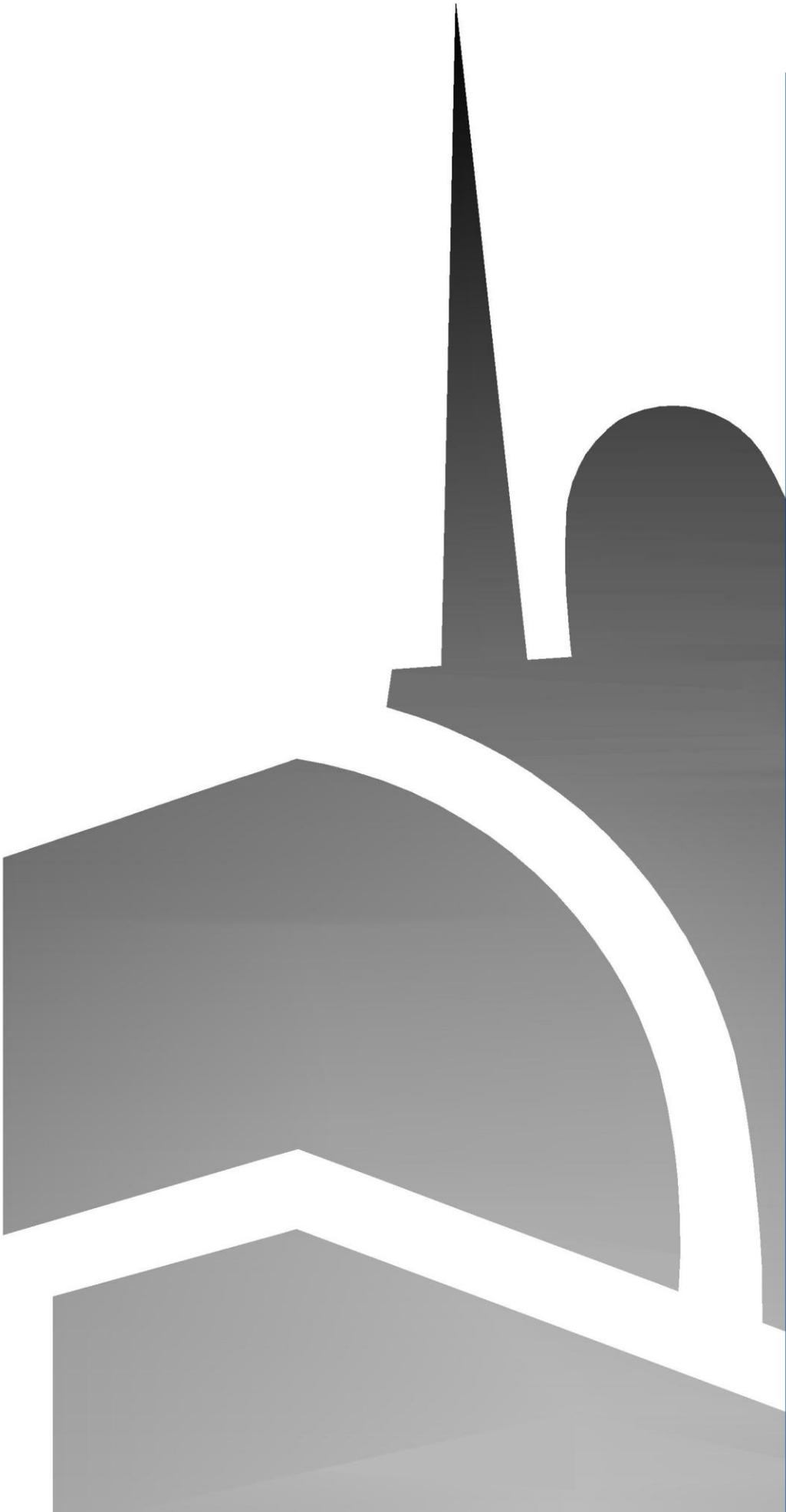




2
0
1
4

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

maia
CÂMARA MUNICIPAL



2
0
1
4

BALANÇO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

O Balanço constitui o principal documento contabilístico que faculta informação acerca da composição e expressão financeira do património – imobilizado, existências, dívidas de terceiros e disponibilidades – e da respetiva estrutura de financiamento – fundos próprios, dívida financeira e outras dívidas a terceiros, informação essa essencial para se aferir a capacidade da autarquia para cumprir pontualmente as suas obrigações e continuar a assegurar o financiamento das respetivas atividades.

Apresenta-se de seguida o balanço municipal à data de 31 de dezembro de 2014, bem como os inerentes elementos financeiros comparativos reportados ao ano antecedente.

Quadro 55

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	2014		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo Líquido	403.719.647	100,00%	426.136.650	100,00%	-22.417.004	-5,26%
Imobilizado	390.661.835	96,77%	409.418.402	96,08%	-18.756.567	-4,58%
Circulante						
Existências	401.626	0,10%	415.770	0,10%	-14.144	-3,40%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	3.778.455	0,94%	2.840.460	0,67%	937.995	33,02%
Disponibilidades	7.082.923	1,75%	10.715.374	2,51%	-3.632.451	-33,90%
Acréscimos e Diferimentos	1.794.807	0,44%	2.746.645	0,64%	-95.1837	-34,65%
Passivo	112.437.740	100,00%	122.688.109	100,00%	-10.250.368	-8,35%
Provisões para riscos e encargos	9.549.789	8,49%	4.670.054	3,81%	4.879.735	104,49%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	24.993.084	22,23%	29.717.086	24,22%	-4.724.003	-15,90%
Curto Prazo	12.669.467	11,27%	20.304.318	16,55%	-7.634.851	-37,60%
Acréscimos e Diferimentos	65.225.401	58,01%	67.996.651	55,42%	-2.771.250	-4,08%
Fundos Próprios	291.281.906	100,00%	303.448.541	100,00%	-12.166.635	-4,01%
Património	304.308.268	104,47%	302.863.662	99,81%	1.444.606	0,48%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-16.098.965	-5,53%	-3.087.490	-1,02%	-13.011.475	421,43%
Reservas	18.481.382	6,34%	18.170.494	5,99%	310.888	1,71%
Resultados Transitados	-14.498.124	-4,98%	-7.074.935	-2,33%	-7.423.189	104,92%
Resultado Líquido do Exercício	-910.654	-0,31%	-7.423.189	-2,45%	6.512.535	-87,73%

Un.: Euros

Da sua apreciação sumária conclui-se que o Ativo Líquido Total a 31 de dezembro de 2014 atingiu o montante de 403.719.647 €, que corresponde, em termos brutos, a um valor de 630.768.884 €, o qual representa uma variação líquida de (-) 22.417.004 € relativamente ao ano transato, sobretudo devido à componente do imobilizado, ao concorrer para cerca de 84% da referida redução.

Seguem a mesma tendência de descida, o Passivo e os Fundos Próprios, que no final de 2014 atingiram os montantes de 112.437.740 € e de 291.281.906 €, respetivamente, sendo que no primeiro dos referidos membros do balanço a descida teve origem na generalidade das rubricas do Passivo, exceção feita às provisões para riscos e encargos, enquanto no segundo membro o decréscimo foi originário nas rubricas de “Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas” e de “Resultados Transitados”, já que as demais rubricas registaram aumentos.

Segue-se uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada um dos membros do balanço.

ATIVO

IMOBILIZADO

Analisado em detalhe o Ativo Líquido, e tal como referido anteriormente, verifica-se que o Imobilizado continua a ser a componente com maior expressão financeira, ao representar 96,77% do seu total, equivalendo-lhe o montante de 390.661.835 €. Em termos líquidos, denota uma variação de (-) 18.756.567 € relativamente ao período homólogo, justificada pelas depreciações e amortizações do Ativo Fixo, com origem na generalidade das rubricas que se classificam como imobilizado, tal como se demonstra no quadro e gráficos seguintes.

Quadro 56

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2014/2013						
Rubricas	2014		2013		Variação %	Variação Absoluta
		%		%		
Bens de Domínio Público	98.384.467	25,18%	104.859.821	25,61%	-6,18%	-6.475.354
Imobilizações Incorpóreas	374.689	0,10%	726.631	0,18%	-48,43%	-351.942
Imobilizações Corpóreas	277.244.757	70,97%	280.683.984	68,56%	-1,23%	-3.439.227
Investimentos Financeiros	14.657.922	3,75%	23.147.966	5,65%	-36,68%	-8.490.044
TOTAL	390.661.835		409.418.402		-4,58%	-18.756.567

Un.: Euros

Gráfico 55

Ativo Líquido Imobilizado - Variação 2014/2013

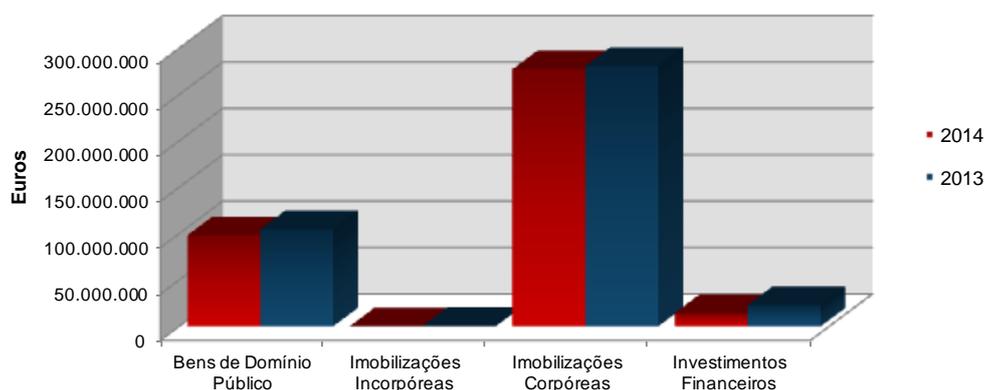
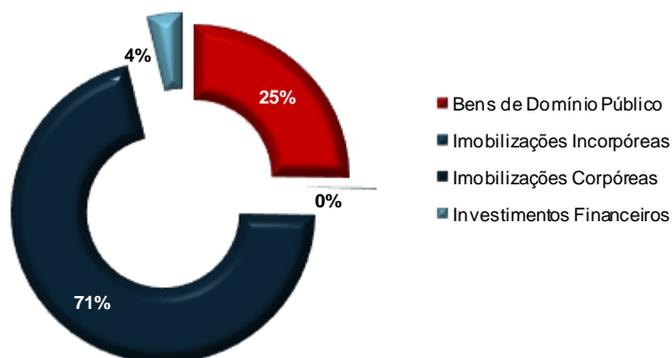


Gráfico 56

Estrutura do Ativo Líquido Imobilizado 2014



No que se reporta à estrutura, mantém-se a superioridade das Imobilizações Corpóreas, que absorvem cerca de 71% do total do Ativo Líquido Imobilizado, seguidas dos Bens de Domínio Público, que figuram com 25%, e, por fim, as imobilizações Incorpóreas e os Investimentos Financeiros, que representam conjuntamente 4%.

Em termos absolutos, as variações mais acentuadas ocorreram na rubrica de Investimentos Financeiros, (-) 8.490.044 €, e na de Bens do Domínio Público, com (-) 6.475.354 €, que adicionadas justificam 80% do total da redução verificada em 2014 no Ativo Líquido Imobilizado.

Dos investimentos financeiros, importa referir a particularidade dos Fundos de Investimento Imobiliário, que pela primeira vez desde a sua constituição aparecem valorizados ao custo, líquido de amortizações e de provisões associadas, alteração na política contabilística que é motivada pela entrada em vigor em 2014 do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei 73/2013, de 3 de setembro).

De acordo com o regime mencionado em epígrafe, os Fundos Imobiliários constituídos pelo Município passam a integrar o perímetro de consolidação de contas, sendo-lhes aplicável as regras estabelecidas no POCAL. A harmonização das políticas contabilísticas adotadas nas contas consolidadas (que serão apresentadas em Junho de 2015) com as políticas contabilísticas adotadas nas contas individuais permitem aos diferentes *stakeholders* proceder a uma análise comparativa mais apropriada, sem menosprezar os efeitos das alterações do justo valor nestes fundos que podem ser apresentadas da forma seguinte:

Quadro 57

INVESTIMENTOS FINANCEIROS - Fundos de Investimento Imobiliário					
	% Detida	Custo de Aquisição	Valor Ajustado		Varição
Outras Aplicações Financeiras			31-Dez-14	31-Dez-13	
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6.000.000	5.064.483	4.872.904	191.579
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA GOLF"	100%	5.500.000	254.716	364.784	-110.068
Fundo de Investimento Imobiliário "PRAÇA MAIOR"	100%	5.000.000	3.701.396	4.224.009	-522.613
		16.500.000	9.020.595	9.461.697	-441.102

Un.: Euros

Esta alteração contabilística vem permitir que a participação financeira no Município, relacionada com os Fundos Imobiliários, reflita todos os Ativos destes Fundos (maioritariamente constituídos por terrenos e edifícios) ao valor de custo, líquido de amortizações acumuladas, bem como integrar nessa mesma participação os passivos destes Fundos (maioritariamente constituídos por dívida financeira), tal como aconteceria caso todas as operações dos Fundos fossem realizadas no próprio Município.

A alteração da política contabilística foi efetuada à data de referência de 1 de janeiro de 2014, tendo daí resultado uma diminuição nos Fundos Próprios por via de Ajustamentos de Partes de Capital de (-) 12.604.238 €, uma diminuição no Ativo, por via de Investimentos Financeiros no montante de (-) 8.739.755 € e um aumento no Passivo por via de Provisões constituídas para fazer face a responsabilidades por dívida assumida pelos Fundos no montante de (+) 3.864.483 €.

No período de 2014, foram reforçadas as provisões em (+) 633.848 €, de forma a fazer face ao acréscimo de Passivo dos Fundos, líquido das variações dos Ativos registados nos mesmos.

No quadro seguinte, são apresentados detalhadamente os elementos financeiros que estiveram na origem dos movimentos contabilísticos efetuados.

Quadro 58

INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
	Maia Golf	Maia Imo	Praça Maior	TOTAL 2014	TOTAL 2013	Variação
Activos Brutos (CM Maia)	8.100.000,00	7.697.236,61	641817,57	16.439.054,18	16.439.054,18	0,00
Amortizações Acumuladas (CM Maia)	(14.011,71)	(506.325,79)	0,00	(520.337,50)	(483.147,23)	-37.190,27
Activos Fixos Líquidos (CM Maia)	8.085.988,29	7.190.910,82	641.817,57	15.918.716,68	15.955.906,95	-37.190,27
Activo Circulante						
- Caixa e equivalentes	0,00	698.362,95	45.000,00	743.362,95	185.157,36	558.205,59
- Outros Ativos		8.275,03	51609,00	59.884,03	58.275,34	1608,69
Total do Ativo Líquido	8.085.988,29	7.897.548,80	738.426,57	16.721.963,66	16.199.339,65	522.624,01
Passivo do Fundo						
- Dívidas a Instituições de Crédito	8.345.160,33	6.252.729,41	2.497.043,00	17.094.932,74	16.745.389,74	349.543,00
- Dívidas a Fornecedores	521.035,38	118.379,69	1.287.249,00	1.926.664,07	1.599.343,63	327.320,44
- Dívidas de Comissões e Encargos (Outros Credores)	228.355,62	0,02		228.355,64	190.020,74	38.334,90
- Dívidas por Acréscimos de Custos	432.982,74	124.766,55	10.921,00	568.670,29	569.725,27	-1054,98
- Outros Passivos		36.197,01		36.197,01	237.402,00	-201.204,99
Total do Passivo	9.527.534,07	6.532.072,68	3.795.213,00	19.854.819,75	19.341.881,38	512.938,37
Valor da Participação (#41) na CM Maia	0,00	1.365.476,12	0,00	1.365.476,12	721.942,23	643.533,89
Provisão Necessária	1.441.545,78	0,00	3.056.786,43	4.498.332,21	3.864.483,96	633.848,25
Valorização dos Ativos do Fundo (JV)	9.782.250,00	10.889.917,35	7.400.000,00	28.072.167,35	28.560.145,34	-487.977,99
Capital Próprio do Fundo	254.715,93	5.064.482,65	3.701.396,00	9.020.594,58	9.461.696,66	-441.102,08
Diferença (JV-RC)	1.696.261,71	3.699.006,53	6.758.182,43	12.153.450,67	12.604.238,39	-450.787,72

Un.: Euros

Em conformidade com o quadro apresentado, a diferença entre o Justo Valor (JV) dos Ativos dos Fundos Imobiliários e o Registo Contabilístico (RC) desses mesmos Ativos de acordo com a política contabilística agora adotada, ascende em 2013 e 2014, respetivamente, a (+) 12.604.238 € e (+) 12.153.451 €.

Para além dos Fundos de Investimento Imobiliário, a componente dos Investimentos Financeiros reflete ainda a variação dos capitais próprios das restantes empresas em que a participação é detida maioritariamente pelo Município da Maia.

Neste âmbito, salienta-se a inclusão, pela primeira vez, da empresa Município, S.A., por força do estipulado no n.º 6 do artigo 75.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Das variações ocorridas nos capitais próprios de cada uma das referidas entidades participadas, evidenciam-se as variações negativas dos capitais próprios das empresas, Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M., e Tecmaia, de (-) 313.127 € e de (-) 187.917 €, respetivamente, sendo que as demais entidades registaram um aumento nos seus capitais próprios, conforme se demonstra no Quadro 59.

Quadro 59

INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	% Detida	Custo de Aquisição	Valor Ajustado		Variação
Partes de capital			31-Dez-14	31-Dez-13	
EMEM - Empresa Municipal de Estacionamento	100%	124.699	359.237	310.364	48.873
Academia de Artes da Maia	100%	49.880	0	0	0
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	22.938	0	0	-
Maiambiente - Empresa Municipal de Ambiente	100%	1496.394	2.793.379	2.738.871	54.508
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	12.811.338	7.759.245	8.072.372	-313.127
MACMAI	100%	149.639	0	0	0
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51%	2.799.390	0	187.917	-187.917
Município, S.A.	4,64%	150.199	153.933	150.199	3.734
		17.604.477	11.065.794	11.459.723	-393.929

Un.: Euros

Relativamente aos Bens de Domínio Público verifica-se um decréscimo de (-) 6.475.354 €, decorrente das regulares amortizações do correspondente imobilizado. Não fosse o investimento efetuado em vários arruamentos municipais, em cerca de 1.411.075 €, aquela variação teria sido superior.

Quanto às Imobilizações Corpóreas, que no exercício em análise apresentam uma diminuição de (-) 3.439.227 €, muito por força das amortizações, cujo impacto é mais patente na rubrica de Edifícios e Outras Construções, ao representar cerca de 77% do total da respetiva tipologia de depreciações.

Retendo a análise nas Imobilizações Corpóreas, salienta-se o investimento efetuado no parque escolar, que durante o ano de 2014 atingiu o valor de 2.722.904 €, assim como, ainda que menos relevante, o acréscimo decorrente do registo da reversão da doação de uma parcela de terreno por parte da Santa Casa de Misericórdia da Maia, no valor de 882.120 €, na componente de Terrenos e Recursos Naturais.

Finaliza-se a análise do imobilizado com referência às Imobilizações Incorpóreas, que continuam a ter uma importância diminuta, ao representarem apenas 0,10% do total do Ativo Imobilizado, não carecendo por isso de nenhuma observação de pormenor.

CIRCULANTE

O Ativo Circulante totaliza a 31 de dezembro de 2014 o montante de 11.263.004 €, representando 2,79% do total do ativo líquido, com repartição por existências, por dívidas de terceiros de curto prazo e por disponibilidades.

A parcela das disponibilidades é a mais relevante do ativo circulante, absorvendo cerca de 63% do seu total, seguindo-se as dívidas de terceiros de curto prazo, com 33,50% e, residualmente, as existências, com 3,50%.

Com exceção das dívidas de terceiros de curto prazo, cujo valor no final de 2014 aumentou em relação ao ano anterior, em (+) 937.995 €, quer as existências, quer as disponibilidades apresentam diminuições, apresentando esta última maior materialidade, ao reduzir (-) 3.632.451 €.

Pela sua relevância, insere-se uma apreciação detalhada das Dívidas de Terceiros, de acordo com o Quadro 60.

Quadro 60

DÍVIDAS DE TERCEIROS							
	2014			2013			Variação 2014/2013
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	
Empréstimos Concedidos	82.153	0	82.153	68.870	0	68.870	19,29%
Clientes/Contrib e Utentes c/c	1499.009	0	1499.009	428.029	0	428.029	250,21%
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	6.638.856	6.393.286	245.570	6.883.949	6.668.433	215.516	13,94%
Clientes/Contrib./Utentes - Cobrança Duvidosa	5.207.846	4.967.011	240.835	5.428.536	5.254.635	173.901	38,49%
Outros Devedores - Cobrança Duvidosa	1431010	1426.275	4.734	1455.413	1413.798	41615	-88,62%
Estado	312	0	312	7.972	0	7.972	-96,09%
Outros Devedores	1951412	0	1951412	2.120.074	0	2.120.074	-7,96%
Dev. de Transferências para as A. L.	717.143	0	717.143	871.104	0	871.104	-17,67%
Devedores Diversos - Outros	1234.269	0	1234.269	1248.970	0	1248.970	-1,18%
TOTAL	10.171.742	6.393.286	3.778.455	9.508.893	6.668.433	2.840.460	33,02%

Da sua análise ressalta como conclusão imediata que a variação de (+) 33,02%, que se traduz no aumento de (+) 937.995 €, encontra-se decisivamente influenciada pela rubrica de Clientes, Contribuintes e Utentes c/c, que obteve em 2014 um acréscimo de (+) 1.070.980 €, originado pela cobrança de receita associada à emissão de alvarás de licenciamento e de loteamento e respetivas taxas municipais de urbanização, destacando-se individualmente a empresa Siderurgia Nacional - Empresa de Produtos Longos, S.A., que só por si apresenta um débito de 649.912 €.

Relativamente às restantes rubricas, destacamos ainda o aumento de (+) 66.934 € na rubrica de Clientes, Contribuintes, Utentes - Cobrança Duvidosa, essencialmente devido à dinâmica do tratamento contabilístico das provisões, face à morosidade dos débitos e inerente análise do risco de incobrabilidade, que implicou, por um lado, anulação de provisões, e por outro, reforços que em 2014 ascenderam a 279.728 €.

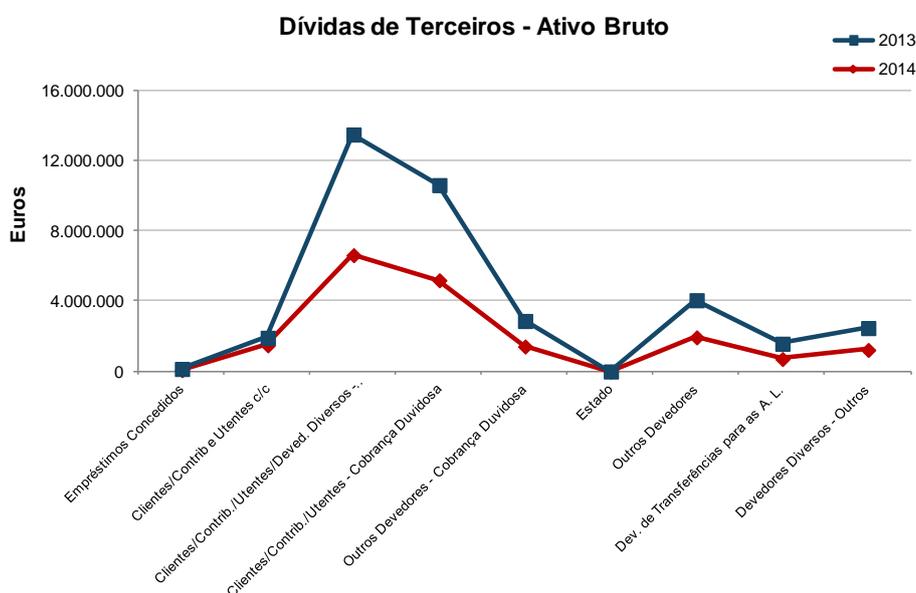
Finaliza-se a apreciação das oscilações positivas com alusão aos empréstimos concedidos, que no exercício de 2014 registam um aumento de 13.283 €, ao englobar três contratos celebrados ao abrigo do programa Finícia.

As restantes rubricas que integram as Dívidas de Terceiros, pese embora a moderada relevância financeira das oscilações registadas a 31 de dezembro de 2014, incorreram todas elas em diminuições, salientando-se a componente dos Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, cuja redução de (-) 153.961 € se deve ao decréscimo de receita oriunda das transferências do estado, por conta da “Participação no IRS”, do “Fundo de Equilíbrio Financeiro - capital”, assim como das transferências no âmbito das atividades de enriquecimento extracurricular.

As restantes rubricas que integram as Dívidas de Terceiros não apresentam oscilações relevantes.

Para uma melhor perceção das oscilações das Dívidas de Terceiros em 2014 face ano anterior, auxilia-se a análise antes efetuada com a representação gráfica que se insere.

Gráfico 57



Completa-se a apreciação do Ativo Circulante com alusão às disponibilidades, cujo montante a 31 de dezembro de 2014 ascendeu a 7.082.923 €, dos quais 12.285 € referem-se a valores em Caixa, e 7.070.638 € derivam de depósitos em Instituições de Crédito.

A significativa diminuição verificada em Disponibilidades, mais concretamente em Depósitos em Instituições de Crédito, advém do regular fluxo de pagamento a fornecedores e outros credores, cuja temática será analisada com maior detalhe no capítulo do passivo.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja apreciação se faz de seguida.

Quadro 61

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	
Acréscimos de Proveitos	1.705.746
Juros a Receber	34.706
Impostos e Taxas	995.822
Subsídios Correntes	86.304
Instalações Desportivas	23.049
Mercados e Feiras	0
Outros Acréscimos de Proveitos	565.865
Custos Diferidos	89.061
Prémios de Seguros	86.099
Rendas Antecipadas	522
Outros Custos Diferidos	2.441
TOTAL	1.794.807

Un.: Euros

O reconhecimento de custos e proveitos de natureza ativa apresenta, no final de 2014, o valor de 1.794.807 €, sendo imputado o montante de 1.705.746 € a Acréscimos de Proveitos e o de 89.061 € a Custos Diferidos.

Nos Acréscimos de Proveitos distingue-se a rubrica de Impostos e Taxas, que circunscreve 58% do total ali contabilizado, diferenciando-se o I.U.C. - Imposto Único de Circularização, com 243.520 €, o I.M.I. - Imposto Municipal s/Imóveis, com 265.079 € e o I.M.T. - Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas, com 397.594 €.

A segunda das rubricas mais preponderantes é a de “Outros Acréscimos de Proveitos”, cujo valor de 565.865 € está substancialmente relacionado com o reconhecimento do proveito referente ao fornecimento de refeições escolares, por via dos pagamentos a efetuar pelos encarregados de educação.

Relativamente a Subsídios Correntes, o valor de 86.304 € resulta, fundamentalmente, do reconhecimento da receita a arrecadar no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

PASSIVO

É reportada para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão uma análise mais detalhada da dívida do Município da Maia, que alude às variações mais expressivas e respetivos fundamentos.

Não obstante, e sem prejuízo da relação direta ou indireta com as referências que constam do capítulo específico da dívida do Município, o qual atende apenas às operações de natureza orçamental, insere-se neste ponto uma análise sumária do passivo, que atende a ambas as naturezas de operações, quer as orçamentais quer as não orçamentais.

Em 31 de dezembro de 2014, o Passivo do Município da Maia totalizou 112.437.740 €, apresentando uma acentuada variação de (-) 10.250.368 €, contributo das diminuições registadas na maioria das suas rubricas.

Desde logo, e de forma determinante, a oscilação das Dívidas a Terceiros em (-) 12.358.853 €, que representa uma redução na ordem de (-) 25% face ao período homólogo, com impacto não só nas dívidas de médio e longo prazo, (-) 15,90%, como nas de curto prazo, (-) 37,60%.

Também a rubrica de Acréscimos e Diferimentos registou uma diminuição em relação ao ano anterior, de (-) 2.771.250 €, com origem nos agrupamentos de “Juros a Liquidar”, “Rendas” e “Subsídios para Investimentos”, cuja análise mais pormenorizada se insere no capítulo dos acréscimos e diferimentos de natureza passiva.

Com tendência inversa surgem as Provisões para Riscos e Encargos exibindo um aumento de (+) 4.879.735 €, essencialmente devido ao reforço das Provisões para Outros Riscos e Encargos, relacionadas com os Fundos de Investimento Imobiliário, que no final de 2014 ascendem ao montante de 4.498.332 € (a este respeito, é apresentado no Quadro 58 uma demonstração do apuramento dos valores associados), assim como com entidades participadas pelo Município da Maia, especificamente, as empresas, Academia das Artes da Maia, E.E.M., Fundação Conservatório de Música da Maia e Tecmaia - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., cujo valor ascendeu a 414.986 €.

DÍVIDAS A TERCEIROS

Dada a sua importância e inerente materialidade financeira, a rubrica de Dívidas a Terceiros será alvo de análise mais aprofundada, auxiliada pelos quadros seguidamente inseridos.

Quadro 62

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	2014	2013	Variação
Dívida de Médio e Longo Prazo	29.716.463	37.180.969	-20,08%
Dívida de Curto Prazo	7.946.088	12.840.435	-38,12%
Total	37.662.551	50.021.404	-24,71%

Un:Euros

Tal como referido anteriormente, a Dívida Total a Terceiros apresenta uma redução global de (-) 12.358.853 €, em resultado da variação ocorrida na componente de curto prazo, de (-) 4.894.347 €,

bem como na de médio e longo prazo, de (-) 7.464.506 €, incluindo-se nesta última a dívida de médio e longo prazo exigível no curto prazo.

A componente da dívida de médio e longo prazo, no montante de 29.716.463 €, representa cerca de 79% do total da dívida a terceiros, e ostenta uma variação negativa de (-) 20,08%, fruto das amortizações de capital efetuadas no decurso do ano 2014, sem que tenha havido qualquer nova contratação de financiamento bancário. Esta redução é mais patente pelo facto de se incluir na rubrica de Empréstimos de Médio e Longo Prazo as amortizações exigíveis no curto prazo, ou sejam num horizonte temporal de um ano.

Para o decréscimo da dívida de curto prazo, concorreu de forma especial o pagamento da dívida relacionada com a empreitada de construção do Parque Urbano de Avioso, no valor de 4.725.000 €, cuja liquidação resultou do desfecho do processo judicial. Com efeito, individualmente, o valor antes referido justifica 38% do total da redução das dívidas a terceiros.

Quadro 63

DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO			
Operações Orçamentais	2014	2013	Varição
Curto Prazo	4.098.056	8.801.886	-53,44%
Fornecedor c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	610.903	507.238	20,44%
Fornecedor imobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	53.481	4.857.836	-98,90%
Adiantamento por conta de vendas	8.164	8.164	-
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	29.200	29.200	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	-
Outros Credores	3.396.308	3.399.448	-0,09%
Sub- Total	4.098.056	8.801.886	-53,44%
Operações Não Orçamentais	2014	2013	Varição
Curto Prazo	3.848.032	4.038.549	-4,72%
Clientes e Utenes c/ Cauções	1.861.879	1.841.564	1,10%
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	799.330	968.108	-17,43%
Estado e Outros Entes Públicos	247.866	239.690	3,41%
Outros Credores	938.957	989.188	-5,08%
Sub- Total	3.848.032	4.038.549	-4,72%
TOTAL	7.946.088	12.840.435	-38,12%

Un:Euros

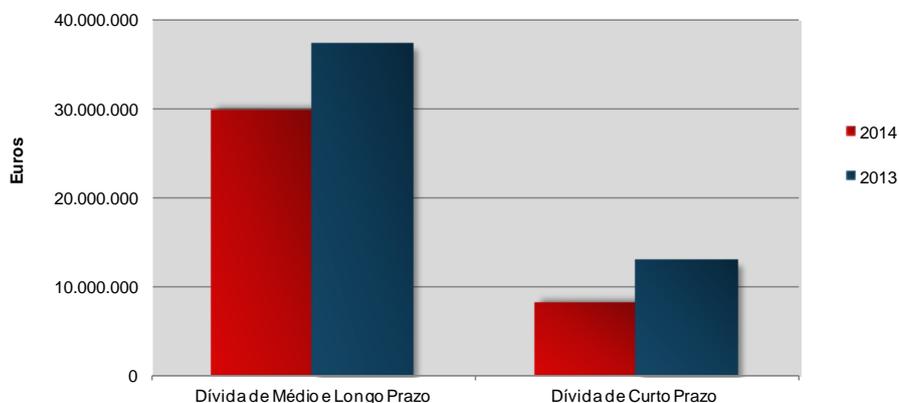
Comparativamente ao ano anterior, e no que respeita às operações orçamentais de curto prazo, verifica-se um decréscimo de (-) 53,44%, absolutamente influenciado pelos Fornecedores de Imobilizado, com um decréscimo de (-) 98,90%, a par dos Outros Credores, com um decréscimo de (-) 0,09%, uma vez que as demais componentes da dívida de curto prazo se situaram dentro dos níveis regulares de faturação, registando um ligeiro aumento nos Fornecedores em Conta Corrente, incluindo os documentos que se encontram em receção e conferência.

As operações não orçamentais referem-se a operações de tesouraria e a cauções em dinheiro, caracterizando-se por cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento, que só são objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

Representa-se graficamente as variações das dívidas a terceiros, nas suas duas grandes componentes, tendo como referência o transato ano de 2013.

Gráfico 58

Dívidas a terceiros



Conclui-se pelo indubitável sucesso do esforço de consolidação orçamental que tem vindo a ser promovido ao longo dos últimos anos, através de uma implementação firme e ponderada dos necessários ajustamentos orçamentais, cuja estabilidade financeira é mais uma vez comprovada pelo posicionamento da dívida municipal.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

O cumprimento do princípio da especialização dos exercícios determina o reconhecimento, do lado do passivo, de Acréscimos de Custos e de Proveitos Diferidos, cuja composição em 2014 se pode verificar no Quadro 64.

Quadro 64

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	
Acréscimos de Custos	3.041.013
Remunerações a Liquidar em 2015	2.507.974
Juros a Liquidar	36.131
Outros Acréscimos de Custos	496.909
Proveitos Diferidos	62.184.387
Rendas:	11.608.606
Processo de antecipação de rendas	10.408.679
Outras rendas	11.926
Direito de Superfície	1.188.000
Subsídios para Investimentos	47.520.993
Outros Proveitos Diferidos	3.054.789
TOTAL	65.225.401

Un: Euros

A especialização de custos e de proveitos de natureza passiva perfazem o total de 65.225.401 €, distribuindo-se maioritariamente (95%) por Proveitos Diferidos, e em menor dimensão por Acréscimos de Custos.

A parcela predominante de Acréscimos de Custos respeita a remunerações a pagar em 2015 a título de férias e subsídio de férias, cujo tratamento contabilístico atendeu às disposições legais em vigor em matéria de despesas com pessoal.

Em “Outros Acréscimos de Custos” foram reconhecidos os custos imputáveis a 2014 referentes ao fornecimento de serviços externos de comunicações, eletricidade, gás e consumo de água, no valor total de 496.909 €.

Do lado dos Proveitos Diferidos predomina o valor contabilizado em “subsídios para investimentos”, que representam cerca de 73% do total dos Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva, e dizem respeito às participações obtidas no âmbito de projetos cofinanciados, cujo reconhecimento do direito é contabilizado na medida dos pedidos de pagamento efetuados.

Outra das parcelas com materialidade diz respeito ao processo de cessão de créditos das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, levado a efeito em 2004 pela empresa Espaço Municipal, E.E.M., de que resultou uma transferência de verba para os cofres do Município da Maia, verba essa que é anual e gradualmente imputada a proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, relativamente ao património imobilizado da Autarquia que em cada ano é amortizado.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios municipais apresentam em 31 de dezembro de 2014 um saldo de 291.273.157 €, tendo diminuído (-) 12.175.385 €, relativamente ao antecedente ano de 2013.

Na origem daquela variação negativa estiveram os decréscimos verificados em “Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas”, de (-) 13.011.475 €, e em “Resultados Transitados”, de (-) 7.423.189 €, já que as demais rubricas que integram os Fundos Próprios pautaram a sua performance por variações positivas, relevando especialmente os Resultados Líquidos, com uma variação de (+) 6.503.785 €.

A justificação mais pormenorizada dos movimentos ocorridos no decurso do exercício de 2014 em cada uma das contas que compõem a classe 5 – Fundos Próprios, é remetida para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, no ponto 8.2.28 do presente Relatório de Gestão.



2
0
1
4

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

A Demonstração de Resultados faculta informação acerca dos recursos obtidos no exercício, bem como dos custos incorridos com a atividade autárquica no mesmo período, traduzindo o diferencial daquelas grandezas o resultado apurado no exercício.

No Quadro 65 apresentam-se os resultados do Município em 2014, analisando-se de seguida os factos mais relevantes que contribuíram para a formação do Resultado Líquido do Exercício.

Quadro 65

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2014	2013	Varição
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	869.073	989.835	-12,20%
Fornecimento e Serviços Externos	14.412.051	13.451.960	7,14%
Custos com Pessoal	18.634.654	19.690.006	-5,36%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	3.062.897	4.936.103	-37,95%
Amortizações do Exercício	16.433.896	16.190.157	1,51%
Provisões do Exercício	239.266	1.106.159	-78,37%
Outros Custos e Perdas Operacionais	78.171	132.151	-40,85%
(A)	53.730.007	56.496.372	-4,90%
Custos e Perdas Financeiras	1.169.725	6.511.050	-82,03%
(C)	54.899.732	63.007.422	-12,87%
Custos e Perdas Extraordinárias	5.205.014	4.051.777	28,46%
(E)	60.104.746	67.059.199	-10,37%
Resultado Líquido do Exercício	-910.654	-7.423.189	-87,73%
	59.194.092	59.636.010	-0,74%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	5.763.732	5.625.874	2,45%
Impostos e Taxas	33.570.478	34.435.126	-2,51%
Proveitos Suplementares	23.787	38.003	-37,41%
Transferências e Subsídios Obtidos	14.027.957	14.898.673	-5,84%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	9.046	45.438	-80,09%
(B)	53.394.999	55.043.114	-2,99%
Proveitos e Ganhos Financeiros	473.571	577.101	-17,94%
(D)	53.868.570	55.620.215	-3,15%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5.325.522	4.016.795	32,61%
(F)	59.194.092	59.636.010	-0,74%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões	16.338.154	15.843.059	-
Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)	-335.008	-1.453.258	-
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-696.155	-5.933.948	-
Resultados Correntes: (D-C)	-1.031.162	-7.387.207	-
Resultados Líquido do Exercício:	-910.654	-7.423.189	-

Un.: Euros

Da observação do quadro antecedente verifica-se desde logo que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2014, apesar de negativo em 910.654 €, reflete uma significativa melhoria face ao período homólogo, tendência que se verificou na generalidade dos resultados por natureza.

Conclui-se que a variação positiva dos Resultados Líquidos verificada em 2014 resulta, principalmente, dos Resultados Financeiros, que ostentam uma acentuada variação de (+) 5.237.794 €, assim como

dos Resultados Operacionais, que embora menos relevantes, exibem uma oscilação positiva de (+) 1.118.251 €.

Para a variação positiva dos Resultados Operacionais concorreram sobretudo, do lado dos custos, a diminuição da maioria das rubricas, cujo valor total foi suficiente para absorver a diminuição de (-) 1.648.115 € registada nos proveitos operacionais, gerando ainda uma variação positiva entre períodos, antes de amortizações e provisões, de 495.095 €.

Realça-se a diminuição das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, que comparativamente ao final de 2014 decresceram (-) 1.873.207, cuja oscilação é sobretudo originária nas transferências para as empresas municipais, que no ano em causa atingiram apenas o montante de 166.539 €, totalmente indexado ao Contrato Programa celebrado com a empresa Espaço Municipal, com vista à realização de obras de conservação de carácter extraordinário nos empreendimentos municipais de habitação social. No ano antecedente, o valor das transferências para as empresas municipais situou-se no valor de 2.321.399 €.

Relativamente aos Custos com Pessoal, o decréscimo de (-) 1.055.353 € reflete sobretudo a aplicabilidade dos mecanismos de redução remuneratória previstos na Lei do Orçamento de Estado para 2014, sobre as remunerações ilíquidas mensais de valor superior a 675 €, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade da norma e o posicionamento das reduções remuneratórias a partir do valor de 1.500 € apenas repercutiu os seus efeitos no segundo semestre de 2014.

Também as Provisões do Exercício demonstram uma diminuição de (-) 866.894 €, resultado, essencialmente, da variação registada em “Processos Judiciais em Curso”, que no ano em análise apenas atingem o valor de 7.873 €.

Relativamente às Provisões para Cobranças Duvidosas o valor do reforço atingiu, em 2014, o montante de 231.393 €.

A *contrario*, as rubricas de “Fornecimentos e Serviços Externos” e de “Amortizações do Exercício” apresentam no exercício em análise acréscimos de (+) 7,14% e de (+) 1,51%, respetivamente.

Para o aumento dos custos com “Fornecimentos e Serviços Externos” contribuiu de forma mais significativa, para além dos trabalhos especializados (+) 441.816 €, a iluminação pública, (+) 169.894 €, a publicidade e propaganda, (+) 73.609 €, e o fornecimento de gás, (+) 62.267 €. Nos trabalhos especializados anota-se que o aumento teve origem em encargos associados a atividades no âmbito do ambiente, designadamente o tratamento de resíduos sólidos e manutenção de espaços verdes, e bem assim, atividades de cariz desportivo, relevando a o projeto “Maia Cidade Europeia do Desporto”.

A contribuírem de forma menos significativa, surgem as rubricas de Rendas e Alugueres, Honorários, Estudos e Consultadoria e Vigilância e Segurança que no seu conjunto apresentam um aumento de custos de (+) 223.576 €.

Em contraciclo surgem em “Fornecimentos e Serviços Externos” rubricas que evidenciam redução de custos, destacando-se o decréscimo dos encargos com o fornecimento de água, (-) 88.736 €, com conservação e reparação, (-) 43.541 € e com limpeza e higiene, (-) 43.527 €.

O aumento das amortizações do exercício está relacionado com as transferências de imobilizado em curso para imobilizado firme, ocorridas durante o exercício económico em análise.

No lado dos Proveitos Operacionais, a redução do seu volume anual em, (-) 1.648.115 €, deve-se fundamentalmente ao decréscimo registado nas Transferências e Subsídios Obtidos, de (-) 870.716 €, para o qual concorre a diminuição da receita oriunda da “Participação no IRS”, (-) 303.784 €, assim como das receitas oriundas, das transferências do estado, por conta do “Fundo de Equilíbrio Financeiro - capital”, (-) 390.904, e do financiamento das atividades de enriquecimento extracurricular, (-) 479.284 €.

Importa referir que parte destas diminuições é absorvida pelo aumento gerado na rubrica de Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente (+) 370.313 €.

Com a mesma tendência surgem os Impostos e Taxas, que apresentam uma variação negativa (-) 864.649 €, originada, sobretudo pelo decréscimo dos impostos diretos (-) 1.983.005 €, onde se destacam as diminuições, da Derrama em (-) 2.224.498 €, do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, em (-) 484.672 €, e do Imposto Único de Circularização, de (-) 407.946 €, cujo impacto foi atenuado pelo aumento registado no Imposto Municipal sobre Imóveis, de (+) 1.371.891 €.

Por outro lado, os impostos indiretos exibem um aumento de (+) 1.124.527 €, dos quais sobressaem as taxas municipais de infraestruturas urbanísticas (TMU's), com (+) 935.439 € e a receita proveniente da compensação pela não cedência de áreas, com (+) 322.269 €.

Os proveitos com origem nas “Vendas e Prestações de Serviços” aumentaram (+) 137.858 €, consequência, quer do acréscimo verificado nas “Prestações de Serviços”, de (+) 145.036 €, nomeadamente no que respeita à receita arrecadada com o fornecimento das refeições escolares e com serviços de Ação Social Escolar, nas componentes de apoio à família, a que acrescem outras prestações de serviços associadas, que aumentaram em (+) 91.787 €.

As restantes rubricas apresentam oscilações cuja materialidade não exige análise aprofundada.

Abordando-se seguidamente os Resultados Financeiros, que apresentam no final do ano 2014 um aumento de (+) 5.237.794 €, conclui-se que estes contribuem de forma significativa para a formação do Resultado Líquido de 2014.

Para o referido aumento, concorreram, por um lado, o decréscimo de (-) 3.636.584 € verificado na rubrica “Perdas em Entidades Participadas”, que no ano em análise reflete os resultados líquidos negativos, da Academia das Artes (-) 61.099 €, da Fundação do Conservatório de Música da Maia, (-) 128.264 € e da Tecmaia (-) 420.666 €, e, por outro lado, a redução de custos com juros suportados, em (-) 1.706.765 €, com especial incidência na rubrica de juros de mora, que em 2014 regista apenas o valor de 29.972 €, enquanto no ano precedente incluiu o montante de 1.164.450 € de encargos financeiros associados ao processo judicial do Parque Urbano de Avioso.

O valor reconhecido em resultados no período e relacionado com os Fundos Imobiliários foi positivo e ascendeu a 9.685 €, dada a nova política contabilística adotada. Todos os impactos associados à alteração nesta política contabilística encontram-se devidamente detalhados no quadro 58 deste relatório.

As restantes rubricas de custos financeiros, praticamente permaneceram inalteráveis.

Os Proveitos Financeiros apresentam em 2014 uma ligeira descida de (-) 103.531 €, essencialmente proveniente das rubricas de “Rendimentos de Participações de Capital”, (-) 52.453) €, e de “Juros Obtidos, (-) 49.950 €.

Resulta do exposto, que os Resultados Correntes no final de 2014 ascendem a (-) 1.031.162 €, acusando uma variação positiva de 6.356.044 face ao ano antecedente.

Prosseguindo a tendência positiva verifica na generalidade dos resultados por natureza do exercício económico de 2014, também os Resultados Extraordinários se apresentam com um ligeiro acréscimo de (+) 156.490 €.

Apesar do aumento dos Custos Extraordinários, no valor de (+) 1.153.237 €, ter sido grandemente influenciado pelas “Correções Relativas a Exercícios Anteriores”, cuja variação se situa em (+) 879.645 €, em consequência da regularização de amortizações efetuadas no âmbito da recuperação de empreitadas, nomeadamente de obras do domínio público, este aumento foi atenuado pelo acréscimo, no lado dos proveitos, de correções de natureza similar, no montante de 762.134 €, destacando-se um edifício no lugar da Pícu, no valor de 533.261 €, que veio à propriedade do Município na sequência de um Protocolo celebrado com empresa Espaço Urbano - Investimentos, S.A., tendo resultado deste balanceamento entre custos e proveitos um impacto negativo nos resultados de (-) 117.511 €.

Importa ainda registar o aumento de (+) 272.816 € dos “Outros Custos e Perdas Extraordinárias”, que se deve integralmente à contabilização de uma indemnização pelo défice de área de construção perdida em relação ao inicialmente aprovado, no âmbito de um processo de licenciamento oportunamente aprovado.

Deste modo, conclui-se que foi determinante para a melhoria dos Resultados Extraordinários o aumento de (+) 829.939 € registado na rubrica de “Ganhos em Imobilizações”, em resultado da reversão da doação de uma parcela de terreno à Santa Casa de Misericórdia da Maia, no valor de 882.120 €, já que por conta da redução de provisões os proveitos extraordinário foram negativamente afetados em (-) 522.861€.

Finaliza-se a apreciação da demonstração dos resultados do exercício económico de 2014, com a ilustração gráfica das variações de custos e de proveitos no 2014 tendo como referência o período antecedente.

Gráfico 59

Varição dos Custos e Perdas do Exercício

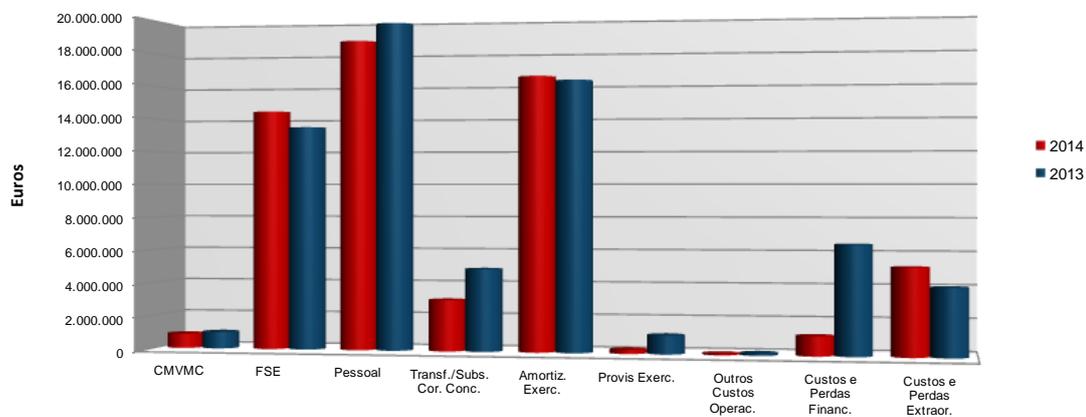
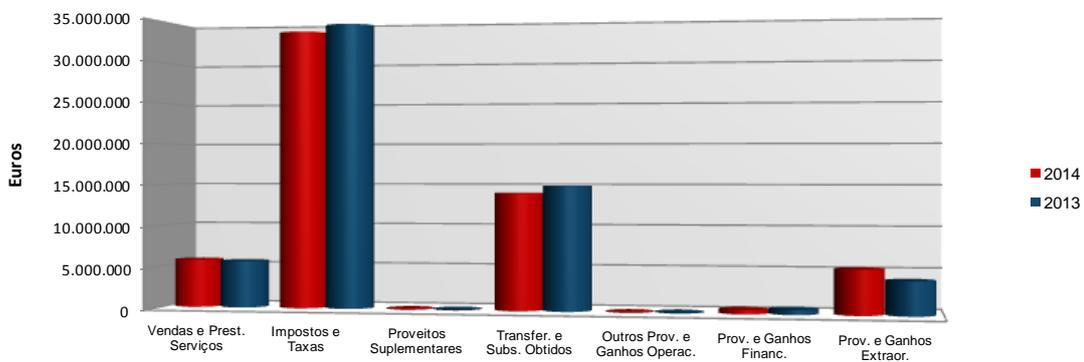
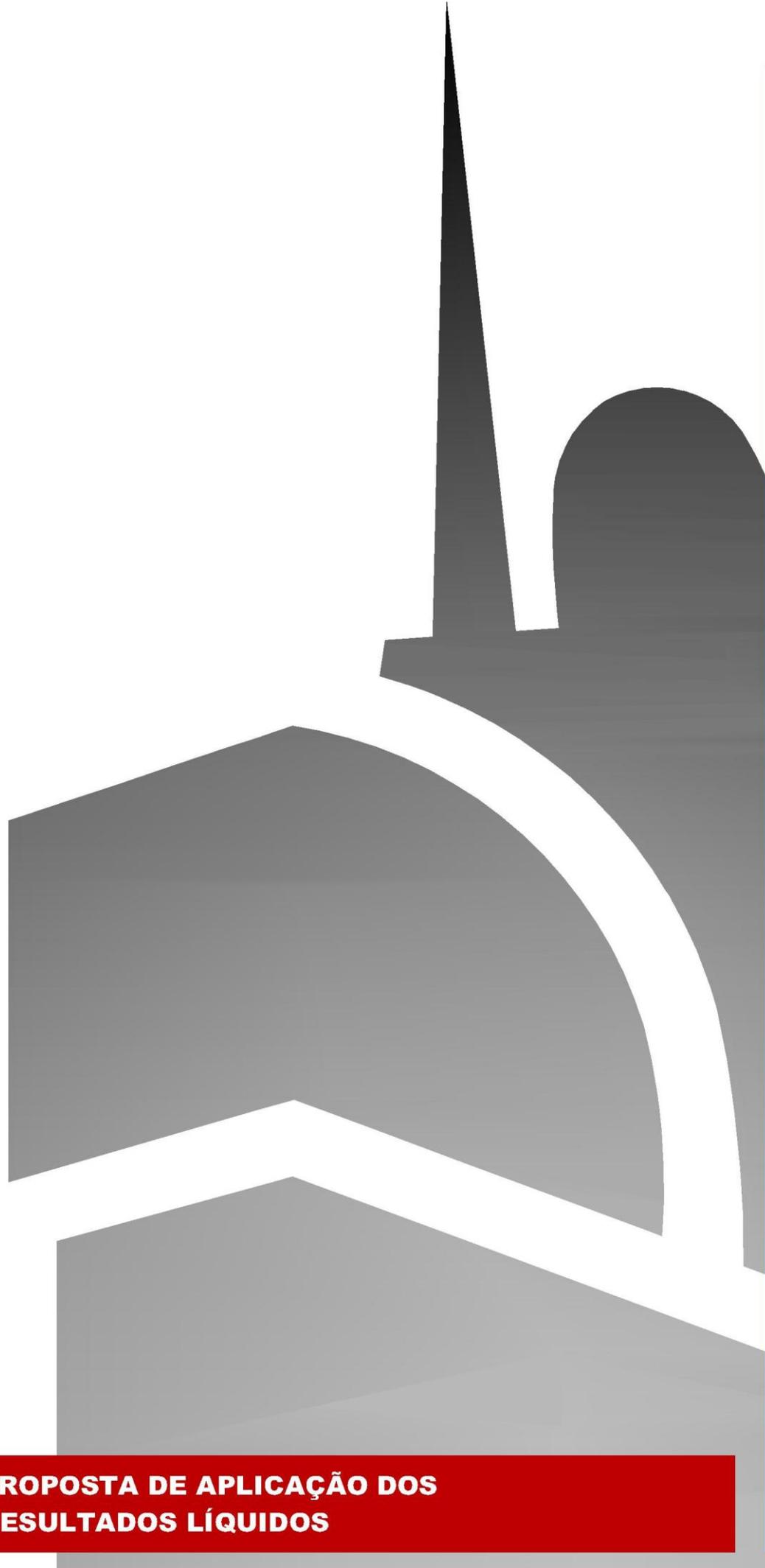


Gráfico 60

Varição dos Proveitos e Ganhos do Exercício





2
0
1
4

**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS
RESULTADOS LÍQUIDOS**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

De acordo com o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de Fevereiro, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Registando-se em 2014 um resultado líquido negativo no montante de (-) 910.654,41 €, deverá o mesmo ser transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.



2
0
1
4

INDICADORES DE GESTÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES ORÇAMENTAIS											
	INDICADORES	2012		2013		2014		VARIAÇÃO		OBSERVAÇÕES	
		2012/2012	2013/2012	2013/2013	2014/2013	2012/2012	2013/2014				
1	Cobertura das Despesas	Receita Total	61526 082	89,37%	56 54 535	90,80%	56 000 458	91,21%	-0,53%	-5,60%	
		Despesa Total	56 289 528		56 266 483		59 482 432				
	Cobertura de Despesas Correntes	Receita Corrente	57 254 287	91,62%	54 280 650	94,79%	53 984 637	105,68%	-0,54%	-0,50%	
		Despesa Corrente	49 477 564		39 930 016		39 736 547				
	Cobertura de Despesa de Capital	Receita de Capital	4 268 392	74,87%	1 764 031	92,78%	2 917 253	92,94%	-13,20%	0,62%	
		Despesa de Capital	15 811 273		16 266 347		19 735 884				
	Cobertura de Despesa por Empresas Públicas	Fundo Financeiro (Receita)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	SP/0c	SP/0c	
Despesa Total		56 289 528		56 266 483		59 482 432					
Cobertura de Despesa por Fundações do O.E.	Fundo Municipal	9 780 007	20,77%	1 780 017	20,82%	9 285 642	9,51%	0,27%	-3,00%		
	Despesa Total	56 289 528		56 266 483		59 482 432					
Cobertura de Despesa por Receitas e Custos das para o Município	Receita Cabida Localmente	10 259 834	16,67%	9 044 428	16,07%	9 527 303	14,34%	-18,65%	-0,71%		
	Despesa Total	56 289 528		56 266 483		59 482 432					
7	Cobertura de Despesa ligadas ao funcionamento de Empresas por Receitas Cidades e Territoriais	(Receita Total)-Fundo Financeiro	61526 082	105,77%	56 54 535	95,14%	56 000 458	97,38%	-0,45%	-0,36%	
		(Despesa Total)-Anexos/Outras de Empenhadas	49 899 631		49 771 624		52 238 331				
8	Grau de Dependência Receita Total de Receita Própria	Receita Própria	44 466 544	72,27%	40 577 882	72,26%	39 671 532	70,38%	-0,02%	-2,00%	
		Receita Total	61526 082		56 54 535		56 000 458				
9	Grau de Dependência Receita Total de Receita Corrente	Receita Corrente	57 254 287	92,86%	54 280 650	95,24%	53 984 637	96,71%	4,07%	-0,75%	
		Receita Total	61526 082		56 54 535		56 000 458				
10	Grau de Dependência Receita Total de Receita Corrente Localmente	Receita Cabida Localmente	10 259 834	16,87%	9 044 428	16,16%	9 527 303	15,22%	-3,40%	-5,49%	
		Receita Total	61526 082		56 54 535		56 000 458				
11	Grau de Dependência Receita Total de Impostos Diretos	Impostos Diretos	24 918 424	55,38%	21 522 714	56,14%	21 916 138	55,28%	0,99%	-0,99%	
		Receita Total	61526 082		56 54 535		56 000 458				
12	Grau de Dependência de Receita Total de Fundos do Município	Fundo Municipal	9 780 007	19,88%	1 780 017	20,86%	9 285 642	20,29%	1,57%	-2,49%	
		Receita Total	61526 082		56 54 535		56 000 458				
13	Independência de Receita Total - Passivos Financeiros	Fundo Financeiro	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	SP/0c	SP/0c	
		Receita Total	61526 082		56 54 535		56 000 458				
14	Grau de Dependência de Receita Total de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	Venda de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	3 080 364	4,98%	2 232 918	5,79%	2 213 546	5,34%	0,44%	-0,06%	
		Receita Total	61526 082		56 54 535		56 000 458				
15	Grau de Dependência de Receita Corrente de Impostos, Taxas, Multas e Outras Prestações	Impostos, Taxas, Multas e Outras Prestações	39 362 282	67,20%	36 542 283	68,15%	33 742 573	67,67%	-6,20%	-12,4%	
		Receita Corrente	57 254 287		54 280 650		53 984 637				

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES		2012		2013		2014		VARIAÇÃO		OBSERVAÇÕES			
		2012	%	2013	%	2014	%	2013/2012	2014/2013				
16	FUNÇÕES DE MANUTENÇÃO	Grau de Execução de Receitas Correntes de Transferências Correntes	Transferências Correntes	52 917 600	73,88%	51 913 346	75,59%	14 086 006	36,36%	83,87%	2,95%		
			Receitas Correntes	57 254 287		54 280 650		52 940 637					
		Grau de Execução de Receitas Correntes	Receitas Correntes Exercitadas	57 254 287	98,48%	54 280 650	94,84%	52 940 637	95,88%	-3,10%	0,88%		
			Receitas Correntes Organizadas	58 036 085		57 327 910		56 276 556					
		Evolução de Receitas Correntes	Receitas Totais Corrente ano n	57 254 287	95,68%	54 280 650	94,93%	52 940 637	93,04%	-4,72%	4,24%		
			Receitas Totais Corrente ano n-1	57 431 770		57 254 287		54 280 650					
		Evolução de Receitas - Impostos, Taxas, Multas e Outras Percebidas	(Impostos, Taxas, Multas e Outras Percebidas ano n)	39 242 082	68,55%	34 542 583	60,04%	32 742 573	82,88%	-12,87%	8,49%		
			(Impostos, Taxas, Multas e Outras Percebidas ano n-1)	37 205 883		39 362 082		34 542 583					
		28	Estrutura de Despesa - Capital Total	Despesa de Capital	6 183 235	28,22%	6 386 347	29,89%	6 755 898	33,22%	3,08%	9,22%	
				Despesa Total	56 388 539		54 286 483		59 462 432				
21	Estrutura de Despesa - Investimentos Total	Investimentos	3 058 220	5,41%	4 944 484	7,31%	4 443 804	7,47%	24,95%	2,20%			
		Despesa Total	56 388 539		54 286 483		59 462 432						
22	Estrutura de Despesa - Aquisição de Bens Capital Total	Aquisição de bens de capital (PPI)	5 472 220	9,70%	6 934 778	12,75%	10 856 730	18,26%	27,92%	46,17%			
		Despesa Total	56 388 539		54 286 483		59 462 432						
23	Indisponibilidade de Despesa - Transferências Capital Total	Transferências de Capital (Despesa)	3 025 219	5,36%	1 843 080	3,40%	1 520 897	2,57%	-35,63%	-25,48%			
		Despesa Total	56 388 539		54 286 483		59 462 432						
24	Estrutura de Despesa - Pessoal Total	Pessoal	9 575 232	16,98%	9 098 964	16,72%	10 567 367	17,77%	8,90%	-8,00%			
		Despesa Total	56 388 539		54 286 483		59 462 432						
25	Estrutura de Despesa - Remuneração Corrente e Permanente Total	Remuneração Corrente e Permanente	9 800 282	17,36%	9 495 911	17,47%	11 920 861	20,04%	6,37%	-10,36%			
		Despesa Total	56 388 539		54 286 483		59 462 432						
26	Estrutura de Despesa - Bens e Serviços Correntes Total	Aquisição de bens e serviços correntes	6 832 483	12,11%	11 942 758	21,98%	15 424 186	25,94%	11,74%	4,73%			
		Despesa Total	56 388 539		54 286 483		59 462 432						
27	Estrutura de Despesa - Serviço de Mão de Obra Total	Serviço de Mão de Obra	3 792 881	6,72%	3 500 785	6,45%	7 734 243	12,84%	10,00%	-10,91%			
		Despesa Total	56 388 539		54 286 483		59 462 432						
28	Estrutura de Despesa - Aquisição de Emprego Total	Aquisição de Emprego	7 468 938	13,24%	7 464 969	13,73%	7 232 041	12,16%	0,57%	-8,42%			
		Despesa Total	56 388 539		54 286 483		59 462 432						
29	Indisponibilidade de Despesa - Transferências Correntes Total	Transferências Correntes (Despesa)	2 588 617	4,59%	2 478 753	4,57%	2 899 632	4,89%	1,30%	-11,88%	9,22%		
		Despesa Corrente	40 477 64		38 910 136		38 736 547						
30	Estrutura de Despesa - Pessoal Despesas Correntes Total	Pessoal	9 575 232	16,98%	9 098 964	16,72%	10 567 367	17,77%	8,90%	-2,31%			
		Despesa Corrente	40 477 64		38 910 136		38 736 547						
31	Grau de Execução de Despesa Corrente	Despesa Corrente Exercitadas	40 477 64	97,46%	38 910 136	96,89%	38 736 547	95,02%	-1,46%	4,62%			
		Despesa Corrente Organizada	46 279 089		44 294 310		44 86 806						

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES		2012		2013		2014		VARIAÇÃO		OBSERVAÇÕES	
		2012/2012	2012/2013	2013/2013	2013/2014	2012/2012	2013/2014				
32	Evolução de Despesa Corrente	Despesa Corrente anula	40 477 944	92,89%	39 900 096	98,57%	39 705 547	99,51%	6,39%	0,95%	
		Despesa Corrente anula-1	43 262 710		40 477 944		39 900 096				
33	Evolução de Despesa em Investimentos	Investimento anula (PP)	5 407 250	66,36%	6 919 711	87,64%	10 366 710	127,01%	92,36%	23,00%	
		Investimento anula-1(PP)	8 963 924		5 419 250		6 919 711				
34	Relação de Despesa de Pessoal de Fundos Municipais Correntes	Pessoal	17 573 232	173,88%	18 028 964	174,68%	19 587 267	183,91%	0,97%	-33,17%	
		Fundo Municipal Corrente	10 544 637		10 522 227		10 989 856				
35	Relação de Despesa de Pessoal com a Função de Fundos Municipais Correntes	Adquirição de Bens e Serviços Correntes com os Fundos Municipais Correntes	15 822 493	100,0%	13 942 799	87,54%	15 434 196	100,00%	-10,20%	10,00%	
		Fundo Municipal Corrente	10 544 637		10 522 227		10 989 856				
36	Relação de Despesa com Pessoal com a Receta Cobrada Localmente	Pessoal	17 573 232	171,32%	18 028 964	211,91%	19 587 267	218,74%	23,26%	3,25%	
		Receta Cobrada Localmente	10 259 334		9 044 428		9 327 303				
37	Relação de Despesa com Serviços Correntes com a Receta Cobrada Localmente	Adquirição de Bens e Serviços Correntes com a Receta Cobrada Localmente	15 822 493	104,22%	13 942 799	94,61%	15 434 196	100,00%	-1,91%	12,47%	
		Receta Cobrada Localmente	10 259 334		9 044 428		9 327 303				
38	Grau de Financiamento do Investimento por Fundos Municipais de Capital	Fundo Municipal de Capital	1552 200	29,77%	777 680	112,2%	336 796	3,56%	-10,83%	-10,32%	
		Investimento (PP)	5 407 250		6 919 711		10 366 710				
39	Grau de Financiamento do Investimento por Venda de Bens de Investimento	Venda de Bens de Investimento	19 721	0,36%	103 838	1,50%	6 630	0,06%	312,30%	-15,90%	
		Investimento (PP)	5 407 250		6 919 711		10 366 710				
40	Grau de Financiamento do Investimento por Passivos Financeiros	Passivos Financeiros (Divida)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	
		Investimento (PP)	5 407 250		6 919 711		10 366 710				
41	Grau de Cobertura de Despesa de Funcionamento por Receta Corrente	Receta Corrente	57 254 237	100,00%	54 280 650	94,81%	53 964 627	94,21%	-4,01%	-3,86%	
		Despesa de Funcionamento	23 927 573		23 904 632		24 916 282				
42	Grau de Cobertura de Despesa de Investimento por Receta de Capital	Receta de Capital	4 268 397	43,88%	1764 031	19,89%	2 922 253	6,19%	-19,49%	-10,94%	
		Despesa de Investimento	9 696 943		8 974 158		12 382 263				
43	Relação de Juros Pagos com a Receta Total	Juros	1336 062	2,01%	1 028 516	1,80%	495 034	0,81%	-17,30%	-11,79%	
		Receta Total Corrente	6 152 612		56 54 325		56 020 438				
44	Relação de Juros Pagos com a Despesa Total	Juros	1336 062	2,27%	1 028 516	1,79%	495 034	0,82%	-24,20%	-14,49%	
		Despesa Total Pago	58 288 528		56 266 483		59 482 432				
45	Relação do Serviço de Dívida com a Receta Total	Serviço Dívida	9 086 424,34	14,65%	8 718 320,20	15,27%	8212972	14,68%	3,10%	-15,27%	
		Receta Total Cobrada	6 152 612		56 54 325		56 020 438				
46	Relação do Serviço de Dívida com a Despesa Total	Serviço Dívida	9 086 425	15,91%	8 718 320	15,49%	8 210 972	13,88%	-3,91%	-10,80%	
		Despesa Total Pago	56 288 528		56 266 483		59 482 432				

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

INDICADORES		2012		2013		2014		VARIACÃO		OBSERVAÇÕES
		2012/2013	2013/2014	2012/2013	2013/2014	2012/2013	2013/2014			
1	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	31105127	30344291	29128190	28910%	3,5%	4,7%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade pagar ou não pagar ou honrar a fidejussão das suas compromissos, isto é, evidenciam se os capitais próprios são ou não suficientes para saldar a dívida (de curto, médio ou longo prazo).	
		Passivo	18026522	12288219	11243770					
	Solvabilidade II	Activo Líquido	44131549	42818150	40379067	32010%	2,4%	3,3%	Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, para casos seja inferior a unidade evidenciam uma situação líquida negativa.	
		Passivo	18026522	12288219	11243770					
3	Solvabilidade Adaptado	Activo Líquido Total-Itens de Domínio Público Líquidos	32238955	324278129	30533519	27158%	5,9%	3,0%	Trata-se de uma adaptação do indicador anterior, atendendo às características dos bens do domínio público (em especial, a sua indeterminabilidade e a impossibilidade de delimitação em termos de falta de líquidos). A diferença entre o indicador anterior e o actualizado no cálculo do passivo total pelos bens do domínio público.	
		Passivo	18026522	12288219	11243770					
4	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	31105127	30344291	29128190	72,5%	10%	13%	Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compare o capital próprio com o total do activo. Quando o valor do activo, tendo em conta a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dá maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 50%.	
		Activo Líquido	44131549	42818150	40379067					
5	Liquidez Geral	Activo Circulante	1177344	1571094	1125104	13,56%	-10,2%	25,9%	O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, medem a capacidade disponível para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo relativos ao montante de despesas, clientes, contribuições e dívidas e provisões (não são incluídos em ambos os casos, os montantes relativos a operações e refinanciamentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% medem a insolvabilidade da entidade (de curto) os pagamentos relativos a débitos e liquidar no curto prazo (em ano). Quando maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos no prazo independentemente.	
		Passivo Circulante	2151150	2030438	12885467					
6	Liquidez Imediata	Dependências	1989538	1715374	7182123	10,36%	3,3%	5,8%	É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valores das dependências. Deve ser > 50%	
		Passivo Circulante	2151150	2030438	12885467					
7	Prazo Médio de Pagamento (D/GAL)	Dívidas Fornecedores	7032191	298131	199412	x 365	17	-87,4%	-38,6%	Resolução Conselho Municipal nº 34/2008 e Despacho 5670/2009 do M. Financeiro
		Aquisições	3818040	4031196	4185158					
8	Prazo Médio de Recebimento	Clientes, Contribuintes e Utilizadores Outros Credores	19741561	8380191	93721372	x 365	85	-45,6%	9,2%	
		Provisões	4278128	4012157	4024912					
9	Prazo médio de Pagamento	Dívidas fornecedores 312 (excepto Emprestimos OT e Casp, e par. de form. emiteidos)	1531200	948191	157103	x 365	38	-9,4%	-5,6%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar os débitos a fornecedores (resultando da execução o pagamento, ou seja, incluindo OT e aquisição produtos em débito).
		Aquisição de Bens, Serviços e Transferências e subdiâmetros uno	37278184	37050181	42758159					
10	Prazo médio de Pagamento - Imobilizado	Dívidas fornecedores de Imobilizado em 312	2481940	128119	107015	x 365	11	16,22%	-38,6%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar os débitos a fornecedores de Imobilizado.
		Aquisição de Imobilizado em ano	11331500	11780191	21304770					

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

(Continuação)

	INDICADORES	2012		2013		2014		VARIAÇÃO		OBSERVAÇÕES	
		2012/2012	2012/2013	2013/2013	2013/2014	2014/2014	2014/2013				
11	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	348 277 516	82,30%	333 655 026	83,8%	310 274 150	80,98%	-1,9%	-0,9%	A aplicação de imobilizações deve proporcionar, em regra, elevação de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, elevação de capitais permanentes (tanto patrimonial e financiamento de MLP). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
		Imobilizável Líquido	423 912 728		409 416 402		350 081 835				
	Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	31055 627	73,4%	303 448 541	74,0%	29 628 030	74,98%	0,22%	0,03%	
12	Indicador das imobilizações II	Imobilizável Líquido	423 912 728		409 416 402		350 081 835				Este indicador destina-se a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser > 100%.
		Capitais Alheios de MLP	37 481 081	8,79%	29 719 080	7,26%	24 953 034	6,6%	-9,28%	-10,8%	
13	Indicador das imobilizações III	Imobilizável Líquido	423 912 728		409 416 402		350 081 835				Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do ativo imobilizado.
		Capitais Alheios de Curto Prazo	215 6 030	5,06%	20 304 381	4,98%	2 085 467	5,24%	-2,47%	-34,0%	
14	Indicador das imobilizações IV	Imobilizável Líquido	423 912 728		409 416 402		350 081 835				Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (incluindo encerramentos e diferimentos). É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de CP.
		Percentagem de imobilizado líquido total	423 912 728	55,25%	409 416 402	50,04%	350 081 835	58,17%	0,9%	0,22%	
15	Percentagem de imobilizado líquido de BOP	Ativo Líquido	441 315 549		428 688 050		403 719 017				Permite obter de importância relativa do imobilizado no conjunto do ativo líquido da entidade. Quanto maior a % maior a rigidez e falta de liquidez associada à estrutura do ativo da entidade.
		Imobilizado de Domínio Público Líquido	16 37 155	20,22%	14 859 321	24,0%	58 384 467	24,37%	-3,21%	-0,57%	
16	Ativo Líquido	441 315 549		428 688 050		403 719 017				Permite obter de importância relativa das taxas de domínio público (que, por isso, são, em princípio, insuscetíveis de serem alienados) no conjunto do ativo líquido da entidade. Quanto maior a % maior a rigidez e falta de liquidez associada à estrutura do ativo da entidade.	
		Passivo	58 26 528	20,5%	62 888 19	28,79%	12 437 740	27,28%	-2,6%	-3,27%	
17	Endividamento	Ativo Líquido	441 315 549		428 688 050		403 719 017				Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades da entidade.
		Dívidas de MLP	37 481 081	8,45%	29 719 080	6,97%	24 953 034	6,16%	-9,23%	-10,2%	
18	Endividamento de MLP	Ativo Líquido	441 315 549		428 688 050		403 719 017				Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.
		Emprestimos de MLP	38 404 629	8,7%	29 241 269	6,8%	24 728 752	6,1%	-9,02%	-9,74%	
19	Endividamento - Empréstimos de MLP	Ativo Líquido	441 315 549		428 688 050		403 719 017				Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contraídos pela entidade.
		Dívidas de Curto Prazo	215 6 030	4,85%	20 304 381	4,70%	2 085 467	5,16%	-2,26%	-34,9%	
20	Endividamento de CP	Ativo Líquido	441 315 549		428 688 050		403 719 017				Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os encerramentos e diferimentos.
		Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	SPAR.	SPAR.	
21	Endividamento - Empréstimos de CP	Ativo Líquido	441 315 549		428 688 050		403 719 017				Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.
		Dívidas de MLP	37 481 081	20,56%	29 719 080	24,22%	24 953 034	22,23%	-1,97%	-3,2%	
22	Estrutura de Endividamento I	Passivo	58 26 528		62 888 19		12 437 740				Expõe a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o nível de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os encerramentos e diferimentos, no ativo total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre o tesouro.
		Dívidas de Curto Prazo	215 6 030	10,3%	20 304 381	10,5%	2 085 467	4,27%	0,5%	-3,9%	
23	Estrutura de Endividamento II	Passivo	58 26 528		62 888 19		12 437 740				Expõe a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, incluindo, por isso, os encerramentos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.



2

0

1

4

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2013, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL. Concentrado no princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2013 e o Balanço Final de 2014.

8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho da Maia é composto por 10 freguesias e tem uma área de 83,7Km²

Conforme informação da Direção Geral de Administração Interna, atualmente Secretaria - Geral do Ministério da Administração Interna – Administração Eleitoral (SGMAI-AE), faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, apurados de acordo com as circunscções de recenseamento definidas no artigo 8.º da Lei n.º 13/99, de 22 de Março, com a data de referência de 31 de dezembro de 2014, sendo apresentados em três colunas com os seguintes resultados:

- 112 908 Eleitores – (Nacionais – cidadãos nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu.
- 47 Eleitores EU, (Cidadãos da União Europeia, não nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais e Parlamento Europeu.
- 27 Eleitores ER, (Outros cidadãos Estrangeiros residentes em Portugal), que votam apenas nas eleições das Autarquias Locais.

8.1.2. LEGISLAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

Foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião que teve lugar no dia 10 de dezembro de 2012, e homologados pela Assembleia Municipal da Maia na 4.ª sessão ordinária realizada no dia 26 do mesmo mês, o Regulamento da Macro Estrutura Organizacional desta Câmara Municipal e o consequente organigrama, cuja publicação ocorreu em 07 de fevereiro de 2013, Diário da República n.º 27, 2.ª Série (Ver organograma anexo).

Em cumprimento do Decreto-Lei n.º. 305/2009, de 23 de outubro, e da Lei n.º49/2012, de 29 de agosto, que adapta à administração local a Lei n.º2/2004, de 15 de janeiro, com nova redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, a Assembleia Municipal da Maia, na 4.ª sessão ordinária, realizada no dia 26 de dezembro, homologou a decisão proferida pela Câmara Municipal da Maia, em reunião extraordinária de 10 de dezembro de 2012, de aprovar o regulamento da Macroestrutura Organizacional da Câmara Municipal, constituído por Unidades Nucleares, sob a forma de uma Direção Municipal e quatro Departamentos Municipais, e um número máximo de 14 Unidades Flexíveis (Divisões), cujo teor corresponde na íntegra ao publicado. Este regulamento vigora a partir da data de homologação pela Assembleia Municipal.

Atenta a legislação aplicável em matéria de regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, os mapas de pessoal são anuais, e aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

O mapa de pessoal para 2014 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 12 de dezembro de 2013, e em sessão da Assembleia Municipal de 26 do mesmo mês.

8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

8.1.5. RECURSOS HUMANOS

O Órgão Executivo Municipal, é composto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes e por dez Vereadores, nomeadamente:

- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga
- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

-
- Senhor Jorge Luís Ferreira Catarino
 - Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
 - Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
 - Eng.^a Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
 - Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda
 - Professora Ana Virgínia da Costa Pereira
 - Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Eng.^o António Domingos da Silva Tiago
- Dr.^a Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de meio tempo estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica.

Regista-se que no decurso de 2014 se iniciou a implementação da contabilidade analítica na ótica de uma verdadeira gestão de atividades, cujo processo decorrerá de forma mais ativa no ano 2015. Pretende-se potenciar o reporte informativo com mais um subsistema de apoio à gestão, que evidencie de forma diferenciada e mais detalhada, por funções.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade. As atividades do Departamento são asseguradas por quatro divisões:

- Divisão de Administração Geral;
- Divisão de Finanças e Património, que integra a Unidade de Contratação Pública e a Unidade de Planeamento, Controlo e Gestão (Unidades Flexíveis de 3.^o Grau);
- Divisão de Recursos Humanos;
- Divisão dos Assuntos Jurídicos e Contencioso, que integra a Unidade de Notariado, Registo e Contraordenações (Unidade Flexível de 3.^o Grau).

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído por 22 aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Assinala-se que durante o ano 2014 foi implementada a bilheteira online no Fórum da Maia, com integração na aplicação informática de contabilidade, para efeitos de reflexo contabilístico automático da respetiva receita, cujo projeto integrou uma candidatura com financiamento comunitário.

Salienta-se ainda no ano em análise a implementação da desmaterialização da correspondência, cujo projeto se iniciou com o processo de arquivo documental no “Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal”.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que se encontram em funcionamento parcial as aplicações de “Obras Municipais”, bem como a do “Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal”, cuja utilização ainda não é plena, dada a inicialização do projeto de desmaterialização da correspondência em 2014.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software C-GESP XXI, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda.

8.1.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAL), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da ação:	30-05-2011	Período abrangido:	2008,2009 e 2010	Entidade:	TC	N.º Processo:	22/2011– AUDIT
Data da ação	23-09-2011	Período abrangido:	2008,2009 e 2010	Entidade:	IGAL	N.º Processo:	Ação n.º74/IO-130600
Data da ação	27-10-2011	Período abrangido:	2010 e 2011	Entidade:	DGAIEC	N.º Processo:	220.10.14.01/284-36/2011
Data da ação	28-10-2011	Período abrangido:	2008,2009 e 2010	Entidade:	IGF	N.º Processo:	2011/2/A3/976
Data da ação	16-06-2011	Período abrangido:	2008 a 2010	Entidade:	IGF	N.º Processo:	2011/109/A3/669
Data da ação	04-12-2012	Período abrangido:	01.01.2009 a 30.06.2013	Entidade:	TC	N.º Processo:	02/2012 – Audit. P.S

- Documentos de Gestão:

Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados em 2013 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 12 de dezembro e 26 de dezembro, respetivamente.



2
0
1
4

**NOTAS AO BALANÇO E À
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 8.2.1 – DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL

Com exceção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município da Maia, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

NOTA 8.2.2 – VALORES COMPARATIVOS

A fim de se corrigir situações reportadas a exercícios económicos anteriores, efetuaram-se em 2014 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, designadamente nas rubricas de imobilizado, amortizações acumuladas e amortizações do exercício, assegurando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior.

Considerando a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2014 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais - RFAL), o Município alterou a política contabilística para o reconhecimento dos Fundos de Investimento Imobiliário Especiais Fechados, por ele detidos a 100%, de forma a apresentar nestes Investimentos Financeiros o valor do custo dos Ativos dos Fundos, deduzidos de amortizações e depreciações acumuladas, líquido do valor dos Passivos existentes associados a esses mesmos Fundos. Foram ainda constituídas provisões quando o valor dos Passivos ultrapassava o valor dos Ativos valorizados ao Custo. É convicção do Município de que esta nova apresentação vai ao encontro do preconizado no RFAL, interiorizando no Município, de acordo com as regras do POCAL, todos os efeitos relacionados com as operações dos Fundos (quer relacionadas com Ativos, quer relacionadas com Passivos).

Em anos anteriores, os Fundos estavam reconhecidos pelo Método da Equivalência Patrimonial, ao Justo Valor, pelo que a análise comparativa dos Investimentos Financeiros deve considerar esta alteração. Os efeitos advenientes desta alteração são apresentados na Nota 8.2.18 destas demonstrações financeiras.

NOTA 8.2.3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Imobilizado

Os investimentos financeiros entidades detidas maioritariamente pelo Município da Maia encontram-se, contabilizados nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial.

Em 2014, com a entrada em vigor do RFAL, o Município deixou de apresentar os seus Fundos de Investimento Imobiliários Especiais Fechados ao justo valor, passando a aplicar as políticas contabilísticas específicas do POCAL, tal como esses Fundos tivessem a totalidade do Património e do Passivo no Município. Em consequência, os Ativos dos Fundos são apresentados ao custo, líquido de amortizações e depreciações acumuladas e de Passivos. Para os casos em que os Passivos ultrapassam os Ativos valorizados ao Custo, foram constituídas provisões.

O demais imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequam à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes duodecimais, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Existências

A valorização das existências é efetuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira. As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

Disponibilidades

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e pelos montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

NOTA 8.2.6 – COMENTÁRIO ÀS CONTAS 43.1 «DESPESAS DE INSTALAÇÃO» E 43.2 «DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO»

A conta 43.1 – *Despesas de Instalação*, abarca os registos inerentes à elaboração de planos de pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho. Na conta 43.2 - *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não se registou em 2014 qualquer movimento.

NOTA 8.2.7 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPETIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Por limitações impostas pelo *software* informático da aplicação do património, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafetações e outros) passa forçosamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo. Assim, ficam anualmente espelhados aumentos e reduções que na verdade não correspondem à ocorrência de factos dessa natureza (páginas 12 e 13 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.8 – DESAGREGAÇÃO DE CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ANTECEDENTES

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (páginas 14 a 307 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.14 – RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DAS RAZÕES DESSA IMPOSSIBILIDADE

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens que se encontram já nessa situação desde a implementação do POCAL, dada a inexistência de informação que possibilitasse a sua adequada valoração, conforme listagem integrada nos anexos às demonstrações financeiras (páginas 308 a 327 dos Anexos Documentais – Volume I).

NOTA 8.2.15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS RAZÕES

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são suscetíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta em anexo (páginas 328 a 392 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.16 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Quadro 66

Entidades Societárias Participadas							
2014							
Designação	Sede	Parcela Detida (1)		Resultados do Último Exercício			
		Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Lidador, 4.º Piso 4470-202 Maia	124.699,47	100%	359.237	48.873	2014	-
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M. (4)	Fórum da Maia Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4470-174 Maia	49.879,78	100%	-27.1499	-61.100	2014	Entidade que se encontra em processo de liquidação
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	2.000.000,00	100%	2.793.379	137.300	2014	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia	12.811.337,98	100%	7.759.245	20.476	2014	-
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º 4050-626 Porto	566.805,00	2,7%	29.815.502	2.452.397	2014	-
Águas do Noroeste, S.A.	Lugar de Gáido, Barcelos, 4755-045 Areias de Vilar	1.380.000,00	1,97%	59.198.430	-608.799	2014	-
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia, CRL (5) (2)	Parque Zoológico da Maia, Rua da Estação S/N.º 4470-184 Maia	2.000,00	13,33%	-8.855	-23.855	2013	Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Lda
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Taguspark, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.317.511	36.687	2014	-
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	Rua de Salazares, 842 4149-002 Porto	2.500,00	0,22%	68.1250	-80.103	2014	-
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	5%	-442.397	-824.835	2014	-
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (3) (2)	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	172.939.000	19.909.000	2013	-
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A.	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	100,00	0,06%	215.882	14.935	2014	-
Metro do Porto, S.A. (2)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,0001%	-2.197.753.378	-390.262.624	2014	-
Hospital do Lidador S.A. (2)	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2009	Entidade que se encontra em processo de insolvência

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a esta entidade foi informado que as contas de 2014 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

(3) A informação tendo sido reportada em unidade de milhar, foi convertida em euros pelo Município.

(4) O processo de dissolução, a par da internalização dos serviços que constituiam o seu objeto contratual, foi aprovado pelos órgãos executivo e deliberativo em 10 e 26 de dezembro de 2012, não se encontrando integralmente concluído no final de 2014, pelo que permanece o registo patrimonial da sua participação à data de 31 de dezembro de 2014. Entretanto, o processo de dissolução e consequente extinção da entidade foi concluído no final do primeiro trimestre de 2015.

(5) Considerando a forma jurídica da entidade, para efeitos de apuramento do endividamento é enquadrável no art.º 54 da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Quadro 67

Entidades não Societárias Participadas							
2014							
Designação	Sede	Contribuição		Resultados do Último Exercício			
		Inicial	Exercício	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Rua da Morena 805/955 4435 Baquim do Monte	19.378,30	681.198,44	45.159.500	6.056.562	2014	-
Área Metropolitana do Porto (4)	Avenida dos Aliados, 236 1º 4000-065 Porto	19.917,00	61.493,00	7.642.020	978.220	2014	-
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Avenida Marmoco e Sousa 52 3004-511 Coimbra	4.340,00	5.854,00	1.853.485	-104.361	2014	-
Fundação da Juventude	Largo de S. Domingos, n.º 16-22, 4050-545 Porto	24.939,90	-	5.288.920	-249.122	2014	-
Fundação do Desporto (4)	Rua Doutor Alfredo Magalhães Ramalho, 1 1495-165 Algés	49.879,79	-	3.872.189	-92.057	2013	-
Fundação Conservatório de Música da Maia	Rua João Maia 4475-643 Maia	25.000,00	-	-189.458	-128.264	2014	-
MAIAINOVA - Associação para Inovação e Desenvolvimento do Concelho da Maia (4)	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470 - 605 Moreira Maia	5.000,00	-	36.487	-16.411	30-09-2014	-
Adeporto - Agência de Energia do Porto	Rua Gonçalo Cristóvão, 347, sala 218 4000-270 Porto	15.125,00	12.100,00	267.607	15.851	2014	-
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	1.500,00	1.500,00	4.086.378	752.852	2014	-
AESBUC - Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (1) (3)	Rua Dr. António Bernardino de Almeida S/N 4200-072 Porto	-	-	-582.648	905.569	2014	-
APCTP - Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (4)	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Maia	10.000,00	-	10.520.145	-4.129.308	2013	-
CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (1) (2)	Paços do Concelho de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas	-	-	-	-	2014	-
Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento da Maia	Rua Dr.º Carlos Felgueiras Apartado 1010 4471-909 Maia	-	-	31.175.039	276.236	2014	-

Un.: Euros

(1) Esta entidade não tem expressividade na conta de investimentos financeiros, em virtude de não ter existido qualquer obrigação aquando da sua constituição a título de contribuição inicial.

(2) A associação CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, informou que não realizou qualquer despesa nem obteve qualquer proveito durante o ano de 2014, não tendo havido contas a apresentar.

(3) Esta entidade foi extinta e liquidada em 2014/12/17, conforme registos constantes na certidão da Conservatória do Registo Comercial.

(4) Relativamente a esta entidade foi informado que as contas de 2014 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

NOTA 8.2.18 – DISCRIMINAÇÃO DA CONTA «OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS»

Quadro 68

OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
Natureza	2014				
	Unidades de Participação	Valor Nominal	Custo de Aquisição	Ajustamentos	Valor Ajustado
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Golf)	5.500	1000	5.500.000	5.500.000	0
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Imo)	6.000	1000	6.000.000	4.634.524	1.365.476
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Praça Maior)	5.000.000	1	5.000.000	5.000.000	0
			16.500.000	15.134.524	1.365.476

Un.: Euros

Tal como referido na Nota 8.2.3, os Fundos de Investimento Imobiliário aparecem valorizados pela 1.^a vez ao custo, líquido de amortizações e de provisões associadas, alteração na política contabilística que é motivada pela entrada em vigor em 2014 do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei 73/2013, de 3 de Setembro).

De acordo com o regime mencionado em epígrafe, os Fundos Imobiliários constituídos pelo Município passam a integrar o perímetro de consolidação de contas, sendo-lhes aplicável as regras estabelecidas no POCAL. A harmonização das políticas contabilísticas adotadas nas contas consolidadas (que serão apresentadas em Junho de 2015) com as políticas contabilísticas adotadas nas contas individuais permitem aos diferentes *stakeholders* proceder a uma análise comparativa mais apropriada, sem menosprezar os efeitos das alterações do justo valor nestes fundos que podem ser apresentadas da forma seguinte:

Quadro 69

INVESTIMENTOS FINANCEIROS - Fundos de Investimento Imobiliário					
	% Detida	Custo de Aquisição	Valor Ajustado		Varição
Outras Aplicações Financeiras			31-Dez-14	31-Dez-13	
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6.000.000	5.064.483	4.872.904	191.579
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA GOLF"	100%	5.500.000	254.716	364.784	-110.068
Fundo de Investimento Imobiliário "PRAÇA MAIOR"	100%	5.000.000	3.701.396	4.224.009	-522.613
		16.500.000	9.020.595	9.461.697	-441.102

Un.: Euros

A alteração da política contabilística foi efetuada à data de referência de 1 de Janeiro de 2014, tendo daí resultado uma diminuição nos Fundos Próprios por via de Ajustamentos de Partes de Capital de (-) 12.604.238 €, uma diminuição no Ativo, por via de Investimentos Financeiros no montante de (-) 8.739.754 € e um aumento no Passivo por via de Provisões constituídas para fazer face a responsabilidades por dívida assumida pelos Fundos no montante de (+) 3.864.484 €.

No período de 2014, foram reforçadas as provisões em (+) 633.848 €, de forma a fazer face ao acréscimo de Passivo dos Fundos, líquido das variações dos Ativos registados nos mesmos.

No quadro seguinte, são apresentados detalhadamente os elementos financeiros que estiveram na origem dos movimentos contabilísticos efetuados.

Quadro 70

INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
	Maia Golf	Maia Imo	Praça Maior	TOTAL 2014	TOTAL 2013	Varição
Activos Brutos (CM Maia)	8.100.000,00	7.697.236,61	641817,57	16.439.054,18	16.439.054,18	0,00
Amortizações Acumuladas (CM Maia)	(14.011,71)	(506.325,79)	0,00	(520.337,50)	(483.147,23)	-37.190,27
Activos Fixos Líquidos (CM Maia)	8.085.988,29	7.190.910,82	641.817,57	15.918.716,68	15.955.906,95	-37.190,27
Activo Circulante						
- Caixa e equivalentes	0,00	698.362,95	45.000,00	743.362,95	185.157,36	558.205,59
- Outros Ativos		8.275,03	51609,00	59.884,03	58.275,34	1608,69
Total do Activo Líquido	8.085.988,29	7.897.548,80	738.426,57	16.721.963,66	16.199.339,65	522.624,01
Passivo do Fundo						
- Dívidas a Instituições de Crédito	8.345.160,33	6.252.729,41	2.497.043,00	17.094.932,74	16.745.389,74	349.543,00
- Dívidas a Fornecedores	521.035,38	118.379,69	1.287.249,00	1.926.664,07	1.599.343,63	327.320,44
- Dívidas de Comissões e Encargos (Outros Credores)	228.355,62	0,02		228.355,64	190.020,74	38.334,90
- Dívidas por Acréscimos de Custos	432.982,74	124.766,55	10.921,00	568.670,29	569.725,27	-1.054,98
- Outros Passivos		36.197,01		36.197,01	237.402,00	-201.204,99
Total do Passivo	9.527.534,07	6.532.072,68	3.795.213,00	19.854.819,75	19.341.881,38	512.938,37
Valor da Participação (#41) na CM Maia	0,00	1.365.476,12	0,00	1.365.476,12	721.942,23	643.533,89
Provisão Necessária	1.441.545,78	0,00	3.056.786,43	4.498.332,21	3.864.483,96	633.848,25
Valorização dos Ativos do Fundo (JV)	9.782.250,00	10.889.917,35	7.400.000,00	28.072.167,35	28.560.145,34	-487.977,99
Capital Próprio do Fundo	254.715,93	5.064.482,65	3.701.396,00	9.020.594,58	9.461.696,66	-441.102,08
Diferença (JV-RC)	1.696.261,71	3.699.006,53	6.758.182,43	12.153.450,67	12.604.238,39	-450.787,72

Un.: Euros

Em conformidade com o quadro apresentado, o valor de 1.365.476 € capitalizado em Fundos de Investimento está relacionado com o Maia Imo, único Fundo cujo valor dos Ativos ao custo líquido de depreciações e amortizações é superior ao Passivo.

Acresce enfatizar que ao abrigo da alteração legislativa já evidenciada (RFAL) os Fundos de Investimento passam a relevar para efeitos de limites da dívida total, de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 54.º do diploma: “As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total”.

NOTA 8.2.22 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS RUBRICAS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS CONSTANTES DO BALANÇO

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 – *Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa* e 26.8.7.8 – *Devedores diversos de cobrança duvidosa*, e ascende em 2014 ao valor bruto de 6.685.524 €.

NOTA 8.2.26 – DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA DE ACORDO COM O MAPA RESPETIVO.

A informação aqui invocada consta em anexo inserido no volume II (página 53 dos Anexos Documentais – Volume II).

NOTA 8.2.27 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS

Quadro 71

PROVISÕES				
2014				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291 Provisões para cobranças duvidosas	6.668.433	296.324	571.471	6.393.286
292 Provisões para riscos e encargos	4.670.054	5.147.793	268.057	9.549.789
39 Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49 Provisões para investimentos financeiros	1.000	0	505	495
Total de Provisões	11.339.487	5.444.117	840.034	15.943.570

Un: Euros

O valor das Provisões no final do exercício de 2014 aumentou 4.604.083 € relativamente ao ano anterior, nomeadamente nas Provisões para Riscos e Encargos, que exibiu um aumento de 4.879.735 €, fortemente influenciado pela rubrica Outras Provisões para Riscos e Encargos onde foram refletidas as regularizações efetuadas, no âmbito da nova metodologia de contabilização dos Fundos de Investimento Imobiliário, que no final de 2014 totalizou 4.498.332 €.

Como variações de menor impacto, referem-se as Provisões para Riscos e Encargos, de 61.099 €, 128.264 € e 225.623 €, associadas aos resultados líquidos negativos das entidades participadas pelo Município da Maia, designadamente a Academia das Artes, E.E.M., que se encontra em processo de liquidação, a Fundação Conservatório de Música da Maia e a empresa Tecmaia - Parque e Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., respetivamente.

Quanto às Provisões para Cobranças Duvidosas, a oscilação de (-) 4,13% é consequência dos regulares movimentos de reduções e aumentos verificados ao longo do exercício de 2014, no âmbito do controlo da antiguidade das dívidas de terceiros e avaliação do inerente risco.

O reforço efetuado no segundo semestre de 2014, de 231.393 € deriva do controlo regular das dívidas de terceiros em atraso, após análise da antiguidade dos saldos devedores da classe de terceiros e avaliação do inerente risco incobrabilidade.

Os montantes mais significativos respeitam à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, e, dentro desta, às provisões constituídas:

- No âmbito do diferendo com a Lipor, tendo em vista o recebimento das taxas provenientes do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário, cujo assunto se encontra em curso em sede de Tribunal Arbitral – 2.835.286 €;
- Na sequência da cobrança adicional de valores a título de taxas urbanísticas e compensação pela não cedência de áreas, em cumprimento do que foi determinado pela IGF – Inspeção-geral de Finanças em ação inspetiva – 1.360.720 €.

No que às Provisões para Investimentos Financeiros diz respeito, o valor de 495 € reflete a redução da provisão constituída em relação aos Certificados de Dívida Inscrita de Dívida Pública Portuguesa, datados

de 1942, cujo valor nominal era de 3.415 €, sendo que o seu valor contabilístico à data de 31 de Dezembro de 2014 se situava em 2.920 €.

À data de 31 de dezembro de 2014 mantêm-se os mesmos processos litigiosos em curso, já referenciados em anos anteriores, cujos desfechos e respetivos efeitos financeiros se desconhecem, configurando por isso ativos e passivos contingentes, caracterizados nos seguintes moldes:

- Compromisso Arbitral: LIPOR - Município da Maia

O objeto do litígio consiste nas divergências suscitadas entre as partes relativamente à obrigatoriedade de a LIPOR proceder ao licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (LIPOR II) e do Aterro Sanitário de apoio àquela Estação, havendo lugar ao pagamento das respetivas taxas municipais de construção, que em 2002 ascendiam a um valor total de 2.957.998 €. É entendimento da LIPOR que aquelas obras, por terem natureza de obra pública, não estão subordinadas ao regime jurídico do licenciamento de obras particulares e, por conseguinte, não estão sujeitas ao pagamento de taxas municipais. Tal posição não colhe a anuência do Município.

É também objeto do litígio ser, ou não, legítima a posição do Município ao recusar o pagamento a LIPOR de participações para investimento, no montante de 3.171.281 €, com a invocação de que lhe são devidas aquelas taxas.

Quer o direito quer a obrigação encontram-se devidamente contabilizados pelo Município, apenas na ótica patrimonial.

Para a resolução do litígio foi constituído um Tribunal Arbitral, cujos trabalhos se encontram em curso, não tendo sido ainda proferida qualquer decisão final. Todavia, é expectativa do Município que a decisão a proferir determine o reconhecimento da obrigatoriedade do licenciamento municipal para as obras efetuadas pela LIPOR, com o consequente pagamento das taxas devidas, atualizadas à data em que for solicitado o competente alvará de construção.

- Processo de execução fiscal: Direcção-Geral dos Impostos – Município da Maia

Na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, foi o Município notificado em Setembro de 2006 pelos Serviços de Inspeção Tributária – Direcção de Finanças do Porto, do Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, no qual se encontra descrita e quantificada uma correção devida no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.800.000 €. Resulta a referida correção da não liquidação de imposto, no valor de 3.800.000 €, inerente à transferência efetuada pela Espaço Municipal a favor do Município, de 20.000.000 €.

Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000 €. Refira-se que, por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respetiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

A importância reclamada pela administração tem vindo a ser incrementada com os respetivos juros compensatórios e de mora, tendo sido identificada na última notificação uma dívida em cobrança coerciva de 4.191.423.71 €.

Para acompanhamento e resolução do correspondente processo, o Município da Maia recorreu a apoio jurídico externo, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e Associados, sendo seu entendimento que estão reunidas as condições jurídicas e factuais para que a Autarquia venha a obter ganho de causa, circunstância que justifica a não constituição de provisão.

No âmbito deste processo foi apresentada como garantia a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.

NOTA 8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 – FUNDO PATRIMONIAL

Quadro 72

FUNDO PATRIMONIAL				
2014				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	302.863.662	1.500.848	56.242	304.308.268
511 Património Inicial	239.333.099	1.500.848	56.242	240.777.705
5111 Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
5112 Correções ao Balanço Inicial	49.442.070	1.500.848	56.242	50.886.676
512 Património Adquirido	63.530.562	0	0	63.530.562
55 Ajustamentos de partes de capital em	-3.087.490	159.854	13.171.329	-16.098.965
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	0
57 Reservas	18.170.494	318.572	7.684	18.481.382
571 Reservas Legais	3.343.714	0	0	3.343.714
575 Subsídios	1.411.482	0	0	1.411.482
576 Doações	4.644.436	311.072	7.684	4.947.824
577 Reservas decorrentes da transferências activos	2.123.267	0	0	2.123.267
578 Cedências	3.489.054	7.500	0	3.496.554
579 Outras	3.158.540	0	0	3.158.540
59 Resultados Transitados	-7.074.936	0	7.423.189	-14.498.124
88 Resultado Líquido do Exercício	-7.423.189	7.423.189	910.654	-910.654
Totais	303.448.541	9.402.464	21.569.099	291.281.907

Un: Euros

Dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, conclui-se que no final de 2014 o Fundo Patrimonial apresenta uma significativa alteração no montante de (-) 12.166.634 €, com especial proveniência na conta de 55 – Ajustamentos de partes de Capital em Empresas, que apresenta uma variação negativa de (-) 13.011.475 €.

Para a dita variação negativa de (-) 13.011.475 € convergiu de forma determinante a alteração na política contabilística aplicada aos Fundos de Investimento Imobiliário, com um impacto de (-) 12.604.238 € (ver

notas 8.2.2, 8.2.3 e 8.2.18), tendo ainda sido contabilizados os valores imputáveis ao Município da Maia na variação dos capitais próprios de entidades participadas, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial, no montante de 414.363 €, salientando as variações imputáveis à Empresa Maiambiente, de 82.792 € e à Espaço Municipal, de 333.602 €.

Enunciam-se de seguida as variações ocorridas em Ajustamentos de Partes de Capital que deram origem aos registos efetuados nas entidades participadas, com exceção dos Fundos de Investimento Imobiliário:

- (+) 82.792 €: Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.;
- (+) 333.602 €: Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M.;
- (-) 7.126 €: Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., na proporção de 51% do capital detido pelo Município da Maia.
- (-) 2.031 €: Muncípiã, SA, na proporção de 4,64% do capital detido pelo Município.

As “Correções ao Balanço Inicial” efetuadas no decurso de 2014 contribuíram positivamente para o Fundo Patrimonial em (+) 1.444.606 €, fixando-se os aumentos em 1.500.848 €, originados, principalmente pelas cedências de domínio público que totalizaram 754.562 €, e por regularizações ao nível de construções e beneficiações de diversos arruamentos municipais, no montante de 678.554 €. Quanto às reduções que atingiram o valor de 56.242 €, respeitam a regularizações de amortizações dos bens registados em balanço inicial.

A rubrica de “Doações”, que demonstra uma oscilação de (+) 303.388 €, tem como principal origem o registo da parcela de terreno doado pela NORTECOOPE - Cooperativa de Habitação Económica, CRL., através da escritura realizada em 26 de setembro de 2014, no valor de 218.219 € e da doação ao Município de várias obras de arte, nomeadamente quadros, no montante de 47.500 €.

Nas “Cedências” surge o valor de 7.500 €, o qual respeita ao registo de uma retroescavadora cedida a título definitivo pela empresa Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.

Na componente de Resultados Transitados apenas se destaca a contabilização do Resultado Líquido do Exercício de 2013, no valor de (-) 7.423.189 €.

NOTA 8.2.29—DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Quadro 73

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
Movimentos	2014	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	55.560	360.211
Compras	0	854.254
Regularização de Existências	0	676
Existências Finais	55.560	346.066
Custos no Exercício	0	869.073

Un.: Euros

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

NOTA 8.2.31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Quadro 74

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS					
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
	2014	2013		2014	2013
681 Juros suportados	540.711	2.247.476	781 Juros obtidos	72.287	122.238
682 Perdas em entidades participadas	610.029	4.246.613	782 Ganhos em entidades participadas	243.627	234.315
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783 Rendimentos de imóveis	11417	11066
684 Provisões p/ aplicações financ.	0	0	784 Rendimentos participações capital	55.324	107.777
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785 Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786 Descontos pronto pagat. obtidos	14	1261
688 Outros custos e perdas financ.	18.985	16.961	787 Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
Total de Custos Financeiros	1.169.725	6.511.050	788 Outros proveitos e ganhos financ.	90.902	100.444
Resultados Financeiros	-696.155	-5.933.948	Total de Proveitos Financeiros	473.571	577.101
Total	473.571	577.101			

Un: Euros

Os Resultados Financeiros, apesar de permanecerem negativos em 2014, demonstram uma notável variação positiva de (+)5.237.793 € em relação ao ano antecedente.

Foram essencialmente os Custos Financeiros que contribuíram para o desempenho dos resultados, dada a variação de (-) 3.636.584 € na rubrica de Perdas em Entidades participadas, onde se encontram refletidos os resultados líquidos negativos apurados em 2014 pelas empresas participadas pelo Município, nomeadamente a Academia das Artes da Maia, E.E.M., (-) 61.100 €, a Fundação do Conservatório de Música da Maia, (-) 128.264 € e a Tecmaia, no valor de (-) 420.666 €, no âmbito da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Os valores reconhecidos em resultados financeiros, associados à adoção da nova política contabilística aplicada aos Fundos de Investimento Imobiliário, não teve grande relevância (o valor ascendeu a (+) 9.686 €), dado o impacto de transição reconhecido em Fundos Próprios.

Por outro lado, os “Juros Suportados” apresentam um acentuado decréscimo de (-) 1.706.765 €, cuja variação se deve sobretudo ao montante de juros de mora, que em 2014 totalizam cerca de 29.972 €, sendo que no ano antecedente os custos desta natureza ascenderam a 1.164.450 €, totalmente imputáveis ao processo judicial do Parque Urbano de Avioso. Relevam ainda para a diminuição verificada em 2014 os juros suportados com o financiamento bancário, que reduziram (-) 572.287 €, tendo em conta a progressiva amortização do serviço de dívida do Município.

No lado dos Proveitos Financeiros, estes apresentam igualmente um ligeiro decréscimo de (-) 103.530 €, em relação ao ano transato, fruto, principalmente, da descida dos Juros Obtidos, (-) 49.951 € e da componente de Rendimentos de Participações de Capital, (-) 52.453 €.

NOTA 8.2.32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Quadro 75

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos				
	2014	2013		2014	2013		
691	Transferências capital concedidas	1530.077	1656.304	791	Restituição de impostos	0	0
692	Dívidas incobráveis	0	0	792	Recuperação de dívidas	0	0
693	Perdas em existências	837	1.453	793	Ganhos em existências	249	825
694	Perdas em imobilizações	64.215	928	794	Ganhos em imobilizações	1.831.029	100.1090
695	Multas e penalidades	0	599	795	Benefícios de penalidades contr.	431.680	336.411
696	Aumento de amortiza. Provisões	64.931	0	796	Reduções de amortiz.e provisões	46.080	568.941
697	Correções relativas exerc. anteriores	3.171.840	2.292.194	797	Correções relativas exerc. anteriores	1217.929	455.795
698	Outros custos e perdas extraor.	373.114	100.298	798	Outros proveitos e ganhos extraor.	1.798.555	1.652.733
Total de Custos Extraordinários		5.205.014	4.051.777	Total de Proveitos Extraordinários		5.325.522	4.015.795
Resultados Extraordinários		120.508	-35.982				
Total		5.325.522	4.015.795				

Un: Euros

Os Resultados Extraordinários, contrariando a tendência do último ano, demonstram no final de 2014 um valor positivo de (+) 120.508 €.

Do lado dos Proveitos surgem com mais significado as Correções relativas a Exercícios Anteriores, com um aumento no valor de 762.134 €, onde são contabilizadas, essencialmente, regularizações de amortizações. Contudo, este aumento não tem impacto determinante na formação dos resultados extraordinários do período, uma vez que do lado dos Custos foram de igual modo efetuadas correções ao exercício anterior, com um aumento de (+) 879.646 €, de cujo valor se diferencia o montante de 533.261 €, referente a um edifício no lugar da Pícuca, no valor de 533.261 €, que veio à propriedade do Município na sequência de um Protocolo celebrado com empresa Espaço Urbano - Investimentos, S.A., A componente que mais influencia os Resultados Extraordinários são os “Ganhos em Imobilizações”, cuja variação de (+) 829.939 € respeita quase totalmente à reversão da doação de uma parcela de terreno à Santa Casa de Misericórdia da Maia.

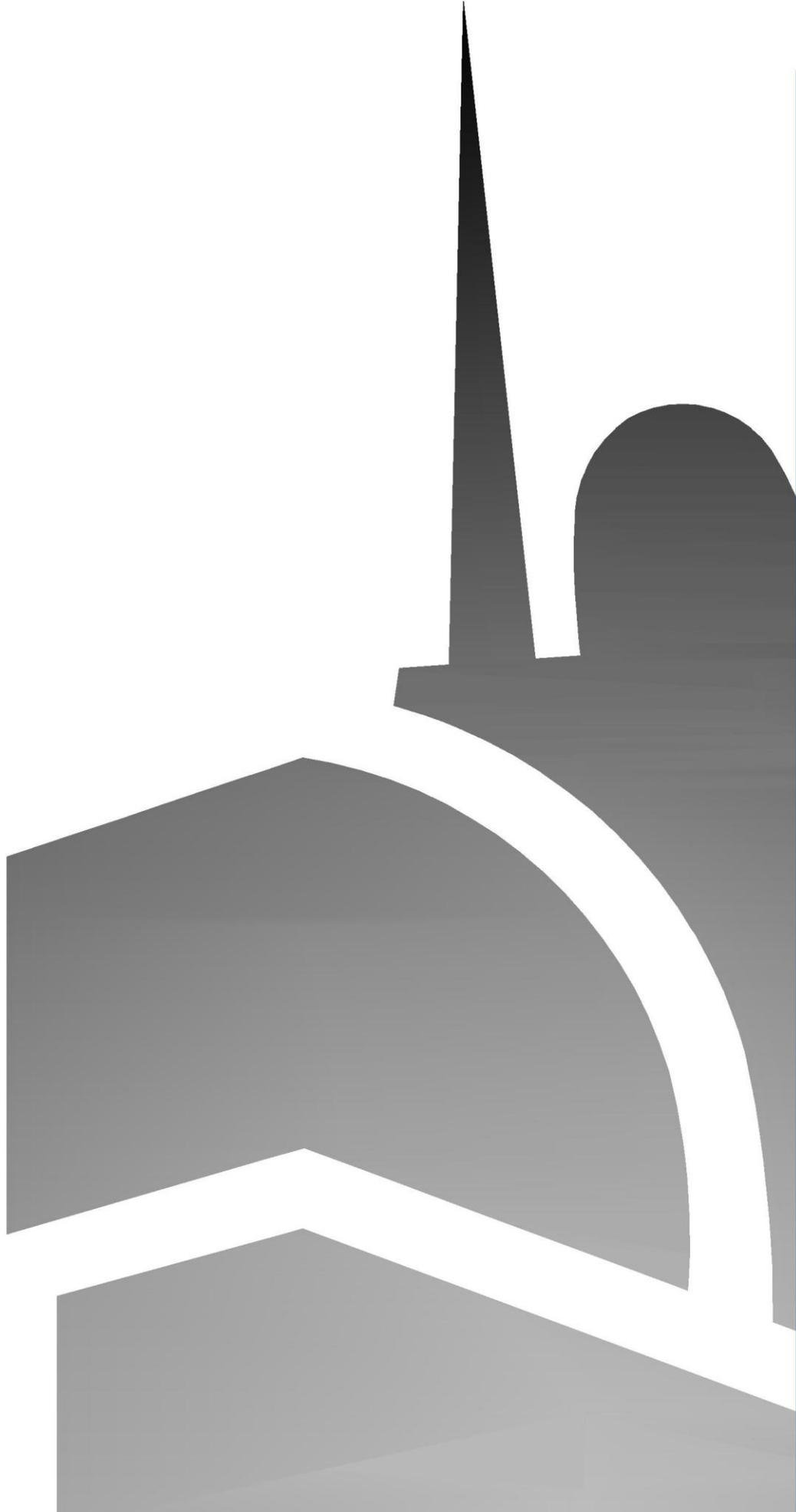
Importa ainda registar o aumento de (+) 272.816 € dos “Outros Custos e Perdas Extraordinárias”, que se deve integralmente à contabilização de uma indemnização pelo défice de área de construção perdida em relação ao inicialmente aprovado, no âmbito de um processo de licenciamento oportunamente aprovado.

NOTA 8.2.33 – OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

De acordo com o n.º 1 do artigo 17.º da referida lei, o capital social do FAM é de 650.000.000 €, sendo representado por unidades de participação a subscrever, entre outros, por todos os municípios.

De acordo com o n.º 1 do artigo 19.º da mesma lei, a realização do capital social por parte dos municípios terá início em 2015. Acresce a este facto que até ao momento o Município da Maia não formalizou qualquer contrato de subscrição para este Fundo, razões pelas quais não se encontra evidenciado qualquer ativo ou passivo relacionado com este Fundo à data destas demonstrações financeiras, o que não obsta ao seu devido reconhecimento em compromissos plurianuais em termos orçamentais.



2
0
1
4

NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL

maia
CÂMARA MUNICIPAL

8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO

NOTA 8.3.1 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO

Ao longo do exercício económico de 2014 foram concretizadas vinte e três modificações (vinte e uma ao orçamento de despesa e duas Revisões), cujos documentos se anexam, as quais se sintetizaram em:

- Vinte e uma alterações ao Orçamento da Despesa;
- Vinte e uma alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Vinte alterações ao Plano de Actividades Mais Relevantes;
- Uma alteração ao Orçamento da Receita;
- Duas Revisões ao Plano de Actividades Mais Relevantes;

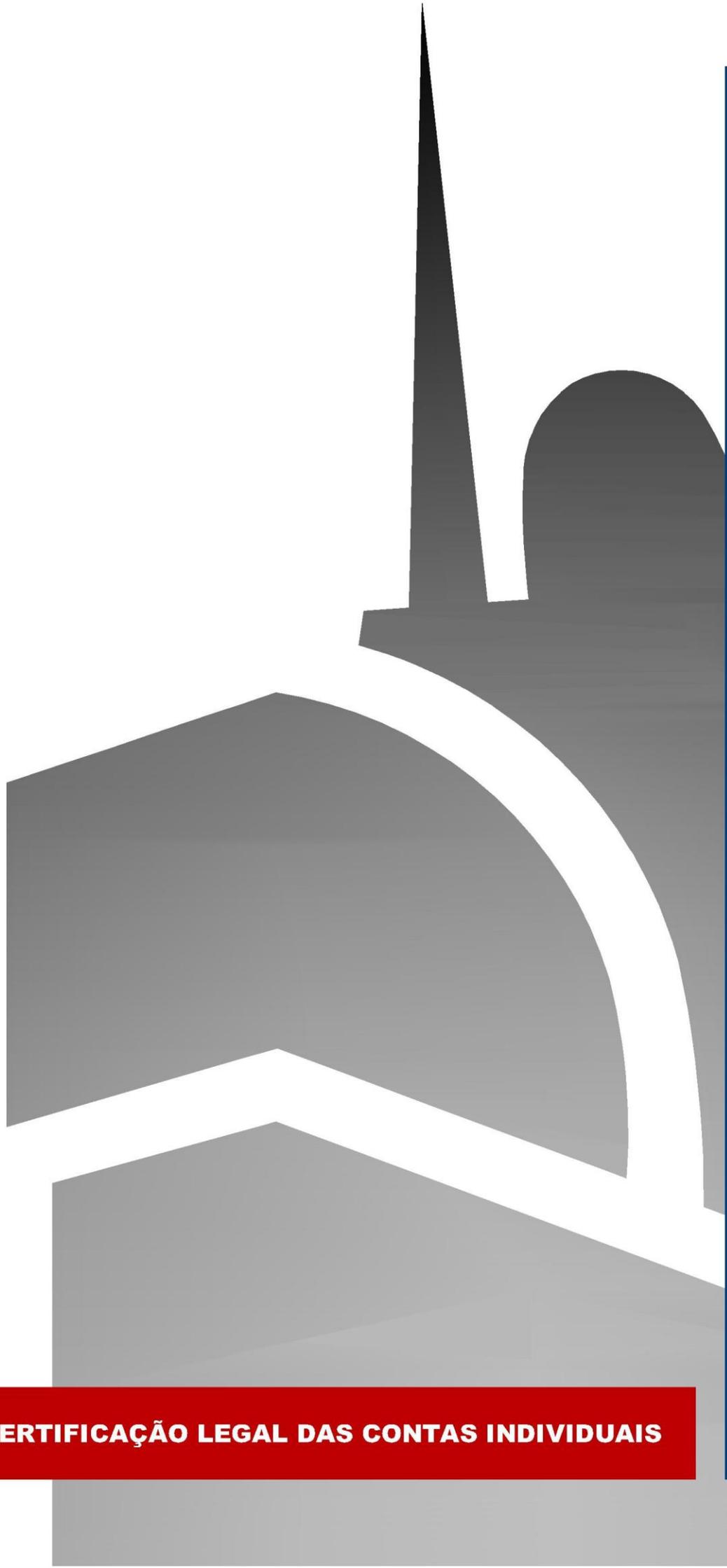
NOTA 8.3.2 – MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, assim, como ao Plano de Actividades Mais Relevantes, as alterações na gerência em análise, foram efetuadas da seguinte forma:

- Plano Plurianual de Investimentos 21 alterações.
- Plano de Actividades Mais Relevante 20 alterações e duas Revisões.

NOTA 8.3.6 – ENDIVIDAMENTO

Páginas 113 a 118 dos Anexos Documentais – Volume II.



2
0
1
4

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

Certificação Legal das Contas Individuais

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Município da Maia**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 403.719.647 euros e um total de fundos próprios de 291.281.906 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 910.654 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 59.462.432 euros de despesa paga e um total de 56.020.498 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transacções efectuadas; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Município da Maia

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município da Maia em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 8.1 Segundo o ponto 8.2.27 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, existem Activos e Passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização e à semelhança do procedimento adoptado em exercícios anteriores, foram apenas objecto de divulgação, procedimento com o qual concordamos;
- 8.2 Apesar de previsto no POCAL e conforme referido no ponto 8.2.1 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, não se encontra ainda implementada uma Contabilidade de Custos. No entanto, à semelhança dos exercícios anteriores, os encargos com as funções exercidas e os custos das tarifas e preços dos bens e serviços, são apurados através doutros meios;
- 8.3 O Município possui uns Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMEAS), organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, cujos documentos de prestação de contas evidenciam, no final de 2014, um Activo no montante de 68.216.750 euros, Fundos Próprios de 31.175.039 euros e um Passivo de 37.041.711 euros, incluindo neste último Proveitos Diferidos relacionados com Subsídios ao Investimento no montante de 14.799.842 euros. Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas individuais do Município da Maia, integrando as contas consolidadas as quais, conforme referido no Relatório de Gestão, irão ser preparadas posteriormente, prevendo-se a sua aprovação e emissão da correspondente Certificação Legal das Contas Consolidadas até finais de Junho de 2015; e

Município da Maia

- 8.4 Conforme referido no ponto 8.2.18 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, por força da entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 73/2013, de 3 de Setembro, os Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados, constituídos em 2007, 2008 e 2010 no qual o Município da Maia é o único subscritor e titular das Unidades de Participação, passam a integrar o Endividamento Municipal, bem como o Grupo Municipal para efeitos de Contas Consolidadas. Em consequência, o Município alterou no presente exercício a política contabilística para a contabilização destes Fundos, refletindo nas suas demonstrações financeiras todos os Ativos e Passivos isoladamente, de acordo com as regras estabelecidas no POCAL. Desta alteração resultou uma diminuição nos Fundos Próprios em cerca de 12.600.000 euros, uma diminuição do Activo no montante aproximado de 8.700.000 euros e um aumento no Passivo em cerca de 3.900.000 euros.

Outras Matérias

9 A Certificação Legal das Contas da participada Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M., emitida por outro auditor e com referência ao final de 2013, continha uma ênfase alertando para o facto de se encontrar perdido metade do seu capital. Referia ainda que o Conselho de Administração deveria deliberar quanto ao futuro da empresa no sentido de dar cumprimento ao previsto nos artigos 62º a 65º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, de forma a garantir a integral realização dos Activos e a liquidação dos Passivos da empresa. Apesar de terem sido reconhecidos nas demonstrações financeiras do Município da Maia os efeitos do exercício de 2014 desta participada mediante a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, conforme referido no ponto 8.2.3 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, até à emissão deste relatório não conseguimos obter a Certificação Legal das Contas e o Relatório e Contas devidamente assinados.

10 Relacionado ainda com esta participada e conforme referido no Relatório de Gestão do Município da Maia, foi obtido em 2015 visto do Tribunal de Contas para aquisição de terrenos pertença da primeira pelo montante aproximado de 9.200.000 euros.

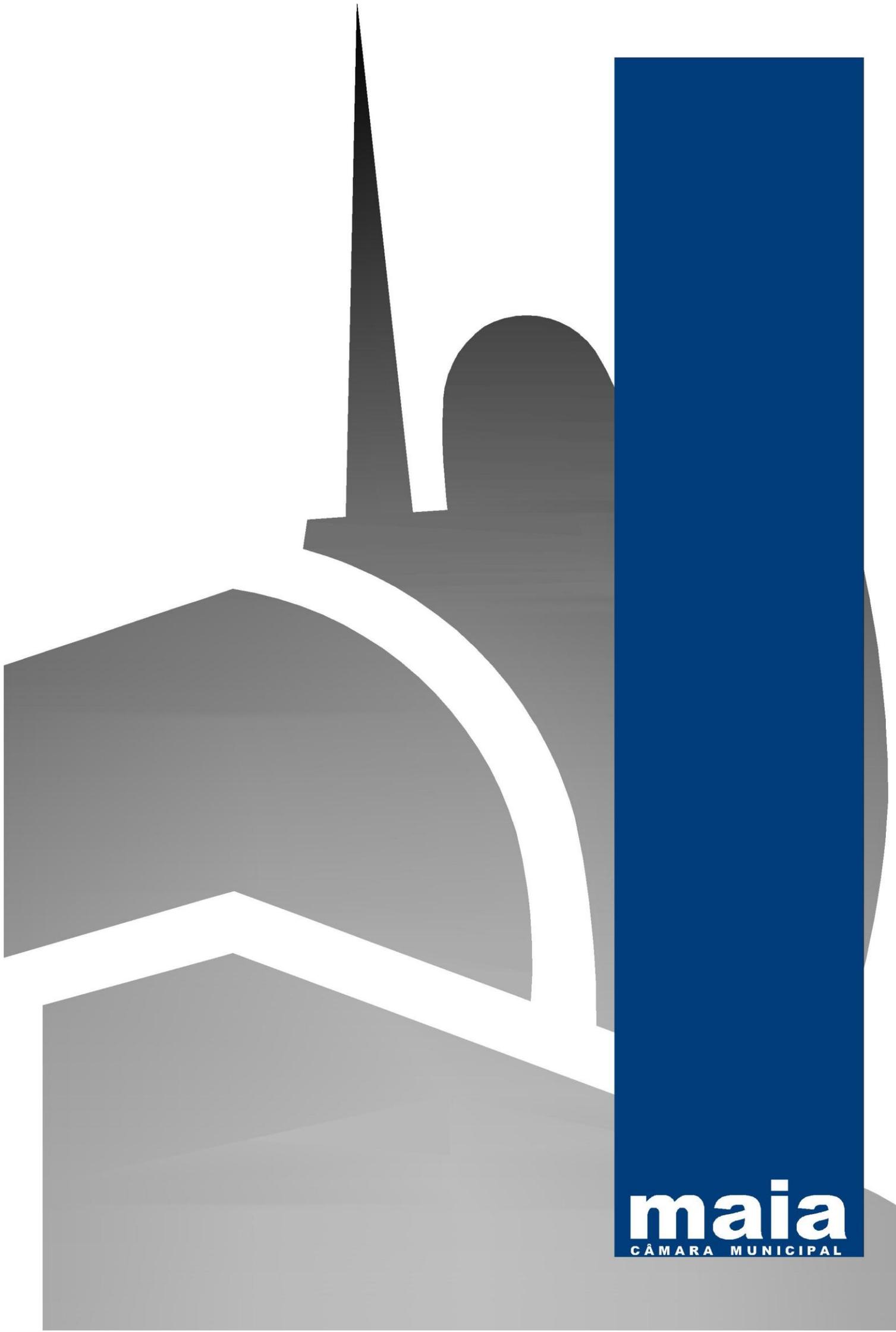
Maia, 15 de Abril de 2015

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luis Manuel Moura Esteves, ROC



maia
CÂMARA MUNICIPAL